

Diário do Legislativo de 12/12/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 113ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - 61ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário Legislativo "Esporte, Infância e Adolescência - Caminho Para a Cidadania"

2.3 - 62ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário Legislativo "Esporte, Infância e Adolescência - Caminho Para a Cidadania"

2.4 - 64ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário Legislativo "Esporte, Infância e Adolescência - Caminho Para a Cidadania"

2.5 - Reunião de Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.471/2009

Abre crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais utilizando como fonte recursos resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio orçamento.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no inciso V do "caput" do art. 62 da Constituição do Estado e no art. 8º da Lei nº 18.022, de 9 de janeiro de 2009, que autoriza a Assembleia Legislativa a abrir créditos suplementares ao seu orçamento até o limite de 10% (dez por cento) da despesa nele fixada,

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa no valor de R\$1.650.000,00 (um milhão seiscentos e cinquenta mil reais), na forma constante no Anexo I desta deliberação.

Art. 2º - Para fins do disposto no art. 1º desta deliberação, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de dotações

orçamentárias da Assembleia Legislativa, na forma constante no Anexo II.

Art. 3º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 9 de dezembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário - Sargento Rodrigues, 3º-Secretário.

ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Deliberação da Mesa nº 2.471, de 9 de dezembro de 2009)

SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-1	1.650.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	1.650.000,00

ANEXO II

(a que se refere o art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.471, de 9 de dezembro de 2009)

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-7	360.000,00
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-4.4.90-0-10-1	1.290.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	1.650.000,00

ATAS

ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/12/2009

Presidência dos Deputados José Henrique e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício nº 36/2009 (encaminhando Relatório de Atividades do 3º trimestre de 2009), do Presidente do Tribunal de Contas - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.079 a 4.082/2009 - Requerimentos nºs 5.199 a 5.224/2009 - Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (3) e Fábio Avelar - Comunicações: Comunicações das Comissões de Segurança Pública, do Trabalho, de Cultura e de Turismo - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados André Quintão, Domingos Sávio e Eros Biondini - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (3); deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado Fábio Avelar; aprovação - Requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Getúlio Neiva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO Nº 36/2009

Do Sr. Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando relatório contendo as atividades desenvolvidas por esse Tribunal no terceiro trimestre de 2009. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

OFÍCIOS

Do Sr. Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.632/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Ciro Pedrosa, Deputado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.693/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado.

Do Sr. Reynaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep -, informando a celebração de convênio entre essa autarquia e a Secretaria de Educação e a liberação dos correspondentes recursos financeiros. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Almeida Melo, Presidente do TRE-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.911/2009, da Comissão de Administração Pública.

Do Sr. Fuad Noman, Secretário de Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.600/2009, do Deputado Weliton Prado.

Do Sr. Manoel da Silva Costa Júnior, Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária e Diretor-Geral em exercício do Iter-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.834/2009, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.689/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado.

Da Sra. Erziléa Soares dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de São João Evangelista, encaminhando cópia de moção de apoio de autoria do Vereador Vicente Roberto Souto, aprovada por essa Casa Legislativa, à Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2009. (- Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 14.)

Da Sra. Fabiana de Lima Leite, Superintendente de Prevenção à Criminalidade, convidando os parlamentares para participarem da ação de mobilização social promovida por essa Superintendência, a qual visa compartilhar com a sociedade as ações de prevenção realizadas pelos Núcleos de Prevenção à Criminalidade. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente Regional do DNIT em Minas Gerais (substituto), prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Transporte encaminhado pelo Ofício nº 2.997/2009/SGM.

Do Sr. Evandro Manoel Senra Delgado, Procurador-Geral Adjunto Administrativo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.755/2009, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.755/2009.)

Do Sr. Marcelo Oliveira Costa, Promotor de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.997/2009, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Cel. Alexandre Salles Cordeiro, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.462/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Cássio Antônio Ferreira Soares, Subsecretário de Inovação e Logística, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.775/2009, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Cristiane Martins Duarte Carvalhaes, Delegada Especializada de Homicídios, de Contagem prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.946/2009, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, Subsecretário de Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.492/2009, da Comissão de Turismo.

Do Sr. José Narciso Sobrinho, Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, do Banco do Nordeste, comunicando o lançamento do livro "Avaliação de Execução do FNE e de Resultados e Impactos do FNE Industrial e do FNE-Comércio e Serviços".

Do Sr. Marcelo Arruda Nassif, Diretor de Operações da Codemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.891/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira.

Do Sr. Paulo Brum Ferreira, Assessor Especial do Ministro da Cultura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.801/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da CEF, informando a liberação de recursos financeiros do FGTS destinados à Copasa-MG, referentes às parcelas dos contratos que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Edson Fernandes Martins, Secretário de Comunicação e Eventos da Prefeitura Municipal de Congonhas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.893/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira.

Da Sra. Maria de Fátima Oliveira, Presidente da Fundação Gregório F. Barembliitt, agradecendo o recebimento da Medalha do Mérito Legislativo.

Do Sr. Felipe Augusto Cardoso Soledade, Presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, encaminhando o resumo do III Diagnóstico da Defensoria Pública Nacional, com ênfase nas questões relativas à Defensoria Pública do Estado. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Carmo César de Campos Carneiro, professor da rede estadual, solicitando o apoio desta Casa para que os professores efetivados pela Lei Complementar nº 100, de 2007, não percam o cargo. (- À Comissão de Educação.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.079/2009

Declara de utilidade pública o Lar da Criança Divina Lucas da Silva, com sede no Município de São Gotardo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar da Criança Divina Lucas da Silva, com sede no Município de São Gotardo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2009.

Chico Uejo

Justificação: O Lar da Criança Divina Lucas da Silva está sediado no Distrito de Guarda dos Ferreiros, Município de São Gotardo. É uma entidade civil, sem fins lucrativos, beneficente, caritativa e de assistência social, com duração ilimitada. Está em pleno e regular funcionamento desde sua fundação, ocorrida em junho de 1991.

Sua Diretoria é composta por membros de reconhecida idoneidade, não remunerados pelas atividades que exercem, e já foi declarado de utilidade pública municipal pela Lei nº 1.042, de 1995.

Conforme disposto em seu estatuto, a entidade exerce assistência médico-odontológica e distribui refeições e lanches a crianças carentes da localidade, ministra cursos profissionalizantes, presta assistência e orientação às gestantes de famílias de baixa renda, entre outras atividades.

Diante do exposto e, tendo em vista que Lar da Criança Divina Lucas da Silva, conforme documentação apresentada, atende plenamente aos requisitos legais, contamos com o apoio de nossos ilustres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 4.080/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itajubá área de 1.506,96m² (mil quinhentos e seis metros quadrados e noventa e seis decímetros quadrados), área onde se encontra edificado o Ginásio Poliesportivo Luiz Carlos Tigre Maia, conforme descrição do Anexo desta lei, a ser desmembrado da área de 18.293,00m² (dezoito mil duzentos e noventa e três metros quadrados), situado naquele Município, registrado sob o nº 8.199, em 20 de junho de 1950, à fl. 99 do Livro 3 J, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itajubá.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo trata-se de um ginásio multiúso, para atendimento à comunidade.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do doador, se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe for dada a finalidade prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2009.)

A área a ser doada possui a seguinte descrição: terreno com área de 1.506,96m² (mil quinhentos e seis metros quadrados e noventa e seis décimos quadrados), situado na Avenida Paulo Chiaradia, esquina com a Rua Tenente José Cabral Rennó, de propriedade do Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: É importante ressaltar a importância em dar destinação em favor da comunidade do Município. Ademais, o referido projeto tem como objetivo o desenvolvimento e a realização de atividades esportivas, atendendo a toda a comunidade itajubense.

A melhoria no atendimento à comunidade está também ligada ao total atendimento às normas, sendo necessária a referida doação, para que o Município continue com suas atividades no referido local, atendendo de forma plena as diretrizes do Estado.

Diante dessas considerações, contamos com o apoio dos nobres parlamentares a este projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.081/2009

Dispõe sobre a fixação de cartazes e placas que informam os consumidores sobre desconto na antecipação de pagamento de dívida.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam as instituições financeiras e demais estabelecimentos que operam com financiamento, crediário, empréstimos ou outras operações congêneres obrigados a afixar no interior de seus estabelecimentos placa ou cartaz informativo sobre o direito do consumidor que antecipar o seu débito, de ter redução proporcional dos juros e de demais acréscimos.

Parágrafo único - A placa ou o cartaz deverão conter os seguintes dizeres: "Nos termos do art. 52, § 2º da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, fica assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e dos demais acréscimos".

Art. 2º - As placas ou os cartazes de que trata o art. 1º deverão ser afixados dentro das instituições financeiras e dos demais estabelecimentos que operam com financiamento, crédito, empréstimos ou outras operações, em local visível ao público, para que possa ser lido a distância, ficando obrigadas as referidas instituições a confeccionar a placa ou o cartaz.

Art. 3º - Após a regulamentação desta lei, as instituições de que trata o art. 1º terão o prazo de 30 dias para a colocação de placa ou cartaz.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2009.

Duarte Bechir

Justificação: O projeto em tela visa à efetivação do direito constitucional à informação, e não à simples reprodução, pela via administrativa, de lei federal. Não há como negar que a divulgação dessa prerrogativa legal trará resultados positivos para o interesse público, em razão de seu caráter pedagógico.

O Código de Defesa do Consumidor dispõe, em seu art. 52, § 2º, que todo o consumidor que optar pelo pagamento antecipado da dívida, total ou parcialmente, terá garantida a redução proporcional dos juros e dos demais acréscimos que incidiriam sobre essa dívida.

Com a aprovação deste projeto, ficam os estabelecimentos mencionados obrigados a afixar placas ou cartazes informativos esclarecendo o direito do consumidor que, ao antecipar o seu débito, tem direito à redução proporcional dos juros e dos demais acréscimos pelas instituições financeiras e por outros estabelecimentos que operem com financiamento, crediário, empréstimos ou outras operações financeiras do gênero, no Estado de Minas Gerais.

Necessário se faz este projeto, pois a maioria dos consumidores desconhece esse direito, tampouco as empresas se preocupam em divulgá-los.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovar esta proposição.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Dinis Pinheiro. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.838/2008, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.082/2009

Declara de utilidade pública o Grupo Melhor Idade Serenidade - GMISER -, com sede no Município de Sabará.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Grupo Melhor Idade Serenidade - GMISER -, com sede no Município de Sabará.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2009.

Wander Borges

Justificação: A Constituição da República e a Lei Federal nº 8.742, de 1993, definem a assistência social como uma política voltada para a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes, a integração no mercado de trabalho, a reabilitação e integração das pessoas portadoras de deficiência. Configura-se como política não contributiva, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, e pauta-se pelos princípios da universalidade da cobertura e do atendimento, da seletividade e da distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Refira-se, aliás, que a assistência social possui interface com diversas políticas públicas, envolvendo ações de entidades públicas e privadas que visem contribuir para a redução dos altos graus de desigualdade social com que o País convive.

Destarte, diante da necessidade da redução das desigualdades sociais, foi constituído, em 20/2/2008, o Grupo Melhor Idade Serenidade, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza beneficente e voltado para a promoção social.

A entidade tem as seguintes finalidades estatutárias: proteger a velhice, desenvolver a cultura e ações de prevenção, reabilitar e integrar à vida comunitária pessoas com deficiência e desenvolver atividades físicas, recreativas, culturais, associativas e de cidadania e projetos educacionais, recreativos, culturais, esportivos, de lazer, de assistência social e de saúde.

Como visto, a associação presta relevantes serviços à comunidade, uma vez que desenvolve ações que visam atender às crescentes demandas das pessoas em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para seu desenvolvimento humano e promovendo sua inclusão social.

Diante do exposto, pacífico é o fato de que a entidade busca a construção de uma sociedade mais democrática e a adoção de uma política de desenvolvimento que contemple a inclusão social do idoso e a defesa de seus direitos, nos termos da Lei nº 10.741, de 2003. Cumpridos todos os requisitos legais, contamos com o apoio desta Casa para o reconhecimento do nobre trabalho por ela desenvolvido.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 5.199/2009, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Votorantim Metais pela comemoração dos 40 anos de produção de zinco eletrolítico. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 5.200/2009, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Gouveia pelos 56 anos de emancipação desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.201/2009, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Bruno Terra Dias por sua eleição como Presidente da Amagis. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.202/2009, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Empresa Belo Vale Reformadora de Pneus pela passagem dos 40 anos de sua fundação.

Nº 5.203/2009, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja encaminhado ao Senador Eliseu Resende pedido de providências para a instalação de um posto consular dos EUA em Belo Horizonte.

Nº 5.204/2009, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja encaminhado ao Senador Eduardo Azeredo pedido de providências para a instalação de um posto consular dos EUA em Belo Horizonte.

Nº 5.205/2009, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja encaminhado ao Vice-Presidente da República pedido de providências para a instalação de um posto consular dos EUA em Belo Horizonte. (- Distribuídos à Comissão de Turismo.)

Nº 5.206/2009, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação Fundamental Cidade Feliz pelos 6 anos de sua fundação. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 5.207/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Procurador-Geral do Estado pedido de providências para a designação de membro do Ministério Público para acompanhar o processo de reestruturação da Fundação Educacional Caio Martins. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.208/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Governador e ao Vice-Governador do Estado e ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para a federalização da MGC-479 e a inserção do projeto técnico-ambiental, pelo governo federal, no PAC para 2010. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 5.209/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Defensor-Geral Público pedido de providências para a ampliação do número de defensores públicos designados para as Comarcas de Teófilo Ottoni e Governador Valadares. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.210/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DNIT pedido de providências para a duplicação da BR-381 no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 5.211/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça pedido de providências para que providencie a instalação de novas varas criminais na Comarca de Governador Valadares. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.212/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita sejam encaminhadas ao Sr. Fábio Reis de Nazareth, Promotor de Justiça da Comarca de Teófilo Otôni, as notas taquigráficas da reunião da Comissão de Assuntos Municipais realizada em 26/11/2009, para a adoção de medidas legais que julgar cabíveis.

Nº 5.213/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copanor pedido de providências com vistas à liberação de recursos, já acordados com a Prefeitura Municipal, para obras de saneamento da Avenida Januária, no Município de Malacacheta.

Nº 5.214/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de providências com vistas a que sejam revistas as contas de água do Município de Malacacheta e abolida a cobrança da taxa de esgoto da população, que não dispõe desse serviço, e de outras providências, que menciona, no referido Município.

Nº 5.215/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Ministro da Justiça pedido de providências para a criação de Delegacias da Polícia Federal nos Municípios de Ipatinga e Teófilo Otôni.

Nº 5.216/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a construção de uma nova sede para o Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar em Governador Valadares.

Nº 5.217/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Administração Prisional pedido de providências para a construção de instalações adequadas para receber as visitas aos presos da Comarca de Governador Valadares.

Nº 5.218/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Ministro da Justiça e ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal pedido de providência para a designação de efetivos e o envio de viaturas para reforço do 12º Distrito da Polícia Rodoviária Federal, com sede no Município de Teófilo Otôni.

Nº 5.219/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Ministro da Fazenda e ao Superintendente Regional da Receita Federal pedido de providências para a designação de auditores fiscais, para que a avaliação de pedras preciosas e semipreciosas seja realizada no Município de Teófilo Otôni, sem a necessidade de que sejam transportadas para Belo Horizonte.

Nº 5.220/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de providências para a solução do impasse entre essa empresa e o DNIT, em torno da iluminação do trecho da BR-116 que atravessa o perímetro urbano do Município de Governador Valadares.

Nº 5.221/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências com vistas ao oferecimento de cursos profissionalizantes, atividades esportivas e assistência psicológica e educacional aos presos.

Nº 5.222/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências com vistas à transformação da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil de Governador Valadares em delegacia especializada.

Nº 5.223/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Ministro da Justiça pedido de providências para incluir, em grau de prioridade, o Município de Governador Valadares no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci -, considerando-se o posicionamento do Município nas estatísticas de violência divulgadas pelo Fórum Nacional de Segurança Pública.

Nº 5.224/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Comandante do 29º Batalhão da PMMG de Poços de Caldas e com o Delegado Regional de Segurança Pública desse Município pelas ações preventivas realizadas que ajudaram a situar Poços de Caldas entre os dez Municípios com o menor índice de violência contra jovens.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (3) e Fábio Avelar.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Segurança Pública, do Trabalho, de Cultura e de Turismo.

Oradores Inscritos

- A Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão, Domingos Sávio e Eros Biondini proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 5.212 a 5.214/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, e 5.215 a 5.224/2009, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os

fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Segurança Pública - aprovação, na 28ª Reunião Extraordinária, em 9/12/2009, do Projeto de Lei nº 3.901/2009, do Deputado Duarte Bechir, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 5.039/2009, do Deputado Weliton Prado, e 5.113/2009, do Deputado Ademir Lucas; do Trabalho - aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 9/12/2009, do Projeto de Lei nº 3.907/2009, do Deputado Sargento Rodrigues, e dos Requerimentos nºs 5.119 e 5.121/2009, do Deputado Doutor Viana; de Cultura - aprovação, na 28ª Reunião Ordinária, em 9/12/2009, dos Projetos de Lei nºs 3.905/2009, do Deputado Jayro Lessa, 3.917/2009, do Deputado Wander Borges, 3.942/2009, do Deputado Ademir Lucas, 3.943 e 3.948/2009, do Deputado André Quintão, e 3.954/2009, do Deputado Sargento Rodrigues, com a Emenda nº 1, e do Requerimento nº 5.117/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; e de Turismo - aprovação, na 26ª Reunião Ordinária, em 10/12/2009, dos Requerimentos nºs 5.114/2009, do Deputado Ademir Lucas, 5.120/2009, do Deputado Doutor Viana, 5.123/2009, da Comissão de Cultura, 5.133/2009, do Deputado Jayro Lessa, e 5.144 e 5.156/2009, da Comissão de Participação Popular (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, são deferidos pelo Sr. Presidente, cada um por sua vez, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (3), solicitando a inclusão em ordem do dia dos Projetos de Lei nºs 14, 136 e 1.513/2007.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Fábio Avelar, solicitando seja o Projeto de Lei nº 3.734/2009 distribuído à Comissão de Fiscalização Financeira no 2º turno, para parecer. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.880/2009, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, e para a extraordinária de segunda-feira, dia 14, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 61ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/11/2009

Presidência dos Deputados Doutor Viana e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Pannel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Ivair Nogueira - Palavras do Sr. Alexandre Paolucci - Palavras da Secretária Vanessa Guimarães - Palavras do Sr. Paulo Vieira - Palavras do Secretário Gustavo Corrêa - Apresentação artística - 2º Pannel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Emerson Silami Garcia - Palavras do Sr. Antônio Eduardo Muzzi Machado - Registro de presença - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Chico Uejo - Domingos Sávio - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Maria Tereza Lara - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo "Esporte, infância e adolescência - caminho para a cidadania", que tem os seguintes objetivos: buscar, junto às entidades representativas da sociedade civil e dos setores público e privado, subsídios para a

formulação de políticas públicas na área de esportes para a infância e a adolescência; discutir a importância do esporte como mecanismo de promoção da cidadania e da saúde e de garantia de direitos da criança e do adolescente; e discutir a prática da educação física na escola.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 1º Painel os Exmos. Srs. Gustavo Corrêa, Secretário de Estado de Esportes e da Juventude, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; e Paulo Vieira, Coordenador-Geral da Lei de Incentivo ao Esporte, representando o Ministro do Esporte, Orlando Silva; a Exma. Sra. Vanessa Guimarães, Secretária de Estado de Educação; e os Exmos. Srs. José Bonifácio Mourão, Subsecretário de Obras Públicas; Emerson Silami Garcia, Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG; Alexandre Paolucci, Diretor Científico do Laboratório de Atividade Física e Saúde da UFMG; e Deputados João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa; e Ivair Nogueira, Presidente da Frente Parlamentar do Esporte desta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar as presenças das Exmas. Sras. Maria Cândida Gonçalves, Regina Mendes e Rosemary Leite, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais; dos Exmos. Srs. Maurício Alves Peçanha, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; José Matias Gonçalves de Abreu, Presidente da Associação dos Deficientes de Contagem; e Eustáquio Oliveira, Presidente da Associação dos Deficientes de Ipatinga - Adefi - e membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, também desse Município, que representa aqui o setor de atuação no interior do Estado.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação da TV Assembleia.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Gustavo Corrêa, colega Deputado Estadual do Partido Democratas e Secretário de Estado de Esportes e da Juventude, neste ato representando o Governador do Estado, Aécio Neves da Cunha; Prof. Paulo Vieira, Coordenador-Geral da Lei de Incentivo ao Esporte, representando o Ministro do Esporte, Orlando Silva; querida Profa. Vanessa Guimarães, Secretária de Estado de Educação, em cuja pessoa cumprimento todos os Diretores da nossa Secretaria de Educação; ex-Deputado José Bonifácio Mourão, nosso companheiro e parlamentar por muitos anos, Subsecretário de Obras Públicas; Emerson Silami Garcia, Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG; Alexandre Paolucci, Diretor Científico do Laboratório de Atividade Física e Saúde da UFMG; Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; Deputado Ivair Nogueira, amigo e companheiro, Presidente da Frente Parlamentar do Esporte; demais colegas Deputados presentes; autoridades; funcionários da Casa; imprensa; espectadores que nos assistem pela TV Assembleia; minhas senhoras e meus senhores; jovens e crianças; com grande satisfação, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais realiza este seminário legislativo, tendo o esporte como tema, não sendo seu enfoque apenas o esporte como recreação ou meio de obter uma vida saudável. Para o Legislativo mineiro, o esporte é caminho para a cidadania, é troféu que está em jogo. Promover a cidadania de crianças e de jovens, por meio do esporte, é o grande desafio a ser perseguido.

Na escola, já nos primeiros anos de vida, a criança é iniciada na prática esportiva. Nesse contexto, cabe ao profissional de educação física a importante missão de apresentar-lhe o universo esportivo e de incentivá-la. São inquestionáveis a interação e a socialização promovidas pelo esporte. Já nos clubes e centros esportivos, o esporte é visto sob outro aspecto, e cabe ao educador físico a missão de despertar habilidades e descobrir talentos. Sem desconsiderar o valor da prática esportiva para a saúde, nesses espaços o esporte aparece como possibilidade de profissionalização. Muitas crianças e adolescentes sonham em fazer do esporte que praticam a sua profissão.

Temos ainda os exemplos de projetos sociais voltados para o esporte. Quando realizados em regiões de alto risco social, conseguem afastar crianças e adolescentes do contexto de violência e criminalidade em que vivem. Aos participantes de tais projetos, o esporte apresenta uma realidade até então desconhecida e traz a esperança de um futuro melhor. O reconhecimento desse caráter social e transformador do esporte tem levado Minas a incentivá-lo de diversas formas. A Assembleia Legislativa tem sido, há muito, protagonista de ações voltadas para o desporto. Nos últimos quatro anos, foram muitas as normas criadas por esta Casa dispostas sobre o assunto: a lei que institui a política estadual de desporto; a lei que dispõe sobre a concessão de descontos para pagamento de crédito tributário estadual, com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos; a lei de incentivo aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, além de outras ações e programas discutidos e contemplados no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG.

Com a realização deste seminário, a Assembleia Legislativa de Minas mais uma vez se abre à contribuição da sociedade civil, buscando subsídios para melhor atuação em prol do desporto. Aliás, o tema ganhou ainda maior relevância devido às recentes escolhas do Brasil e do Rio de Janeiro como sedes da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Para que eventos esportivos tão grandiosos sejam realizados adequadamente, são necessárias medidas eficazes. Assim, Minas já se antecipou e criou normas para assegurar a gestão dos projetos para a realização dos jogos da Copa em Belo Horizonte e para a eventual realização de competições das Olimpíadas em nosso território. Queremos dar a nossa contribuição para que o País seja um exemplo como organizador, mas queremos também que o Brasil seja um competidor à altura das grandes potências do esporte. Para que tudo isso seja realidade, não podemos perder tempo. Em se tratando de esporte, milésimos de segundos dividem os grandes vencedores dos demais competidores.

Abro um parêntese para ressaltar a importância das ações do Governador Aécio Neves, tão bem assessorado pelo Secretário Gustavo Corrêa. O seminário legislativo "Esporte, infância e adolescência - caminho para a cidadania" abriu espaço para que todos aqueles que estão envolvidos em trabalhos esportivos com crianças e adolescentes se manifestassem, apresentassem suas sugestões, apontassem dificuldades e propusessem soluções. Nessa etapa final, todas as propostas passarão por uma nova discussão nos grupos de trabalho e, por fim, na plenária final. Acreditamos que a participação da sociedade é imprescindível, para que possamos criar políticas públicas que efetivamente atendam suas necessidades.

Agradecemos às entidades parceiras da Assembleia a realização deste evento, às autoridades presentes e a todos os participantes. A contribuição de cada mineiro é imprescindível para o sucesso do seminário, afinal, a possibilidade de obter melhores resultados aumenta, e muito, quando temos uma equipe verdadeiramente entrosada e dedicada ao mesmo objetivo: o exercício da cidadania. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Ivair Nogueira

Cumprimento o meu amigo, Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o

nosso amigo, Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia; o meu amigo Gustavo Corrêa, Secretário de Estado de Esportes da Juventude, representando o Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha; o Prof. Paulo Vieira, Coordenador-Geral da Lei do Incentivo ao Esporte, representando o Ministro do Esporte, Orlando Silva; a Profa. Vanessa Guimarães, Secretária de Estado de Educação; o Sr. Emerson Silami Garcia, Diretor da Escola de Educação Física; o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa; o Sr. Alexandre Paolucci e o meu amigo José Bonifácio Mourão, Subsecretário de Obras Públicas e parlamentar exemplar do Estado de Minas Gerais.

Meus amigos, jovens, senhoras e senhores e representantes da imprensa, como Presidente da Frente Parlamentar do Esporte da Assembleia Legislativa, saúdo todos os convidados nesta manhã, presentes neste primeiro seminário, que é um grande sucesso. Tenho a certeza de que esse será o primeiro de uma série de seminários que envolverão todos os que têm uma ligação direta com o esporte em Minas Gerais, buscando, acima de tudo, uma contribuição para aperfeiçoarmos aquilo que há de melhor no esporte em Minas Gerais.

Parabenizo o Governador Aécio Neves, que tem feito um trabalho como jamais foi visto em Minas Gerais em todos os sentidos. E, no esporte, não tem sido diferente. Para isso, ele foi muito feliz em escolher um parlamentar desta Casa, o jovem Gustavo Corrêa, nosso amigo, que desenvolve um trabalho muito bom à frente da Secretaria de Estado de Esportes.

A Frente Parlamentar do Esporte foi idealizada pelo Deputado João Leite, que tem uma grande vivência e uma grande experiência, que passou pelo futebol de Minas e do País. A experiência é muito importante para fazermos as coisas. O João vem com toda a sua experiência e com todo o seu conhecimento para emprestá-los à Assembleia Legislativa. Com seu espírito de liderança, criou a Frente Parlamentar do Esporte. Na verdade, ele é que deveria ser o Presidente, mas, por uma questão de gentileza, passou-me esta Presidência. Fico muito honrado com isso e sei que nossa responsabilidade aumenta.

Estamos diante de eventos importantes que haverá no País, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Não basta sediar as Olimpíadas e a Copa do Mundo, se não nos prepararmos para um futuro bem próximo. É isso que estamos buscando na Assembleia Legislativa: cooperação mútua, principalmente com o envolvimento da Secretaria de Esportes e da Secretaria de Educação. Já tivemos projetos importantes aqui, mas, quando o Estado, em parceria com a Secretaria de Educação e com a de Esportes, começa a construir quadras cobertas nas escolas é um passo importante. No passado, os atletas da educação física não tinham comodidade para fazer educação física, tudo era muito mais difícil. Hoje estamos buscando a profissionalização do professor de educação física que, em muitos casos, ainda não é formado, mas que, gradativamente, está sendo substituído.

O Deputado João Leite foi autor da Lei de Incentivo ao Esporte, uma lei magnífica que irá colher bons frutos. E agora nos vem um projeto importante, principalmente para os empresários que querem participar de um projeto do esporte e para aqueles que têm dívida com o Estado. É um projeto em que muitos não acreditavam, mas que agora está colhendo frutos pela sua implantação imediata. Dizem por aí que Minas Gerais precisa mostrar a cara. Tenho a certeza de que hoje precisamos mostrar o futuro. Estava conversando com a Frente Parlamentar do Esporte sobre a criação de um museu do esporte, pois temos muitos atletas que levaram o nome de Minas Gerais para dentro e para fora do País. Nessa conversa foi lembrado o atleta Telê Santana, que poderia emprestar o seu nome àquele museu, mostrando tudo de bom que aconteceu em Minas Gerais e tudo que poderá acontecer no futuro.

Agradeço a presença de vocês, agradeço ao Deputado João Leite, grande incentivador da Frente Parlamentar do Esporte, grande representante do esporte nesta Casa, com o Secretário Gustavo Correia. Contamos também com o apoio dos demais pares. Tenho a certeza de que juntos poderemos fazer muitas coisas boas em prol do esporte. Quantas pessoas chegaram, na última hora, à porta da Secretaria buscando incentivo, buscando apoio? Hoje, o Secretário está organizando a casa juntamente com as federações, e este seminário será o ponto de partida para que possamos melhorar cada dia mais o nosso esporte. Que possamos fazer um grande seminário. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Alexandre Paolucci

Bom-dia. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às autoridades presentes, a esta Casa, que acolheu uma atividade tão importante para o Estado de Minas Gerais e, em especial, ao Deputado João Leite, ao Prof. Heleno, ao Prof. Paulo Sérgio, consultor da CPI, que, durante quatro meses, suportou o pessoal do esporte, que não é fácil. A nossa preocupação, ao trazeremos o evento para cá, era a de os representantes do esporte não se mobilizarem para participar do seminário. Então, é com bastante satisfação que vemos esta Casa cheia de colegas, profissionais, estudantes, pessoas relacionadas com o esporte e a educação. Não vamos conseguir nunca dissociar esses três pilares.

O objetivo deste evento é trazer propostas modificadoras para uma situação que se arrasta e que começa dentro das escolas. A educação física precisa ser observada com mais cuidado e atenção. Isso se reflete negativamente aqui fora, principalmente quando pensamos em esporte de rendimento e em futuras competições esportivas que nosso país vai sediar.

Agradeço novamente à Assembleia, que nos acolheu e deu grande importância a este evento. Muito obrigado.

Palavras da Secretária Vanessa Guimarães

São saudações mesmo. Cumprimento a iniciativa deste seminário e a Assembleia Legislativa por acolhê-lo. Cumprimento os que dele participarão nos debates, o que será feito, com certeza, com muita dedicação.

A educação física como esporte não precisa ser defendida. Hoje, se há um consenso, é o fato de que essa prática de esportes é algo desejado por toda a sociedade, por todo o mundo. Nosso problema é tentar atender a essa aspiração no ritmo e com uma capacidade que, às vezes, está além de nossas condições. Refiro-me, por exemplo, à criação de espaços escolares adaptados, próprios, acessíveis à prática de educação física para todos os alunos. Temos conseguido criar em todas as escolas novas e em todas as escolas que passam por reformas espaços como esses, ou seja, quadras cobertas com os equipamentos necessários e com acessibilidade garantida. O problema é que aqueles que já conseguiram sua quadra comecem a perceber que uma não é suficiente e buscam a segunda. Quem já tem a segunda quer a terceira. Nem falo em piscina, porque não temos nenhuma condição de criar esse equipamento no ambiente escolar. Poucas escolas os têm, e sei o trabalho que temos para manter e garantir o funcionamento adequado desses espaços.

Hoje a grande questão é como fazer isso de forma que todo o Estado tenha esses espaços. Temos problema com terreno, o que é muito grave, sobretudo em cidades maiores. Esse é um grande problema para a Secretaria de Educação. Estamos comprando terrenos ao lado de escolas para ampliar esses espaços e para fazer quadras esportivas. Nem todas podem ou precisam ser cobertas. Tenho tentado mostrar que é possível ter equipamentos variados. Nesse aspecto, avançamos muito e acho que melhoraremos ainda mais nos próximos anos.

É preciso discutir mais a questão de o professor de Educação Física, de fato, colocar-se na condição de educador. Isso é algo que deve ser feito. Todos os professores são educadores. Todos os professores têm essa responsabilidade. No caso da Educação Física, atribuo a eles uma função fundamental no desenvolvimento de nossas crianças, púberes e jovens. O diálogo que esses professores devem manter com os alunos envolve temas como a atitude em relação à saúde como resultado de um crescimento, de uma alimentação o mais saudável possível, a inexistência de vícios, a necessidade de se movimentar e a necessidade de buscar saídas para o próprio desenvolvimento. Essa é a liderança que o professor

de Educação Física deve ter na escola para discutir alimentação, práticas de exercícios e hábitos saudáveis de desenvolvimento. Não basta discutir apenas carga horária.

É importantíssimo ter equipamentos para a prática esportiva, mas é também fundamental discutir a inserção desse professor no ambiente da escola. Por exemplo, sabemos que não há prática de educação física nos cursos noturnos. Existe o horário da Educação Física, que é feita legalmente; os professores recebem para isso, mas há pouquíssimos alunos. O horário nem é confortável para a prática de educação física, do ponto de vista da duração das aulas, mas há um espaço de liderança, de discussão da questão do desenvolvimento da saúde para atender à demanda das pessoas hoje, que o professor de Educação Física está explorando pouco. A escola, como um todo, ainda explora pouco sua liderança na questão do crescimento, do desenvolvimento e do estar neste mundo, com seu físico e com as necessidades dos alunos. Queria chamar a atenção para isso e espero que os professores de Educação Física, em equipe, discutam a dimensão educativa dessa prática. Podem confiar que faremos o máximo para criar as condições objetivas para que esse trabalho, tão desejado pelos alunos e pela população em geral, possa ser executado no Estado de Minas Gerais, com boas condições, com segurança e com as possibilidades de crescimento de todo o mundo, mesmo abrindo as escolas no final de semana, obrigatoriamente. Toda escola onde há informática e quadra esportiva é obrigada a abrir no fim de semana, para que as comunidades locais possam usar esse equipamento, às vezes o único em uma cidade do interior ou em um bairro. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Paulo Vieira

Bom-dia. Na pessoa do Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia, cumprimento os membros da Mesa, para não me estender muito em minha saudação. Nosso objetivo é debater, discutir as questões do esporte, as questões da educação física. Isso nos mobilizou e fez com que todos participassem de diversas etapas. Consegui participar de três: com as Deputadas Gláucia e Cecília, e com os Deputados Hely e Carlin. A última de que participei foi em Ipatinga. As demais foram em Patos de Minas e em Poços de Caldas. Pude perceber a riqueza do debate.

Acho que eventos como este, de iniciativa da Assembleia, são fundamentais. Ano que vem, o Ministério do Esporte realizará a III Conferência Nacional do Esporte. Tive oportunidade de realizar duas, e na segunda debatemos, discutimos e aprovamos como centro da Política Nacional do Esporte a criação do Sistema Nacional do Esporte. Essa questão, fundamental para estruturar o esporte no País, perpassa pelos Municípios e pelos Estados. Na próxima conferência pretendemos aprofundar esse debate, consolidá-lo e estabelecer diretrizes claras, regras claras, responsabilidades federativas claras de cada ente - qual é a responsabilidade e qual é o papel de cada um. Precisamos definir questões centrais, portanto este debate perpassará o ano que vem, devendo ser iniciado no princípio do ano, com conferências municipais e estaduais. Quem participou das outras duas conferências percebeu que foi um debate muito rico, muito intenso, e acreditamos ser fundamental permanecer nisso. Primeiro porque efetivamente vivemos um momento novo no esporte brasileiro. Temos desafios enormes. Realizaremos, em 2011, no Rio de Janeiro, os Jogos Mundiais Militares, que é o segundo maior evento do mundo depois dos Jogos Olímpicos. Teremos o desafio de realizar em 12 cidades, em 12 Capitais, a Copa do Mundo em 2014 e, em 2016, os maiores Jogos Olímpicos da história. Esse não é um desafio qualquer, é um desafio que nos motiva, nos mobiliza. É óbvio que, assim como disse o Deputado Doutor Viana, não podemos ser só bons de espetáculo, realizar grandes eventos. Precisamos efetivamente participar da festa, ter resultados, posicionar o País em outro patamar no quadro de medalhas em 2016. Chegamos a falar na possibilidade de o Brasil ser o 8º do Mundo, o que é um grande desafio. Para isso, diversas políticas estão sendo implementadas pelo Ministério. Estamos discutindo as cidades olímpicas, a ampliação do Bolsa-Atleta. Está, há dois anos, implantada, a Lei Federal de Incentivo ao Esporte, instrumento novo que injetou mais de R\$150.000.000,00, dinheiro novo, no esporte, em projetos esportivos, e 22% desse valor está no Estado de Minas Gerais. É o 2º maior Estado em implantação, em captação, em implantação de projetos esportivos através da lei federal, à frente do Rio de Janeiro, que só tem 10%; 60% está em São Paulo, é uma concentração natural, até porque o PIB também se concentra naquela Capital.

Outro desafio fundamental que foi fruto de debates é a democratização do esporte. A democratização do acesso, a democratização efetiva das estruturas esportivas do País, das suas instituições, das confederações e das federações. Esse é um debate que precisa ser feito.

A profissionalização da gestão esportiva também é uma questão central. E a questão mais importante é que efetivamente a educação física escolar não seja só um discurso, uma retórica, mas seja, de fato, uma realidade. Que todas as escolas tenham seus profissionais de educação física atuando junto às crianças. Sou professor de Educação Física, sou professor do Município do Rio de Janeiro. Estou cedido ao Ministério do Esporte, mas atuei como professor, em sala de aula, até junho deste ano. Acredito que a transformação efetiva da realidade do esporte passará por isso. Esta é a questão central deste debate. Devemos nos concentrar na valorização, na qualificação dos profissionais de educação física, que são os principais agentes dos recursos humanos do Sistema Nacional do Esporte. É o professor de Educação Física, é o profissional de educação, o agente. Este é o principal agente, embora devamos ter uma equipe multidisciplinar, equipes multiprofissionais, outras pessoas que interfiram e ajudem a desenvolver o esporte no País. Mas a questão central, a base disso está na Educação Física, no professor de Educação Física, no profissional de Educação Física, que precisam ser mais qualificados, valorizados. Precisamos ter instalações esportivas na escola, mas também equipamentos esportivos, porque não adianta ter uma quadra coberta, e não ter uma bola para desenvolver as atividades esportivas. Isso é fundamental para desenvolver o esporte na escola.

Acredito que o Estado de Minas enfrenta esse desafio com coragem, determinação. Temos um programa importante no Ministério que é o Pintando a Liberdade e o Pintando a Cidadania. O Pintando a Liberdade é um projeto desenvolvido dentro dos presídios, onde os presos fazem materiais esportivos, bolas, redes, camisetas. O Pintando a Cidadania é desenvolvido em área carente. Há uma grande produção, e, para que vocês tenham noção, aquela bola com sino, utilizada por atletas com deficiência, é produção exclusiva do Ministério do Esporte, da fábrica de Feira de Santana, nenhuma outra indústria esportiva fabrica uma bola com guizo. Só nós a produzimos. É um carimbo nosso, uma identidade nossa. É fundamental que isso seja valorizado. As outras indústrias esportivas não produzem esse equipamento, esse material adaptado, e nós, percebendo a sua importância, produzimos em larga escala.

Temos desafios enormes, iniciativas como esta são fundamentais. O debate sobre esporte no País precisa ser, cada vez mais, valorizado e praticado.

Precisamos discutir, cada vez mais, essas questões. Como disse, já fizemos duas conferências e vamos para a terceira. Espero que este não seja só o primeiro seminário, mas que haja outros durante os próximos anos. É importante que a Assembleia Legislativa aprove de dois em dois anos um mecanismo para que esses seminários sejam realizados, porque o debate de hoje não será o de amanhã, assim como não foi o de ontem. Precisamos estar sempre debatendo, discutindo, aprimorando nossos conhecimentos, para que o Brasil se desenvolva, se capacite e se qualifique. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Gustavo Corrêa

Bom-dia. Cumprimento o Deputado Doutor Viana, meu colega de partido, neste ato representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, e, de forma especial, o Prof. Paulo Vieira, que representa o Ministro Orlando Silva. Peço licença às senhoras e aos senhores para cumprimentar a Secretária Vanessa Guimarães, minha colega de governo, que tem feito um belo trabalho à frente da Secretaria de Educação. Sei quanto a senhora sofre com os pedidos de Diretoras e Diretores de escola, que são insaciáveis, pois minha mãe e minha irmã são professoras. Conheço bem as aflições e as demandas da categoria, que, na maioria, são necessárias, até porque a educação é a base da formação de qualquer cidadão. Tenho a certeza de que o belo trabalho que a Profa. Vanessa tem realizado à frente da Secretaria de Educação, juntamente com a sua equipe, dará bons frutos para as futuras gerações. Cumprimento o Sr. Emerson Garcia; os meus colegas, Deputados Ivair Nogueira e João Leite, dois grandes defensores da causa pública, sobretudo na área do esporte, que têm realizado um belo trabalho nos

seus respectivos Municípios e aqui, na Assembleia Legislativa; minhas senhoras e meus senhores; telespectadores da TV Assembleia; meus colegas e minhas colegas Deputadas presentes.

Procurarei ser extremamente breve, pois não sou professor, como a Secretária Vanessa, nem como o Prof. Paulo Vieira, para falar de improviso, mas trouxe o meu discurso pronto.

Recebemos do Governador Aécio Neves a incumbência de representá-lo na abertura do seminário "Esportes, infância e adolescência - caminho para a cidadania" e cumprimos essa tarefa com muita honra e alegria, em face da importância desta nova iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Com a promoção deste seminário, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais desempenha, mais uma vez, com brilho e efetividade, o seu papel de protagonista na condução das discussões sobre as políticas públicas empreendidas no Estado e sobre os efeitos dessas políticas na realidade vivenciada pelos cidadãos.

A mensagem que trazemos em nome do Governador Aécio Neves, portanto, é de reconhecimento à Assembleia de Minas e de reafirmação do compromisso do governo do Estado com o fortalecimento e o aperfeiçoamento das políticas voltadas para a criança, o adolescente e o jovem; compromisso esse que está presente em várias frentes do governo e que é prioritário na política pública de esportes, executada sob a responsabilidade da Secretaria de Esportes e da Juventude. Por meio de parcerias com os Municípios mineiros, com o governo federal e com entidades da sociedade civil, contando sempre com o apoio desta Casa, a Secretaria prioriza ações direcionadas, em sua grande maioria, a crianças e adolescentes em seus programas esportivos. Essas ações promovem o acesso da sociedade a todos os possíveis benefícios do esporte: o esporte como meio para a inclusão social, como caminho para uma vida saudável, como linha auxiliar para a educação, como oportunidade para o desenvolvimento de talentos individuais e coletivos, como entretenimento, como base para o bem-estar social, como fortalecimento da identidade nacional e como base para a formação de cidadãos. Por isso, nossos programas incluem desde ações que mobilizam as comunidades locais, como os tradicionais Jogos do Interior de Minas, até projetos de grande porte, como a participação de Minas na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

Ao longo deste seminário, a Secretaria apresentará e discutirá com os senhores e as senhoras sua política pública, mas adiantamos aqui alguns números para expor a sua dimensão. Hoje a Secretaria de Esportes e da Juventude mantém programas de ação continuada voltados para crianças e adolescentes em cerca de 450 Municípios de Minas Gerais. O programa Minas Olímpica Nova Geração, por exemplo, proporciona atividades esportivas, culturais e psicopedagógicas, além de complementação alimentar a cerca de 25 mil crianças e adolescentes de 191 Municípios por meio de convênios com Prefeituras, universidades e entidades civis. Em parceria do governo do Estado com o governo federal e os Municípios, o Programa Segundo Tempo também proporciona essas mesmas atividades e a complementação nutricional a 40 mil crianças em 195 Municípios mineiros. O programa Minas Olímpica Oficina de Esportes, por sua vez, oferece a oportunidade de treinamento especializado e de desenvolvimento do talento esportivo a 2.700 crianças e adolescentes em 30 Municípios mineiros. O Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais, em 2009, mobilizou 160 mil alunos, atletas de 4.206 escolas públicas e privadas localizadas em 605 Municípios mineiros, quebrando neste ano um recorde de participação. O Minas Olímpica e Jogos do Interior mobilizam anualmente equipes de cerca de 150 Municípios mineiros, muitas formadas por adolescentes.

Ao mesmo tempo, com esforço extraordinário, a Secretaria de Esportes fez, mais uma vez, uma parceria com a Secretaria de Educação para oferecer, em 2008 e 2009, cursos de qualificação técnica a mais de mil professores de Educação Física de escolas de tempo integral da rede estadual. Por outro lado, em outra frente de trabalho, 26 cidades mineiras estão recebendo o programa Minas Olímpica Saúde na Praça, em parceria com a Secretaria de Saúde, que proporciona à população, inclusive às novas e futuras gerações, espaços equipados para a atividade física orientada.

No que diz respeito à estrutura física, o governo de Minas também construiu ou reformou cerca de 1.200 equipamentos esportivos de 2003 - ainda sob a gestão do Deputado João Leite - a 2009, contando com o apoio e o empenho das prefeituras, das entidades esportivas e dos parlamentares desta Casa. No programa Campos de Luz, 602 campos comunitários de 380 Municípios mineiros foram contemplados com iluminação em benefício das famílias e de suas crianças e adolescentes, que ganharam uma nova opção de lazer e prática de esportes no período noturno. Poderíamos citar várias outras ações da Secretaria voltadas às crianças e aos adolescentes, inclusive no que concerne à prevenção e ao uso de drogas e ao incentivo ao protagonismo juvenil, mas o que realmente importa é que essas ações representam um compromisso governamental, compromisso traduzido sempre em ações concretas.

Sabemos que essas ações precisam ser ampliadas, pois ainda há muito a fazer para alcançarmos um bom nível de atendimento às necessidades e expectativas dos cidadãos residentes em todos os Municípios mineiros, especialmente naqueles mais dependentes dos investimentos estaduais e federais. Somos também os primeiros a admitir que essas ações precisam ser aperfeiçoadas. E, por isso, saudamos com muito entusiasmo uma iniciativa como este seminário. Estamos aqui, sobretudo, para aprender com os nossos interlocutores da sociedade, da Assembleia Legislativa e das outras instituições presentes.

Parabenizamos com ênfase o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, os membros da Mesa, da Frente Parlamentar do Esporte e todos os parlamentares da Assembleia de Minas pela realização deste seminário em um momento tão oportuno, pois o esporte nunca esteve em tamanha evidência, principalmente nos meios de comunicação, em razão da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Destacamos que não podemos nos voltar apenas para o esporte de competição e de espetáculo. É preciso dar sempre a devida atenção ao esporte socioeducacional, ao esporte como atividade física para uma vida saudável e ao esporte como simples entretenimento e conagração comunitário, especialmente quando pensamos no esporte para a criança e o adolescente.

Parabenizamos também todos os parceiros, a equipe técnica e os parlamentares que trabalharam diretamente na preparação do seminário e em suas etapas regionais. Agradecemos a oportunidade dada à Secretaria de Esportes e da Juventude de participar desse trabalho desde o seu início. Obrigado a todos pela atenção.

Apresentação Artística

O locutor - Neste momento, assistiremos a uma apresentação de dança aeróbica do projeto social desenvolvido pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, com a equipe da GAE, sob a coordenação da Profa. Kátia Lemos.

- Procede-se à apresentação artística.

O locutor - Informamos aos presentes que estamos com problemas técnicos na central de ar condicionado e na parte elétrica. Todo o setor técnico da Casa está trabalhando para providenciar o necessário reparo para a realização de nossas atividades.

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa, para o 2º Painel, os Exmos. Srs. Emerson Silami Garcia e Alexandre Paolucci; as Exmas. Sras. Márcia Campos Ferreira, Superintendente de Esporte Educacional da Secretaria de Esportes e da Juventude; e Raquel Elisabete Santos, Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, representando a Secretária de Educação, Vanessa Guimarães; o Exmo. Sr. Antônio Eduardo Muzzi Machado, Gerente de Lazer e Esportes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -; e a Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura desta Casa.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, o Prof. Emerson Silami Garcia, para proferir a palestra magna, com o tema "Esporte, desafios e perspectivas".

Palavras do Sr. Emerson Silami Garcia

Meu bom-dia a todos. Após esse pequeno incidente com a energia da Casa Legislativa do Estado de Minas Gerais, tentarei completar minha fala antes de a bateria do sistema de reserva acabar. Passarei minha palestra rapidamente. Meu nome é Emerson Silami Garcia e sou professor universitário. Participei da organização deste seminário legislativo desde sua concepção e fui escolhido por meus pares para representá-los. Agradeço aos que me indicaram para proferir esta palestra e espero poder representá-los condignamente.

Tentarei apresentar um resumo dos temas discutidos exaustivamente durante cinco meses, nas fases prévias deste seminário, em reuniões realizadas nesta Casa e em cidades do interior do Estado, como Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas, Ipatinga e Patos de Minas, que têm representantes aqui hoje.

Acredito que não sou uma pessoa tão conhecida. Poucos me conhecem, e, como estou falando sobre esporte e já sou um senhor de certa idade, atingindo a terceira idade, tenho de mostrar quem sou, por que estou falando sobre esporte, principalmente sobre esporte para a infância e a adolescência. Falarei um pouco sobre minha vida para que vocês possam entender por que sou árduo defensor do esporte. Hoje sou Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG e estarei até 2013 cumprindo esse mandato; sou pesquisador do CNPq, Conselheiro Federal do Confed e consultor científico do Cruzeiro Esporte Clube.

Esta é uma foto de minha turma de formatura, em 1974, quando já era professor de Educação Física. Minha atuação teve início nos anos 70. Durante 37 anos atuei alternadamente ou simultaneamente em várias áreas, desde a educação física escolar, passando por esporte escolar, magistério superior, administração, pesquisa, esporte de alto rendimento - em que ainda atuo -, principalmente o atletismo. Além de atleta, fui técnico durante muitos anos. Nas duas últimas décadas, atuei no futebol, como fisiologista de um clube de futebol. Pode não parecer, mas também fui atleta. Fui recordista estadual durante alguns anos aqui em Minas.

Não sei se esta foto está visível. Como toda criança brasileira, tentei jogar futebol, mas não enxergava muito bem a bola e passei para o atletismo, porque não precisava enxergar. Não tinha problema. Esta foto, de 1965, registra o maior título que obtive no futebol. Fui campeão infantil de Santo Antônio do Monte, jogando pelo Flamengo de Santo Antônio do Monte, que não sei se ainda existe. E depois passei para o atletismo, onde segui carreira. Tenho também grande experiência como docente, lecionando disciplinas relacionadas ao esporte. Sou revisor de periódicos científicos nacionais e internacionais. Já publiquei artigos em diversas revistas nacionais e internacionais. Tenho uma carreira bastante diversificada, mas o esporte sempre me acompanhou. Desde 1968 minha vida está ligada ao esporte. Nas últimas duas décadas, concentrou-se no futebol. Minha primeira experiência foi na Seleção Brasileira Olímpica, cujo treinador era o Prof. Carlos Alberto Silva, como mostra a foto. Esta é a foto do Romário, na universidade, há mais de 20 anos. Atuei também no Japão. Sou consultor técnico-científico de um clube de alto nível de futebol, portanto já participei de 28 títulos. Minha vida é o esporte. Vivo o esporte. Aquela foto foi uma oportunidade que tive, em 2005, de acompanhar o Prof. Wanderley Luxemburgo no Real Madri. Mostro estas fotos para que vejam que sou uma pessoa do esporte, portanto credenciado a falar de educação e de formação para o esporte. Isso é que levou meus parceiros a me escolher.

Este evento se reveste de grande importância, pois terá sido uma das poucas vezes em que a comunidade se manifesta especificamente a favor do esporte para crianças e adolescentes em nosso Estado.

Considero este acontecimento como um dos mais importantes da minha carreira profissional. Hoje é um dia em que me sinto extremamente honrado. No final de minha carreira profissional, recebo um reconhecimento pela minha vida anterior.

O Prof. Paulo Faria e a Secretária Vanessa, aqui representada pela Profa. Raquel, sabem que temos muito a pedir no que se refere ao esporte. O Deputado João Leite, assim como outros Deputados, já estão acostumados com isso, sabem que sempre queremos mais.

Um dos grandes problemas que enfrentamos é a formação de profissionais na área, que é deficiente e não contempla de forma adequada a iniciação ou o treinamento de atletas visando ao alto rendimento. Os profissionais são mal preparados até para as aulas de Educação Física. Isso é uma realidade.

Dirijo uma escola de uma universidade conceituada e conheço, participo de eventos, converso com os dirigentes - ontem encerramos um encontro com Diretores de 53 escolas do Estado -, e sabemos dos problemas. Isso faz com que o Brasil hoje esteja importando técnicos de outros países: da Espanha, de Cuba, dos Estados Unidos, porque realmente não preparamos nossos profissionais para atender à educação física de maneira geral. Tanto o Prof. Paulo Faria quanto nosso Secretário Gustavo Correa demonstraram que essa é uma realidade e que muitos investimentos estão sendo feitos. Mas teremos de tirar o atraso porque passamos muitos anos sem fazer nada, ou seja, vivemos umas duas décadas de vazio. Recentemente, graças a ação de Deputados como João Leite e outros, assim como do próprio Secretário Gustavo Correa, que é nosso parceiro na universidade, construindo conosco um centro de treinamento esportivo, estamos tirando esse atraso. A Secretaria de Educação está fazendo o mesmo. Estamos fazendo um mutirão para solucionar os problemas, e as escolas também têm de fazer isso.

Na reunião que realizamos ontem, um dos temas discutidos foi a necessidade de melhorar a formação dos professores. Mas temos problemas piores, porque a educação física por muitos é vista como perda de tempo. "O menino deveria estar estudando matemática, inglês, francês, biologia, etc., mas está lá brincando". Na realidade, não está brincando, está tendo uma aula, que muitas vezes não é boa, porque a escola não dispõe de equipamentos necessários, quadra decente, ginásio coberto, e o número de aulas é reduzido. Essa é uma realidade. Entendo os problemas econômicos, financeiros, administrativos etc., mas temos exemplos de pessoas que foram hereges até os 60, 70 anos e se converteram ao cristianismo, viraram santos e foram para o céu. Agora, conhecemos poucas pessoas que nunca fizeram atividade física, mas chegarão aos 60, 70 anos. Atividade física não é como matemática e inglês. Aprendi a falar inglês com 25 anos e hoje falo fluentemente. Temos exemplos de pessoas que aprenderam física e química depois de 40, 50 anos de idade. Mas a pessoa não pode esperar 50 anos, depois de já ter tido infarto, ter colocado ponte de safena, para fazer atividade.

A responsabilidade pela formação esportiva foi transferida para clubes e escolinhas de esportes. Isso não é correto. No Brasil, a maioria das crianças não tem condições de ir a um clube ou a uma escolinha de esporte. A escola é que tem de oferecer isso. Não existe outra saída. Como já foi falado, as escolas não dispõem de instalações esportivas. Compreendo que é muito caro, que ocupa muito espaço físico, mas não vamos consentar isso de hoje para amanhã. Nem os profissionais, Deputado, querem que isso seja feito de hoje para amanhã, mas queremos que as medidas sejam tomadas, como o Estado de Minas já tomou. E todas as novas escolas precisam ter, no mínimo, uma quadra poliesportiva. Já é um passo. Queremos que outros passos sejam dados. Como disse a Secretária Vanessa, sempre vamos querer mais.

O outro problema é que não existe emprego para técnico desportivo. Quantos concursos foram abertos para técnico em esporte? Nenhum. Podem dizer que tal Prefeitura abriu uma vaga, mas isso é muito raro. Algumas Prefeituras estão fazendo coisa pior, ou seja, contratando monitor de esporte. Não existe monitor de esporte. Técnico em esporte é formado e credenciado para exercer essa função. O Ministério do Esporte e autoridades terão de reconhecer que técnico em esporte não consta apenas no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho, porque ele existe realmente. Conhecemos poucas pessoas que vivem do salário de técnico em esporte. Geralmente há professores ou pessoas que desempenham outra atividade, e a profissão de técnico é um bico. Se o Brasil quer se tornar um destaque olímpico, terá de valorizar o treinador, o técnico desportivo, não o técnico de futebol, que ganha muito bem, mas o do vôlei, de basquete, da natação, de ginástica artística, que vimos aqui.

Outro problema foi a falência do esporte universitário. Quando era atleta, esse esporte fornecia os atletas para as confederações. Os atletas universitários eram os mesmos que iam para os jogos olímpicos, para os jogos panamericanos e campeonatos mundiais. Hoje, o esporte universitário também ficou abandonado. É muito investimento, não é Deputado? É preciso ter muito dinheiro. Há falta de sequência nos programas oficiais. Hoje, disse para o Prof. Paulo que a Rede Cenesp - Centro de Excelência Esportiva -, que seria destinado ao atendimento a atletas das universidades, já está há algum tempo sem receber dinheiro. Ele me garantiu que a partir de agora recomeçarão os investimentos nessa rede.

A cultura do esporte é quase inexistente no nosso país. Todos conhecem futebol, voleibol, futsal, basquete. Muitos profissionais de Educação Física nunca pegaram um martelo. Por exemplo, a maioria nunca pegou uma vara para fazer salto com vara. Nem as escolas estão se preocupando com isso. Na formação, isso está sendo extinto; alguns esportes, completamente. Acabou o levantamento de peso, ninguém mais o pratica, assim como o boxe. Há uma infinidade de esportes que poderiam ser a grande oportunidade para uma pessoa com grande talento, para uma pessoa carente. Por falta de oportunidade, o seu talento nunca será explorado. A pessoa poderia ser um campeão mundial de boxe; Deus lhe deu o dom, mas não teve oportunidade de desenvolvê-lo, porque a sociedade não lhe ofereceu oportunidade.

Outro problema sério é o antagonismo entre esporte de rendimento e programa de inclusão e lazer. Discutimos muito essa questão. Recursos que poderiam ser destinados ao esporte estão sendo canalizados para outros programas e projetos igualmente importantes. Ou seja, estão despidendo um santo e vestindo outro. Temos de buscar o equilíbrio, pois todos os programas são importantes. Engana-se quem pensa que o esporte é rico. Esporte rico no Brasil é o futebol; o vôlei é um pouco; todos os outros são pobres. Perguntem aos professores Paulo César e Ataíde Lacerda. Todos os esportes tinham de constar dos programas de inclusão, não priorizando uns e deixando outros de lado.

Há professores de Educação Física contrários a esporte para crianças e adolescentes, adotando uma visão maniqueísta, segundo a qual o esporte é um mal supremo. Como não quero que ninguém me considere leviano, cito alguns exemplos. Primeiro: em agosto, publicou-se o artigo de um especialista da Universidade de São Paulo, que afirma que a função da disciplina é investigar como os grupos sociais se expressam pelos movimentos. Considerado um dos principais investigadores dessa tendência, o Prof. Marcos Garcia Neira, da USP, defende que a principal função da Educação Física é analisar a diversidade das práticas incorporadas à sociedade, mesmo as consideradas mais polêmicas, como danças tipo "funk" e axé. Quem é da Educação Física e do esporte vê que, desse jeito, a situação fica difícil. Quem ler todo o artigo, verá coisas piores. Segundo: este artigo antigo, quase uma bíblia para alguns professores, diz assim: "A criança que pratica esportes respeita as regras do jogo" - reticências - "capitalista". É uma visão ideológica, que considera o esporte um instrumento para escravizar o proletariado. Leia os artigos. Não quero ser leviano nem tenho medo de citar quem são as pessoas. Terceiro: "A educação física educa o corpo e a mente". Essa afirmação também é de um professor de Educação Física contrário ao esporte, que diz ainda que a Educação Física não tem nada a ver com saúde, com afastar as crianças da droga, nada a ver com nada, tem a ver com brincar. É brincar também, concordo. Quarto: "Sistematização epistemológica da Educação Física brasileira - concepções pedagógicas crítico-superadora e crítico-emancipatória". Leia o artigo da revista "Meio Digital" e ficarão assustados. São pessoas que renegam o esporte na infância e na adolescência, principalmente na escola. Educação física escolar e esporte na escola são coisas diferentes. É preciso haver aula de Educação Física na escola três vezes por semana para todos, indistintamente.

Obrigado. O esporte tem de ser um complemento para os que são melhores. Sempre foi assim, não tem jeito de ser diferente. Da mesma forma, na banda de música da escola, não toca quem não sabe tocar; não canta no coral da escola quem tem voz como a minha, porque seria dispensado. Nem por isso o coral é algo ruim. Por que com o esporte será diferente?

Outro problema que está havendo, e teremos de combatê-lo, é na educação. Não adianta ficar punindo. O número de atletas punidos por substâncias ingeridas é cada vez maior. Esse problema deve ser enfrentado, punindo-se as pessoas que fornecem as drogas aos atletas. No caso do atletismo, devo acentuar que os envolvidos são um fisioterapeuta, que já estava exercendo ilegalmente a profissão de técnico, e um professor universitário não registrado, que exercia a função fora. Não sei como o Cref de São Paulo está agindo em relação a eles. Ambos cometeram um crime e uma contravenção penal. O Ministério já os autuou por fornecerem drogas. Recentemente, quase toda a elite do atletismo brasileiro foi punida por uso de drogas. Então, temos de educar essas crianças, para que não cheguem lá em cima e queiram chegar ao resultado de qualquer jeito. Atletas de outros esportes também foram denunciados. Vimos isso, recentemente, com atletas da ginástica, da natação e por aí vai. Não conseguimos nem lembrar o número, pois são muitos. Isso é uma má educação.

Falamos de coisas ruins antes, mas agora vamos falar de coisas boas. O Prof. Jorge, Presidente do Confed, nos disse que um "tsunami" esportivo vai invadir o Brasil. Vamos ter, em 2011, os Jogos Militares; a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. A esse "tsunami" ninguém vai resistir. Não podemos perder o bonde. Esses eventos vão trazer investimentos, mas não vão fazer milagres. Não vão achar que vamos ganhar 200 medalhas. Não vai ser assim. Mas devemos iniciar um trabalho, em médio e longo prazos, lembrando que não se prepara um atleta olímpico da noite para o dia. Em 2016, não acontecerão as últimas olimpíadas. Haverá outras, com certeza. Temos de ter esses atletas já prontos no futuro. Hoje, já existem clubes que realizam trabalhos de grande importância, mantendo acesa a chama olímpica, educando os atletas. Eles oferecem até escolas dentro dos próprios clubes. O Minas Tênis Clube é um clube que nunca deixou o esporte acabar. Se o financiamento aumenta, ele contrata atletas melhores, forma mais atletas, oferece mais condições às crianças. O Cruzeiro, há mais de uma década, tem uma escola dentro do clube. Os atletas são obrigados a frequentar a escola e a passarem de ano. Várias empresas já contribuem para que o esporte seja competitivo. Acho que elas vão ser atraídas por esse "tsunami". Os profissionais de educação física, os bacharéis, tanto na escola quanto fora dela, não podem deixar de considerar esse fenômeno. Temos de estar preparados. Os dirigentes de escola têm de saber que devem preparar bem os alunos. Já existe um movimento dessas escolas com esse objetivo.

Já foi mencionada aqui pelos que me antecederam a valorização da educação física escolar, do esporte na escola. Tudo isso é indispensável. Sabemos que os investimentos já são maiores. O Secretário Gustavo Corrêa já deixou isso claro. Parece-me que seiscentas e tantas cidades participaram dos jogos escolares. Isso é um sucesso, pois trata-se de investimento do poder público. Temos esses representantes e um governo sensível à importância do esporte. Ele está investindo e obtendo respostas. O governo do Estado de Minas, entre outras coisas, está liberando verbas para um centro de treinamento na Escola de Educação Física da UFMG. Lamento que o Secretário não esteja aqui para lhe agradecer por isso. Foi por sua intercessão que isso aconteceu, com participação importante do Rogério Romero e do Alexandre Massura, dois ex-atletas, com os quais estou tendo o prazer de conviver em reuniões. Somos hoje parceiros, nessa obra conjunta, da Universidade. Esse centro de treinamento vai ficar à disposição do esporte de rendimento no Estado. Pela primeira vez, vai haver um centro assim, com administração conjunta da Secretaria de Esportes e da UFMG.

Esperamos que ocorra a valorização dos profissionais que trabalham no esporte, porque não se trata só de técnica nem só de professor. Temos médicos, preparadores físicos, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, administradores, entre outros profissionais de que não estou me lembrando. Temos o roupeiro, por exemplo; sem ele, nada funciona, não é, Deputado? Não tem jeito. Tem de haver alguém para cuidar do material. A bola tem de estar na pressão correta, em bom estado, assim como as chuteiras, os tênis, a camisa. Temos as lavadeiras, enfim, tudo está envolvido nesse processo. E todos são indispensáveis à evolução do esporte. Então, é muito mais que apenas aquilo.

Gostaria de encerrar mostrando essa parceria entre o poder público, a universidade e os órgãos. O Ministério do Esporte construiu recentemente um ginásio para lutas, levantamento de peso e ginástica lá na Escola. É bastante confortável e seria um sonho para os levantadores de peso, que são cinco. Temos esgrima também, um único treinador com um único atleta, que disputa campeonatos. Como as escolas terão de contratar treinadores para treinar realmente suas equipes para competição, não para dar aula de Educação Física, as empresas que estão financiando o esporte terão de separar um dinheiro para termos os profissionais necessários ao caminhar do esporte, senão ficará uma coisa muito amadora e improvisada. Era só o que tinha a dizer. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Prof. Emerson Silami, pela grande contribuição a este seminário.

Palavras do Sr. Antônio Eduardo Muzzi Machado

Bom dia a todos. Agradeço o convite, feito pelos seus representantes e organizadores, para participar deste seminário. Realmente, não estarei aqui amanhã, pois já tinha um compromisso agendado. A minha fala seria relacionada à educação física e ao esporte como mecanismo de cidadania. Antes de me reportar a esse tema, quero dar algumas boas notícias, aproveitando a fala do Prof. Emerson.

Também sou profissional de educação física, formado na UFMG, e hoje sou gestor da área de lazer e esportes do Sesi, talvez uma das empresas privadas com o maior número de profissionais de educação física e esportes contratados. Hoje temos em torno de 495 profissionais de educação física contratados pelo Sesi. Todas as ações e atividades voltadas para lazer, esporte e educação física do Sesi são conduzidas por profissionais de educação física formados.

Também gostaria de aproveitar este momento para dizer que o Sesi inaugurou, em 2006, na cidade de Uberlândia, o que chamamos de Vila Olímpica do Sesi. Hoje o Sesi tem 92 unidades em diversos Municípios do Estado, e, na cidade de Uberlândia, tivemos a oportunidade - e estou trazendo, em primeira mão, estas informações para vocês, aproveitando a fala do Prof. Emerson - de assinar um convênio com a Confederação Brasileira de Atletismo e estamos implementando o primeiro passo com vistas aos Jogos Olímpicos. O convênio já está assinado. Em Uberlândia, haverá o primeiro Centro Nacional de Treinamento em Atletismo, nas provas de fundo, de meio-fundo, lançamento e arremesso. Isso acontece em Minas Gerais de forma inédita e, para nós, é um grande orgulho. Temos lá uma pista classe 1 e convidamos todos a conhecer esse trabalho que realizamos em parceria com a Confederação. Já temos 260 alunos do Sesi, e diversos jovens virão de vários clubes do Brasil para que sejam feitos "campings" e processos de treinamento com vistas às Olimpíadas de Londres e do Rio de Janeiro. Retornando ao tema "Educação física e esporte como mecanismo de cidadania", o meu pronunciamento está muito ligado a um aspecto que consideramos indispensável, que é o dos valores. É evidente que não falarei sobre todos, pois o tempo é curto, mas citarei seis deles: enriquecer a personalidade humana por meio da atividade física e do esporte, desenvolver o senso de solidariedade humana, tolerância e respeito, estimular a paz e o respeito pelas diferentes culturas, proteger o meio ambiente e os valores humanos básicos, encorajar a excelência e a proeza de acordo com os ideais olímpicos e desenvolver o sentido de continuidade da civilização.

O meu pronunciamento, nesse contexto da educação física e do esporte como mecanismo de cidadania, diz respeito à importância do profissional de educação física, seja na escola, seja no esporte, na implementação ou na valorização e na descoberta dos valores.

Na minha apresentação, há a imagem de um fato ocorrido recentemente e que chocou muita gente. Trata-se de uma briga em um jogo no Maracanã, do Fluminense contra o Cerro, na semifinal de um campeonato de futebol. Isso foi divulgado por diversas redes e pela internet, amplamente, pois foi uma das piores brigas ocorridas nesse estádio nos últimos anos. Se assistirmos aos vídeos na internet, verificaremos que um jogador do Fluminense, desesperadamente, tentava impedir a briga. Ele abria os braços e corria de um lado ao outro, cercando os colegas e o pessoal do Cerro. Ele fez de tudo para impedir a briga. Onde esse atleta aprendeu esses valores? Será que foi nas aulas de Educação Física? Será que foi durante o seu treinamento esportivo? Será que foi durante o seu desenvolvimento como atleta de alto nível? Ninguém sabe a resposta.

Talvez os valores que o esporte pode nos dar devam ser matéria da Educação Física nas escolas. Estamos perdendo e abandonando os valores, e a educação física é um dos principais meios para darmos significado e continuidade a alguns desses valores que citei.

Se derem uma olhada, verificarão que, independentemente de o Fluminense ou o Cerro estar certo, esse atleta tinha um valor, que era o de evitar o conflito, a briga e a agressão.

Para finalizar, gostaria de deixar a seguinte mensagem: a ação da educação física nesse aspecto da cidadania é a de eleger valores, ter valores nos quais focar e desenvolver valores em todas as pessoas que passam pelas nossas mãos, pelas mãos dos profissionais de educação física, pois somos responsáveis por elas. Educação física e esporte como mecanismo de cidadania, para nós, é construir valores. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Prof. Muzzi. Agradeço a todos a compreensão. A Assembleia viveu um problema técnico sério. Mas creio que todos nós, do esporte, da educação física, estamos acostumados com as intempéries, pois às vezes passamos por esses momentos. Quero agradecer a compreensão de todos. Esse problema técnico nos traz uma situação diferente. O que ocorre é que os que fariam neste momento o farão amanhã. A extensão dos problemas elétricos demandará uma intervenção mais efetiva a fim de normalizar o fornecimento de energia em todo o prédio. Por essa razão, será necessário encerrar os nossos trabalhos desta manhã, pelo que já apresentamos nossas desculpas a todos os presentes, em especial aos nossos ilustres palestrantes, cujas intervenções serão transferidas para amanhã.

Informamos que o seminário prosseguirá normalmente à tarde, a partir das 14 horas, com os grupos de trabalho que se reunirão na Escola do Legislativo, localizada nas proximidades desta Casa, na Av. Olegário Maciel, 2.161. Amanhã, os nossos trabalhos serão reiniciados neste Plenário, a partir das 9 horas, seguindo a programação prevista, que incluirá as palestras programadas para hoje: "Panorama do esporte de formação e de participação no Estado de Minas Gerais", que será proferida pela Sra. Márcia Campos Ferreira, Superintendente de Esporte Educacional da Secretaria de Esportes e da Juventude; e "Educação física escolar", que será proferida pela Profa. Raquel Elisabete Santos, Subsecretária de Educação Básica da Secretaria de Educação.

Hoje à tarde, teremos os grupos de trabalho. O grupo 1, com o tema "Esporte de formação e de participação: legislação, regulamentação profissional e políticas públicas", terá como coordenador o Sr. Paulo Sérgio de Oliveira, Presidente da Associação Mineira das Federações Esportivas - Amife -; o grupo 2, com o tema "Educação física escolar: agentes, estrutura e legislação", será coordenado pela Profa. Anísia Sudário Daniel, membro do Conselho Regional de Educação Física - Cref - da 6ª Região; e o grupo 3, com o tema "Esporte como mecanismo de cidadania: aspectos educacionais, promoção da saúde e prevenção à criminalidade e à exclusão social", será coordenado pelo Prof. Dalton Ribeiro de Carvalho, membro do Conselho dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior em Educação Física - Condiasef-MG.

Tenho mais um aviso: convidamos todos a visitar a exposição do 2º Simpósio de Esporte da Escola - Boas Práticas na Educação Escolar, que se encontra instalada no Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema, no andar térreo. Há também alguns projetos expostos aqui, mas a maioria deles - são mais de 100 - está no andar térreo. Vale a pena ir até lá. Tive a oportunidade, ao participar de um simpósio no Uni-BH com a Profa. Alessandra, de fazer uma leitura dos projetos. Eles são muito interessantes, e os nossos professores estão de parabéns.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença do Exmo. Sr. Ismael Cardoso, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Ubes.

Agradeço muito a presença de todos - do Prof. Paolucci, do Prof. Emerson e de todos os que se envolveram na provocação à Assembleia Legislativa para que realizasse este seminário. Nós, que amamos tanto o esporte e a educação física, esperávamos com ansiedade por este momento, que é histórico para a Assembleia Legislativa. Aguardávamos a presença de vocês há muito tempo, pois essa discussão é muito importante. Vocês que conhecem a educação física e o esporte têm de trazer informações à Assembleia Legislativa. Aqui, na Assembleia, nasceu o projeto estruturador do esporte em Minas Gerais, o Minas Olímpica, por meio do trabalho da Frente Parlamentar do Esporte. A presença de vocês fortalece a nossa posição. Durante a minha vida, aprendi que uma escola sem Educação Física é muito sem graça. Muitas vezes, na minha escola, perguntavam-me do que eu mais gostava. Eu, como era muito sincero, respondia que era do campinho, onde joguei tantas vezes, disputei campeonatos, aprendi muito, tive as minhas primeiras contusões. Parecia que não iriam melhorar, mas as contusões melhoram; basta fazer um tratamento.

Para mim é um sonho vê-los aqui, enchendo as galerias da Assembleia Legislativa. Por várias vezes, víamos diversos segmentos sendo representados nesta Casa, lotando as galerias. Lembro-me da época em que estávamos votando, em 1º turno, o projeto de lei que deu origem à Lei de Incentivo ao Esporte, de minha autoria. Havia apenas uma pessoa na galeria. Estava ali, daquele lado, segurando uma faixa: "Apoio a Lei de Incentivo ao Esporte". Era o Prof. Wadson Lima. Foi o único. Agora estamos vendo tantas pessoas apoiando a educação física, o esporte, mostrando para as autoridades a importância deles. Muitas pessoas estão envolvidas na formação das boas práticas na vida das crianças e dos adolescentes. Para nós, este é um momento histórico, um momento de muita alegria. Na Assembleia Legislativa, a democracia funciona mais ou menos de acordo com a temperatura: se o fogo estiver muito baixo, nada acontece, mas, quando o fogo chega nessa altura, isto é, quando há mais de mil inscritos, aí todos pulam para resolver os problemas.

As nossas crianças, os nossos jovens, os nossos adolescentes dispõem de espaços generosos na escola. Sonho com uma pista de atletismo emborrachada, penso na melhor pista. Penso em piscinas, porque água é muito importante para as crianças; faz bem principalmente para aquelas que têm problemas de respiração. Sou do tempo em que existiam nascentes de água em Belo Horizonte, como as nascentes da Vila Oeste, em que nos banhávamos. Não existia a Via Expressa, mas campos de futebol. Sonho com quadras para ginástica, para os esportes que tanto amamos e para a saúde das crianças, que devem ser preparadas para uma vida de boas práticas.

Muito obrigado pela presença de vocês nesta Casa, que não é do Deputado João Leite, não é da Deputada Gláucia Brandão, não é do Deputado Domingos Sávio, mas de vocês. É a Casa do povo mineiro, é o Parlamento de Minas, é a Assembleia Legislativa.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 62ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/11/2009

Presidência da Deputada Gláucia Brandão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras da Sra. Presidente - Palavras da Sra. Raquel Elisabete Santos - Palavras da Sra. Márcia Campos Ferreira - Palavras do Sr. Rogério Romero - Palavras do Sr. Adailton Eustáquio Magalhães - Palavras do Sr. Sérgio Bruno Zech Coelho - Palavras do Sr. Alberto Martins Costa - Palavras da Sra. Silma Mendes Berti - Palavras da Sra. Matilde Fazendeiro Patente - Palavras da Sra. Elvira Cosendey - Palavras do Sr. Genderson Silveira Lisboa - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Weliton Prado - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Carlos Gomes - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - João Leite - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa - Tenente Lúcio.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Gláucia Brandão) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo "Esporte, infância e adolescência - caminho para a cidadania", com a apresentação dos seguintes temas: "Esporte de formação e de participação na infância e na adolescência", "Panorama do esporte de rendimento no Estado de Minas Gerais e políticas públicas", "Iniciação esportiva, competições e categorias de base", "Desporto para pessoas com deficiência", "Bioética-ética no esporte" e "Trabalho infantil no esporte".

Composição da Mesa

A Sra. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa; as Exmas. Sras. Profa. Raquel Elisabete Santos, Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, representando a Secretária de Estado de Educação, Vanessa Guimarães; e Márcia Campos Ferreira, Superintendente de Esporte Educacional da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude - Seej -; os Exmos. Srs. Rogério Romero, Secretário de Estado Adjunto de Esportes e da Juventude;

Adailton Eustáquio Magalhães, 1º-Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física - Cref - da 6ª Região, representando o Presidente desse Conselho, Cláudio Augusto Boschi; Sérgio Bruno Zech Coelho, Presidente do Minas Tênis Clube; e Alberto Martins Costa, Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia - UFU -; as Exmas. Sras. Silma Mendes Berti, Vice-Diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -; Matilde Fazendeiro Patente, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Belo Horizonte; e Elvira Cosendey, Presidente do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente - Fectipa -; e o Exmo. Sr. Genderson Silveira Lisboa, Procurador do Trabalho.

Registro de Presença

A Sra. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Sr. Wellerson Corrêa, Coordenador do Núcleo da Infância da Defensoria Pública.

Palavras da Sra. Presidente

Queremos esclarecer que hoje, em razão do problema de energia elétrica ocorrido ontem, haverá palestras de 10 pessoas. Contamos com a compreensão de todos, pois teremos de limitar o tempo de cada palestrante a 15 minutos, para que todos possam pronunciar-se. Peço, portanto, que sejam objetivos. Como professora de Educação Física, tenho muita honra e muito orgulho de presidir esta reunião. Parabenizo, mais uma vez, o meu colega João Leite e a Frente Parlamentar do Esporte, por nos brindarem com a oportunidade ímpar de debatermos, com profundidade, os problemas e as potencialidades do esporte e da educação física como instrumento importante na promoção da qualidade de vida das nossas crianças, dos nossos jovens e de toda a população de Minas e na promoção e garantia dos direitos das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Com muita alegria recebemos a todos. É importante debatermos políticas públicas e contarmos com a participação de vocês, apresentando sugestões à Assembleia e ao governo de Minas. Desse modo, traçaremos uma política pública de esporte, educação física e lazer que represente os anseios e as demandas dos profissionais dessa área. Em seu dia a dia, esses profissionais lutam com dificuldade, garra e determinação para que a sociedade mineira e o Brasil reconheçam a importância da educação física - área de conhecimento e componente curricular obrigatório - e do esporte como política pública que contribui para a formação do indivíduo e da sua integralidade, para o desenvolvimento de valores que garantam a formação do ser como cidadão de direitos e deveres, conhecedor de seus limites corporais, emocionais e intelectuais e que trabalhe na perspectiva de se tornar um cidadão de bem, interferindo positivamente na sociedade, a fim de que, juntos, possamos construir a sociedade que tanto sonhamos - justa, equânime, igualitária. Estamos aqui para realizar um debate detalhado, com profissionais da área, doutores, mestres, gestores, professores e vocês, na busca de subsídios para a elaboração de leis e ações que concretizem a tão sonhada política de esporte e lazer.

Para aproveitarmos melhor o tempo, quem desejar apresentar alguma pergunta aos nossos palestrantes pode pegar na pasta uma ficha para isso. No final da última palestra, concederemos 10 minutos para que possam encaminhar à Mesa as fichas com as perguntas, para distribuírmos aos nossos palestrantes. Gostaria que informassem os seus "e-mails" para envio posterior das respostas, caso não haja tempo para responder tudo hoje.

Ao final deste seminário legislativo, criaremos uma comissão de representação para acompanhar os trabalhos do Legislativo e outros. Ela será composta por 15 representantes das diversas entidades. As entidades representativas do esporte e da educação física que tiverem interesse em participar dessa comissão de representação na Assembleia Legislativa deverão fazer inscrição até as 10 horas de amanhã, sexta-feira. Caso haja um número maior de inscritos, teremos de realizar uma eleição amanhã, na plenária final, para escolhermos os 15 representantes.

Neste momento iniciaremos o painel "Esporte de formação e de participação na infância e na adolescência", que não pôde ser apresentando ontem, em razão de problemas técnicos.

Palavras da Sra. Raquel Elisabete Santos

Bom dia a todos. Cumprimento a nossa colega e professora Deputada Gláucia. Por seu intermédio, cumprimento os demais componentes da Mesa. Companheiros, colegas, senhoras e senhores, não farei uma palestra; mostrarei a proposta da Secretaria de Educação para a educação física escolar.

A proposta da Secretaria de Educação tem, como suporte básico, implantar e implementar, nas escolas públicas de Minas Gerais, uma educação física escolar diferenciada e inovadora, atenta a todos os desafios que hoje as escolas estaduais enfrentam, ou seja, uma educação integral para crianças, adolescentes e jovens. Esse é o objetivo educacional da Secretaria de Educação para a educação física escolar. Esse objetivo maior tem como suporte os compromissos da educação mineira. Seleccionamos, para esse trabalho nos últimos anos, cinco compromissos a fim de desenvolver a educação básica, para atender a todos, crianças, jovens, adolescentes e adultos. Eles estão dentro de uma política educacional que oferece uma educação de qualidade. Os cinco compromissos da política educacional são esses apresentados. Especificamente, todos eles levam a um objetivo maior, a uma proposta maior, ou seja, oferecer uma educação de qualidade a todos os mineiros. A educação, como está demonstrada na tela, é direito do educando, dever da família e do Estado. Por isso, cada vez mais a sociedade, a família e todos os segmentos têm de estar unidos, porque a escola sozinha não dá conta de oferecer uma educação de qualidade, mesmo com uma colaboração entre todos esses segmentos que mencionei: governo, instituições formadoras, entidades responsáveis pelo exercício profissional e a sociedade em geral, que sempre perseguem o pressuposto básico de sucesso do processo ensino-aprendizagem. Não podemos perder de vista isso. A função da escola é basicamente ensino-aprendizagem. Todos esses organismos devem trabalhar para que o aluno passe pela escola e tenha uma trajetória de sucesso no ensino e na aprendizagem.

Quanto à educação física escolar, como eu disse na Secretaria de Educação, a escola sozinha não dá conta. Por isso, temos todos esses parceiros. Precisamos de mais. Sei que há muitas escolas que ainda não estão satisfeitas com o que está acontecendo. Mas estamos chegando lá. Temos quase 4 mil escolas. Estamos tentando equipá-las, capacitar os profissionais, adquirir materiais e padrões básicos. Há muitas escolas que ainda precisam ser atendidas, mas acredito que já fizemos, e temos provas disso, muitas coisas. É claro que não está no ponto que gostaríamos. Quando construímos uma quadra na escola, outras também querem construir. Hoje, já temos escolas com três quadras, e outras, com duas. Infelizmente, algumas não têm nenhuma. Estas têm apenas um espaço para a educação física. Temos, ainda, outras escolas em que os alunos, para a Educação Física, têm de atravessar a rua, porque o único lote que conseguimos para construir a quadra ou o ginásio poliesportivo é do outro lado da rua. Lidamos com todas essas dificuldades. Pela diversidade de Minas Gerais, temos de encontrar alternativas diversas para atender a todos os nossos objetivos. Trabalhamos com todos esses parceiros com o objetivo comum de consolidar, renovar, valorizar e dinamizar a educação física escolar. Não podemos perder de vista esse objetivo: a educação física escolar. E é no desenvolvimento dessa educação física escolar que vamos descobrindo os talentos, as habilidades e as competências dos alunos para os esportes de rendimento. Depois disso, precisamos de parceiros para nos ajudar, a fim de que os alunos tenham condições de desenvolver bem essas suas habilidades e competências.

Na Secretaria de Educação, a educação física escolar tem sua base pedagógica, fundamentação e pressupostos básicos sustentada nesses quatro pilares: esporte, ginástica, jogos e brincadeiras, danças e expressões rítmicas, prevenindo, acompanhando e trabalhando com práticas corporais presentes na história cultural da humanidade. E isso está nos nossos CBCs, que são os Componentes Curriculares dos Conteúdos Básicos Comuns da Educação Física. Esse material foi feito por um grupo de profissionais da Universidade Federal de Minas Gerais e de professores das escolas estaduais. Eles ficaram em Belo Horizonte durante um mês discutindo todas as práticas de como desenvolver esse trabalho da educação física escolar. As finalidades da educação física são propiciar ao aluno oportunidade de desenvolver todos estes aspectos -

não vou ler, porque o tempo está correndo. Todos os pressupostos básicos da educação física que os profissionais da escola vão desenvolver estão nos CBCs. Esses conteúdos básicos curriculares preveem atividades e conteúdos de um terço da carga horária do profissional. Os outros dois terços ficam a cargo do profissional e do projeto pedagógico da escola. O trabalho com esses CBCs envolve conteúdos, atividades, alternativas que o sistema público gostaria que todos os alunos recebessem e participassem, para sistematizarmos a política de educação física escolar em Minas Gerais. As diretrizes para o ensino da educação física voltada para a formação cidadã também estão baseadas em todos esses aspectos que o próprio CBC trabalha, como as capacitações continuadas, as formações, os cursos de capacitação. Adotamos essas linhas e diretrizes para preparar os professores de educação física da escola pública de Minas Gerais. Enfim, são todos estes aspectos, sem perder nenhum deles. Observem que partimos do primeiro - corpo concebido na sua totalidade - e avançamos para todos os outros aspectos que a disciplina Educação Física tem condição de trabalhar.

Temos exemplos, práticas e conhecimentos de como muitas escolas conseguiram resolver problemas graves de aprendizagem, de convivência, de relacionamento e de violência por meio do projeto pedagógico da Educação Física. O projeto Escola Viva, Comunidade Ativa é voltado para escolas localizadas em conglomerados de vulnerabilidade social, que tinham problemas seriíssimos de violência e de relacionamento. Hoje não têm mais nenhum desses problemas, porque, através da proposta da educação física escolar, conseguiram resolvê-los. Isso é o que a Secretaria de Educação espera de todas as escolas, porque a Educação Física é um grande aliado na formação da criança, do jovem e do adolescente. Os princípios metodológicos da Educação Física escolar são reconhecimento e valorização das experiências prévias dos alunos; consideração da diversidade cultural como ponto de partida da educação inclusiva, também hoje um pressuposto importante para nós, porque estamos lidando, nas escolas, com diversidade e não podemos perder de vista esses pontos, esses princípios metodológicos; integração, teoria e prática; interdisciplinaridade; e avaliação processual e permanente. É a Educação Física numa perspectiva lúdica, inclusiva e interdisciplinar, alicerçada na ética e no compromisso social dos docentes e nos envolvimento da comunidade escolar. Ontem a Profa. Vanessa disse que já temos várias escolas com propostas de abertura nos finais de semana com o intuito de aproximar a comunidade da escola. Esse é um dos pilares da educação pública e, dependendo do Município e do distrito, às vezes, o único espaço existente é o da escola. Então, trabalhamos com todas elas para que esses espaços, as quadras e os ginásios poliesportivos sejam divididos com a comunidade. Quando esta se aproxima da escola, todo seu cotidiano fica mais fácil. O relacionamento entre a comunidade e os alunos fica mais saudável. Como uma das ações que a Secretaria de Educação tem realizado no campo da Educação Física escolar, lembramos a construção e reformas de quadras poliesportivas. Nos últimos anos, já construímos e reformamos 1.390 quadras de escolas. Essas quadras não são esportivas para um esporte de rendimento, mas têm respondido aos nossos anseios dentro da proposta da Secretaria de Educação. É claro que há boas condições em muitas escolas que possuem ginásios poliesportivos e quadras muito bem montadas, mas infelizmente não temos isso em todas. Sonhamos com isso um dia, até porque a perspectiva e a demanda nos mostram que muito em breve precisaremos de escolas de tempo integral. Contudo, para pensarmos em uma escola de tempo integral, o primeiro espaço que deveremos elaborar será o que proporcione boa educação física, com todas as alternativas e atividades que possam ser realizadas na escola. Do contrário, a escola de tempo integral, em vez de ser um benefício para os alunos, poderá ser um tortura. Então, precisamos pensar nisso. Todas essas ações foram e estão sendo desenvolvidas pela Secretaria de Educação, que também investe nos projetos que as escolas, de acordo com sua proposta pedagógica, têm desenvolvido para a educação física escolar. Concluindo, a educação física, na rede pública estadual de ensino, está comprometida com a construção de uma escola como tempo e espaço de vivência sociocultural e aprendizado de saberes e desenvolvimento do sujeito, considerando a pluralidade das potencialidades humanas e valorizando o conhecimento, a arte, a estética, a identidade, o sentimento, a emoção e as múltiplas linguagens. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Queremos agradecer e parabenizar a Profa. Raquel, em primeiro lugar, pela propriedade. Ela não é professora de Educação Física, mas fala com propriedade. Parabenizo-a pela sua participação e por concluir sua exposição no tempo certo. Depois teremos os debates e a oportunidade de nos aprofundar nessas questões.

Palavras da Sra. Márcia Campos Ferreira

Procurarei ser bastante disciplinada, a fim de encerrar o meu pronunciamento antes do toque da campainha. Bom dia. É uma satisfação estar aqui com vocês, como Superintendente de Esporte Educacional da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude. É também uma satisfação ver uma platéia com tantas pessoas, que representam tantos entes diferentes da sociedade, como professores, alunos, Conselhos e Secretarias Municipais, o que atesta a relevância da discussão em pauta e a importância do esporte para os Municípios, para as escolas e para a sociedade de um modo geral. Na pessoa da Deputada Gláucia Brandão e do Deputado João Leite, cumprimento todos os membros da Mesa. Agradeço também a oportunidade de a Secretaria participar deste debate, que, para nós, é muito importante. Mais do que estarmos discutindo o assunto, temos acompanhado o processo. O que temos feito em relação ao esporte educacional? Quando falamos em esporte educacional, referimo-nos não só às questões pertinentes à escola, mas também ao aspecto educacional e à formação de pessoas, que é o que o esporte proporciona na sociedade de um modo geral. Trouxe essa lâmina para, rapidamente, dizer o seguinte: muitos de vocês já sabem que a formação por meio do esporte e do esporte educacional faz parte do projeto estruturador do Estado. Isso é importante, pois, muitas vezes, ao discutirmos com os professores, percebemos que há um sentimento de estarem alijados de muitos processos de discussão na sociedade e das prioridades, como se, constantemente, tivéssemos de constar nessas agendas prioritárias. É importante dizer que, no Estado, hoje, há uma agenda que prioriza uma série de ações, que denominamos projeto estruturador. As ações voltadas para o esporte educacional estão, principalmente, ligadas a essas áreas de resultado: educação de qualidade, uma vida saudável e o protagonismo juvenil. Assinalarei as principais ações e o que tem sido feito de concreto pela Secretaria. Ressalto que falarei sobre dados, mas, neste tempo e em uma apresentação fria como esta, não conseguirei expressar o quanto é rica e importante a modernização desses esforços, para que novas ações, frutos das discussões realizadas, sejam implementadas. A realidade e a vivência do esporte educacional é muito mais rica do que serei capaz de expressar aqui, mas é importante que eu comunique à sociedade os resultados e como estão sendo organizadas as nossas políticas. Os Jogos Escolares de Minas Gerais - Jemg -, que seguramente são conhecidos por grande parte dos presentes, ocorrem desde a década de 70, com o objetivo de aprimorar e ampliar a prática esportiva nas escolas, desenvolvendo uma educação pelo esporte e buscando avanços no desempenho escolar, com o entendimento de que o aluno é um todo. Assim como o acesso ao esporte é um direito, ele tem também, em sua formação, essa contribuição para a sua trajetória escolar, a fim de que seja melhor e bem-sucedida. Qual é o público priorizado nessa ação? Esse público é composto pelos adolescentes de 12 a 16 anos. Ao longo dos últimos três anos, houve um esforço muito grande em qualificar os agentes esportivos municipais, na tentativa de ultrapassar aquela lógica de que o Jemg é um evento. Ele deve fomentar e contribuir para o desenvolvimento do esporte onde for realizado e, de um modo geral, atuar crescentemente como uma política pública que ajude a desenvolver o esporte e as ações que acontecem na escola. Ele não pretende ser um evento, mas um catalisador de todo um processo que fundamenta o desenvolvimento do esporte na escola. Foram qualificados vários agentes esportivos e, praticamente, 70% são locais, ou seja, não é mais necessário aquele deslocamento dos grandes centros para as cidades menores, para a realização dos jogos. Foi também implantado um "site" e todo um processo eletrônico para, crescentemente, podermos confiar nos dados e tomarmos decisões mais compartilhadas com a sociedade, com mais clareza sobre: onde os recursos devem ser melhor aproveitados, que tipo de organização deve atender às demandas locais, a confiabilidade dos dados, a rapidez e o conforto para quem participa. Temos apoiado, de forma crescente, as Superintendências Regionais de Ensino - SREs. Acompanhamos os Municípios na realização, porque os jogos têm quatro etapas, ou seja, municipais, microrregionais, regionais e estaduais. O Estado atua mais próximo das pessoas que organizam as etapas iniciais para qualificar essas ações. É também um esforço no aprimoramento da gestão e da execução dos jogos em si. Agora, irei falar sobre os números de escolas, de Municípios e de participantes. Esses recortes vêm das informações possíveis de serem organizadas para expressar esses dados. Fechamos este ano com a participação de 4.249 escolas. O número de Municípios participantes havia sido mencionado pelo Secretário Gustavo Corrêa. Fechamos 2009 com 604 Municípios participantes. Podemos ver que, nos últimos anos, tem sido expressivo o crescimento do número de atletas participantes. Esse dado referente a 2009 decresce um pouco, porque a informação é incluída na inscrição pelos próprios Municípios, mas grande parte deles não repassou os dados. Sabemos que isso permanece, seguramente, na casa de 2008.

Outra ação que realizamos, em uma parceria muito forte com a Secretaria de Educação, foi o aprimoramento do esporte escolar com foco na escola de tempo integral. Assim como houve uma produção, conforme palavras da Profa. Raquel, dos conteúdos básicos curriculares - CBCs -, houve a preocupação em constituir-se, de forma compartilhada, uma metodologia de ensino para a escola de tempo integral. Sem perder

referências e aproveitando o material produzido para os CBCs da Secretaria de Educação, foram feitos dois cadernos pedagógicos abordando oito temas, numa perspectiva bastante metodológica, bem fundamentada e prática, a fim de auxiliar os professores de Educação Física no enfrentamento da realidade da escola e com boa base para desenvolver seus trabalhos. Os princípios adotados foram os da interdisciplinaridade, ludicidade e inclusão. Os oito temas foram jogos e brincadeiras, atletismo e ginástica, futebol, peteca, capoeira, dança e brinquedo. Essa ação não se restringiu apenas à produção de material e disseminação da metodologia. Foi possível verificar isso no pronunciamento feito ontem pela Profa. Vanessa, que ressaltou a importância de qualificar-se, de forma crescente e permanente, os professores. Entre 2008 e 2009 foi possível qualificar-se 1.227 professores. Participaram quatrocentos e poucos Municípios no primeiro ano e trezentos e poucos no segundo ano. Esse número de Municípios se explica pelo fato de escolas distintas no mesmo Município participarem da qualificação nos dois anos. Foram 46 Superintendências Regionais de Ensino.

Foi instituída uma rede descentralizada de qualificação, com base em parcerias com universidades, instituições de ensino superior. Foram constituídos sete polos, a fim de que essa qualificação fosse feita. Foi possível realizar, em quatro momentos, quatro capacitações de corpo docente dessas instituições, a fim de que se viabilizassem as qualificações dos professores. Foi possível realizar também, nesses três anos, três módulos de qualificação para os professores. Houve também uma grande preocupação em avaliar e monitorar esse processo, até mesmo para rever se a forma de propor, de disseminar essa metodologia estava sendo adequada. Houve um trabalho estruturado por meio da Fundep. A base dessa avaliação foi um diagnóstico sobre as condições da educação física na perspectiva do professor e da observação da visita a essas escolas. Após cada um dos módulos de qualificação dos professores, foram feitas visitas às escolas. Questionários foram enviados para as famílias e foram feitas entrevistas com alunos, com professores e com dirigentes das escolas. Todas as pessoas que fazem parte do contexto do desenvolvimento da educação física escolar foram ouvidas. Esses dados estão sendo tratados e informados para a Secretaria de Educação, para que sejam publicados e sirvam de consulta e de contribuição para os debates da área. O processo de monitoramento e de avaliação dessa ação está sendo estruturado.

Outra ação é a do Minas Olímpica Nova Geração, que tem o objetivo de educação integral de crianças e de adolescentes, com foco no esporte e com dois outros eixos, que seria a pedagogia lúdica e a educação para a saúde. Para 2009, a meta é de 25 mil jovens e de 190 Municípios. Uma inovação ocorrida foi a possibilidade de estabelecer convênios plurianuais, que permitiam não nos preocuparmos tanto com a burocracia e mais com a qualidade do que está sendo desenvolvido nesses núcleos. Estamos estabelecendo parcerias com instituições de ensino superior para repensarmos e avaliarmos esses programas, com o compromisso de que tudo o que for feito e discutido com essas instituições sirva para melhorar o desenvolvimento do programa em todos os demais 190 núcleos e Municípios que participam do programa. Outra ação é o Programa Segundo Tempo, em parceria com o governo federal, que tem a meta de atender 40 mil jovens em 200 Municípios, começando este ano e indo até 2010 inclusive.

Por fim, uma ação que não é específica do esporte mas é pertinente às nossas discussões é a do desenvolvimento da atividade física em espaços públicos, com o Programa Saúde na Praça. Ele tem um foco específico em 25 Municípios com uma determinada equipe que será disponibilizada nesses locais, para que não só o espaço seja pensado como elemento para desenvolver a atividade física, mas que haja uma agenda esportiva e cultural fomentada por profissionais da área de educação física, fisioterapia e nutrição, contribuindo com uma cultura esportiva no Município, para que as pessoas, por intermédio da atividade física, revejam suas condições de saúde e de sociabilidade e se mantenham fisicamente ativas e socialmente saudáveis. O enfoque do programa é educativo e está centrado na promoção da qualidade de vida por intermédio da atividade física. Não só pretendemos desenvolvê-lo em 25 Municípios, mas também fazer um movimento para disseminar a cultura da atividade física em espaços esportivos. Em síntese, de forma muito rápida para não ultrapassarmos o limite do tempo e para não tumultuar a agenda, quero dizer que temos esse compromisso. É uma satisfação comunicar, de forma responsável, o que a Secretaria tem feito no âmbito do esporte educacional. Essas são as ações prioritárias. Convido todos a acessarem o "site". Temos o Prática Minas, que informa sobre o que está acontecendo e o que acontece na prática, que é muito mais do que aquilo que conseguimos dizer aqui. Agradeço a atenção de todos. Estamos à disposição para prestar qualquer esclarecimento.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Agradecemos à Profa. Márcia pela sua exposição. Parabênizo o Governador Aécio Neves publicamente pelo seu compromisso com o esporte em Minas Gerais; parabênizo a Secretaria de Esportes e da Juventude e a Secretaria de Educação pelo trabalho profícuo que realizam. Historicamente, é a primeira vez que as duas Secretarias trabalham em conjunto. Isso é fundamental. Estamos vivendo uma época que é a marca do Governador Aécio Neves, com a gestão de eficiência e de eficácia, perpassada pela intersetorialidade. O trabalho conjunto da Secretaria de Educação com a Secretaria de Esportes é fundamental, porque nossas crianças e jovens estão prioritariamente e diariamente nas escolas públicas. Esse trabalho conjunto potencializa recursos humanos e financeiros. Há também a preocupação da Secretaria de Esportes com a qualificação dos professores e profissionais de Educação Física, que é fundamental para elevarmos a qualidade do ensino. Parabênizo, de público, as duas Secretarias por esse trabalho conjunto, que já tem frutos visíveis. Tenho a certeza de que o caminho é esse. À medida que promovemos a intersetorialidade entre as Secretarias de Saúde e de Educação e a Sedese, temos potencialmente mais recursos financeiros e podemos implementar políticas públicas integradas que beneficiarão nossas crianças e adolescentes, cidadãos de Minas Gerais. Com a palavra, o Rogério Romero, Secretário Adjunto da Seej, que tem feito um trabalho maravilhoso à frente dessa Secretaria.

Palavras do Sr. Rogério Romero

Bom dia a todos. Queria agradecer o convite, parabenizar a iniciativa e, na pessoa do Deputado João Leite e da Deputada Gláucia Brandão, agradecer a presença de todos. Já estive aqui o Secretário Gustavo Corrêa traçando as linhas gerais do esporte na infância e na adolescência, especificamente na perspectiva da Secretaria de Esportes e da Juventude. A Subsecretária Raquel esteve aqui antes, falando especificamente do esporte no âmbito da educação física escolar; agora, a Márcia Campos explicou um pouco a nossa linha de atuação na área do esporte educacional; e falarei um pouco sobre o esporte de rendimento, tema muito caro para mim, que tive a oportunidade de participar de jogos olímpicos. Com a perspectiva do Rio 2016, esse tema tem que ser tratado com a devida relevância. Em termos conceituais, está aí a Lei Pelé. Fica entendido que o desporto de rendimento é praticado segundo regras nacionais e internacionais com a finalidade de obter resultados, integrar pessoas e comunidades dos países, e essas com as outras nações. Esse é o conceito geral do esporte de alto rendimento, e temos que saber separar, já que existe o esporte de participação e o de rendimento, que não é para todos. Precisamos saber que aquela pessoa nasceu com um dom, teve a capacidade, se esforçou e teve um ambiente propício para chegar a um alto rendimento. Temos aqui um dado específico da participação de atletas mineiros nas últimas duas Olimpíadas - em Atenas, 2004, foram 22 atletas; em Pequim, 2008, foram 29. É claro que existe um limite de crescimento, mas todos nós desejamos que, em Londres, a participação de Minas Gerais seja ainda mais representativa e esperamos ainda que, no Rio, em 2016, haja uma seleção condizente com o tamanho do nosso Estado. Quando falamos de política pública na área de esporte no governo de Minas, falamos também no projeto estruturador que nasceu nesta Casa: o Minas Olímpica. Esse nome remete à Olimpíada, mas, quando foi lançado, em 2005, não imaginávamos que o Rio seria contemplado com a Olimpíada - parabéns a todos. Com esse nome, na verdade, investimos mais na base. É claro que agora, com o advento da Olimpíada no Brasil, teremos realmente que rever algumas prioridades, mas existe uma ênfase constitucional no esporte educacional. Vou demonstrar aqui que tentamos apoiar os talentos que surgem - e eles surgem em qualquer lugar do Estado. Temos aqui também um projeto expressivo: o Minas Paraolímpica - e estamos aqui com a Rosana, coordenadora do projeto. Está aqui o Prof. Alberto que falará depois, pois, em Uberlândia, haverá um centro de referência para o paradesporto do Brasil, ou seja, Minas está virando referência nesse tema. Neste ano, procuramos trabalhar na questão de orientação, pois haverá uma demanda para tratar desse público.

Temos as Olimpíadas de 2016, mas também temos as Paraolimpíadas. Temos, dentro do próprio Jimi, quatro modalidades para tentar incentivar esse fomento às Paraolimpíadas. Neste ano fizemos a primeira oficina de esportes para pessoas com deficiência. Tivemos o apoio de algumas equipes nacionais e internacionais. Normalmente, o recurso humano, o atleta, nós temos. O que falta é o profissional capacitado para lidar com os mais diferentes públicos. Não basta chegar lá e lidar com as quatro modalidades coletivas. Temos 30 esportes olímpicos, temos os esportes paraolímpicos e os não olímpicos. Será que o profissional está sabendo lidar com o badminton, que é um esporte olímpico, ou o golfe,

que entrou agora? Temos que dar essa gama de oportunidades para que o atleta tenha condições e o profissional saiba passar o seu conhecimento da melhor maneira possível.

Nesse quadro, temos a abrangência do programa Oficina de Esportes, que atinge cerca de 30 cidades em quase todas as regiões do Estado. Temos um mapa de atuações no Estado e também, o trabalho feito com parcerias, que é uma diretriz do Governador Aécio Neves. O Estado não consegue trabalhar sozinho. Temos que unir forças. O recurso orçamentário é limitado, mas a demanda não. Contamos com a compreensão e o apoio de todos. Como estão chegando a Copa do Mundo e as Olimpíadas, temos que pensar num programa de voluntariado. Vocês não imaginam como funciona um programa desses. Em todos os países sedes de Copa do Mundo ou de Olimpíadas, o sistema de voluntariado funcionou muito bem. Às vezes a pessoa quer contribuir, mas não sabe como fazer isso. Então, temos que fazer uma discussão sobre o apoio voluntário.

Nesse quadro, vemos os parceiros específicos do programa Oficina de Esportes: o Sesi, a UFMG, a Ufla, a Uniaraxá, as Prefeituras, clubes e associações. Nesse quadro vemos o atendimento. Vocês podem estar se questionando por que o atendimento caiu, mas não é demérito refletir se o projeto estava dando ou não o resultado que esperávamos. Como não estava, focamos mais em equipes e em parceria com as federações esportivas. Todos os 2.500 atletas participam dos campeonatos mineiros ofertados por essas federações mineiras. Pouco menos da metade dos atletas foram atendidos no ano passado nas mesmas modalidades, porém vocês podem ver que o número de equipes é quase o triplo e também temos quase o triplo de atletas participando dos campeonatos. Realmente, pegamos uma equipe mais selecionada e procuramos focar no seu desenvolvimento.

Aqui temos um gráfico que, por si só, mostra que a nossa correção foi acertada.

Esse outro gráfico mostra que as competições são essas ofertadas pelas federações mineiras. Temos o número, em porcentagem, de atletas, que ainda não está consolidado, porque o ano não fechou. Até o momento temos 64% dos atletas participando dessas competições. Ou seja, já não estamos falando de iniciação esportiva, mas de convicção.

Temos, para exemplificar, alguns resultados deste ano. Consolidamos participação em um mundial, temos campeão sul-americano em várias modalidades como judô, ginástica, vôlei e natação. Essa é a nossa forma de prestar contas à sociedade. A unidade Clã Delfos é referência no atletismo e foi campeã do Campeonato Estadual Mineiro. Eles têm grandes chances de chegar lá e ter um talento que possa defender a bandeira mineira nas Olimpíadas de 2016.

Temos outras fotos. Além da oficina de esportes, o Minas Olímpica apoia sistematicamente os campeonatos das federações esportivas. Importantes campeonatos também estão vindo para cá. Temos, pela primeira vez, a Copa do Mundo de Natação, a Copa do Mundo de Judô, o Desafio Internacional de Judô, a Copa Davis de Tênis, enfim, uma série de competições internacionais. Todo ano, a Liga Internacional de Vôlei está no Mineirinho. Nosso foco é trazer campeonatos internacionais para cá a fim de fomentar a prática de esportes. Ao mesmo tempo, tentamos trazer os atletas dos nossos projetos para que o pessoal do interior e mesmo da região metropolitana veja que o atleta de alto rendimento não tem nada de diferente dele. São dois braços, duas pernas, cabeça, enfim, realmente mostrar que ele também pode chegar lá. Isso instiga a pessoa a participar de um campeonato, o que pode levá-la a sonhar cada vez mais alto. Aí estão algumas fotos das equipes apoiadas pela oficina de esporte em 11 modalidades. Neste ano, investimos em diversas federações cerca de R\$1.700.000,00. No ano passado, foram aproximadamente R\$2.000.000,00. Como a Profa. Raquel falou, ela construiu e reformou 1.300 quadras nos últimos três, quatro anos. Como o Secretário Gustavo disse, construímos ou reformamos mais de mil equipamentos esportivos, entre quadras, ginásios, enfim zeramos o déficit de quadra coberta em Minas Gerais. Foram construídas quase 200 quadras esportivas em todo o Estado.

Por iniciativa da Assembleia Legislativa, temos a Lei de Incentivo Estadual, em que há a dimensão do esporte de alto rendimento. O Governador Aécio Neves sancionou a Bolsa-Atleta. Vamos regulamentá-la. Ontem, o Prof. Silami falou sobre o "doping", que é um tema muito ligado ao esporte de alto rendimento. Recentemente, o Ministro anunciou a criação de uma agência brasileira para o combate ao "doping". O tema é relevante, pois muitas pessoas buscam, a qualquer custo, uma medalha, o recorde, o tempo, a vitória. A maioria aqui presente, acredito que profissionais de educação física que lidam com o atleta, deve ter a consciência de orientá-lo o melhor possível, sabendo que existe um vencedor, mas que os demais não são necessariamente perdedores. O objetivo de cada um é pessoal. Às vezes, o que chegou em 5º lugar está mais satisfeito que o 2º colocado. Trata-se de tentar passar esse tipo de conscientização para o atleta; convencê-lo de que, se não ganhar, não será o fim do mundo. As pessoas estão em busca do resultado fácil. Na verdade, não existe segredo. A fórmula do resultado é treino, treino e treino. A estrutura ajuda, e a capacitação dos treinadores é essencial para o bom resultado do atleta.

Outro tema, além do "doping", é a ciência do esporte, que temos a felicidade de ter, junto com a UFMG. A partir de uma parceria com a Universidade, está em construção uma pista de atletismo, no Centro Esportivo Universitário, onde teremos o sonhado centro de treinamento para a região metropolitana. Obrigado, estou à disposição para o debate.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Agradecemos a participação do Rogério Romero, que nos apresentou um panorama sobre a política pública voltada para o esporte de rendimento no Estado de Minas Gerais.

Conversando com o João Leite, externei minha felicidade pela participação da Assembleia Legislativa e por seu compromisso com o desenvolvimento do esporte em Minas Gerais. O Deputado falou sobre a aprovação da Bolsa-Atleta e da lei de incentivo, de sua iniciativa, e sobre a inclusão do Minas Olímpica como projeto estruturador no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que também contou com a participação do Deputado João Leite na articulação com nosso Vice-Governador Anastasia. É importante termos nesta Casa pessoas que entendam das políticas públicas de esporte, da importância do esporte e da educação física na contribuição para o desenvolvimento humano, econômico e social do Estado de Minas Gerais. Agradeço de público a esta Casa, que vem trabalhando em prol do desenvolvimento do esporte em Minas Gerais.

Palavras do Sr. Adailton Eustáquio Magalhães

Cumprimento a Profa. Gláucia Brandão, Presidente da Mesa dos trabalhos. Estou muito satisfeito por estar aqui e agradeço o convite para participar desta reunião. Na pessoa do Deputado João Leite, cumprimento todos os membros da Mesa. Parabéns a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste seminário. Cumprimento a todos os presentes. Estou aqui ocupando o espaço do nosso Presidente, Prof. Cláudio Boschi, que não pôde comparecer, uma vez que foi convidado para representar Minas Gerais na sessão que outorgará ao Presidente do Comitê Olímpico Internacional o título de "Honoris Causa" na Universidade do Porto, em Portugal.

Coube-me falar sobre o "Panorama do esporte de rendimento no Estado de Minas Gerais e políticas públicas". Confesso que é extremamente difícil falar depois do Secretário Adjunto Rogério Romero, que tem larga experiência e vivência nessa área e que tão bem expôs o tema.

Tentarei, acanhadamente, falar sobre o tema. No passado, no Minas Tênis Clube, antes de ir para Ouro Preto, onde trabalho na Universidade Federal, tive contato com o esporte de alto rendimento. Mas hoje confesso que estou um pouco afastado, mas temos a obrigação de estar aqui,

contribuindo de alguma maneira. Dessa forma, conseguimos ver que o esporte de alto rendimento também pode ser compreendido como esporte de elite, esporte de alta competição, de alto nível e, ainda, esporte de alta prestação.

Segundo o Prof. Tubino, que muito contribuiu para o desenvolvimento do esporte não só brasileiro, mas também mundial, com grandes obras escritas, sendo a última o "Dicionário Enciclopédico do Esporte", "o esporte de rendimento, como a própria expressão esclarece, compreende práticas esportivas em níveis elevados, que são acompanhados de um treinamento de alto nível pelos atletas, equipes e por uma tecnologia avançada". Essa colocação do Prof. Tubino leva-nos a ver que o esporte de rendimento não é para qualquer um. É aquele pinçado nas bases, em que os atletas são levados a cumprir um papel de resultados, de altíssimos resultados. Para isso, há um trabalho mais apurado, que envolve não só uma estrutura mínima de treinador, mas também de preparador físico, com o apoio de outros profissionais. Hoje não se tem um treinamento esportivo sem o acompanhamento de psicólogos, fisiologistas, etc. Não dá para o esporte de rendimento estar simplesmente na base. Precisa de uma estrutura mais equipada, no caso, os clubes, que vejo como uma porta.

O Prof. Tubino continua, dizendo: "O esporte de rendimento é o esporte disputado nos jogos olímpicos". São campeonatos mundiais, circuitos profissionais de várias modalidades, "X-games" e outras competições constantes dos principais eventos internacionais do esporte de desenvolvimento. O esporte de rendimento é marcado como uma manifestação do esporte profissional, e, ainda, os records são uma das resultantes do esporte de rendimento, principalmente nos chamados esportes individuais. É um esporte que busca a melhor "performance" possível em nível coletivo e individual. Vale lembrar que, nos últimos anos, os países que estão sediando as Olimpíadas fazem um investimento acentuado e cada vez maior nos esportes individuais, porque eles representam uma medalha a mais no importante quadro de medalhas. Os esportes individuais, por isso, estão sendo muito valorizados pelos países que sediam os jogos, como será o caso do Brasil em 2016.

Em relação ao esporte de rendimento, tentei entender a sua estrutura. Quem tem a obrigação primeira de realizar, por exemplo, os jogos olímpicos é o Comitê Olímpico Internacional. No caso do Brasil, o Comitê Olímpico Brasileiro, em nível nacional; as confederações, também em nível nacional; as federações, em nível estadual; e os clubes, em nível municipal. Nessa estrutura, procurei pinçar, entre as diversas manifestações esportivas, alguma que pudesse fazer um gancho em relação à profissão de educação física, que aqui represento, para saber como esse profissional poderia trabalhar para chegar ao esporte de alto rendimento.

Gostaria de frisar que o esporte escolar não é a única nem a principal ferramenta, mas, sem dúvida, a mais importante ferramenta para possibilitar a descoberta não só de talentos, mas de atletas mais habilidosos, que têm maior afinidade com a parte esportiva. A escola não está aí para buscar talentos; ela é, sem dúvida, uma parceira de primeira hora. É o profissional de educação física, que está lá na base, quem dirá: "Este aqui tem chance. Você tem a possibilidade de ser um atleta de maior nível além dos muros da escola". Este é o meu pensamento. Por isso, tomei a liberdade de fazer um gancho entre o esporte de rendimento e o esporte escolar. Aqui, uma ilustração que mostra o prazer e a tranquilidade do jovem. A falta de pressão contribui para que esse jovem responda com resultados fantásticos. Tubino disse o seguinte: "O esporte escolar é praticado pelos jovens de talento no ambiente escolar, com a finalidade de desenvolvimento esportivo de seus praticantes, sem perder de vista a formação dos mesmos para a cidadania". Tenho uma dúvida com relação à palavra talento, porque acho que talento é uma coisa muito forte. Pedindo licença ao saudoso Tubino, que foi um marco na história do esporte brasileiro, e gostaria de trocar a expressão "o esporte escolar é praticado pelos jovens de talento no ambiente escolar" por "o esporte escolar é praticado por indivíduos com habilidades mais apuradas, com maior facilidade que os outros no ambiente escolar".

Tubino disse, ainda, o seguinte: "Para o desenvolvimento de seus praticantes, o esporte escolar tem como referência o princípio do desenvolvimento esportivo, cujo objetivo é dar condições para que possam aumentar as suas potencialidades para a prática do esporte de rendimento". Aqui, ele mostra que, a partir da base, que é o contexto escolar, no meu caso, na minha proposta, é perfeitamente possível que um aluno nosso possa trilhar o caminho que vou colocar a seguir, que é o de o esporte escolar atingir os Jogos Olímpicos. Na sequência, faço o inverso daquela estrutura que apresentei. Apresentei o Comitê Internacional, o Comitê Brasileiro, as confederações, as federações e parei nos clubes. Aqui, atrevo-me a pegar as competições escolares, que devem ser desenvolvidas, logicamente, pelos órgãos competentes. As secretarias e as escolas devem estar irmanadas e trabalhando em conjunto. De acordo com a fala do Secretário e da representante da Secretaria de Educação, percebemos que essas competições escolares já estão sendo desenvolvidas de alguma forma. Observamos que esse é o caminho, ou seja, das competições escolares, vamos para as competições municipais, que podem ser desenvolvidas pelos clubes e pelas diversas organizações da sociedade. Aqui, as competições estaduais, que já envolvem as federações, às quais os clubes estão filiados.

Conseqüentemente, há as competições nacionais; depois, as internacionais - não necessariamente os Jogos Olímpicos: podem ser os campeonatos mundiais de cada modalidade -; e, finalmente, os Jogos Olímpicos. Seguiremos esse caminho, o que não ocorre de um dia para outro. Não faremos isso em dois, três ou quatro anos, mas abriremos a possibilidade de um menino que está na escola - assistido por um bom profissional de educação física, com compromisso não apenas com o dia a dia da sua escola, mas com olhar clínico em relação à possibilidade e à potencialidade de cada aluno - ser encaminhado de maneira responsável aos clubes e, conseqüentemente, às federações e confederações. Assim deveremos galgar até os Jogos Olímpicos, o que é uma possibilidade perfeitamente viável, que certamente aconteceu e está acontecendo.

Concluindo, faço uma provocação, apesar dos vários projetos e programas apresentados pelo Secretário. Tenho grande preocupação em relação aos Jogos Olímpicos de 2016. Estamos preparados para esse desafio? Tenho a certeza de que, comprovadamente, todo o esforço político, tudo para trazer os jogos - um grande desafio - foi feito e muito bem feito. Parabênizo todos que participaram direta e indiretamente para trazer essa grande manifestação olímpica para o País. Torci, participei da alegria e da satisfação de termos os Jogos Olímpicos no Brasil. Sabemos que o investimento foi altíssimo. Tivemos de disputar com Madri, numa situação complicada, mas conseguimos vencer. Agora, estamos preparados para esse desafio? Não podemos nem devemos fazer uma grande festa, preparar tudo e, no final, não termos condição de participar dessa festa. Temos de estar muito bem organizados - já mostramos capacidade para isso -, mas cada brasileiro, cada envolvido com a causa esportiva e com os benefícios gerados pelos Jogos Olímpicos precisa ter responsabilidade quanto a termos uma boa participação. Trata-se da soma de esforços de todos os segmentos da sociedade. Agradeço o momento e a oportunidade. Estou à disposição. Muito obrigado a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Queremos agradecer ao Prof. Adailton as suas considerações e parabenizar o Cref pela sua atuação, pela sua parceria com o poder público e com as entidades não governamentais e pela sua preocupação com a política de esporte e educação física, nas suas diversas dimensões - esporte de participação, esporte educacional e esporte de rendimento.

Palavras do Sr. Sérgio Bruno Zech Coelho

Bom dia a todos e a todas. Agradeço à Deputada Gláucia Brandão e ao Deputado João Leite e os parabênizo pela iniciativa. Deputada, apesar do compromisso, temos uma responsabilidade muito grande com o esporte. É um prazer muito grande estar aqui, tentando colaborar com este seminário. No prazo que me foi concedido, tentarei mostrar o trabalho que realizamos no Minas e falar um pouco sobre os clubes do Brasil. Coube-me a responsabilidade de falar sobre "Iniciação esportiva, competições e categorias de base".

O Minas nasceu de uma parceria com o Estado, em 1935. Na sua constituição, ficou definido que seria um clube com a responsabilidade de desenvolver o esporte. Isso está na nossa veia, é a nossa responsabilidade maior. Costumo dizer que, no Minas, hoje estamos muito mais no negócio da educação que no negócio do esporte.

Entendo o esporte como um complemento da educação da nossa juventude. Temos hoje cerca de 6 mil crianças nas escolas de esporte do Minas. Entre essas, podemos contar nos dedos aquelas que vão ser efetivamente grandes craques, mas o que fica é esse convívio, esse aprendizado que deixamos para essa juventude. Isso é importantíssimo. Temos cursos de esporte, que hoje chamamos de cursos de formação esportiva. Temos hoje uma metodologia. Todos os nossos cursos têm o certificado ISO 9000. É um trabalho que vimos desenvolvendo há quase 30 anos. Há quase 30 anos, o Minas vem se dedicando a isso.

Este gráfico é um esquema de como isso funciona. Temos o chamado curso básico. Que eu saiba, é o único clube do Brasil que oferece esse curso. Há uma fila enorme de crianças querendo fazê-lo. A criança entra nesse curso aos 3 anos e passa por todas as modalidades esportivas. Ela tem uma noção do que seja essas modalidades. Aos 8 anos, quando se forma, ela escolhe o esporte que quer fazer. Aí, sim, passa ao nível seguinte, que são os cursos de iniciação esportiva e os cursos complementares. Embaixo, temos as idades. Em cima, o tipo de curso e as idades em que são colocados. Nessa fase, temos uma integração, que chamamos no programa de "integrações", para tentar pegar essas crianças que estão nos cursos de iniciação e selecioná-las para as equipes competitivas. Hoje temos, então, nas diversas modalidades de cursos, 4.278 crianças. Temos um total de 21 cursos, além desses cursos esportivos. Dança, musicalização, coral e academias. O total de alunos que temos hoje nos cursos do Minas chega a 11 mil. Como eu disse, temos o certificado ISO 9001 em todos esses cursos que o Minas fornece.

Somos procurados diuturnamente por uma série de instituições, clubes e colégios, que querem, de alguma forma, aprender conosco como se faz uma escolinha de esporte. Então, constituímos uma franquia. Hoje temos 16 franqueados no Estado inteiro, em colégios, academias e clubes. Temos franqueados em Sete Lagoas, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Divinópolis, Nova Lima e Santos. Toda a tecnologia que o Minas tem, dentro de seus manuais, quanto à forma de gerenciar academias, de cobrar, etc., é repassada. Temos, então, essa capacidade. O clube, a escola ou quem quer que seja têm o direito de colocar uma placa dizendo que tem uma parceria com o Minas Tênis Clube. Embaixo, temos as modalidades oferecidas nessa franquia. Isso acontece muito mais para levar essa metodologia a outras entidades, que, no futuro, poderão nos retornar atletas, que competirão por nós.

Aqui, estão os atletas que hoje compõem o nosso projeto de incentivo, aprovado no Ministério do Esporte. Temos 958 atletas nas diversas modalidades, como estão vendo. Fazemos todo o trabalho de preparação, de viagens, etc., etc. Tudo isso está dentro do projeto de incentivo fiscal. Temos 233 atletas nas competições de ponta. Como viram lá atrás, temos cursos em 21 modalidades, mas efetivamente competimos em oito modalidades em nível nacional, em ligas, etc.

É impossível querer participar de todos os esportes; não há tempo, dinheiro nem espaço. Nós focamos esses oito esportes, que são os tradicionais do Minas.

Temos alguns títulos, pois, felizmente, a carteira de títulos do Minas é enorme. Contamos com boa infraestrutura: o Centro de Treinamento possui 15.600m². A Arena JK é climatizada. Ali vocês veem o ginásio do dojo, aprovado pela Federação Internacional e considerado um dos melhores centros de judô do Brasil. Aqui, o Centro de Excelência de Judô e a piscina aquática. Esta imagem mostra algumas das nossas unidades. O tênis funciona no Country, onde há o Centro de Excelência de Tênis. Os treinamentos da nossa equipe são todos no Country.

Quero falar um pouco dos clubes no Brasil. O País possui 13.826 clubes. Quando nos referimos a eles, queremos falar de clubes efetivamente constituídos, segundo levantamento do IBGE, com sede, estatuto, etc. Entre esses, 134 são centenários. Já pesquisamos, e não conheço outro segmento, econômico, social ou outro, que tenha um número tão grande de entidades centenárias. Os clubes geram 110 mil empregos diretos e 1.300.000 indiretos. Temos aproximadamente 55 milhões de sócios ligados a algum clube no Brasil.

Vê-se agora um mapa de como esses clubes estão distribuídos no Brasil. Como é normal, São Paulo tem a maioria deles: 3.582; em segundo lugar está Minas Gerais, com 1.859 clubes. E nós, clubes, somos efetivamente os grandes responsáveis pela formação de atletas no País. Nunca tivemos nenhum apoio, a não ser com o advento da Lei de Incentivo. Hoje conseguimos realmente aprovar projetos e captar recursos para a formação dos nossos atletas.

Fomos o primeiro clube social no Brasil a aprovar um projeto. Hoje estamos com dois projetos, como já mostrei antes, e são 958 atletas. Quero fazer um parêntese nesta parte. Às vezes, as pessoas nos procuram e até nos criticam dizendo que o Minas tem uma estrutura muito forte, e, infelizmente, tenho de concordar. Quero deixar claro o que acontece hoje. Se você tiver um pouco de conhecimento e os dados necessários, você monta um projeto de esporte, sem problema algum. Também não é problema apresentar o projeto no Ministério, desde que se tenha a documentação em dia. O difícil vem depois: é captar recursos para esse projeto. Já tive oportunidade de discutir o assunto com algumas entidades, que alegam não conseguir captar recursos. Vocês têm de se conscientizar de que esse é realmente um trabalho muito importante e que tem de ser feito em alto nível. Eu, por exemplo, dedico um bocado do meu tempo dentro do Minas para visitar Presidentes, Diretores Financeiros. Se você não vender a sua instituição, não mostrar que é uma entidade séria e tem um projeto bom, não chegará a lugar nenhum, porque, mesmo se aprovarem o projeto, amanhã haverá muita gente querendo captar, como você. Esse é realmente um alerta que faço, porque todos acham que a Lei de Incentivo resolveu o problema. Não é bem assim. Temos de ter profissionalismo para levar o nosso projeto às entidades e empresas que de fato podem contribuir conosco.

Como eu disse, apresentamos o primeiro projeto, de um ano. Já realizamos esse projeto e prestamos contas dele. Agora estamos com o segundo projeto, que será desenvolvido em dois anos, com um total de recursos de R\$23.800.000,00. No ano passado, conseguimos captar quase R\$10.000.000,00 e, este ano, estamos correndo atrás para tentar conseguir o restante do valor necessário para a realização desse projeto.

Hoje temos a maior estrutura física do País, em termos de instalações, quadras, piscinas, etc. Os clubes estão aí para isso, e a grande verdade é que praticamente a maioria dos clubes simplesmente deixou de fazer esporte, porque hoje ele é caro. É muito mais fácil você simplesmente fazer uma festa, ter uma piscina, que se dedicar ao esporte. Na minha visão, isso é uma distorção, um erro cometido por esses clubes que não investem no esporte. Enfim, essa é uma realidade que tentamos reverter, pois queremos trazer de volta aqueles que no passado já foram grandes clubes de competição. Em Belo Horizonte havia vários. No tempo em que eu era atleta e jogava, tínhamos Olímpico, Orion, Mackenzie, Esparta etc. Hoje os que permanecem são muito poucos. Então, de acordo com a política atual, estamos engajados com o governo para, como disse o Prof. Adailton, fazer um esforço para que tenhamos aqui uma boa olimpíada.

O Conselho de Clubes Formadores de Atletas Olímpicos - Confao - foi criado exatamente para tentar resgatar esse papel dos clubes. Foram oito clubes fundadores, quatro deles chamados sociais: Minas, Pinheiros, Sogipa, do Rio Grande do Sul, e Grêmio Náutico União, do Rio Grande do Sul; e quatro clubes de futebol: Flamengo, Vasco, Fluminense e Corinthians. Vocês podem perguntar por que esses quatro clubes. Digo que talvez o clube que hoje ainda possui o maior número de títulos e atletas olímpicos no Brasil é o Flamengo. Fluminense, Flamengo, Vasco e Botafogo foram fundamentais na competições do passado.

Hoje esses clubes representam 9.200 atletas federados, 1.200 profissionais do esporte, 26 mil crianças nas suas escolas. Para vocês terem uma ideia, nas Olimpíadas de Pequim, dos 277 atletas que participaram, 213, ou 77%, foram formados nos clubes. Foram definidos o nome do atleta, qual o seu clube etc. No último Mundial de Natação, dos 27 atletas, 25 pertenciam a clubes.

A Confederação Brasileira de Clubes é um órgão que congrega todos esses clubes. O Conselho Superior hoje é um órgão espelhado no Clube

dos Treze e que busca os 30 maiores clubes sociais do Brasil, um braço político da Confederação. O Confao, como disse, foi criado exatamente para valorizar os clubes, no papel de formadores. Ele não é fechado, outros clubes podem participar dele, desde que tenham condição mínima e estejam competindo. Essa é a ideia. Eles ainda precisam ter sede própria, mais de dez anos, ser filiados à CBC e manter a formação e o treinamento de atletas em, pelo menos, cinco modalidades olímpicas. Essa é a ideia, e já estamos com uma perspectiva bastante grande de termos recursos para investir na formação de atletas. Esses são os clubes formadores. Uma comissão foi constituída para nos dar apoio, e estamos com alguns projetos no Congresso, tentando exatamente valorizar isso aí.

Desculpem-me, mas ultrapassarei um pouco o tempo estipulado.

Para encerrar, gostaria de dizer que o Brasil passará ou está passando por um período histórico que, talvez, nunca mais se repetirá. Realizamos os Jogos Panamericanos em 2007 e realizaremos os Jogos Mundiais Militares em 2011, as Copas das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Isso tudo acontecerá em um período muito curto. Se não tivermos consciência de que este momento é fundamental para o esporte, não obteremos o que pretendemos.

Fala-se muito nos legados patrimoniais, ou seja, em construções no Rio de Janeiro, na despoluição da lagoa e na construção do metrô, mas, para mim, o legado mais importante é o social, o esportivo e o cultural. Temos de realizar uma política de esporte no Brasil. Tudo isso foi dito aqui anteriormente. O governo federal faz de um jeito, o governo estadual faz de outro, e o governo municipal de outro ainda. Na verdade, estamos sem um rumo definido.

Temos de realizar, em seis anos e meio, as obras necessárias para as Olimpíadas. Se tivermos recursos e competência, não haverá problema nenhum. Parece que dinheiro não faltará, e competência as nossas grandes construtoras têm. Agora, fazer atletas em seis anos e meio é muito diferente. Se não mudarmos radicalmente o que tem sido feito hoje, continuaremos com o 20º e o 23º lugares. A meta do Presidente é fazer com que o Brasil fique entre os 10 maiores do mundo, mas temos de rever tudo isso. A nossa expectativa é que todo esse planejamento, que teoricamente está sendo realizado pelo Ministério do Esporte e COB, que será apresentado até o fim do ano, traga, efetivamente, um novo conceito para o esporte no Brasil. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Agradecemos as palavras do Sr. Sérgio Bruno, que também foi Secretário de Estado de Esportes. Nós o parabenizamos pela competência à frente do clube e agradecemos o seu compromisso com a socialização, a partir do conhecimento e da experiência acumulada durante os seus anos no Minas Tênis Clube. Agradecemos também a sua responsabilidade e o compromisso em socializar esse conhecimento na área de formação de atletas. Contamos com o Minas Tênis Clube, com toda sua direção e com as parcerias com o governo do Estado e com os órgãos públicos, para realmente trabalharmos os nossos atletas nesse período tão curto. Precisamos dar as mãos e entrar em sintonia com os governos federal, estadual e municipais, com os clubes e as entidades, para que possamos apresentar um trabalho muito bem feito em 2014 e 2016.

Vejo que este é um momento ímpar para o Brasil, a fim de realizar uma campanha educativa na mídia televisiva e impressa, divulgando a importância da atividade física para a qualidade de vida das pessoas. Temos o compromisso e a responsabilidade de trabalhar essas questões, pois, como o Sr. Zech disse, este momento é ímpar para o Brasil. Temos de despertar neste momento, para que, até 2016, possamos elevar o nível da prática esportiva da população e trabalhar com as questões da qualidade de vida, aproveitando-se este momento do esporte de rendimento.

Com a palavra, o Sr. Alberto Martins Costa, Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UFU e Chefe da Delegação Paraolímpica do Brasil em Sidney, Atenas e Pequim. Professor, tenho grande alegria em revê-lo. Creio que não o vejo há cerca de 20 anos, quando você trabalhava com a cadeira destinada a pessoas com deficiência. É uma alegria revê-lo e participar com você deste seminário.

Palavras do Sr. Alberto Martins Costa

Bom dia a todos. Gostaria, inicialmente, na pessoa do Deputado João Leite e na da professora e Deputada Gláucia Brandão - esse é um título de que nos orgulhamos e, com certeza, levamos para toda a nossa vida -, de cumprimentar os colegas da Mesa e a Assembleia Legislativa por esta iniciativa. Acho que Minas Gerais sai na frente nessa discussão. Isso é muito importante para nós, que trabalhamos não apenas com esporte, mas com educação física de forma geral.

Gostaria também de cumprimentar o Secretário Rogério Romero. Hoje, por meio do trabalho que realiza, estamos representados na Comissão da Lei de Incentivo ao Esporte. Tive a oportunidade de dizer ao Secretário que, nesse pouco tempo em que estou na Comissão, pude constatar que a Secretaria de Esportes de Minas Gerais é a única que apresenta projetos para serem aprovados pela Comissão. Isso quer dizer que a nossa Secretaria não está preocupada apenas com a busca de recursos do serviço público, mas também com a parceria privada. Isso é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso esporte. Cumprimento também a Rosana, em cuja pessoa saúdo os atletas e as pessoas com deficiência que estão participando desta discussão.

Para nós, é muito importante falar sobre o esporte para pessoas com deficiência. Além disso, é fundamental que esse tema esteja num seminário dessa natureza. Eu pretendia iniciar a minha palestra com a exibição de um filme de 2 minutos, mas, infelizmente, não foi possível. Falar sobre esporte para pessoas com deficiência, em qualquer que seja sua manifestação, não só com deficientes, mas do esporte de forma geral, pressupõe alegria, prazer, dignidade. Para pessoas com deficiência, pressupõe algo mais, ou seja, a superação. Não estou falando sobre superação de barreiras arquitetônicas, não estou falando sobre superação econômica ou financeira. Estou falando sobre superação de seu próprio eu, ou seja, a coragem, a dignidade de poder buscar a sua melhor "performance", a sua melhor capacidade, a sua melhor potencialidade. Esse filme mostraria exatamente isso, ou seja, o que o esporte pode significar, como ferramenta, para a superação.

Se conseguirmos mostrar, por meio do esporte paraolímpico, do esporte para pessoas com deficiência, o poder e a capacidade que o esporte tem de proporcionar a superação, com certeza um número maior de pessoas praticará esporte, praticará atividade física em nosso país. É o esporte como elemento primordial de superação. Têm acontecido muitas discussões sobre o esporte como elemento excludente, o esporte de alto rendimento.

Ele é excludente, sim, mas temos que ver o outro lado da moeda: o esporte também é uma forma de mostrar que as pessoas com deficiência têm capacidade e potencialidade, haja vista o número de pessoas que hoje praticam o esporte no nosso país. É exatamente isso que venho mostrar. O Sérgio mostrou a intenção do nosso Presidente de estar entre as dez potências do mundo no esporte olímpico. O Brasil já é a 9ª potência do mundo no esporte paraolímpico.

Quero falar sobre essa avaliação no nosso país, sobre a evolução e a perspectiva. A evolução existe em todos os aspectos, inclusive no entendimento da sociedade a respeito do desporto paraolímpico e o motivo do crescimento desse esporte no nosso país.

Essa foi a delegação brasileira paraolímpica em Pequim, formada por 319 pessoas. O que significa o esporte paraolímpico? O esporte tem várias manifestações. Podemos falar sobre todas elas. O esporte é um mecanismo de inclusão porque é uma ferramenta de inclusão. Se a pessoa deficiente está em casa, pode assistir ao atleta paraolímpico ou ao esporte paraolímpico e sentir-se com coragem de buscar a sua inclusão, seja no esporte, seja na educação, seja no trabalho ou seja no lazer, ela é a principal ferramenta para a inclusão, sim. Hoje não é nenhuma novidade aquilo que o esporte pode trazer como reabilitação. Não falo em levantar da cadeira e sair andando, mas falo da reabilitação no sentido amplo, na reabilitação social, na reabilitação psicológica, na reabilitação emocional e na reabilitação para a vida. Ele é um esporte de alto rendimento. Quando falamos em esporte paraolímpico não estamos falando de pessoas com deficiência praticando esporte. Quando falamos em esporte paraolímpico, estamos falando de atletas na sua verdadeira concepção, atletas que têm responsabilidade, atletas que têm que treinar de quatro a oito horas por dia, atletas que representam o nosso país. Esse é o esporte paraolímpico. Quais são as áreas em que participam? Hoje, infelizmente, a deficiência auditiva não está incluída no Comitê Paraolímpico Internacional. Participam desse comitê os amputados, os cegos, os paralisados cerebrais, os cadeirantes e os deficientes mentais, que, por uma contingência, foram banidos em Sidney, mas já existe um trabalho para que isso seja mudado, a partir do momento em que comprovem sua capacidade de se classificar e de disputar com os demais deficientes. Há, também, outros tipos que não se classificam. Assim como o esporte convencional, ele também se divide em esportes individuais e coletivos.

Quero falar como se estrutura o desporto paraolímpico no nosso país. Temos o Comitê Paraolímpico Brasileiro, assim como o Comitê Olímpico Brasileiro, temos os clubes e associações que fazem parte da estrutura do Comitê Paraolímpico e os clubes e associações que fazem parte das associações e clubes internacionais. Sabemos que o esporte paraolímpico está em plena evolução em todos os sentidos. Num curto espaço de tempo, essa estrutura também será modificada. Provavelmente, vários clubes, federações e confederações que trabalham com as pessoas com deficiência se transformarão em clubes esportivos.

Mas e a formação do nosso atleta paraolímpico, onde buscamos? O Sérgio falou aqui sobre a excelência do Minas Tênis, do Pinheiro, do Flamengo, do Botafogo e de vários outros clubes que trabalham na formação dos atletas olímpicos. Infelizmente, por alguns anos, perdemos, no nosso país, a participação do esporte na escola. Graças a Deus, isso está sendo repensado, pois sabemos que o maior celeiro de formação e descoberta de talentos no esporte é a escola. Não estou falando de educação física, mas de esporte, e espero fazermos uma discussão a esse respeito. Nós, que trabalhamos com pessoas com deficiência, ainda buscamos nossos atletas nas clínicas de reabilitação, nas escolas especializadas, nas associações de lutas, e muito poucos nos clubes esportivos. Aí vai um grande apelo ao Cofao para abrir suas portas a fim de que as pessoas com deficiência tenham suas escolhinhas e possamos revelar atletas paraolímpicos nos clubes esportivos.

Quais são as barreiras encontradas por esses atletas paraolímpicos e pelas associações, clubes e entidades nacionais? Elas não são tão diferentes das do atleta convencional. O atleta com deficiência, além de lidar com barreiras arquitetônicas, tem dificuldades de encontrar profissionais para treiná-los. Apesar do desenvolvimento do nosso país, grande parte desses profissionais fazem um trabalho voluntário e reservam o treinamento dos atletas paraolímpicos para o almoço, já que não podem fazê-lo no final da tarde ou pela manhã. O grande problema das associações é a participação nos eventos. Várias vezes, Secretário, treinava meus atletas durante o ano, mas, quando acontecia o campeonato nacional ou o regional, eles não podiam ir, pois não tinham dinheiro. Esse é o grande problema. Graças a Deus, essa situação tem se modificado extremamente em Minas Gerais. Falarei de minha experiência própria, como Secretário, em Uberlândia. Tive o apoio de sua Secretaria para que atletas participassem de um evento no Nordeste, ao qual não tínhamos condições de ir. Esse é um dos grandes entraves e uma das grandes desmotivações enfrentadas por nossos atletas, clubes e associações, ao realizarem os eventos esportivos e montarem calendários para essas pessoas treinarem com dignidade.

Aí, vemos uma evolução rápida de nosso país, de Heidelberg a Pequim. Passarei mais rapidamente, analisando as quatro últimas olimpíadas, de Atlanta a Pequim, que mostram um pouco mais essa evolução: a delegação do Brasil - em Atlanta, 98 pessoas, em Pequim, 319; o número de atletas - em Atlanta, 59, em Pequim, 188; a classificação do Brasil - em Atlanta, 37º, em Pequim, 9º. Agora vemos a evolução do número de medalhas. A medalha é importante, mas não é a única coisa importante. Precisamos visualizar aqui a evolução em todos os seus aspectos, e ela não se dá por acaso. É preciso investimento, crença, oportunidade de acesso. Agora, vemos os quadros da evolução do número de modalidades. Começamos em Atlanta com 9 modalidades e participamos em Pequim com 17 das 20 modalidades oferecidas. Com certeza, em Londres estaremos participando das 20. Temos agora a evolução da delegação do Brasil, do número de atletas, o que também não acontece à toa. Por que esse número evoluiu dessa maneira? Por causa da mídia, uma ferramenta poderosa. O Brasil hoje sabe o que é um atleta paraolímpico, e para isso é necessário haver investimento. O nosso país foi um dos que mais investiu em mídia nas Paraolimpíadas de Pequim, em número de horas transmitidas.

Vemos agora uma demonstração rápida da evolução de nosso país em comparação com a de grandes potências. Se pegarmos como exemplo as Olimpíadas de Pequim, veremos que o Brasil está na frente da Espanha e da Alemanha. E se olharmos para trás, veremos o que representavam esses países no cenário internacional do desporto paraolímpico. Essa é uma conclusão que demonstra que o Brasil foi a 9ª potência na última paraolimpíada e que ele consolidou, de forma decisiva, o esporte paraolímpico no nosso país. Mas existem alguns aspectos por trás disso. Esse panorama deflagra um momento de reflexão sobre as transformações da nossa sociedade. Faz-se necessária a busca de um projeto maior para o esporte, acima de tudo para o ser humano e a pessoa com deficiência, para que o esporte possa ser um elemento de busca da cidadania para as pessoas com deficiência. A jornada de Londres começou. A preparação do Rio de Janeiro já está às portas e exigirá muito mais de cada um de nós.

Gostaria rapidamente de fazer algumas reflexões. O Brasil, hoje, é a 9ª potência mundial. E daí? Qual será o próximo passo? O que vamos fazer com isso? Qual a perspectiva de futuro para o desporto paraolímpico em nosso país? Como manter tecnicamente a nossa posição organizacional da visibilidade? Qual o nosso compromisso para 2014 e 2016? Não vou entrar em detalhes, até porque o tempo não me permite, mas faremos uma série de sugestões para o próximo ciclo paraolímpico de 2009-2012 que encaminharemos ao Secretário de Minas Gerais que, com certeza, estará observando.

Encerrando, Uberlândia, a partir de janeiro, será o centro nacional de formação de profissionais paraolímpicos em todas as áreas, dando a sua contribuição para a formação de profissionais com apoio ao dirigente do desporto paraolímpico para o Brasil, América, América Central e África. Essa é a contribuição que Minas Gerais dará para o nosso país.

Gostaria de terminar falando da emoção e do orgulho que temos quando participamos de uma delegação paraolímpica e vemos a Bandeira do Brasil subir e ouvimos o Hino Nacional tocar. A Bandeira é a mesma, o Hino é o mesmo, mas o sentimento é muito maior porque sabemos que mais do que o esforço do treinamento houve uma quebra de barreiras com o seu eu próprio. Mais do que a técnica, houve a superação de vários obstáculos. Então, quando vocês ouvirem o Hino Nacional e virem a Bandeira do Brasil subindo e o atleta paraolímpico no pódio, podem crer que ali está o exemplo de um cidadão brasileiro dignificando o seu país. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Agradecemos ao Prof. Alberto pela sua participação neste seminário e o parabenizamos pelo sucesso alcançado na sua árdua luta em prol do esporte paraolímpico. Que Deus o abençoe nessa nova etapa com esse centro nacional de formação de profissionais. É a lei da sementeira. O Alberto vem semeando há tempos, e agora ficamos felizes com o sucesso alcançado por uma pessoa que é competente, que tem compromisso e que dedicou toda a sua vida a buscar conhecimento e novas metodologias. O sucesso está aí. Parabéns pela sua contribuição para o esporte paraolímpico brasileiro.

Bom dia a todos. François Rabelais nasceu na França, em 1494. Foi escritor, monge beneditino, médico, professor de anatomia. Um homem com tantos talentos e tantos títulos deveria ser lembrado certamente para motivar reflexões profundas em outras áreas de conhecimento. No entanto, aqui, Rabelais, um profissional dotado de gosto pelas ciências, será invocado em razão de uma de suas teses, resumida em curta epígrafe e de cunho universal e atemporal. "Science sans conscience n'est que ruine de l'âme". Melhor dizendo, ciência sem consciência é apenas a ruína da alma. Autoridades presentes, senhoras e senhores, agradeço o gentil convite para aqui apresentar reflexões acerca do tema bioética no esporte. Faço-o sumamente honrada, lembrando, porém, que a matéria de que tratarei aqui é essencialmente teórica, o que vai diferir em muito a minha participação daqueles que me precederam e que o fizeram com tamanho brilho.

A bioética está na moda. É a voz corrente. Porém, uma das coisas mais surpreendentes que esta afirmativa apresenta é precisamente a ausência de surpresa: a bioética faz parte da paisagem quotidiana, do funcionamento normal de uma democracia, tão bem quanto de uma disciplina acadêmica, ou como enfoque específico de certas questões fundamentais de ordem biomédica. Sua regulação ou normatização e seu estatuto público também surpreendem: a bioética é, com efeito, uma disciplina jovem, envolvida sempre em questões complicadas, tanto em razão de dilemas morais, quanto pela tecnicidade das discussões que apresenta em sua maneira de tratar certos problemas e de examiná-los com profundidade. Referindo-se a seu sentido, já se afirmou não ser ela meramente um saber, nem tampouco uma forma de experiência ou uma deontologia, mas uma prática racional bem específica que põe em movimento, ao mesmo tempo, um saber, uma experiência e uma competência normativa, em um contexto particular de ação precedido pelo prefixo "bio". A bioética é uma reflexão e uma construção de normas que orientam a decisão e a ação em matéria de biomedicina, de práticas médicas envolvidas tão bem na terapêutica quanto na experimentação. Apoiando-se sobre um conjunto de valores fundamentais - a dignidade do ser humano, a liberdade da pessoa, o direito à vida -, ela vem questionar e controlar o desenvolvimento da biomedicina. Pela definição clássica de Daniel Callahn, a bioética é a "determinação, tanto quanto possível, do que é verdadeiro e falso, bom e mal, em matéria de progresso científico e de desenvolvimentos tecnológicos na biomedicina". Vê-se, pois, tratar-se de uma especialização da ética em sentido amplo, buscando nela as suas bases e fontes de desenvolvimento. Quer-se aqui referir-se à ética da responsabilidade na visão consagrada por Hans Jonas, ampliando suas molduras para além das prescrições éticas do próximo, mas limitadas à esfera mais próxima da interação humana.

"Bioética" é termo novo. Teria aparecido pela primeira vez em 1971, no título de uma obra de Van Potter, e visaria englobar o conjunto de reflexões éticas aplicadas à ciência dos vivos. Mais precisamente, tomando por base a etimologia da palavra: "bio", que significa vida, mais "ethos", que significa ética, modo. A bioética chegou então a ser batizada como ciência da sobrevida; e o "ethos" assumiu o caráter de morada da vida. Acresce-se que o termo "vida" já reclamava nova significação e nova compreensão diante dos grandes desafios das ciências, suscitando preocupações a respeito do verdadeiro sentido da vida e do cuidado que tudo isso requer, em face de sua inesgotável diversidade - vida dos animais, dos vegetais, enfim, vida em sentido global.

Apesar de existir a quase impossibilidade conceitual de querer apreender a distinção e a definição completamente, há quem procure dar à bioética um lugar particular, considerando-a um estudo sistemático da conduta humana no âmbito da ciência da vida e do tratamento da saúde, examinada à luz dos valores morais e dos princípios éticos fundamentais, já tão conhecidos de toda a comunidade acadêmica e universitária: respeito pelo indivíduo, não maledicência, justiça, fidelidade, veracidade, confidencialidade. Mas a bioética estuda a moralidade da conduta humana no campo das ciências da vida, interessando-se pelas questões éticas do nascimento, da vida, da morte, em particular, seguindo o desenvolvimento recente e as possibilidades da pesquisa, da terapia biológica e médica. Em suma: aborto, fabricação de crianças "prêt-à-porter", pesquisa médica, clonagem, manipulação genética, sexagem, eutanásia, experimentação humana, células-tronco embrionárias. Nada escapa à bioética.

É como se o cavalo de Troia, penetrando o campo do direito, da moral, das deontologias, chegasse até o ponto de constituir uma hábil máquina de modificação do verdadeiro sentido das ciências médicas e, quem sabe, de apropriação global do ser humano. Daí porque médicos, parlamentares, juristas, filósofos, comprometidos com o exame das doutrinas e mecanismos bioéticos trazem a bioética para o centro de suas reflexões, como o fazem agora. Sua resposta parece apontar para a necessidade de humanizar a humanidade, de modo a possibilitar à bioética deter-se sobre situações que carecem de discernimento, diálogo, comunicação, discussão, a fim de evitar soluções simplistas e utilitaristas no que concerne à vida. A bioética obedecerá, assim, a vontade política e permitirá não deixar a ciência sem consciência, para retomar a fórmula célebre de Rabelais.

A pessoa como fundamento da bioética. A noção de pessoa: qual é o verdadeiro sentido de pessoa? Pessoa é, para o jurista, o termo mais precioso do vocabulário jurídico. E por quê? Porque, em princípio, não há pessoa que não seja ser humano. Ser humano único e igual em direito e em dignidade. A condição de pessoa confere a cada ser humano uma elevada dignidade, que se manifesta por meio de diversas perfeições ou até mesmo imperfeições. A raiz etimológica da palavra "pessoa" encontra-se no latim para significar "personare", que significa ressoar, ferir com o som, retumbar. Referia-se inicialmente à máscara de que se serviam os autores teatrais do período clássico. Máscara dotada de peças metálicas para ampliar a voz de modo a fazê-la ressoar nos anfiteatros em que se representavam as tragédias greco-romanas. Em outra acepção, referia-se ao papel representado pelo próprio ator. Nesse sentido, assim como o personagem exerce seu papel no teatro, a pessoa atua nos palcos da vida, por vezes em dramas ou, quem sabe, em comédias. E mais: no momento atual, cabe ao direito selecionar os atores que participaram da vida jurídica. A noção de pessoa deve vincular-se à suscetibilidade do ente para aquisição de direitos: "todos os entes suscetíveis de aquisição de direitos são pessoas". Assim, todo sistema jurídico, não exclusivamente a lei, deve conter a noção de pessoa. Daí porque ser a pessoa humana o fundamento da bioética. Pessoa evoca personalidade: qualidade de ser pessoa; aptidão para ser sujeito de direitos e obrigações. Nesse sentido, é a pessoa o centro de imputação de situações jurídicas ativas ou passivas. A personalidade constitui um dado extrajurídico, uma vez que não é o direito, instituição humana por excelência, que confere aos seres a qualidade de pessoa. O direito limita-se a reconhecer a qualidade de pessoa em cada ser humano.

Falar de pessoa evoca personalidade, falar de personalidade inspira direitos da personalidade. Os direitos da personalidade são direitos absolutos, atribuídos a toda e qualquer pessoa em suas projeções na sociedade, exercendo a tutela de valores inerentes ao homem, tais como a vida, a integridade física, psíquica e moral. São valores reconhecidos pelo sujeito em virtude da qualidade de ser pessoa. Daí trazermos a pessoa para o livre desenvolvimento da personalidade e chegarmos a lembrar que a bioética é a ética no trato da vida e tem por fundamento a pessoa. Assim, e em decorrência de seu conteúdo e da sua visão multidisciplinar, a bioética vem alcançando as exigências do desenvolvimento da personalidade e alcança o esporte, que, de acordo com a Carta Universal e Internacional da Educação Física, prevê direitos da personalidade na prática do esporte. Fala-se aqui de esportes sem limites porque se quer dar um enfoque maior a essa condição de esporte, lembrando que a pessoa tem direito ao livre desenvolvimento da personalidade e que o espírito esportivo sugere respeito, dignidade, prazer e honra. Respeito ao atleta, espírito esportivo, integridade, responsabilidade e conduta pessoal. Depois de tudo isso, é necessária a presença do atleta em formação e do seu treinador. Lembramos que se o treinador - como imagem e formador de um ser em formação - não cumprir adequadamente os compromissos assumidos, certamente não poderá ocupar um lugar que mostre a sua condição de espelho e de modelo. Se puder, teremos um belo exemplo de ética na atividade esportiva, ressaltando o esporte sem limites e sem fronteiras, porque vencer é sempre possível. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Agradecemos à Sra. Silma a magna aula sobre bioética e ética. Realmente, não podemos deixar a ciência do esporte nem a educação física, que também é uma área do conhecimento, sem consciência. Neste seminário legislativo, estamos trabalhando o esporte na perspectiva de instrumento de promoção de cidadania, de proteção e de garantias de direitos. Quando falamos em garantia de direitos nos referimos à ética, à promoção da justiça, da verdade, da integridade e da possibilidade de desenvolvimento integral das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Muito obrigada, Dra. Silma, por suas colocações.

Palavras da Sra. Matilde Fazendeiro Patente

Bom dia a todos. Na pessoa da Deputada Gláucia Brandão, cumprimento as demais autoridades da Mesa, especialmente o Dr. Genderson

Silveira Lisboa, DD. Procurador do Ministério do Trabalho e Emprego e a Dra. Elvira Cosendey, Presidente do Fectipa, pelo brilhante trabalho que têm desenvolvido na área da erradicação do trabalho infante-juvenil no esporte. A mim, coube falar sobre o trabalho do Ministério Público no combate ao trabalho infantil no esporte. Ao Ministério Público compete a promoção dos direitos da infância e da juventude, a defesa da sociedade, a articulação dos parceiros da rede pública, privada e terceiro setor, para a proposição de práticas efetivas na garantia desses direitos; além da responsabilidade social dos diversos setores. O Ministério Público atua em vários ramos e a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Belo Horizonte em diversas áreas na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Como Promotora de referência na área da erradicação do trabalho infante-juvenil no esporte, juntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego, realizamos em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte algumas atividades para combater o trabalho infante-juvenil no esporte. Vamos tratar de um tema diferente daqueles que me antecederam.

Fiquei sensibilizada com as falas do Sr. Adailton, que afirmou que o esporte tem de proporcionar prazer, ser prazeroso, e do Reitor da Universidade de Uberlândia, que disse que o esporte pressupõe alegria. O esporte, como pressuposto de alegria e de prazer, não pode ser confundido com esporte de rendimento, em que os empresários de futebol trazem crianças e adolescentes de várias regiões do Brasil para treinar nos grandes centros esportivos, afastando-os de sua comunidade e da convivência familiar. São direitos assegurados na Constituição da República as convívências familiar e comunitária, ratificados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando falamos sobre esporte de rendimento com crianças e adolescentes, não podemos deixar de pensar nos demais direitos que estão por trás disso e que, muitas vezes, não são respeitados. Crianças e adolescentes são trazidos para Belo Horizonte e explorados por muitos empresários da área do esporte. Digo especificamente da área do futebol, em que o Ministério Público teve atuação mais efetiva, mas isso ocorre também em outras áreas. Crianças e adolescentes são transportados em ônibus para diversos Estados, sem autorização legal dos pais, do Judiciário ou da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, em condições precárias, sem cuidado, atenção, carinho e a devida alimentação. Essas pessoas vão para outros Estados realizar testes de futebol, sofrendo com o distanciamento dos pais e não frequentando regularmente a escola, outro direito fundamental ferido - o direito à educação. Uma criança ou um adolescente não pode ser afastado da escola em hipótese alguma, nem para treinar futebol. Mas, na prática, crianças e adolescentes são levados a Belo Horizonte e a outros Estados para serem submetidos a testes, sem preocupação com a frequência escolar. Poucos alcançarão sucesso como profissionais. Qual será o destino desses meninos? Sofrem grande desapontamento por não serem escolhidos para fazer parte do time e por não se tornarem profissionais do esporte e voltam para casa de mãos abanando, sem garantia e sem dinheiro. Não se sabe se são prestadas a essas crianças assistências material e psicológica, o que é fundamental.

Não podemos aceitar a exploração dos jovens na prática esportiva. O Estado, o poder público e a sociedade têm de estimular o esporte na comunidade. Menor de 14 anos tem de praticar esporte como entretenimento, como atividade prazerosa, não como atividade profissionalizante. Sabemos que no esporte - falo especificamente sobre o futebol - a competitividade é intensa. Esses meninos não são preparados psicologicamente para isso. Conversamos com vários atletas infantis e juvenis sobre o seu preparo psicológico para o exercício da atividade. Não o tiveram, nem mesmo foram submetidos a testes clínicos e a exames médicos para a prática esportiva. Queremos desapontamento e tristeza para a nossa adolescência, para a nossa juventude? Sabemos que apenas 1% deles chegará a ser um profissional. E os outros 99%?

Temos de exigir isso. Sei que a atividade do Ministério Público do Trabalho e Emprego tem de fazer isso. Muitas vezes, ele não é bem visto pelas diversas ramificações da área esportiva, mas é nosso dever cuidar da infância e da juventude. Achamos que deveria existir, em cada região, um clube, um espaço para que a criança e o adolescente pudessem ter acesso ao esporte, não só ao futebol, mas à piscina, ao jogo de tênis, ao jogo de pingue-pongue e à corrida. Na verdade, esse acesso não é dado completamente à pessoa carente. É muito precário esse acesso. Basta visitarem as regiões pobres para comprovarem isso. Atuamos nessas áreas em outras ramificações e vemos que o adolescente fica ocioso depois que sai da escola. Ele não tem o que fazer. Isso gera mais desigualdade social, pobreza, revolta. Temos de buscar a inserção da criança e do adolescente na própria comunidade, na família. Isso é garantia constitucional e deve ser respeitada. Vamos treinar esses meninos de forma lúdica nos clubes. Vencida a idade, se o adolescente tiver realmente talento para o esporte de rendimento, aos 14 anos poderá ser escolhido para a prática como aprendiz. Ele tem de ter direitos assegurados, como bolsa de aprendizado, assistência física e psicológica. É isso que queremos. Se nossas crianças tivessem onde treinar, onde praticar esportes, não seriam trazidas pelos empresários para os grandes centros, muitas vezes só preocupados com lucros. Como Promotores de Justiça lutamos para que seja respeitada essa idade mínima de 14 anos, para que sejam garantidos os direitos básicos, a saúde física, a saúde psicológica, um local digno para morar. Muitas vezes, centros esportivos acolhem crianças como se fossem centros de acolhimentos, porque essas crianças estão afastadas do convívio familiar. Eles se equiparam até mesmo a instituições de abrigos, mas não cumprem as normas básicas do ECA, e uma delas é garantir a convivência familiar. Esse menino, que tem 14, 15, 16 anos, que está longe de sua família, deve ter garantias. O empresário de futebol tem de garantir passagem, conforto, dignidade, para que possa visitar a família em diversas épocas do ano. Vimos adolescentes tristes quando os entrevistamos. Falando em entrevista, gostaria de tecer meus agradecimentos à funcionária pública do Ministério Público, Mabel, Assistente Social, que participou dessas fiscalizações.

O que fizemos até agora? Fiscalização em quatro clubes de futebol, América, Atlético, Cruzeiro e Vila Nova. Fiscalizamos o trabalho de três empresários que atuam com adolescentes e crianças atletas, ilegalmente, porque menores de 14 anos não podem ser afastados do convívio familiar e não podem trabalhar nem na qualidade de atleta aprendiz. Fizemos várias entrevistas com crianças e adolescentes, com empresários em clubes de futebol, oitiva formal com essas crianças e adolescentes na Promotoria de Justiça, participamos de audiências públicas com empresários e clubes de futebol. Salientamos que todas essas ações foram realizadas pelo Ministério Público Estadual, pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho e Emprego. Percebemos menores de 14 anos afastados da convivência familiar, residindo em locais inadequados, pensões, centros de treinamento, sem autorização dos pais ou do Juiz da Infância e da Juventude. Aliás, constitui infração administrativa hospedar criança e adolescente sem a autorização dos pais ou do Poder Judiciário. Além disso, crianças e adolescentes alojados desnecessariamente, quando se poderia garantir, sim, a sua permanência na própria família, já que residente na própria região metropolitana. Descobrimos adolescentes viajando para participar de competições em ônibus sem a quantidade de assentos necessários ao transporte de pessoas com segurança. Encontramos adolescentes que desmaiaram, se sentiram mal, passaram fome, tiveram de ser hospitalizados. Vimos adolescentes com lesões e, pior, sem o devido tratamento. Quer dizer, o adolescente se machuca, fica afastado das atividades competitivas, e os empresários não lhes garantem a assistência mínima necessária. Há ainda adolescentes privados do direito de ir e vir, como falei anteriormente. Detectamos diversas irregularidades, que continuaremos a combater na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, na Olegário Maciel, 555. Pedimos a todos que por acaso tenham conhecimento dessa exploração ilegal da criança e do adolescente, não só na área do futebol, mas em outras, a respeito de que não posso citar exemplos, por desconhecê-las, noticiem o fato ao Ministério Público, peçam providências, que tomaremos as medidas legais para garantir os direitos dessa criança ou adolescente. Obrigada a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Agradecemos à Sra. Matilde e a parabenizamos por suas ponderações. É um tema árduo, complexo, que precisa ser enfrentado, com vistas a detectar os problemas e buscar as soluções necessárias para prevenir as nossas crianças e adolescentes de se verem nessas condições indignas.

Palavras da Sra. Elvira Cosendey

Bom dia a todos. Na pessoa da Deputada Gláucia Brandão, cumprimento as demais autoridades da Mesa. Inicialmente, queria ler para vocês o objetivo deste seminário: buscar, junto às entidades representativas da sociedade civil e dos setores público e privado, subsídios para a formulação de políticas públicas na área de esportes para a infância e adolescência; discutir a importância do esporte como mecanismo de cidadania, de promoção da saúde e de garantia de direitos da criança e do adolescente; discutir a prática da educação física na escola. Faço essa ressalva, pois tenho participado das oficinas, e há momentos em que estamos nos desfocando dos objetivos do seminário. Como Coordenadora do Fórum Estadual, represento aqui mais de 100 entidades que o compõem, e, em dezembro deste ano, completamos 15 anos de existência. Ao mesmo tempo, quero deixar bem claro que estamos aqui defendendo, sim, o esporte universal, para todas as crianças e adolescentes, da rede pública estadual ou municipal e privada. Acreditamos que a prática de esporte, a educação física é um fator de

inclusividade, ela inclui a criança e o adolescente. Não estamos aqui simplesmente para denegrir a questão do esporte de rendimento. Aliás foram bem claros Dr. Adailton, o Secretário Rogério e o representante do Comitê Paraolímpico, quando disseram que o esporte de rendimento é para alguns. Não queremos que a minoria tome parte e ocupe um espaço maior que a universalidade de milhões. Não são mil, não são 80 atletas, não são 60 nadadores. Quero falar de milhões de crianças e adolescentes que não têm acesso à prática esportiva e à educação física, seja o aluno morador de Belo Horizonte, seja o do interior do Maranhão. Não estamos aqui contra o esporte. Pelo contrário, o esporte faz parte do nosso plano estadual de combate ao trabalho infantil como uma das práticas de inclusão.

Denúncias. Não sou especialista em esporte. Nós, enquanto fórum, recebemos denúncias sobre as quais falarei rapidamente, em razão do tempo. O próprio "slide" mostra isso. É uma reportagem do jornal "Estado de Minas" veiculada de 3 a 7/6/2006. A reportagem é de Bernardino Furtado, jornalista do "Estado de Minas". O que ele viu? O que ele demonstrou? Existe uma verdadeira exploração. O próprio nome da reportagem indica: mercado da infância. São crianças e adolescentes sendo tratados como mercadorias, com, aliás, a aprovação dos pais, como consequência da ignorância da família. Normalmente esses meninos que estão no mercado da infância são oriundos de famílias pobres, que investem tudo. Elas vendem a bicicleta, o terreno e a cabrita para colocar o dinheiro na mão de empresários gananciosos. Eles vendem um sonho, e mais de 3 mil meninos passam em cada time, em cada grande clube de Belo Horizonte. Eles ficam fazendo fila lá para terem oportunidade de poder exibir o seu futebol, e, com isso, como disse a Dra. Matilde, vários direitos são violados pelos pais, clubes e, principalmente, empresários gananciosos.

Aqui vemos crianças sob pressão, exatamente quando não têm ainda a maturidade psicológica e emocional suficiente para dizer que não querem aquilo. A criança realizará um sonho da família a partir de um olhar diferenciado do empresário. Há garotos com 9 anos, com 11 anos participando dessa situação. Crianças de 9 anos são colocadas para treinar com atletas de 17 ou 18 anos, a fim de que amadureçam rapidamente.

Agradeço muito a fala da Profa. Silma, que fala em bioética, pois devemos lembrar-nos dela principalmente em relação a crianças em desenvolvimento. A Constituição Federal nos garante prioridade absoluta para a criança e o adolescente, porque estão em transformação e desenvolvimento. Esperamos que os profissionais de educação física também tenham, além da formação adequada, noções de direito e legislação.

O empresário negocia, busca e trafica. Há o tráfico municipal, estadual e internacional de seres humanos. O futuro à venda. Crianças estão no "site", e seus passes são oferecidos na internet.

O estudo sempre fica em segundo lugar. A essas crianças não é oferecida uma outra profissionalização, pois a ociosidade é imensa. Como a Dra. Matilde disse, entrevistamos vários adolescentes em profundo estado de depressão aos 19 anos de idade. E o treinador lhes fala que não têm talento para o futebol. Eles voltam para casa arrasados, depois de gastar o dinheiro da família, sem levar nada de volta. Além disso, não levam nem a formação normal, pois ficam prejudicados, já que os torneios não respeitam o calendário escolar. O Dr. Genderson e a Dra. Matilde, que nos parabenizaram e a quem, da mesma forma, parabenizamos, pois, realmente, despontaram nessa questão do combate ao trabalho infantil, propuseram um termo de ajuste de conduta. Minas teve a coragem de vir aqui, mostrar o seu rosto e dizer: "nós somos quem está combatendo a exploração do trabalho infantil no mundo do esporte". É lógico que o celeiro maior é o futebol, mas não é só ele. As matrículas ficam atrasadas, os meninos ficam com péssimo desempenho, e há o assédio, a angústia, a falta da convivência e o desgaste com telefonemas, pois muitas vezes os pais moram tão longe que os filhos não conseguem falar com eles e ficam meses sem contato. Depois de perderem a convivência familiar, como voltarão para casa?

Há a peneira caipira. Quem de vocês, do esporte, nunca ouviu falar nisso? Qual é a ética e o limite para isso? Há o futuro à venda e a legião estrangeira. Os que vão para lá ficam oito meses sem escola e voltam como se nenhum direito tivesse sido violado. Ninguém nunca colocou o dedo nessa ferida.

Será que santo de casa não faz milagre? O Cereso e o Natal foram jogadores de Belo Horizonte. Por que temos de buscar meninos no Maranhão? Por que temos de mandar os meninos de Ipatinga para São Paulo? Por que temos de buscar meninos do Sul da Bahia para jogar no Rio Grande do Sul? Estamos com a Dra. Vanessa, que se manifestou ontem aqui. Queremos escola equipada, com quadras pintadas. Vocês sabem disso melhor do que nós, que estamos na defesa dos direitos garantidos às crianças e aos adolescentes.

Por que não saímos deste seminário com um plano estadual de esporte, como o Plano Estadual de Combate ao Trabalho Infantil? Temos de criar um plano estadual de esporte e, no PPAG, temos de assegurar os recursos. No PPAG, apresentei uma emenda para a não redução do recurso para a escola de tempo integral. No ano passado, foram previstos R\$130.000.000,00, foram executados R\$109.000.000,00, e a proposta para 2011 é de R\$105.000.000,00. Espero que os legisladores desta Casa aprovem a minha emenda, para que seja mantido o valor de, pelo menos, R\$130.000.000,00 para as escolas de tempo integral. Se tivermos essas escolas de tempo integral, com esporte e com professores bem-remunerados e bem-habilitados, como aprendi ontem, não haverá trabalho infantil e crianças exploradas no mundo do trabalho. Essa é a nossa meta.

Desculpem-me, mas, realmente, fico muito emocionada. As desilusões vão para a Europa e voltam. Não fui eu quem disse isso, mas as reportagens. Fomos lá e comprovamos.

Isso é um quarto. Os meninos viajaram a noite inteira desde São Paulo e ficaram trancados no quarto. Eu, a Dra. Matilde, o Genderson, a Cristiane, que é Auditora Fiscal, a Mabel, que está aqui, chegamos lá e vimos que os meninos estavam mantidos em cárcere privado. Eles viajaram a noite inteira para fazer um teste em um dos grandes clubes de Belo Horizonte.

Esse é um dormitório coletivo de um time grande e não de um da segunda divisão. Isso é muito pior, e mostrarei a vocês. Vejam a ociosidade. Onde está a profissionalização?

Sabem o que têm de lazer? Sinuca. Foi a única coisa que vimos. Por que não têm uma sala de informática? Por que não oferecem outra profissionalização? A bagunça é generalizada: eles mesmos lavam suas roupas. Os dormitórios são fétidos. Isso aqui é uma escola. O Prefeito liberou a escola do Município para abrigar os meninos. Isso não é segunda divisão, eles haviam saído de lá, de ônibus, sem nenhuma autorização, sem nenhuma regularização, para virem jogar em um grande time de Belo Horizonte. Era também mantido por um grande time de Belo Horizonte. Isso fica em Divinópolis.

Cortinas. A busca da privacidade. Isso foi abolido no ECA, em 1999. Eu era servidora da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - Funabem -, quando enfrentamos essa batalha, ou seja, os dormitórios coletivos. Banheiro sem porta. A intimidade é totalmente devassada nos pequenos e nos grandes clubes. Pergunto: o professor de Educação Física é conivente com essa situação? Será que devemos ficar indignados com isso? As roupas são encardidas e mal lavadas. Sabem onde tomavam água? Em latinhas de massa de tomate. Isso é um quarto, em que dormem dois meninos. Eles levam colchão, cobertor, roupa de cama e dormem assim. Isso é um dormitório. As paredes estão todas mofadas. Vejam o estado dessa parede. Não havia chuva. Eles estavam mudando para essa casa nova. Esse lado ninguém mostra no futebol. Ociosas. Essas crianças, com menos de 14 anos, não têm nada para fazer na parte da tarde.

A escola. O que realizamos? Em julho foi constituído um grupo do Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual e Ministério do

Trabalho e Emprego. Temos muitas fiscalizações, porque, além dos clubes de Belo Horizonte, fiscalizamos também os clubes do interior. Continuaremos fiscalizando. Em 2007, viemos aqui denunciar essa situação.

Participamos do programa "Esporte TV", com propostas de grandes clubes. Houve o fechamento, pela 23ª Promotora, de uma casa, na Pampulha, que abrigava 21 meninos. Alguns dormiam em banheiros. Na geladeira não havia nada para comerem.

Até quando iremos conviver com os Robinhos da vida? Por que nunca crescem? Por que será que não crescem? Qual é o comportamento inadequado dos jogadores de futebol, que chegam da Europa e desejam voltar para favelas? Por que se enchem de bebidas alcoólicas? Qual é o mundo que amadurece precocemente esses jovens? Até quando atletas serão violentadas sexualmente? A mãe de uma jovem era médica, mas não percebeu que sua filha estava sendo violentada sexualmente. Em todos os clubes, grandes e pequenos, recebemos denúncias de pedofilia.

E os limites? Qual é o limite do recorde? Qual é o limite do esporte de rendimento? Conforme esse estudo francês, em 2029, nenhum recorde será batido. É isso o que desejamos para as nossas crianças? Estamos buscando o quê? Qual limite queremos?

Cartão vermelho para o trabalho infantil. Estamos lançando agora, Dra. Gláucia, a nossa campanha: não queremos o trabalho infantil nem a exploração sexual de crianças e de adolescentes na Copa das Confederações, na Copa do Mundo e nas Olimpíadas. Que o Brasil não nos envergonhe ao sediar esses grandes momentos do esporte.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Parabenizamos a Sra. Elvira pela sua veemência, pelas informações que nos trouxe, pela forma como tratou o tema, pela sua luta e pela sua indignação, que é também de todos nós. Creio que todos repudiamos, como professores de Educação Física, como profissionais, qualquer prática esportiva que prejudique o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes e que viole os direitos das crianças. Temos de nos unir nesta causa do combate ao trabalho infantil no esporte em condições totalmente inadequadas. Conte conosco, Sra. Elvira, nessa campanha em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes de Minas Gerais.

Palavras do Sr. Genderson Silveira Lisboa

Após uma manhã exaustiva, com várias apresentações, estamos chegando ao final. Prometo fazer um esforço para não cansar mais ainda os senhores com minha exposição. Agradeço o convite que recebi do Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, para discutir esse importante tema. Cumprimento a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado João Leite, as demais autoridades da Mesa, os professores de Educação Física, os educadores, as senhoras e os senhores que estão presentes para discutir esse tema.

Meu nome é Genderson Lisboa e sou Procurador do Trabalho, membro do Ministério Público do Trabalho. Talvez o convite me tenha sido formulado em razão da minha atividade profissional, na qual enfrento a questão do trabalho infantil no esporte.

O tema proposto é "Trabalho infantil no esporte", incluído em um seminário que tem como foco maior o esporte, a infância e a adolescência. O tempo é curto; portanto, trataremos diretamente do tema objeto do nosso estudo.

Quando tratamos do direito da criança e do adolescente com um enfoque jurídico, não podemos deixar de considerar o dispositivo constitucional que está na transparência, que é o art. 227 da Constituição da República. Esse artigo é um paradigma, a partir da Constituição de 1988, no enfrentamento da questão da infância e da adolescência.

Até então, pelo sistema jurídico e pela sociedade brasileira, criança e adolescente não eram enxergados como sujeitos de direitos. Hoje são, pois, desde 1988, a Constituição diz que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e que quem deve garantir esses direitos somos todos nós, ou seja, os responsáveis pela infância e adolescência, a família, a sociedade e o Estado. Todos somos responsáveis, e os direitos são fundamentais. O que isso quer dizer? Esses direitos são irrenunciáveis, não podem ser derogados, ainda que o menor assim queira, ainda que o pai do menor assim queira. Por exemplo, a escola: nenhum pai tem direito de dizer que seu filho não pode estudar, pois a Constituição não permite. A escola é um direito fundamental, e a criança tem acesso a ela, mesmo que seja a contragosto da família. Não podemos abrir mão, em hipótese alguma, de nenhuma criança ou adolescente.

A proteção especial da criança e do adolescente abrange também aspectos relacionados ao trabalho, e nosso sistema constitucional é rigoroso. A Constituição diz que é proibido o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14. O Estatuto da Criança e do Adolescente define o que é criança e adolescente - e acredito que isso seja do conhecimento de todos -, mas não nos custa ressaltar: de 0 a 12 anos, é criança; de 12 a 18 anos, é adolescente. O trabalho de criança é vedado na Constituição da República. E a Constituição é clara: qualquer trabalho é vedado. Essa é uma diretriz constitucional. Além disso, existem outras normas constitucionais que tutelam o trabalho do adolescente, quando permitido. Por exemplo, é proibido o trabalho insalubre, perigoso, noturno, enfim, qualquer trabalho que coloque a criança e o adolescente em situação de risco - não tecerei considerações sobre essa norma, pois objetivarei mais examinar o aspecto do esporte. Mesmo nas hipóteses em que é permitido o trabalho do adolescente, não se pode abrir mão, em razão do trabalho, dos direitos fundamentais que acabei de citar para os senhores. O fato de um adolescente estar em situação de trabalho autorizado pelo ordenamento jurídico não justifica que ele fique fora da escola, que não tenha direito à convivência familiar e comunitária, que não tenha acesso à profissionalização. Aqueles direitos fundamentais têm que ser respeitados mesmo em relação a jovens que estão trabalhando com autorização da ordem jurídica. Além desses direitos fundamentais, há também a necessidade de garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários. Nossa Constituição estabelece que o menor e o adolescente, quando autorizados a trabalhar, têm que ter assegurados seus direitos trabalhistas. Trabalhar sem direitos é inconstitucional.

Como estamos falando de trabalho infantil no esporte, achei importante trazer à reflexão um dispositivo da Constituição da República: o art. 217, que deveria ser do conhecimento de todo profissional do esporte e da área de educação física, pois é importantíssimo. Ele não está transcrito, mas captei qual seria sua mensagem mais importante. Em primeiro lugar, vem o papel do Estado, que deve ser o de fomentação da prática esportiva formal - a que tem regulamentos, como, por exemplo, o esporte de competição, que tem regras a serem observadas - e não formal - os esportes lúdicos, como o frescobol, que não seguem regras rígidas para sua prática. Isso está na Constituição, que delinea o modo como o esporte se manifesta na nossa sociedade. São três as formas: a primeira e mais importante é o desporto educacional; a segunda é o desporto de participação e lazer; e a terceira é o desporto de alto rendimento. Como bem lembrou a Elvira, nosso objetivo neste seminário é buscar subsídios para discutir políticas públicas voltadas para o esporte na infância e adolescência; então, deveríamos estar atentos à Constituição, que estabelece que a prioridade na destinação de recursos públicos para o esporte deve ser o desporto educacional. Pode-se investir em projetos específicos para o desporto de alto rendimento, pois não há vedação legal, mas a maioria dos recursos deve ser voltada para o educacional. E a razão é muito simples - a Secretária de Educação e a Elvira falaram muito bem disso -: o desporto educacional é inclusivo, quer abarcar todos os alunos das redes pública e privada. Queremos que todos os alunos pratiquem esporte na escola, com um profissional adequado e acompanhamento. O desporto de alto rendimento, ao contrário, é seletivo, para poucos - não é para todo o mundo.

Então, o recurso público, que tem de atingir toda a população, é óbvio que tem de ser direcionado prioritariamente para o desporto educacional, e não, para o de rendimento. Se há uma diretriz que se possa tirar, e não, um subsídio; se há um mandamento constitucional na

elaboração de políticas públicas, é este aqui: temos que direcionar os recursos para o desporto de educação. E isso é responsabilidade dos membros desta Casa, que têm mandato democrático colhido nas urnas. Têm de cumprir o que está na Constituição, e a responsabilidade é grande, porque é nesta Casa que são aprovados os orçamentos públicos. É aqui que se diz o quanto gastar e em que gastar. Sabemos que o cobertor é curto para quem tem esta enorme responsabilidade de votar o Orçamento do Estado, que é complexo. Mas é preciso dar atenção a isso. Não posso dizer aos senhores se esse dispositivo está sendo observado, se os recursos públicos destinados ao esporte estão sendo investidos prioritariamente no desporto educacional. O meu receio é que tenhamos um enfoque muito específico no desporto do rendimento, esquecendo-nos do que é primordial, que é o desporto educacional. A Constituição, nesse artigo, revela quando o esporte passa a ser trabalho. O esporte pode ser praticado de forma profissional, como uma profissão, como um trabalho, e de forma não profissional. Eu pratico esporte não profissional, bato minhas peladas, jogo minha peteca de modo não profissional. O esporte pode ser um trabalho, e o Deputado João Leite sabe disso como ninguém. A partir do momento em que ele é praticado como trabalho, tem que ter direitos, tem que respeitar os limites de idade para a criança e para o adolescente. E o poder público tem de incentivar o lazer, que é a forma de desporto de participação. Vi uma exposição aqui hoje sobre a criação de praças para a prática de lazer, que não é um desporto educacional, não é um desporto de rendimento, mas uma prática de lazer. O esporte tem esse viés de proporcionar o lazer, de proporcionar o conagraçamento, de proporcionar a convivência harmoniosa entre as pessoas.

Falando de legislação pertinente ao mundo do esporte, não podemos deixar de falar sobre a Lei Pelé, que não é destinada apenas ao futebol. É uma lei que regula o desporto. Do ponto de vista de um operador do direito, como eu e outros colegas, há algumas críticas, construtivas, obviamente. É uma lei que tem a sua interpretação complexa. Ela associou várias emendas e perdeu um pouco de sistematização. Quando ela trata de um atleta em formação, temos muita dificuldade em conformar a referida lei com a Constituição. Sabemos que qualquer lei infraconstitucional deve observar os ditames da Constituição. Para nós, juristas, esse diploma é extremamente complexo, mas vou destacar alguns pontos. O que acho mais importante nessa lei é o seu art. 3º. Esse artigo vai mostrar como se identifica o desporto de rendimento, o desporto de participação, o desporto educacional. A Lei Pelé diz que o desporto educacional deve evitar seletividade, que é típica de esporte de rendimento. Este só pratica quem tiver o potencial para se tornar um atleta profissional. Os pernas de pau não praticam esporte de rendimento porque não passam na seleção. No esporte educacional, o aluno, tendo ou não habilidade, tem direito de praticar o esporte. O professor de Educação Física não pode segregar a criança que não tem habilidade para o esporte na hora da aula. Ele tem que integrar. O que se busca nas competições esportivas não são os resultados. Tive oportunidade de assistir a competições esportivas educacionais, e a participação de todos era obrigatória. Não tem reserva. Se a criança está lá, irá participar. Não é como o esporte de rendimento, em que às vezes a criança viaja com a equipe e nem entra em campo.

Isso frustra, desestimula e não pode existir dentro da escola. Não há seletividade porque não há hipercompetitividade. Por quê? Porque a busca, o foco não é o resultado. O foco é o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania. Esse é o objetivo do desporto educacional. O desporto de rendimento tem o foco no resultado, em ganhar. Não está errado, mas não podemos misturar. Não podemos confundir desporto educacional com desporto de rendimento. As premissas são completamente diferentes, e a lei nos dá a forma de qualificar. O desporto de lazer é o mais fácil. É feito pela maioria de nós, buscando a integração social, a saúde, é a caminhada pela manhã a fim de colocar em dia o sistema cardiorrespiratório. Isso é desporto de lazer voltado para a saúde e também está consagrado na Lei Pelé. A Lei Pelé qualifica o esporte que se torna trabalho. É justamente a prática de desporto de rendimento. Pode ser de maneira profissional, conforme a lei, com contrato de trabalho, ou pode ser não profissional, ou seja, sem contrato de trabalho, mas recebendo patrocínio. Quando a lei diz sem contrato de trabalho não é o mesmo que dizer que é sem trabalho. A relação com o vínculo de emprego é espécie do gênero relação de trabalho. O atleta que não tem vínculo de emprego com ninguém, mas que pratica esporte como fonte de subsistência própria e de sua família, recebendo patrocínio, também é um trabalhador do esporte. Poderíamos chamá-lo de trabalhador autônomo do esporte.

Em seu art. 29, a Lei Pelé determina que só a partir dos 16 anos pode haver o primeiro contrato profissional. Perfeito. A Constituição prevê isso. Em seu § 4º, estabelece que o atleta não profissional em formação, maior de 14 anos, pode receber auxílio financeiro, o chamada Bolsa Aprendizagem, para a prática desportiva. O que é isso? Uma aprendizagem esportiva. No mundo jurídico, quando interpretamos a Lei Pelé, vemos a criação de uma modalidade especial de aprendizagem profissional. É o atleta aprendiz. É trabalho? Sim. Por isso se prevê 14 anos. A prática de esporte de rendimento tem limites éticos e legais que devem ser observados. Existem outros direitos assegurados por meio da Lei Pelé para a prática desportiva do adolescente. Destaquei alguns como assistência médica, odontológica, psicológica, seguro de vida, ajuda de custo para transporte e instalação adequada. Destaco, ainda mais, a exigência legal da presença de um corpo de profissionais especializados em formação técnico-esportiva. Ou seja, é imprescindível que o profissional da educação física esteja nesses centros de treinamentos de atletas em formação onde se pratica esporte de rendimento. Por quê? Se isso não ocorrer, pode-se colocar em risco a integridade física desses jovens. Uma carga de trabalho inadequada para uma pessoa em crescimento, em formação, pode inviabilizar a prática desportiva desse jovem. A Lei Pelé reconhece a importância da presença de um profissional da área de esporte. Trata-se de um direito assegurado ao adolescente que tentará a carreira de atleta profissional.

Temos algumas conclusões. A primeira é a de que o esporte de rendimento configura trabalho. Logo, deve observar limites, inclusive os previstos na Constituição, como a idade. A formação profissional completa só é permitida a partir dos 16 anos. Com menos de 14 anos, em tese, o esporte de rendimento configurando trabalho é vedado. Além disso, para a prática de esportes, é necessário respeitar os direitos fundamentais previstos na Constituição, entre eles a convivência familiar e o acesso à escola, que não podem ser esquecidos. Por fim, a presença do profissional de educação física é indispensável na formação desses atletas. Trata-se de uma garantia da legislação de que o direito desses atletas serão observados. É preciso destacar o risco que se corre ao colocar crianças e adolescentes, ainda não preparados, na prática de esportes de rendimento. O primeiro risco é o fisiológico, pois podem sofrer lesões graves que inviabilizam a prática do esporte. Depois, temos os riscos psicológicos. Uma vez, ouvi uma palestra de um professor da Universidade Federal que é doutor em psicologia do esporte. Ele disse que colocar um atleta em idade precoce para a prática de esporte de rendimento pode desestimulá-lo em relação àquela atividade. A cobrança é alta, a disciplina é rígida, e a criança e o adolescente, na primeira idade da adolescência, não estão preparados para esse tipo de cobrança precoce, que pode matar o futuro de um atleta que teria potencial para ser atleta de ponta. Além disso, não podemos tolerar esse risco, que é um sacrifício a seus direitos fundamentais, que são a convivência familiar, a educação e principalmente o acesso à escola.

Outro tema que também deve ser enfrentado é o abuso sexual, a pedofilia. Como a Elvira disse, existem denúncias de difícil apuração. O menor não denuncia nem para o pai. Quando denuncia para o pai, este, na intenção de protegê-lo, não leva ao conhecimento das autoridades competentes. Quando leva, a prova é difícil. Então, as condenações são poucas, mas o fato existe. E a melhor forma de tratar esse tema é a prevenção, cumprindo as normas legais. Pelo interesse da criança e do adolescente, queremos prevenir para que esse tipo de monstruosidade não ocorra.

Peço desculpas à Mesa por ter extrapolado meu tempo em alguns segundos. Encerro minha exposição e agradeço a atenção de todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - A Mesa agradece a palestra do Sr. Genderson Silveira, suas colocações, e parabeniza também a Promotoria do Trabalho e seu trabalho como Procurador, seu compromisso com o combate ao trabalho infantil, não só no esporte como também em todas as áreas.

Sinto-me muito à vontade, porque sou representante da Assembleia no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, que este ano fez um belo trabalho, um plano de combate ao trabalho infantil, um instrumento importante, do qual participamos. O Plano Estadual de Esportes, que é decenal, está sendo elaborado, e temos a certeza de que, no ano que vem, estaremos com vocês para debatê-lo. Em 2010, haverá a conferência estadual, e um de seus objetivos é debater esse plano para os próximos 10 anos, com ações, metas e estratégias para o esporte em Minas Gerais. Contamos com a participação de todos vocês. Rogério afirmou que o Plano está sendo elaborado e será debatido em toda Minas Gerais. A Assembleia será parceira do governo do Estado na elaboração desse plano.

Agradecemos de pronto a todos vocês que estão aqui participando e a nossos expositores, pelas apresentações e considerações que fizeram.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, com inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Informo a todos os telespectadores da TV Assembleia que é possível participar de nossos debates pelo "e-mail" seminario.esporte@almg.gov.br e pelo tel. 0800-7092-2564.

Informamos também que o conteúdo das palestras apresentadas no seminário estará disponível no "hotsite" do evento, dentro da página da Assembleia na internet, no endereço www.almg.gov.br.

Debates

A Sra. Presidente - Como já há bastantes perguntas e temos uma limitação de tempo, solicito aos senhores palestrantes que elejam uma pergunta para responder. Se puderem, sintetizem todas em uma só. A Mesa assume o compromisso de encaminhar por "e-mail" as respostas às perguntas que ficarem prejudicadas. Com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Gostaria de iniciar minha participação respondendo a perguntas a mim encaminhadas. A Maria Diniz pergunta: "Por que os idosos não foram contemplados neste seminário tão importante, quando sabemos da situação em que se encontram em asilos e em casas de apoio?".

Atribuo a culpa ao Prof. Paolucci, que está ali atrás e que provocou a Assembleia Legislativa para que realizasse este seminário especificamente voltado para a questão da criança e do adolescente, o que não implica que não possamos tratar daquele tema tão importante. Espero que a Assembleia Legislativa seja provocada também para discutir esse tema tão importante. Não é, de maneira alguma, discriminação, porque o esporte é muito importante para essa idade à qual estamos todos chegando. Hoje pela manhã já fiz minha ginástica. Preciso melhorar minhas condições.

César Maciel, do Conselho Municipal de Esportes de Sete Lagoas: "Parabenizando-os por todas as iniciativas a favor do esporte, gostaria de saber como acreditar ser possível melhorar a aplicabilidade da Lei Estadual de Incentivo". César, acreditamos muito na Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. Ela tem algo diferente e que é muito importante: não entra na principal arrecadação do governo do Estado, que é o ICMS corrente. A Assembleia aprecia, todo ano, o Orçamento. Então, quando retiramos dinheiro do ICMS corrente, estamos retirando possibilidades da Assembleia para analisar, emendar o Orçamento, porque retiramos recursos deste. Vejam que, agora, o governo federal, que já fica com 70% da arrecadação de tudo, resolve desonerar do IPI, zerar a alíquota do IPI, primeiro, o dos automóveis e, agora, o dos móveis. Isso é legal, só que o IPI tem de ser dividido com Estados e Municípios. Os Estados e Municípios estavam esperando essa arrecadação e não a terão. Por que o governo não abriu mão de contribuições como a Cofins? Porque, esta, Estados e Municípios não recebem. Só eles recebem. Abriam mão do Imposto de Renda na Lei de Incentivo ao Esporte, mas esse imposto, Estados e Municípios também recebem.

É importante esclarecer que a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte está ligada à dívida ativa do Estado. Darei o número fornecido pela Advocacia-Geral do Estado. Os recursos inscritos na dívida ativa do Estado de Minas Gerais são de R\$26.000.000.000,00. Então, acredito muito. O Secretário Rogério Romero, com sua equipe, tem feito um trabalho rápido, ágil, na análise dos projetos que estão chegando. A única coisa que pode evitar a destinação dos recursos para o esporte é não haver projetos. Talvez, nesta semana, tenhamos R\$3.000.000,00 para o desporto educacional. Empresas inscritas na dívida ativa do Estado que aplicarem na implementação do xadrez na escola receberão aproximadamente 70% de desconto em multas e correção da sua dívida. A própria Advocacia-Geral do Estado está trabalhando para que as empresas façam opção por isso. Aproximadamente 90% das siderúrgicas de Sete Lagoas foram fechadas durante a crise, mas elas estão voltando com dívida e negociando-a com o Estado. E, mais, creio que é a melhor lei, porque não mexe com o ICMS corrente. Quanto ao dinheiro para saúde, para educação, para o orçamento do Estado... Estamos buscando dinheiro na dívida ativa, que, em tese, seria um dinheiro perdido, mas é um dinheiro encontrado e que dá oportunidade para nossas empresas terem condições de pagar suas dívidas e investirem no esporte. Portanto, acredito muito.

Finalmente, gostaria de falar algo com todo o carinho para a Elvira, por quem tenho a maior admiração, por sua luta e seu trabalho em favor das nossas crianças. Falarei como ex-jogador de futebol, Elvira. Ao ver a figura do Robinho chupando o dedo, fazendo uma homenagem ao filho, fiquei pensando em todos os meus companheiros. Convivi com eles durante toda a minha vida e ainda convivo. Alguns estão em idade mais avançada, outros já faleceram. Uma coisa importante é sabermos que no nosso país o jogador de futebol é muito discriminado. A realidade está distante do que as pessoas falam ao dizerem que este é o país do futebol. Só em 1976 tivemos a nossa legislação reconhecida. Não tínhamos profissão ou carteira assinada, não tínhamos absolutamente nada. Portanto, entendo o fato de muitos terem ido para a Europa e terem saudade da vila em que nasceram.

Nasci numa vila, na Vila Oeste, e até hoje tenho saudades de lá. Mas a Via Expressa cortou a nossa vila ao meio. Tenho saudades dos meus amigos de infância e de todas aquelas coisas. Se pudesse, gostaria de voltar para lá e rever os meus amigos de infância e o nosso primeiro time de futebol, que ganhou o campeonato da Vila Oeste. Com 5, 6, 7 anos de idade, já disputávamos campeonato. É uma outra realidade, que está no nosso coração e na nossa cabeça. Sou criança das Copas de 1958 e de 1962. Eu era o Gilmar no gol, o goleiro da seleção brasileira. Ouvia os "speakers" gritarem: "Agarra, Gilmar" e os imitava. Muitos foram para a Europa, assim como eu. Isso me fez crescer muito. Queria fazer dois cursos, Educação Física e História. Não consegui fazer Educação Física, porque até hoje não aprendi a nadar, mas fiz História. Achava que não conseguiria estudar jogando futebol. Mas o Heleno fez Educação Física quando ainda jogávamos. Lembro-me dele estudando na concentração. Muitas vezes, às 18 horas - o jogo seria às 21 horas -, o Heleno estava estudando. Não entendia como conseguia estudar se teríamos um jogo dali a pouco.

Gostei demais da sua apresentação. Essa é uma grande oportunidade de transformação social da criança, do jovem brasileiro. Talvez, seja a única. Meu filho está jogando na categoria de base, e o time dá aos jogadores todas as condições. Fui lá e vi onde os jogadores moram; eles têm toda infraestrutura. Toda a formação deles é feita por professores de universidade. Uma escola adotou a equipe, e cada jogador tem treinamento individualizado. Como a minha mãe falava sempre - muitos aqui não tomaram banho de bacia -, precisamos ter cuidado para jogar fora a água do banho, mas não jogar a criança junto. É um desabafo de um jogador de futebol brasileiro.

Recentemente, a revista "Veja" divulgou que os grandes embaixadores brasileiros são os missionários religiosos e os atletas, que estão dando um grande exemplo no exterior. Temos vários deles, mas não vou citar nomes para não cometer nenhuma injustiça. Minhas filhas, por exemplo, passaram pelo Minas Tênis Clube, no vôlei, e a minha esposa jogou lá durante 20 anos. Ou seja, tiveram uma formação física excepcional e estão muito bem. Sei que vocês estão fazendo um trabalho importante na defesa da criança e do adolescente. É um sonho de todos nós. Sou um ardoroso defensor desses novos regulamentos para a criança, mas temos algumas especificidades no esporte que precisam

ser analisadas com cuidado.

Temos várias perguntas e um "e-mail" do Arthur Fernandes Amaral, que diz o seguinte: "A Educação Física para os jovens é um assunto que está sempre me tocando e é de meu interesse. Sou seu admirador desde criança, principalmente quando ainda defendia as cores do glorioso Clube Atlético Mineiro. Naquela época, quando você era vizinho do meu tio Paulo Haddad, na Rua Prof. Eugênio Rubião, Sion, pedia ao meu pai para estacionar perto do seu prédio na expectativa de vê-lo.

Sempre gostei muito de esporte e não tive dúvida de fazer vestibular para Educação Física. Hoje curso o 4º período na Fumec, turno da manhã, inclusão, contato com a Profa. Ingrid Lobo. Para completar a admiração da minha infância, quando ia buscar o meu pai no serviço, na Cidade Nova, no Cetec, na época de eleição para Deputado, eu dizia: "Lá vai o Zão Leite". Quero agradecer muito ao Arthur Fernandes Amaral o "e-mail" enviado. Ele também fala sobre o Heleno e o Atlético. Arthur, depois darei retorno a você. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Com a palavra, a Sra. Matilde.

A Sra. Matilde Fazendeiro Patente - É difícil escolher uma pergunta. Vou escolher uma, aleatoriamente: "Vivemos em um País e em um mundo capitalista ao extremo. Como conter o acesso de menores, a maioria pobre do ponto de vista financeiro, se o futebol visa o lucro?". Pergunta de Deusdedit.

Queremos que essa criança pobre, que não tem acesso à prática de esporte no Minas Tênis e que pratica esporte em local que o pai não pode fiscalizar, seja respeitada em seus direitos. Embora tenhamos exemplos notáveis e brilhantes, como o Deputado João Leite, o seu filho e a sua filha, queremos garantir o acesso à prática esportiva às crianças, às pessoas pobres e lutadores, mas no seio das suas famílias, nas cidades e nos bairros onde moram, nas escolas em que estudam. Vamos garantir a essas pessoas a prática de vários esportes nas escolas e também nas comunidades, pois as escolas entram de férias. Deveria ser criado um centro esportivo como o Minas Tênis. Mas esse clube atende somente a quem tem condição financeira de comprar sua cota, ou seja, a pouquíssimas pessoas. Queremos garantir que a criança de uma comunidade pobre possa viver naquela comunidade e não ter nostalgia de ter sido afastada do seu meio, da sua família. Até os 14 anos, a criança pode praticar esporte na sua cidade, treinar e se divertir. Pode até treinar, desde que não haja essa seleção tão rigorosa, massacrante e opressora e a competitividade oriunda do trabalho no esporte. Houve também uma pergunta em relação à idade. Não sou eu quem estabelece esse limite, mas a Constituição. O Dr. Genderson, Procurador do Trabalho, já falou sobre isso, mostrando onde está a fundamentação legal dessa idade. É preciso dar à criança ou ao adolescente a oportunidade de praticar esporte, para depois ser destacado para o esporte profissional, o que pode acontecer na base, na própria comunidade, sem tirá-lo da sua família.

A Sra. Presidente - Agradecemos à Sra. Matilde e passamos a palavra à Sra. Elvira.

A Sra. Elvira Cosendey - As perguntas a mim dirigidas foram feitas por Rogério de Oliveira Costa e Hélio Emiliano. Ambas refletem as questões da inclusão, das afirmativas e da escola rural. A questão da escola rural ainda é um desafio neste país, tanto no programa de erradicação do trabalho infantil quanto no esporte. Estão perguntando o que temos feito em relação ao trabalho infantil. Para responder a isso, vou mostrar aqui dois cartazes: um é sobre o trabalho infantil no Brasil. Começamos com 8,4 milhões, mas hoje a pesquisa nacional de amostra por domicílio demonstra que temos 4,4 milhões. Mas é gente "pra caramba". Temos ainda muitas crianças e adolescentes no trabalho infantil. Caminhamos? Caminhamos. Melhorou? Melhorou, mas ainda falta muito. Qual é a resposta para esses 4 milhões? Vou mostrar à Raquel.

A resposta nossa é que queremos manter os R\$130.000.000,00 no PPAG para a escola em tempo integral. Não entendi por que caiu esse recurso. Tenho admiração pelo nosso eterno atleta, embora ele seja cruzeirense. Não quis jogar, João Leite, as crianças junto com a água. Quando a Dra. Matilde falou, sabíamos que estávamos falando da exceção, da nata, da pessoa esclarecida, dos atletas que deram certo, de você, Deputado João Leite, do Heleno, do Tostão, do Sócrates, do Raí, que estive conosco no programa de aprendizagem. Esses jogadores foram incluídos nos programas sociais e têm muito o que fazer e contribuir pelo bom exemplo. Mas a grande maioria não tem essa verdade. Minha luta não é pelos atletas de rendimento, porque estes estão muito bem assessorados. Quero isso para os 20 milhões que estão na Secretaria de Educação e, como a Dra. Vanessa falou, não há quadras, uma não é suficiente, e não há recursos. Estou falando das políticas especiais. As especiais são para quando as básicas falharem. Quero a política de educação, a de saúde, a dos esportes que vão atingir milhões de pessoas, para que não tenhamos de ter medidas socioeducativas, para não virmos aqui aprovar emendas populares de emendas educativas. Quero aprovar emendas para o Rogério, para o Romero, para a Dra. Vanessa. Quero aprovar medidas para as políticas básicas, que incluem milhões de crianças e adolescentes. Obrigada.

A Sra. Presidente - Muito obrigada, Elvira. O nosso desafio é desenvolver essa política pública que universaliza, que democratiza o acesso de todas as crianças e adolescentes ao esporte e lazer. Realmente, é um desafio para o poder público em todas as esferas do Estado. Com a palavra, o Sr. Rui Martins, para fazer uma pergunta oral.

O Sr. Rui Martins - Boa-tarde a todos. Cumprimento a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado João Leite, por quem cumprimento as demais autoridades. Aceitei a provocação da Dra. Elvira porque achei que ela era uma pessoa maravilhosa, mas, durante sua fala, percebi que tem um defeito grave, porque é cruzeirense. Aceitei sua provocação quando fez aquelas denúncias. Faço-lhe uma sugestão, depois que a senhora perguntou onde fica o profissional da educação física nessas coisas. Toda mãe é sábia, independentemente de ser letrada ou não. A minha não é sábia, mas é letrada. Ela fala que todas as profissões têm bons e maus profissionais. Quando a senhora deixa no ar a pergunta "onde ficam os profissionais de educação física?", a sugestão é que, nas suas fiscalizações, por que não convidar o órgão regulador da nossa profissão, o Sistema Confef-Cref, no caso de Minas Gerais, o Cref 6ª Região. Seria interessantíssimo se, nessa fiscalização, o Conselho fosse provocado a estar presente.

A Sra. Presidente - Rui, obrigada por suas ponderações. Já havia conversado com o Adailton sobre a importância dessa parceria do Cref com a Promotoria do Trabalho, com a Promotoria de Justiça da Infância e do Adolescente e também com o Fórum. Passo a palavra ao Sr. Genderson Silveira.

O Sr. Genderson Silveira Lisboa - Também vou assumir essa culpa do convite à Confederação. Aliás, estive com um de seus membros, o Diretor da Faculdade de Educação Física. Ele me fez essa cobrança de reunião e lhe prometi que, nas próximas de que o Ministério Público participar, eu o convidarei. É um compromisso nosso com ele. Foi uma falha realmente. Aliás, quando realizamos audiência pública no Ministério Público do Trabalho para discutir esse assunto - foi uma falha nossa, reconhecemos -, não convidamos o Conselho e deveríamos tê-lo feito. A pergunta dirigida a mim é da Sra. Vera Lúcia Rezende Costa, da Secretaria de Educação, que questiona: "Como é vista pelo poder público a participação de crianças em novelas?". Vou tentar explicar da forma mais sintética possível. Integro uma instituição, que é federada. O Ministério Público do Trabalho tem representantes em todo o território nacional. Para tratar de assuntos de grande relevância e repercussão no País inteiro, como futebol, constituímos comissões, às vezes de Procuradores de vários Estados da Federação - obviamente com enfoque jurídico. Integro, por exemplo, a comissão que estuda o esporte. São cinco Procuradores, cada um de um Estado, que se reuniram várias vezes em Brasília, por via eletrônica, pela internet ou por "e-mail", para discutir o tema. E há também, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, uma comissão que cuida especificamente do trabalho artístico, que é objeto de estudo nosso, sim. O Ministério Público do Trabalho tem destacada atuação nessa área. Do nosso ponto de vista, vale o que reza a Constituição: a partir dos 14 anos, a criança pode ser aprendiz e, a partir dos 16, pode ter o primeiro contrato profissional como atriz. Antes disso, qualquer trabalho é vedado. Essa é a regra que a nossa Constituição estabelece e o que buscamos cumprir, e atuamos nesse segmento. Quero destacar aos senhores o exemplo de uma menina precoce, salvo engano chamada Maísa. Num canal de televisão de São Paulo, ela encantou o Brasil inteiro pela forma como aparecia. É um

talento precoce, expressa-se muito bem, tem aquele quê da televisão. Obviamente, a emissora explorou aquilo para ganhar audiência e expôs a menina. Enquanto estava na televisão, ela chegou a bater canais de maior audiência, com programas, às vezes, de maior ibope. Contudo, em determinado programa ao vivo, essa menina passou por um sofrimento; pediu colo de mãe, e lhe negaram. A própria mãe lhe disse para voltar lá, que ela estava ao vivo, tinha de gravar. Houve uma repercussão muito grande desse fato na mídia, e essa menina, por iniciativa do Ministério Público, foi afastada desse trabalho, para preservar a sua dignidade. Quer dizer, o trabalho artístico também é trabalho e tem de respeitar os limites da Constituição. Obviamente nós, do Ministério Público, quando elegemos uma área de atuação prioritária, temos de ter um pouco de bom-senso. Por exemplo, houve uma ação no Rio de Janeiro em relação aos atletas que trabalham em novela. Os colegas Procuradores estiveram lá. Há um acompanhamento de Primeiro Mundo, com psicólogo seguindo as sessões. Em vários casos, há substituição dos bebês, para não se cansarem; não é sempre o mesmo que está ali. Há preocupação de se manter a criança na escola, há acompanhamento psicológico e pedagógico. Com base nisso, a gente não elege esses casos. Obviamente, se se está nessa situação que chamamos de proteção, é uma criança protegida, não abriu mão de nada, está na convivência familiar; encara aquilo como um trabalho lúdico, e não como profissão. Isso não é prioridade nossa. A Constituição proíbe, mas é uma criança que está sofrendo lesões a direito, a cidadania? Está fora da escola? Está deixando de ter convivência familiar? Não. Foi o que constataram os meus colegas do Rio de Janeiro, que investigaram alguns desses casos. Não é nossa prioridade, então. A nossa prioridade, como diz a Elvira, é a criança que está em sofrimento, e existem crianças em sofrimento no esporte. Elas estão passando por privações de escola, família e convivência comunitária, por buscarem o sonho de se tornarem atletas profissionais. Ai há um foco maior; há uma lesão maior, e devemos eleger prioridades para serem trabalhadas. Então, posso dizer que a questão do trabalho artístico não é prioridade de enfrentamento, mas as questões pontuais, como o caso dessa menina ocorrido em São Paulo, não deixarão de ser enfrentadas e levadas ao poder público e ao Poder Judiciário, que tem dado respostas positivas, afastando a criança do trabalho. Era essa a minha resposta e agradeço a atenção de todos.

A Sra. Presidente - Agradecemos ao Sr. Genderson. Com a palavra, o Sr. Maurício Peçanha, para fazer a sua pergunta oral.

O Sr. Maurício Alves Peçanha - Boa tarde a todos. Parabenizo a Deputada Gláucia Brandão, o Deputado João Leite e os palestrantes por esta maravilhosa manhã. Conhecimento é uma dádiva e, quando nos pronunciamos de acordo com esse conhecimento, repassando as informações, ficamos mais satisfeitos ainda, como ocorreu neste debate tão sadio e grandioso. Infelizmente todas as perguntas não terão as respostas de imediato. Contudo, não vou fazer uma pergunta, mas apenas abordar uma questão de esclarecimento sobre a nomenclatura que está sendo usada para as pessoas com deficiência. Não queremos mais ser chamados de portadores. Não somos portadores de deficiência. Não somos cadeirantes. Somos usuários de cadeira de rodas. Todas as pessoas que estão aqui são cadeirantes e nós somos usuários de cadeira de rodas. Não estamos parados. Nós nos locomovemos. Existe, ainda, outra situação de como tratam as pessoas com deficiência, em um significado totalmente obscuro. Se participamos da política pública, é porque somos contados e queremos somar sempre. Queremos que nos perguntem de que maneiras desejamos ser tratados. Queremos essa indicação. Somos 30 milhões de pessoas com deficiência, no Brasil, o que representa 14,5%. É claro que estamos avançando, porque estamos sendo ouvidos. Então, seria nesse conceito: portadores não, cadeirantes também não. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Penso ser importante o que disse o Maurício. Essa nomenclatura vai mudando todos os dias, e as pessoas ficam sem saber o que dizer. Então, a nomenclatura correta é pessoas com deficiência. Assim quem estiver assistindo à TV Assembleia e me escutando saberá que deve dizer pessoas com deficiência, e não mais portadores nem cadeirantes. Eles são usuários de cadeira de rodas. Isso é um respeito a uma solicitação das pessoas com deficiência, que pedem que sejam tratadas dessa forma, de acordo com um consenso já existente entre os estudiosos dessa área. Passo a palavra ao Prof. Alberto.

O Sr. Alberto Martins Costa - São várias perguntas e questões, e ficamos lisonjeados com elas. Para responder à primeira delas falaria exatamente o que disse o Maurício, que é extremamente importante. Nós trabalhamos com pessoas com deficiência e precisamos, Maurício e Eustáquio, ter um pouco de paciência e ir mostrando isso a cada dia. É lógico que as pessoas não falam isso de forma pejorativa, mas penso que, educativamente, é muito importante que nos posicionemos claramente sobre o assunto. Esse é um ponto importante.

Quero dizer que estou com várias perguntas aqui e, em muitas delas, não consta o "e-mail" da pessoa para que eu possa respondê-las depois, já que isso não será possível agora. Uma delas ou algumas delas perguntam sobre o Centro Nacional de Formação de Profissionais para o trabalho com pessoas com deficiência ou do esporte paraolímpico.

O Centro Nacional está em implantação, e, neste mês, acabamos de receber a aprovação do Ministério do Esporte. A partir do ano que vem, será implantado e deverá promover cursos de formação para todas as pessoas, em todos os níveis, que trabalham com deficientes na área do esporte, desde a iniciação esportiva. E esse é um trabalho que realizaremos com as Escolas de Educação Física e com os professores que atuam ou na disciplina Educação Física em esportes adaptados, ou na atividade física de pessoas com deficiência, para que, quando o aluno sair da Faculdade de Educação Física, possa também pedir o reconhecimento da sua carga horária em, por exemplo, Técnico de Iniciação Esportiva, Técnico de Alto Rendimento, Medicina, Psicologia e Apoio, que é um problema sério para as pessoas com deficiência, pois não se sabe como prestar esse apoio.

Esses cursos deverão ser presenciais e a distância. Um dos seus grandes objetivos - que é o que foi questionado - é o material que estará disponível para todos; é produzir material didático em filmes, DVDs, revistas, cartilhas e outros, que serão disponibilizados depois. Cada uma dessas ações será um projeto individualizado.

A última questão, que é tão importante quanto as outras, diz respeito aos materiais e equipamentos para o trabalho no esporte, envolvendo pessoas com deficiência, os quais são muito caros. Isso dependerá muito da modalidade esportiva a ser trabalhada. Por exemplo, para a corrida em cadeira de rodas, essa cadeira custa US\$10.000,00. Temos de levar em consideração o nível, que pode ser de iniciação esportiva. A bola de "golball" só é fabricada na Alemanha. Isso deve fazer parte de uma política de investimento até mesmo na produção e aquisição de materiais e equipamentos, para que as associações e os clubes possam desenvolver os esportes.

Falou-se sobre os projetos e as demandas. Hoje faço parte da Comissão de Lei de Incentivo ao Esporte e, infelizmente, vejo que o maior número de projetos apresentados é de alto rendimento. Temos comentado isso. Por que não há recursos? Não há recursos porque faltam projetos. Disse que a única Secretaria de Estado do Brasil que tem apresentado projetos para a Lei de Incentivo ao Esporte é a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais. Ela tem buscado parcerias com as empresas privadas para fomentar o esporte, sem confiar apenas nos recursos públicos. Essa é uma atitude a ser trabalhada.

A Lei Agnelo-Piva destina 10% dos recursos das loterias para o esporte educacional. E está difícil gastar esses recursos, principalmente com esportes paraolímpicos. Nós, que trabalhamos nessa área, precisamos saber que há recursos, mas precisamos apresentar uma demanda a fim de não correremos o risco de perder os recursos por não ter como utilizá-los. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Obrigada, Prof. Alberto. Gostaria de falar para a Seej da importância de qualificar os gestores, para que tenham competência na elaboração dos projetos. Os Municípios apresentam essa carência. Em Minas Gerais, seria uma boa ação desenvolvermos um projeto ou um programa ou uma ação voltada para a qualificação dos gestores de todas as Secretarias de Esportes, a fim de contarmos com a competência necessária para o encaminhamento das Leis de Incentivo ao Esporte estadual e federal.

Gostaria de convidá-los para participar da 19ª Olimpíada Nacional das Apaes, de 9 a 13 de dezembro, no Sesc de Venda Nova. O evento será realizado pela Federação Nacional das Apaes, e a sua abertura será no dia 9 de dezembro, às 19 horas. As pessoas com deficiência e as que

militam nessa área estão convidadas para participar desse evento tão importante. Com a palavra, o Sr. Sérgio Bruno Zech Coelho.

O Sr. Sérgio Bruno Zech Coelho - Obrigado, Deputada Gláucia Brandão. Inicialmente, prestarei um esclarecimento: o Minas Tênis Clube não é somente de sócios, temos também atletas não sócios. Por exemplo, a Fabiana hoje está na seleção brasileira. Infelizmente, nós a perdemos para o Rexona. Essa atleta veio de Santa Luzia e foi formada em nossas divisões de base. Como ela, temos vários outros atletas. E também outros tipos de programas, como o Esportista Cidadão, que, há mais de 10 anos, está sendo desenvolvido no Aglomerado da Serra, em parceria com a Prefeitura e com a Fiat.

O Prof. Rubens Pinheiro Silva, da Prefeitura de Lavras, dirigiu-me a seguinte pergunta: "Sabe-se da importância dos jogos olímpicos de 2016, mas não vejo citarem a importância dos jogos paraolímpicos de 2016. Gostaria de saber se o Minas Tênis Clube possui ou pretende desenvolver projetos com paradesportistas".

Concordo que o grande holofote das olimpíadas vai para os jogos que não são os paraolímpicos, que, sem dúvida nenhuma, a cada olimpíada, têm ganhado importância maior. Como acontecem após a olimpíada, evidentemente perdem um pouco do brilho e do foco, mas, na época de suas realizações, tenho certeza de que terão uma grande valorização.

No que diz respeito ao Minas, não temos como prática formal nenhuma atividade destinada a paraolímpicos, mas isso está em nossos planos. Como vivemos hoje um período de grandes investimentos, dentro de um ou dois anos, teremos de dar prioridade a isso. Como foi dito, sabemos do percentual de pessoas que estão classificadas como possíveis atletas paraolímpicos. O Minas, como não poderia deixar de ser, tem também os seus sócios e não sócios que desejam isso. Temos tido uma política muito próxima com todas as instituições, com a Confederação Brasileira de Esportes Paraolímpicos. Sempre que nos pedem, cedemos as nossas instalações. A nossa intenção, num futuro bem próximo, é fazer do paraolimpismo uma das atividades normais do nosso clube.

A Sra. Presidente - Ficamos muito felizes com essa notícia, Sr. Sérgio. A população de Minas, especialmente a da Região Metropolitana de Belo Horizonte, será muito beneficiada com isso. Com a palavra, o Sr. Deusdedit, para que possa formular sua pergunta.

O Sr. Deusdedit Rezende de Assis - Boa-tarde a todos. Na verdade, preparei três perguntas para a Mesa. Sou de Poços de Caldas, da Associação de Professores e Profissionais de Educação Física. É impossível discutir esporte sem pensar no profissional de educação física, que, nos dias de hoje, não é consultado. Falo diretamente ao senhor que representa o Cref, que está substituindo o nosso Presidente. Sugiro que o Cref fique próximo do profissional de educação física, além de exigir que esse profissional seja consultado em todos os sentidos. Quem está lá, com a criança que sofre a violência, é o profissional de educação física. Então todos os esforços devem ser investidos nele.

Além disso, devem ser fiscalizados todos os órgãos em que esses profissionais estiverem lotados. Entendo que todos devem ser filiados, todos devem dar a sua contribuição ao Conselho. Sem isso, não nos tornaremos fortes. Participo também com alguns projetos na Lei de Incentivo ao Esporte.

O que percebo na lei é que, na grande maioria das vezes, o dinheiro vai para os grandes clubes. Estive no seminário sobre a Lei de Incentivo ao Esporte, em Brasília, onde estiveram o São Paulo, o Flamengo, o Fluminense, o Atlético, o Cruzeiro e o próprio Minas. Esse dinheiro vai para quem tem infraestrutura. O que custa para nós, Municípios, ter uma Secretaria de Gestão, de instalações esportivas e de desenvolvimento de projetos na nossa Secretaria de Esportes? Se há R\$500.000.000,00 disponíveis e, no ano passado, só foram captados R\$80.000.000,00, ficaram R\$420.000.000,00. E, o que é mais importante, se não foram aplicados no esporte, o governo não pode utilizá-los para nada. Esse é o grande lance. O que precisamos ter nos Municípios? Que a Prefeitura promova o projeto. Quanto tem? R\$500.000.000,00. Se não precisamos do dinheiro, vamos fazer quadra, vamos investir no profissional e no material. Então, temos que ter, nas nossas secretarias municipais e em cada Município, o desenvolvimento de projetos com a lei do incentivo.

As Olimpíadas, com certeza, têm um interesse político e, em segundo lugar, um interesse econômico no turismo e nas divisas. O esporte fica em terceiro lugar e, talvez, até em último lugar. Então, não podemos achar que teremos sucesso nas olimpíadas apenas com seis anos de preparação dos atletas. Essa é uma questão que pode ser amplamente discutida, mas, infelizmente, temos outras coisas como prioridades em nossa nação.

Os países que são os medalhistas olímpicos são aqueles que investiram na educação. O país que não valoriza a educação, não valoriza o profissional, não valoriza o educador e não valoriza o seu povo. Essa é minha pontuação. Peço àqueles que foram citados que, se quiserem, respondam as minhas perguntas. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Muito obrigada. Com a palavra, o Prof. Adailton.

O Sr. Adailton Eustáquio Magalhães - Quero dirigir-me ao colega Deusdedit, profissional de Educação Física, agradecendo a sua pontuação, que nos ajuda a esclarecer o nosso caminho. O Cref tem que abrir contato com o profissional e a via de mão dupla tem que existir. O profissional tem que nos buscar também para fazermos um trabalho conjunto de base com aqueles que estamos representando no momento.

Fico feliz em saber que você é membro de uma Apef em Poços de Caldas, que é nossa amiga, sem dúvida nenhuma, porque o sistema crefiano se confunde com o sistema apefiano, do qual tenho uma base muito antiga. Graças a Deus, participei dele desde o primeiro momento e, portanto, fico à vontade para falar sobre os dois sistemas. E, sem dúvida nenhuma, posso afirmar que o nosso trabalho é significativo e respeitado. Hoje, nada se faz sem um contato mínimo das pessoas responsáveis pelo crescimento, pelo desenvolvimento esportivo e pela questão da educação física. Todas as Apefs que estão diretamente envolvidas com a profissão não fazem as coisas sem nos ouvir. Isso é uma vitória muito grande. Uma postura como a sua é que nos faz crescer a cada momento. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Agradecemos ao Adailton. Essa é mais uma tarefa para o Cref. Com a palavra, o Secretário Adjunto Rogério Romero, para responder às perguntas. Há muitas perguntas dirigidas ao Rogério; peço que escolha algumas delas para responder, a fim de encerrarmos os nossos trabalhos.

O Sr. Rogério Romero - Responderei às perguntas em tempo recorde. A pergunta do Adailton, de Contagem, é sobre os recursos, sobre como se conveniar com a Secretaria, sobre qual é o apoio que os clubes recebem do Minas Olímpica e o que é necessário para participar desse programa. Acho que essa pergunta sintetiza as outras.

A pessoa tem que ser cadastrada, tem que apresentar um projeto que seja viável e deve haver um orçamento para apoiá-lo. Se for assim, será apoiado. Então, a conta é muito simples.

O outro participante perguntou sobre material esportivo. Temos uma dificuldade: o ano que vem é eleitoral, e não pode ser doado nenhum tipo de material esportivo, portanto sua aquisição poderá ser feita por meio de convênio.

Achei interessante a pergunta sobre a existência de algum programa estadual de capacitação. Já mostramos que há um forte interesse - e esse é um legado importante - no conhecimento esportivo. Recentemente, tivemos uma ação denominada Disseminação do Conhecimento Esportivo - Dice - e, com base nela, objetivamos a captação de recursos, citando as várias formas, fontes, leis de incentivo, o Fundo da Infância e Adolescência, a própria Secretaria e o Ministério. Essa foi uma ação que atingiu 276 pessoas.

Perguntam aqui como participar dos conselhos municipais e estaduais. Isso é muito importante. Já existe um decreto regulamentando, em nível estadual, as entidades representativas, assim como em nível municipal. Temos nosso "site" para induzir a formação dos conselhos estaduais, pois é muito importante esse diálogo com a sociedade. Existe um modelo de regimento interno e também um modelo de proposta de criação do conselho municipal. A Secretaria realmente está tentando fomentar o esporte em suas diversas dimensões.

A Heloísa, do Colégio Magnum, pergunta a respeito da construção do centro esportivo da UFMG. Realmente, essa é uma demanda muito específica para o alto rendimento e, como foi dito aqui, há diferenças entre o esporte educacional, o de participação e o de alto rendimento. Hoje, em Belo Horizonte, não temos sequer um ginásio municipal público, o que realmente nos faz pensar. Temos o Mineirinho e uma parceria com o Minas Tênis Clube, mas isso não é condizente com um equipamento para o público, para que o esporte de alto rendimento seja desenvolvido. Deputada Gláucia Brandão, essas foram as perguntas.

A Sra. Presidente - Obrigada, Rogério. Passo a palavra à Profa. Raquel Elisabete.

A Sra. Raquel Elisabete Santos - Tenho aqui uma pergunta da Rosana Lima Siqueira: "Como podemos atuar para fazer recumprirem a exigência da atuação de profissionais da educação física nas escolas de ensino básico fundamental, a partir da educação infantil? Sabe-se que é obrigatória a prática dessa disciplina em todos os níveis da educação". Essa pergunta foi dirigida à Profa. Gláucia, mas ela me passou. É importante deixarmos claro que atualmente a educação infantil é responsabilidade dos Municípios - o Estado de Minas Gerais tem ainda apenas uma escola de educação infantil. A questão do profissional habilitado nas escolas, em alguns distritos, é um problema. Todas as escolas têm Educação Física, em todas as séries, em todos os níveis, isso é obrigatório, mas a presença do profissional habilitado ainda é uma dificuldade para nós, uma vez que, em escolas de alguns distritos e Municípios, falta-nos esse tipo de profissional, e até de outras disciplinas como Física, Química e Matemática. Então, às vezes, a falta do profissional de Educação Física habilitado tem a ver com essa carência. Há cerca de seis anos, a resolução da Secretaria de Educação prevê que, se chegar o profissional habilitado, o que estiver lá, autorizado precariamente, terá que ceder seu espaço.

Querira aproveitar a oportunidade para fazer um esclarecimento, respondendo à provocação da Dra. Elvira. Ela fala que tínhamos 105 milhões para o tempo integral, mas não é esse o número. Começamos o tempo integral com 109 mil alunos, ou seja, 10% do alunato do ensino fundamental. Depois, passamos para 105 mil alunos.

A nossa perspectiva para o ano que vem seria de 130 mil alunos para o ensino de tempo integral. Infelizmente, vamos ficar com 105 mil alunos pelo fato de estarmos reorganizando o sistema escolar e trazendo os alunos adolescentes do ensino médio para o horário diurno. Por isso não podemos ampliar o atendimento do tempo integral. Gostaríamos de ter 130 milhões para o ensino de tempo integral, o que seria uma proposta invejável para a Subsecretaria de Desenvolvimento de Educação Básica. Se temos 109 milhões e desenvolvemos todos os outros projetos, se tivermos 130 milhões para o tempo integral ninguém segurará Minas Gerais. Neste ano tivemos aproximadamente 63 milhões.

Agradeço a oportunidade de falar desse trabalho e gostaria de dizer que a Secretaria continua com todas as instituições, com todos os organismos nessa luta. E queremos cada vez mais parceiros para nos ajudar a oferecer uma educação de qualidade. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Agradecemos à Raquel sua participação. Acreditamos que o desenvolvimento de uma nação depende de uma educação de qualidade. O desafio é trabalharmos na perspectiva de melhorar a qualidade da educação em Minas Gerais, valorizar os professores com salários dignos, o que perpassa também a ampliação do tempo que a criança permanece na escola. É necessário desenvolvermos ações para garantir os recursos para ampliar a escola de tempo integral. É isso que garantirá os direitos das nossas crianças e resolverá muitos problemas sociais.

Edvar Caetano, da Associação de Árbitros Independentes de Juiz de Fora e Região e da Secretaria de Esportes de Senador Cortes, diz que poderíamos criar na Assembleia Legislativa uma comissão permanente de esporte e juventude para trabalhar os diversos temas aqui tratados. Estamos esperando que esta seja uma das sugestões dos grupos temáticos para ser incluída como proposta da plenária final. Sugerimos que essa proposta seja encaminhada aos grupos. Agradecemos a sugestão e estamos aguardando a proposta.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião

ATA DA 64ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/11/2009

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Deputado João Leite - Palavras da Deputada Gláucia Brandão - Suspensão e reabertura da reunião - Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho - Palavras do Sr. Wadson Ribeiro - Apresentação dos pedidos de destaque - Votação do Documento Final, salvo destaques - Discussão e votação dos destaques e de novas propostas - Apresentação e votação de moções - Eleição da Comissão de Representação - Entrega do Documento Final - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Doutor Viana - Carlin Moura - Gláucia Brandão - João Leite - Lafayette de Andrada.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Às 9h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo "Esporte, infância e adolescência - caminho para a cidadania", com a apresentação das propostas dos grupos de trabalho, aprovação em bloco do documento final, discussão e aprovação das propostas e moções, eleição da comissão de representação e entrega do documento final.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa; a Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura desta Casa; os Exmos. Srs. Wadson Ribeiro, Secretário Executivo do Ministério do Esporte, representando o Ministro do Esporte, Orlando Silva; e Paulo Sérgio de Oliveira, Presidente da Associação Mineira das Federações Esportivas - Amife - e Coordenador do Grupo 1 - Esporte de Formação e de Participação; a Exma. Sra. Anísia Sudário Daniel, membro do Conselho Regional de Educação Física - Cref 6ª Região e Coordenadora do Grupo 2 - Educação Física Escolar; os Exmos. Srs. Dalton Ribeiro de Carvalho, membro do Conselho dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior em Educação Física - Condiesef-MG - e Coordenador do Grupo 3 - Esporte como Mecanismo de Cidadania -; Alexandre Paolucci, Diretor Científico do Laboratório de Atividade Física e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - e Coordenador do Grupo 4 - Esporte de rendimento -; e Amaylton Salles de Carvalho, Presidente da Associação dos Professores de Educação Física de Belo Horizonte e Região Metropolitana - APEFBHRM - e Coordenador do Grupo 5 - Ética no Esporte -; e a Exma. Sra. Elvira Cosendey, Presidente do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente - Fectipa - e Coordenadora do Grupo 6 - Trabalho Infantil no Esporte.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a honrosa presença do ex-Deputado Laudelino Augusto, Vice-Prefeito de Itajubá.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos participantes que esta plenária terá a seguinte dinâmica: como o documento contendo as propostas dos grupos de trabalho já foi distribuído, vamos suspender a reunião por até 20 minutos, para que os participantes possam fazer a leitura detalhada das propostas do documento final. Reaberta a reunião, será feita a apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho. Em seguida, passaremos à apresentação dos pedidos de destaque. A coordenação vai anunciar o número de cada proposta e a Mesa receberá os pedidos de destaque, que deverão ser feitos oralmente, por meio dos microfones do Plenário. Os destaques podem ser feitos oralmente, para suprimir ou modificar. A fim de agilizar os trabalhos, a coordenação solicita aos participantes que as alterações propostas sejam substanciais, evitando-se mudanças pouco significativas. Propostas novas e propostas contraditórias serão automaticamente destacadas. Até às 10h30min poderão ser apresentadas novas propostas e moções, desde que sejam formalizadas por escrito e subscritas por, no mínimo, 30% dos votantes presentes. Aprovado o relatório, salvo destaques, será concedida a palavra por até 3 minutos aos delegados e delegadas para o encaminhamento da votação dos destaques, alternando-se um favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência. Iniciado o regime de votação, não será permitida apresentação de questões de ordem.

Só poderá haver propostas novas por meio de documento escrito e subscrito por, pelo menos, 30% dos votantes, e apresentadas, no máximo, até às 10h30min. Todas essas informações constam no regimento interno do documento. Para efeito de gravação e registro das notas taquigráficas, pedimos às pessoas que fizerem uso da palavra a gentileza de informar o nome e a entidade a que pertencem.

O Sr. Caetano - Meu nome é Caetano, sou da Secretaria de Esporte de Senador Cortes. O senhor falou em supressão e modificação. Acho que poderíamos também aglutinar algumas propostas. Está válido?

O Sr. Presidente - As propostas podem ser modificativas ou aglutinadoras, perfeito?

O Sr. Hélio Emiliano Moreira - Hélio Emiliano Moreira, Instituto Batista, defensor de populações tradicionais. A minha questão é em relação aos 30%. Qual deve ser o número de participantes para a apresentação de moção?

O Sr. Presidente - Antes da suspensão, faremos a verificação de quórum, ou seja, contaremos os crachás de todos os votantes. Com base nesse quórum, será feito o cálculo dos 30%, para efeito de novas propostas.

O Sr. Tarcísio Monteiro Mayer - Bom-dia a todos. Gostaria de fazer uma pergunta à Mesa. Meu nome é Tarcísio, sou Presidente da Associação dos Professores de Educação Física de Minas Gerais. Em relação às propostas existentes e às novas propostas, quando houver modificação, haverá ou não defesa das propostas?

O Sr. Presidente - Todas as propostas novas serão consideradas automaticamente destacadas. Haverá uma defesa favorável e outra contrária.

O Sr. Tarcísio Monteiro Mayer - Se o Plenário não estiver esclarecido para a votação, haverá nova etapa de esclarecimento? Novamente haverá uma defesa e um contraponto?

O Sr. Presidente - De acordo com a razoabilidade e até que o Plenário esteja esclarecido, poderá haver nova defesa favorável e outra contrária. Destaco que deverão ser sempre observados a razoabilidade e o tempo, porque várias pessoas precisam retornar à sua cidade. Não podemos estender o trabalho por muito tempo.

O Sr. Tarcísio Monteiro Mayer - Em nome de vários colegas, gostaria de parabenizar a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados João Leite e Carlin Moura, que estiveram à frente dos trabalhos. Uma das nossas propostas é a continuação deste seminário, no intervalo dos encontros federais, estaduais e municipais. Gostaríamos de apresentar uma sugestão, porque chegaram às nossas mãos 60 questões. Participamos de dois grupos. Chegaram mais 40 questões dos grupos de que não participamos, e, neste momento, para decidirmos, chegou um "tsunami" de questões. Cada palavra ou vírgula mudada altera o sentido e o encaminhamento de todo o trabalho. Gostaríamos que fosse modificada essa forma. Queríamos ter um tempo maior para escolher, entre as 60 questões, 18 a serem priorizadas por esta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - São seis grupos de trabalho. Cada um aprofundou o debate e priorizou 10 propostas. Um grupo optou em priorizar apenas 8. Poderiam ser priorizadas, no máximo, 10. Portanto, o documento final contém 58 propostas. Posteriormente, poderão ser acrescentadas novas

propostas, desde que haja 30% de subscritos. Se houver necessidade, o Plenário pode destacar as propostas e cada uma será discutida separadamente.

A Presidência informa que a ata deste seminário, contendo a transcrição completa das exposições e dos debates, será publicada no jornal "Minas Gerais", no "Diário do Legislativo", na edição do dia 12 de dezembro de 2009, sábado. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões da conferência, esclarecemos que haverá reprise do evento pela TV Assembleia nos seguintes dias: 5 de dezembro, às 9 horas, reprise da abertura do dia 25 de novembro; 6 de dezembro, às 9 horas, reprise das palestras do dia 26; 7 de dezembro, às 9 horas, reprise da plenária final do dia 27 de novembro. Com a palavra, o Deputado João Leite.

Palavras do Deputado João Leite

Obrigado, Deputado Carlin Moura, que preside esta plenária final do seminário "Esporte, infância e adolescência - caminhos para a cidadania". A minha palavra de agradecimento à Comissão Organizadora, que trabalhou durante cinco meses, voluntariamente, para realizarmos este seminário. Agradeço a todos que vieram aqui, praticamente todas as semanas, durante cinco meses, sugerindo os temas principais para o seminário.

Quero agradecer àqueles que participaram das etapas regionais, em Poços de Caldas, Patos de Minas, Montes Claros, Juiz de Fora e Ipatinga. Quero agradecer também as sugestões que vieram dessas etapas, bem como a presença de todos vocês, que lotaram o Plenário e as galerias da Assembleia Legislativa durante esses dias. Trata-se de um marco na história da Educação Física e do esporte. O parlamento nunca recebeu um número tão grande de participantes em eventos ligados à Educação Física e ao esporte. Este seminário torna-se, então, um marco importante. O parlamento, a Assembleia Legislativa e as Câmaras não vivem sem o povo, sem a participação popular. Essa participação é fundamental. As coisas acontecem aqui a partir das sugestões dos diversos segmentos organizados da sociedade. E, pela primeira vez, a Educação Física e o esporte tomaram a Assembleia Legislativa, trazendo suas sugestões e contribuições. Quero, então, agradecer a todos a participação e a manifestação. A manifestação maior foi a presença de vocês, dando à Educação Física e ao esporte o papel, o lugar que tem de ter num País como o nosso. O nosso país tão voltado ao esporte não poderia ter a Educação Física e o esporte como uma disciplina ou um segmento menor. Não tenho dúvidas de que a Educação Física e o esporte são fundamentais para a vida dos jovens, das crianças, dos idosos, dos brasileiros em geral. Precisamos mudar a cultura do esporte em nosso país. Não podemos deixar que continuem considerando a Educação Física e o esporte como algo menor. Eles são "status" de grande importância para o nosso país. A presença de vocês aponta para a importância da Educação Física e do esporte.

A partir de agora, teremos um novo momento. Lendo as propostas, vi uma que a Assembleia Legislativa terá de acatar, que é a criação de uma comissão de esportes permanente, para discutir esse tema fundamental. Espero que, na plenária final, aprovelem essa proposta tão importante. A Assembleia tem a Comissão de Saúde, de Educação, de Meio Ambiente e de Segurança Pública, que presido, mas não uma comissão de esportes. O esporte não estava nem no nome da Comissão de Educação. Espero em consequência que, da presença de vocês, a Assembleia Legislativa instale a comissão de esportes. A criação dessa comissão é proposta da Educação Física, do esporte e deste seminário.

Antes de encerrar minhas palavras, agradeço ao Presidente por ter me concedido a palavra. Não ficarei até o final da reunião. Presidindo a Comissão de Segurança Pública, acompanho a Brasília, hoje, o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, que fará uma palestra no Conselho Nacional de Justiça. Presidi recentemente a Comissão Especial de Execução das Penas do Estado. Levaremos ao Conselho Nacional de Justiça, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal, Ministro Gilmar Mendes, o documento final desse trabalho que realizamos em Minas Gerais, diante da situação carcerária no Estado. Terei de viajar a Brasília. Ficarei aqui até às 10h30min. Quero pedir desculpas, mas tenho outra missão em Brasília, hoje à tarde, representando a Assembleia Legislativa e a Comissão de Segurança. Terminando minhas palavras, quero agradecer, de antemão, a comissão de representação. A nossa GPI e a toda a consultoria da Assembleia deixo uma palavra de agradecimento, porque durante todo esse tempo acompanharam a feitura deste seminário junto à comissão organizadora. Peço a todos que aplaudam os nossos Consultores, a GPI da Assembleia Legislativa, que esteve com vocês em todos os momentos. A partir de agora, teremos uma comissão que acompanhará as resoluções deste seminário. Vocês escolherão entre si uma comissão que acompanhará discussões, como, por exemplo, se haverá a criação da comissão de esportes da Assembleia. Se passar, esta comissão vai fazer um acompanhamento junto ao Presidente da Assembleia, ao Deputado Carlin Moura e à Deputada Gláucia. Onde está a comissão? Ela vai acompanhar também o documento final, para verificar se a legislação saiu, se o que vocês pediram foi contemplado no orçamento, analisar o Plano Plurianual de Ação Governamental, o Orçamento do Estado. Enfim, é uma comissão importantíssima. Quero fazer um agradecimento, porque vão trabalhar voluntariamente pela Educação Física e pelo esporte. Muito obrigado. Parabéns a todos vocês.

O Sr. Presidente - Não podemos deixar de aproveitar a oportunidade para agradecer e parabenizar o Deputado João Leite pela importante contribuição que nos dá, não somente neste seminário. O parlamentar, sem dúvida alguma, é uma das vozes mais balizadas nesta Casa na defesa das políticas públicas para o esporte, do profissional da educação física, do atleta, da criança que pratica esporte, sendo motivo de orgulho para todos nós. Digo que sou uma pessoa privilegiada, porque era fã do João Leite desde criança, quando era o arquiervo de Deus, e agora também como colega de trabalho. Parabéns, Deputado João Leite. Nós agradecemos a contribuição de V. Exa. para o parlamento mineiro e para a importante discussão da política de esporte em Minas Gerais. Antes de fazer a verificação do quórum, passo a palavra à Deputada Gláucia Brandão, que vai ressaltar a importância das entidades parceiras para a realização deste seminário. Sem elas, com certeza o sucesso deste seminário não seria tão pleno como vem sendo até o presente momento. Com a palavra, a Deputada Gláucia Brandão.

Palavras da Deputada Gláucia Brandão

Quereria saudar todos e dizer, mais uma vez, da nossa alegria de debatermos a educação física escolar nesses três dias e de discutirmos o esporte nas suas várias dimensões e conceitos. Parabenizamos o João Leite, um companheiro, um homem de valor, referência nesta Casa por suas ações, por sua integridade, por seu compromisso com a promoção da qualidade de vida de Minas Gerais, através de projetos e políticas públicas. Estamos aqui em razão de um requerimento que ele encaminhou à Mesa e, por essa razão, queremos agradecer também à Mesa Diretora da Casa e ao nosso Presidente Alberto Pinto Coelho, que novamente está abrindo as portas da Assembleia, num projeto deste parlamento que tem como proposta ampliar o diálogo com a sociedade civil, ouvir a sociedade organizada, ouvir os que querem construir uma Minas melhor, para que possamos representá-los melhor. É uma alegria tê-los aqui, buscando subsídios para construir uma política pública de esporte e de educação física que realmente vá ao encontro das necessidades e demandas das nossas crianças, adolescentes, jovens e idosos. Sabemos que as sugestões que hoje serão aprovadas por todos vocês servirão de subsídios para esta Casa, no que diz respeito às ações envolvendo essa comissão permanente específica de esporte e lazer, tão sonhada por nós. Já poderemos debater com vocês, através de audiências públicas, para construir novos fóruns etc. Tenho certeza de que sairá daqui a resolução de que este seminário seja realizado de dois em dois anos, para que possamos manter esse diálogo mais próximo da categoria, com vocês, professores e demais profissionais da educação física, e para que desenvolvamos essas ações de garantia de direitos na área do esporte e do lazer. Quero parabenizar também a GPI, fazendo minhas as palavras do Deputado João Leite quanto à competência de todos que trabalharam para a realização deste evento, todas as pessoas que estão nos bastidores e contribuíram conosco de forma efetiva nesta Casa, todos os consultores, todo o pessoal da GPI, na pessoa do Ricardo, a quem também agradeço. Quero ainda mencionar quais são as entidades parceiras que participaram dos 14 encontros para viabilizar este seminário: Associação dos Professores de Educação Física de Belo Horizonte e Região Metropolitana - APEFBHRM -; Associação Mineira das Federações Esportivas - Amife -; Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - Assprom -; Associação de Garantia do Atleta Profissional - Agap -; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belo Horizonte - Apae-BH -; Associação Mineira de Reabilitação - AMR -; Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH -; Conselho Regional de Educação Física - Cref 6ª Região; Conselho dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior em Educação Física - Condiessf-MG -; Escola Municipal Coca Coralina de Belo Horizonte; Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais - Feemg -; Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais - Fecemg -; Federação Panamericana de Levantamento de Pesos - FPLP -; Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente - Fectipa -; Mackenzie Esporte Clube; Ministério

do Trabalho e Emprego - MTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC - Minas -; Secretaria de Estado de Educação - SEE -; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese/Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoal com Deficiência - Caade -; Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude - SEEJ -; Serviço Social da Indústria - Sesi -; Sindicato dos Estabelecimentos de Natação, Ginástica, Recreação e Cultura Física de Minas Gerais - Senagic -; e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Em nome de todos os Deputados desta Casa e do parlamento, agradecemos a participação de todos vocês e dos demais presentes que não foram citados e não pertencem a essas entidades. Que Deus nos abençoe na construção dessa política tão sonhada para garantir direitos na área do esporte, da educação física e do lazer.

O Sr. Presidente - Neste momento, precederemos à verificação de quórum. Pergunto se, nas galerias, há algum votante. Não. Todos os votantes estão aqui embaixo e na mesa. Informo às pessoas que a contagem ocorrerá da seguinte forma: vocês erguerão o braço com o cartão amarelo e só o abaixarão depois que a assessoria contá-los e pedir que o façam. Em processo de verificação de quórum, por favor, levem os cartões. (- Pausa.)

O resultado da verificação de quórum é o seguinte: estão presentes 118 votantes. Portanto, o quórum de 30% para efeito de subscrição de proposta nova é de 36 votantes. Toda proposta nova deve conter, pelo menos, 36 assinaturas dos votantes presentes na plenária.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos. Convido os componentes da Mesa a retomarem os seus lugares, para darmos início aos relatórios dos grupos.

Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

O Sr. Presidente - A partir deste momento estarão com a palavra os coordenadores dos grupos de trabalho para a apresentação do relatório das atividades do seu grupo. Com a palavra, o Sr. Paulo Sérgio de Oliveira, coordenador do Grupo 1.

O Sr. Paulo Sérgio de Oliveira - Bom dia. Na pessoa do Deputado Carlin Moura, cumprimento os demais componentes da Mesa da plenária final deste seminário. Saúdo todos os participantes, tanto os delegados quanto os que se inscreveram e estão participando individualmente. Gostaria de fazer coro com o Deputado João Leite para externar minha alegria e sobretudo meu orgulho. São 30 anos de caminhada no esporte, e poucas vezes presenciei um momento como este, em que colhemos o que plantamos. Lembro-me de quando o Deputado João Leite ocupou o cargo de Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes. Em sua primeira reunião com os Presidentes de federações, disse-me, em particular, que nós, das federações de esporte, precisávamos nos aproximar mais do Legislativo. Coincidentemente, esse mesmo alerta me havia sido feito pelo nosso saudoso Prof. Wadson Lima, que dizia: "O Executivo tem a verba; o Legislativo tem o verbo. Vocês, Secretários Municipais do Esporte e agentes do esporte, batem à porta de suas Secretarias, de suas Prefeituras, para obterem recursos, estrutura e capacitação para fazer seu trabalho. Esse orçamento é votado na Casa Legislativa do seu Município, do seu Estado, do seu País". Hoje, o esporte está dando a resposta e está trilhando esse caminho. Não tenham dúvida de que teremos muitas conquistas se aprimormos e avançarmos nesse processo que vocês tão brilhantemente conduzem neste seminário. Alegro-me muito a presença dos acadêmicos de Educação Física, porque muitas coisas que serão votadas e conquistadas que teremos neste seminário estarão diretamente ligadas à vida de vocês, que estão aliando teoria à prática, o que é fantástico. Vocês estão se aproximando de nós.

No que diz respeito ao grupo, não tenho muito o que relatar. Foi um trabalho muito efetivo, com a participação brilhante de todos. O grupo escolheu 10 propostas e foram apresentadas mais duas novas, uma das quais passou a fazer parte das 10 propostas que vieram de nosso grupo. Gostaria de parabenizar todos os que participaram do Grupo 1 por seu compromisso. Agradeço a todos os funcionários da Casa que nos ajudaram na condução dos trabalhos. Muito obrigado. Desejo sucesso a todos nesta plenária.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Paulo Sérgio de Oliveira, mais conhecido como Robusto - o histórico goleiro da Seleção Mineira de Handebol -, junto com Canhã, com Jamanta, com Toco, seleção que deixou saudades. Com a palavra, a Sra. Anísia Sudário Daniel, coordenadora do Grupo 2.

A Sra. Anísia Sudário Daniel - Bom dia. Quero dizer da satisfação de estar aqui com todos vocês. O Robusto já falou por todos nós, que somos integrantes da comissão. Tentamos elaborar este documento que, com a participação de vocês, ficará perfeito. Represento o Conselho Regional de educação física, em que me encontro desde a sua criação. Fico muito feliz ao ver a participação de todos. O Conselho tem um trabalho a ser feito, e não somos apenas nós, os 25 Conselheiros, são todos os profissionais de educação física registrados. Nós fazemos o Conselho e dependemos da participação de vocês para construir um Conselho melhor. Todas as pessoas aqui presentes estão comprometidas com a educação física e, principalmente, com a educação física escolar, que é o berço de toda atividade física. Estive algumas vezes na UNI-BH, e sempre digo que o aluno dos primeiros anos, se foi bem tratado na escola, se teve uma atividade física de qualidade, pelo resto de sua vida será uma pessoa mais feliz, mais completa, podendo até ser o nosso cliente de amanhã. Parabéns a todos que aqui se encontram, alunos e profissionais. Neste momento, temos a oportunidade de rever pessoas que há muito tempo não encontrávamos. É bom saber que estamos todos nesta luta. O Robusto disse que se encontra há 30 anos nessa caminhada. Eu estou há um pouco mais, no próximo dia 12 de dezembro faço 32 anos de formada em educação física. É muito bom vermos que temos todas essas pessoas comprometidas, e sangue novo é bem-vindo porque daqui a pouco estaremos passando o bastão nesse revezamento. Parabéns, mais uma vez, a todos nós.

O Sr. Presidente - Obrigado, Anísia Sudário, pela sua exposição. Com a palavra o Sr. Dalton Ribeiro de Carvalho, coordenador do Grupo 3.

O Sr. Dalton Ribeiro de Carvalho - Na pessoa do Presidente, Deputado Carlin Moura, cumprimento todos os presentes e amigos. Como se diz: sempre um dia após o outro. Há 10 anos tínhamos em Minas Gerais oito instituições de ensino de Educação Física, hoje temos 134. E a Secretaria de Educação disse que não temos profissionais suficientes. Pela primeira vez, o Estado declarou que o profissional habilitado tem o direito de requerer e ser atendido onde a educação física não estiver sendo representada por um profissional legal. Seminário Legislativo "Esporte, Infância e Adolescência - Caminho Para a Cidadania": excelentes resultados. Falaram aqui em 30 anos, mas já estamos nisso há mais de 40 anos. Já fizemos Jimis, Jubes, Jeis, acompanhando esse grupo de trabalho, composto pelo Deputado João Heleno e por outros Secretários. Se necessário, faremos outros jogos. Há 11 anos tornamo-nos profissionais de educação física. O Brasil foi um dos poucos países que reconheceu o profissional de educação física como um condutor de vida, de cidadania e de saúde. Hoje faz 11 anos que, em uma plenária no Rio de Janeiro, instituímos o Sistema Confef-Crefs, que habilitou a nossa profissão e que a fiscaliza. Vocês sabem o que é profissional de saúde? Ontem, a Profa. Dilma, por ser muito ética, não usou a bioética que entendemos. Só para citar um exemplo, sabem onde está aquele processo do caso Edinho, do Azulão? Em júri criminal comum. Pelo seu ato, o médico que atestou a condição física do Edinho, foi a júri comum por crime contra a vida. Somos responsáveis, em qualquer hipótese, por qualquer aluno nosso, principalmente criança, que tiver dano físico em nossa atividade. E responderemos pela restauração da função que foi prejudicada. Caso haja omissão, vamos para a cadeia. Isso é profissional de saúde. A Sra. Silma não quis falar isso para nós. Hoje o povo mineiro, como sempre, saiu na frente. Graças a este evento e ao apoio desta

Assembleia, estamos dando um exemplo ao Brasil de como tratar educação física e esportes, principalmente das crianças e dos adolescentes. Sr. Presidente, permita que este seminário alcance o âmbito internacional, que eu possa inseri-lo na Federação Internacional de Educação Física, na sua plenária mundial em janeiro. Tenho o consentimento do seu Presidente, Prof. Almir. Será um painel destacado nesse seminário. Povo mineiro, agora, sim, teremos qualidade de vida e saúde, e a educação física a sua responsabilidade maior, que agora assumimos. Obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Prof. Dalton a participação. Com a palavra, o Sr. Alexandre Paolucci, coordenador do Grupo 4.

O Sr. Alexandre Paolucci - Muito obrigado, Deputado. Bom dia a todos, Deputada Gláucia Brandão, Deputado João Leite, representante do Ministério dos Esportes, colegas da Mesa. O Prof. Paulo Sérgio disse que este momento para ele é único. Sabe por que, Prof. Paulo Sérgio? Porque algo nos une neste momento: a paixão pelo esporte, pela educação física. É um sentimento tão poderoso que nos deixa cegos. Aceitamos algumas condições que somente uma pessoa apaixonada aceita: trabalhar em ambientes inadequados, precários. Isso tem de mudar. Temos de amadurecer esse sentimento, de passar de pessoas apaixonadas a profissionais que reivindicam suas necessidades diárias. A educação física e o esporte são ferramentas poderosas de cidadania. Neste momento, depois de quase 30 anos militando no esporte e de ouvir atentamente algumas palestras de ontem, não poderia deixar de manifestar a minha indignação em relação a alguns comentários, principalmente os que associaram o esporte ao trabalho infantil. O Brasil é o único país do mundo que faz essa associação. Nenhum outro país reconhece isso, bem como a Organização Internacional do Trabalho. É claro que não somos contrários às condições inadequadas. Trabalho no futebol há muitos anos, desde 1990, e sei que algumas coisas acontecem e têm de ser banidas do futebol. Mas este não é fórum adequado para associar esporte de rendimento ao trabalho infantil, até porque não há estudos que comprovem essa situação. O nosso grupo foi bastante interessante. Acatou a maioria das solicitações dos seus participantes. Apresentamos propostas bastante diversificadas em relação ao seminário e esperamos que algumas delas sejam efetivadas e possamos, como disse o Prof. Dalton, ter uma educação física e um esporte do tamanho de Minas Gerais! Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Prof. Alexandre. Com a palavra, o Sr. Amaylton Salles de Carvalho, coordenador do Grupo 5 e, sem dúvida alguma, um dos mais populares participantes deste evento.

O Sr. Amaylton Salles de Carvalho - Primeiramente, gostaria de agradecer aos membros da Mesa e ao Deputado João Leite, que idealizou a possibilidade de a educação física ter condição de voz junto a esta Assembleia. Agradeço ainda à Deputada Gláucia Brandão e ao Deputado Carlin Moura, nossos companheiros de luta, há algum tempo, diante das realidades da educação física, que, de alguma forma, temos buscado modificar. Gostaria de agradecer aos meus alunos, que estão fazendo essa bagunça somente para me ver ficar vermelho. Gostaria de relembrar que sempre estamos discutindo questões para melhorar as condições da educação física na sociedade, para melhorar as nossas condições de trabalho. Até então, via esses movimentos como manifestações isoladas. Fico muito feliz de poder estar na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Percebia que aquele interesse que anteriormente tinham era pessoal. Muitas vezes, acreditavam que estavam carregando a bandeira sozinhos, mas, hoje, quando vemos um Plenário cheio, quando vemos que as diversidades de interesses se uniram na valorização da educação física, só tenho a agradecer a todos, por estarem envolvidos num evento desse porte, durante uma semana de trabalho. Sei que muitos abdicaram da vida pessoal e profissional para estarem aqui. Não estamos hoje trabalhando na educação física, mas pela educação física. Isso é muito importante para nós. Com certeza, daqui para a frente, vamos mudar esse fato. Com isso, tenho a relatar que me senti com uma responsabilidade tremenda em coordenar o grupo Ética no Esporte, que é assunto de extrema relevância hoje. Podemos dizer a todos que as propostas desenvolvidas buscaram, dentro do princípio democrático que uma ação desse tipo exige, atender aos interesses de todos, sempre usando como referência a base legal e de postura profissional que o grupo desenvolveu. As propostas apresentadas contemplaram os interesses de Belo Horizonte e do interior. Vamos usar dessas propostas para, efetivamente, apresentar à Assembleia Legislativa uma sugestão de planejamento de política pública, a médio e a longo prazo, para valorização da nossa profissão. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Elvira Cosendey, coordenadora do Grupo 6.

A Sra. Elvira Cosendey - Bom dia a todos. Na pessoa do Deputado Carlin Moura, cumprimento as demais autoridades da Mesa. Desde o início, senti-me um peixinho fora d'água. Não era a minha praia, não eram os mares pelos quais eu estava acostumada a navegar. Há 26 anos, milito na área da criança e do adolescente. Trabalhei na Constituinte de 1988 escrevendo o art. 227 da Constituição. Participei ativamente como servidora da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Realmente, ainda não havíamos observado os malefícios da prática de esporte indevida para as crianças e adolescentes em idade precoce. Não nos furtamos à luta e viemos aqui mostrar a nossa cara, como movimento de defesa e de garantias dos direitos das crianças e adolescentes, no mundo do futebol, inclusive. Tive, sim, muita dificuldade de participar das comissões, até porque eu era calada, mas, muitas vezes, tentei abrir a boca e expor meus argumentos. Minha participação foi prejudicada também porque neste ano, como integrante do movimento dos direitos da criança e do adolescente, realizamos oito grandes eventos; aliás, um com a presença do Ministro do Trabalho.

Esse movimento que surgiu com o objetivo de olhar com outros olhos a questão da criança e do adolescente no mundo do esporte tem o total e irrestrito apoio da Organização Internacional do Trabalho - OIT -, através do Ipec, que é o instituto que apoia a erradicação do trabalho infantil. A Convenção nº 182 trata das piores formas, e há também a Convenção nº 132. A OIT tem apoiado esse movimento, que cresceu. Já não se restringe a Minas Gerais. O Ministério Público do Trabalho tem um grupo de Procuradores analisando a exploração da mão de obra infanto-juvenil no mundo do esporte. É lógico que o futebol fica mais em evidência, porque realmente é o esporte da maioria.

Embora o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente ainda seja muito pequeno no meio do movimento de defesa do profissional da educação física, fico extremamente feliz, porque também não passamos em brancas nuvens aqui. Viemos para somar. Apesar dos poucos momentos de discussão, as propostas são interessantes, mesmo que sejam preventivas. Queremos trabalhar, sim, na educação, no esporte, na saúde, agindo mais preventivamente que na esfera das medidas socioeducativas, que são as de liberdade, semiliberdade, liberdade assistida e internação. Isso é o que desejamos a nossas crianças e adolescentes, mas não somente àqueles que têm o brilho de serem atletas de rendimento. Queremos para todas as crianças e adolescentes o direito garantido constitucionalmente de acesso ao esporte. Sinto muito se incomodei algumas pessoas, isso faz parte do nosso jogo democrático também. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Elvira, parceira permanente da Assembleia Legislativa, muito atuante na nossa Comissão de Participação Popular e na Frente de Defesa da Criança e do Adolescente, enfim, uma referência nesse tema em todo o Brasil. Com a palavra, o Sr. Wadson Ribeiro.

Palavras do Sr. Wadson Ribeiro

Bom-dia a todos e a todas. Eu queria começar cumprimentando o Prof. Amaylton, para ver se também sou aplaudido. Saúdo a nossa Deputada Gláucia, o Deputado Carlin e o Deputado João Leite, que tem compromisso em Brasília e teve de se retirar. De forma bem sucinta e breve, queria, primeiro, trazer um abraço do nosso Ministro Orlando Silva. Quero falar da importância fundamental de que este seminário se reveste. Ouvir as intervenções e a relatoria dos grupos me faz lembrar 2003, quando o Presidente Lula criou o Ministério do Esporte.

Quando foi criado o Ministério do Esporte, Deputada, ele era um certo patinho feio. Ninguém o queria. Esse negócio de esporte já foi atrelado ao turismo, à educação e à cultura, e o Ministério do Esporte não vingaria. Posso afirmar aos senhores e às senhoras que, nesses sete anos de árduo trabalho, que não foi do Ministério do Esporte, mas de cada um de vocês, profissionais de educação física, estudantes, atletas, ex-atletas e dirigentes, a duras penas estamos conseguindo transformar a realidade do esporte no Brasil.

Essa tarefa não é fácil porque nosso país ainda guarda muitas contradições e é acometido de problemas na área social que outras nações mais desenvolvidas já resolveram há tempos. É verdade dizer que essa política pública, pela primeira vez no Brasil, procurou desenvolver o esporte e o lazer e constituir um sistema ainda não acabado, mas um pouco mais bem definido, permitindo ao Brasil alcançar espaços e conquistas importantes para o desenvolvimento do nosso esporte.

Quando falo em esporte, não me refiro apenas à realização dos jogos olímpicos e da Copa do Mundo. É claro que isso não foi fácil. A Copa do Mundo foi relativamente fácil, porque foi uma candidatura da América Latina; depois que a Colômbia retirou a sua, o Brasil se tornou a única candidatura. Agora, realizar os Jogos Olímpicos de 2016, essa importante vitória do Brasil, não foi fácil porque competimos com nações muito desenvolvidas, nações que, se quisessem organizar uma olimpíada, amanhã já estariam totalmente prontas, como é o caso do Japão, dos Estados Unidos e da Espanha.

Para nós, o mais importante ou o desafio no bojo da realização desses grandes eventos é dotar o Brasil de uma cultura esportiva e olímpica que o País nunca experimentou. Teremos uma geração que, desde 2002, quando iniciamos as organizações dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos, até 2016, quando teremos realizado os jogos olímpicos e passado pelos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos, durante 14 anos, terá vivenciado o nosso país como o epicentro dos principais eventos esportivos internacionais. Para isso, é preciso deixar um legado importante para nosso país. É claro que, de forma objetiva, ele será percebido quando sentirmos a modernização das nossas cidades e quando houver a geração de empregos, o aquecimento da economia, a visibilidade e a projeção internacional gerados por esses eventos. O principal legado desses eventos em uma política pública de esporte e lazer, em nosso entendimento, é o que isso pode significar para milhões e milhões de crianças e jovens do País. Estes precisam ter, a partir do esporte, uma perspectiva de formação do caráter. Precisamos, a partir dos valores do esporte, dos valores da coletividade impostos pelo esporte, dos valores de saber respeitar os nossos limites e explorar as nossas potencialidades, de saber ganhar e perder, ter perspectiva de formação de uma geração inteira de brasileiros e brasileiras, em um mundo tão tomado pelo individualismo.

O esporte resgata valores nobres. O espírito olímpico imbuí toda uma geração, todo o povo brasileiro de valores importantes.

É claro que nos orgulha ver um grande atleta brasileiro subir ao pódio com uma medalha de ouro. Faremos tudo para que isso aconteça, pois não é possível o Brasil estar entre as 10 economias do mundo e não estar entre os 10 países olímpicos. Desejamos realizar as Olimpíadas no Brasil não apenas para que seja uma grande festa, mas também para fazer com que possamos estar entre os 10 países olímpicos do mundo. O Brasil precisa e tem vocação para ser um grande País. Não podemos ocupar uma posição em comparação com outros países da noite para o dia, mas com investimentos, com a valorização do profissional de educação física e com um bom salário. Foi isso o que fizeram dois países muito distintos. Cuba e Estados Unidos são diferentes em tudo. Um é grande, o outro é pequeno; um é capitalista, o outro socialista, mas ambos têm algo em comum: o esporte e o lazer nas escolas e nas universidades. Precisamos disso em nosso país. Temos de fazer das nossas escolas um lugar mais agradável, pois a escola no Brasil é chata e não atrai a criança, tornando-se um fardo para ela. Com a realização desses grandes eventos e a partir do esporte, temos de fazer da escola brasileira um local agradável, onde se pratica esporte. Temos de fazer com que as escolas e as universidades brasileiras tenham um grande potencial, em se tratando de formação de atletas.

Deputado Carlin Moura, essa iniciativa da Assembleia Legislativa, com a participação de toda a sociedade civil mineira, é um passo importante para uma decisão que tomaremos no dia 10 de dezembro. Nesse dia convocaremos a III Conferência Nacional do Esporte, para debates em cada Município e em cada Estado do País, pois hoje o ambiente para o debate sobre o esporte é diferente, já que as pessoas estão mais atentas a ele, querem conhecer como funciona e querem ter acesso a essa prática e ao lazer. Nada melhor do que uma conferência para traçarmos, de forma conjunta e democrática, com o governo, com o Poder Legislativo e com a sociedade civil organizada, um plano decenal para o esporte brasileiro, imbuído de metas, que poderemos alcançar no campo da ciência e da tecnologia, da inclusão social e da formação de atletas de alto rendimento. O nosso sonho e a nossa luta diária, a partir da busca desses grandes eventos, tornarão o Brasil, nos próximos sete anos, um dos países mais falados e comentados do mundo, pois não há um evento que consiga juntar 3.500.000.000 pessoas ao mesmo tempo em frente a uma televisão, como acontece no final de uma copa do mundo de futebol. Não há um evento no mundo que atinja mais de 30 bilhões de audiência acumulada ao longo dos jogos olímpicos. E isso acontecerá nas Olimpíadas de 2016. O nosso país terá maior projeção no cenário externo, mas é preciso que essa projeção em 2016 faça com que possamos olhar para trás e ter a certeza de que nosso país garante às suas crianças, aos seus jovens, aos seus idosos e à sua população o acesso facilitado à prática do esporte e do lazer. Tenho certeza de que, quando essa prática for difundida, haverá mais e mais talentos no Brasil, pois aqui isso não falta, já que faltam somente oportunidades e mais investimentos.

Gostaria de saudar a todos vocês e de dizer que o esporte brasileiro só atingiu esse patamar, ou melhor, só está atingindo esse patamar de respeito internacional e de realização de grandes eventos graças ao Ministério do Esporte e aos nossos Legislativos, mas, sobretudo, por temos profissionais da área da educação física, técnicos, atletas e ex-atletas que dedicam sua vida, em condições muitas vezes adversas, para manterem bem elevada a bandeira do desenvolvimento do esporte, que não é outra senão a bandeira do desenvolvimento da humanidade, da civilização e de todo o nosso povo.

Parabéns pelo seminário. Deputado Carlin Moura, as resoluções deste seminário são prontamente assumidas e encaradas pelo Ministério do Esporte como resoluções que contribuirão sobremaneira para a elaboração do nosso Plano Decenal. Um grande abraço a cada um de vocês, felicidades. Vamos seguir juntos nessa luta.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Sr. Wadson Ribeiro. Leve o nosso abraço ao grande Ministro Orlando Silva, esse baiano que dignificou e dignifica o nome do Brasil.

Apresentação dos Pedidos de Destaque

O Sr. Presidente - Passaremos agora à apresentação dos pedidos de destaque. Vamos proceder à apreciação das propostas na seguinte sistemática: vocês conhecem o inteiro teor das propostas, mas os telespectadores da TV Assembleia não o conhecem. Então, cada coordenador de grupo procederá à leitura das propostas do seu grupo.

Se houver destaque, a pessoa se levantará, se identificará ao microfone dizendo nome, entidade e cidade que representa e fará o destaque. Não será necessário explicar o destaque, este será anotado. Somente ao final da leitura de todas as propostas voltaremos à apreciação dos destaques. As propostas que não forem destacadas serão votadas imediatamente.

Atenção, se a proposta for aglutinativa - por exemplo, alguém deseja aglutinar a Proposta nº 13 à Proposta nº 14 -, o destaque deverá ser apresentado para a Proposta nº 13 e para a Proposta nº 14. Compreendido isso? Nas propostas aglutinativas, o destaque deverá ser apresentado em todas elas porque poderão ser mais de duas propostas.

- Procede-se à apresentação de pedidos de destaque.

Votação do Documento Final, Salvo Destaques

O Sr. Presidente - O procedimento será o seguinte: as propostas que não foram destacadas serão votadas e, posteriormente, votaremos destaque por destaque. Quando entrarmos em regime de votação, não haverá questão de ordem. Procurem apresentá-la antes de entrarmos em regime de votação, para facilitar os nossos trabalhos. Senhores delegados e participantes, vamos proceder à votação das propostas que não foram destacadas. Em votação, o Documento Final, salvo destaques. (- Pausa.) Podem baixar. Quem for contrário ao Documento, levante o crachá. (- Pausa.) Abstenções? (- Pausa.) Está aprovado o Documento Final, salvo destaques.

Discussão e Votação dos Destaques e de Novas Propostas

O Sr. Presidente - A Mesa verificou que grande número de destaques foram apresentados. Ainda não conseguimos encontrar o melhor modo de agilizar os trabalhos. Procuraremos encontrar essa melhor maneira no transcorrer dos trabalhos. Será muito importante a ajuda do Plenário para isso. Procuraremos encaminhar com muita tranquilidade. Se o nosso encaminhamento estiver equivocado, vocês podem nos corrigir e ajudar. Para cada proposta destacada, informarei o número de destaques. Desses destaques apresentados, darei prioridade ao de supressão, ou seja, àquele que pretende suprimir a proposta do documento, pois, caso vença, os outros destaques ficarão prejudicados. Posteriormente, submeterei à votação os destaques aglutinativos, e, por fim, os modificativos. A dinâmica será a seguinte: em um primeiro momento, a pessoa somente explicará o conteúdo do destaque, pois, se o conteúdo for direto e objetivo, pode não haver necessidade de defesa. Caso não esteja claro, passaremos à sua defesa. Pode vir ao microfone para fazer a sua apresentação. No início, fizemos a leitura do encaminhamento. Aprovaremos o documento de todas as propostas. Se aparecer alguma proposta nova, ela será submetida à votação. Ao final, depois de aprovadas todas as propostas, faremos uma nova votação para a escolha das três prioritárias de cada grupo. Foram destacadas 39 propostas, e 19 foram aprovadas em bloco.

- Procede-se à discussão e votação dos destaques e de novas propostas.

Apresentação e Votação de Moções

O Sr. Presidente - Antes de passarmos para a eleição da comissão de representação, procederemos à leitura e à votação de moções apresentadas.

- Procede-se à apresentação e votação de moções.

A Deputada Gláucia Brandão - Muito obrigada, Deputado Carlin Moura, nosso Presidente, que conduziu, com muita competência, esta plenária final. Desejo sucesso e agradeço a todos vocês. Agradeço ao Deputado Doutor Viana, nosso Vice-Presidente, que está representando a Mesa Diretora. Agradeço-lhe o apoio a este seminário. Agradeço também a todos que participaram. Como o Paolucci falou, temos paixão pela nossa área. Nosso compromisso é com o desenvolvimento da educação física para a valorização dos profissionais, para o esporte de qualidade, que realmente garanta e promova a cidadania de nossas crianças e adolescentes e de todas as pessoas que trabalham com a educação física e com o esporte. Peço a Deus que continue nos abençoando. Que tenhamos cada vez mais compromisso com nosso próximo, com a qualidade do trabalho que prestamos, com a promoção e a qualidade da vida de todas as pessoas com que estamos envolvidos. Peço a Deus sabedoria, saúde e muitos sonhos. Que esta semente que está sendo semeada floresça, frutificando em bons trabalhos e no desenvolvimento de política pública para o Estado. Isso engrandecerá nosso Estado e nossa área. Parabéns a todos que até aqui ficaram, pela comissão que será eleita, pela comissão organizadora, pela GPI, e a todos os consultores e os funcionários desta Casa, que estão nos dando suporte. Parabéns, Doutor Viana. Parabéns, Carlin. Parabéns à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Um abraço a todos e contem conosco. Contem com o Deputado desta Casa, com a comissão de educação física, esporte e lazer, que será criada nesta Casa e foi sugestão do grupo. Esperamos que essas ações sejam efetivadas em parceria com o governo de Estado e com esta Casa. Deus abençoe a todos vocês. Muito obrigada por tudo.

Eleição da Comissão de Representação

O Sr. Presidente - Passaremos à escolha e eleição dos participantes da comissão de representação. Esclarecemos que 39 pessoas, vinculadas a 32 entidades diferentes, inscreveram-se para compor a comissão de representação.

Queremos submeter ao Plenário o encaminhamento que a Mesa fará neste momento.

- Procede-se à eleição da comissão de representação, que fica composta pelos seguintes membros: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Belo Horizonte; Associação dos Portadores de Deficiência de Ipatinga; Associação dos Professores de Educação Física de Belo Horizonte e Região Metropolitana - APEFBHRM -; Associação dos Professores e Profissionais de Educação Física da Regional - Apef - Poços de Caldas; Associação dos Profissionais de Educação Física de Minas Gerais - Apefmg -; Associação Esportiva Social Ermelinda Vital; Associação Mineira das Federações Esportivas de Minas Gerais - Amife-MG -; Centro Universitário de Belo Horizonte - Unibh -; Colégio Tiradentes PMMG; Confederação Brasileira de Boliche; Conselho das Instituições de Ensino Superior de Educação Física - Condiessf -; Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Conselho Municipal de Esportes de Sete Lagoas - Comesel -; Conselho Regional de Educação Física 6ª Região - Cref 6 -; Contagem Esporte Clube; Diretório Acadêmico de Educação Física da UFMG; Escola Estadual Pandiá Calógeras; Escola Estadual Sandra Risoleta de Lima Hauck; Escola Municipal Cora Coralina; Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte; Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino; Federação Panamericana de Levantamento de Pesos - Federação Mineira de Levantamento de Pesos; Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil - Fectipa -; Instituto Batista ABS e Populações Tradicionais; Instituto Presbiteriano Gammon - Faculdade Presbiteriana Gammon - Lavras; Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano; Secretaria Municipal de Esporte de Januária; Secretaria Municipal de Esportes de Sabará; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Viçosa - Núcleo de Educação de Adultos; e Universidade Presidente Antônio Carlos - Unipac Vale do Aço.

O Sr. Presidente - Obrigado a todos. Reforço que a reunião da comissão de representantes acontecerá na quinta-feira, dia 10 de dezembro, às 14h30min, no Plenarinho I. A realização deste seminário só foi possível graças à parceria de todos vocês, das entidades e das cidades. Agradeço à nossa assessoria, aos Prefeitos, às Câmaras de Vereadores, às entidades, às cidades e a cada um de vocês. Agradeço especialmente ao Deputado João Leite e às Deputadas Gláucia Brandão e Cecília Ferramenta.

Passarei a Presidência ao Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente desta Casa. Peço que, após a fala do Deputado Doutor Viana, todos os coordenadores de grupo venham aqui, para, juntos, entregarmos o Documento Final ao 1º Vice-Presidente da Assembleia.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Prezado colega Deputado Carlin Moura, que tão bem conduziu e coordenou os trabalhos de hoje, convidados, componentes da Mesa, participantes deste seminário, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, funcionários da Casa, em nome do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente, e de toda a Mesa diretora de Deputados, quero dizer da nossa satisfação do dever cumprido. Abri este seminário com muita alegria, e quis o destino que aqui estivesse também para fechá-lo com chave de ouro. A Assembleia, com sua Mesa diretora, sob a Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho, reconheceu, há muito tempo, que é a participação da sociedade que enriquece nossos trabalhos. Estamos aqui para fazer leis para a sociedade. E como fazer leis para o povo se o povo não nos trouxer sugestões, discussões e encaminhamentos? Deputado Carlin Moura, esta é nossa função enquanto Casa do povo. A Assembleia hoje é aberta, e a Mesa dá toda a condição ao Deputado de exercer plenamente seu mandato, facilitando o deslocamento, as viagens, dando toda a cobertura, com a assessoria e a consultoria, que são de primeira qualidade nesta Casa. Como fruto, temos o belo resultado deste trabalho de convivência de vocês nesses dois dias, quase três. Fico muito feliz e trago a satisfação de todos nós. A Assembleia está buscando novamente melhorar seu

trabalho, com consultoria a todos vocês, sociedade mineira. Informem-nos o que avaliam da Assembleia hoje e o que querem, que é o que queremos para a Assembleia daqui a 10 anos. Buscamos planejar a Assembleia para que seja ainda melhor, com a participação de vocês e com o trabalho dos Deputado e dos funcionários da Casa, para servir ao nosso Estado da melhor maneira possível. Deem sugestões. Parece-me que receberemos sugestões até 31/1/2010, seja pelo nosso "site", seja pelos mil computadores que estão instalados na Casa, no Edifício Tiradentes e no Procon. Tragam sugestões e digam o que pensam e desejam que a Assembleia seja nos próximos 10 anos, para que façamos planejamento estratégico e melhoremos ainda mais, com a participação de vocês, nossos trabalhos de Deputados e o trabalho dos assessores, para benefício da nossa comunidade. Encerro parabenizando-os. Com muita alegria, ficarei disponível para receber, antes de fecharmos este seminário magnífico, os trabalhos que compilaram e que passarão às nossas mãos, para que a Mesa

diretora e o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho deem sequência. Não pararemos, pois o esporte é vida, é dinamismo, é saúde, é educação. Nem sabia que ele também matava a fome, porque vocês estão sem almoço. Sou médico, e isso para mim é novidade. Receberemos esse documento com muita alegria. Deixo nosso abraço e parabenizo-os. Vocês são a razão maior do sucesso deste seminário. Muito obrigado. Parabéns, Deputado Carlin Moura. Estou fazendo chover no molhado, porque o reconhecimento é de quem conviveu com você hoje. Um abraço a todos e muito obrigado.

Entrega do Documento Final

O Sr. Paulo Sérgio de Oliveira - Nós, da Comissão, passaremos agora às mãos de V. Exas. nosso documento, em linguagem muito conhecida: "troféu". Este é nosso troféu de campeão. Passarei nosso troféu de campeão pelo nosso trabalho.

- Procede-se à entrega do Documento Final.

PROPOSTA DE DOCUMENTO FINAL

Belo Horizonte - 2009

Grupo 1 - Esporte de formação e de participação: legislação, regulamentação profissional e políticas públicas.

1 - Garantia de estrutura competente e qualificada para a implantação física, com profissionais habilitados; suporte operacional e registro de dados, que compreenda um Centro Estadual de Educação Física, Esportes e Para desporto em Belo Horizonte; oito Centros Macrorregionais de Educação Física, Esportes e Para desporto, seguindo-se a organização regional dos Jogos Escolares de Minas Gerais - Jemg; 46 Centros Regionais de Educação Física, Esportes e Para desporto, de acordo com as divisões das SERs, mas não sendo necessariamente instalados na sede; 853 Centros Municipais de Educação Física, Esportes e Para desporto, conforme número de Municípios do Estado. Será necessário explicitar a especificidade de cada estrutura e sua qualificação de acordo com a região e a complexidade dos tipos de atividades a serem desenvolvidas em cada centro.

2 - Criação, nas escolas, de Núcleos Esportivos e de Centros de Formação de Atletas para crianças e adolescentes, com ou sem deficiência, garantindo recursos orçamentários públicos e parcerias com a iniciativa privada para a construção e restauração de espaços físicos, com acessibilidade no desenho universal, aquisição de implementos desportivos e manutenção dos recursos humanos, bem como formalização de convênios com instituições de ensino superior para capacitação de professores de Educação Física e profissionais afins nas ciências do esporte, com visão humanística, para atuarem nesses núcleos e centros de formação.

3 - Regulamentação da abertura das escolas públicas nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades nas áreas de esporte, atividade física, cultura, lazer e saúde, com a devida contratação de profissionais habilitados para realização das atividades propostas, visando à participação comunitária.

4 - Organização de equipe de especialistas na área de educação física e profissionais multidisciplinares, com a obrigatoriedade de participação de profissionais e representantes das entidades de educação física, para elaborar as diretrizes para o esporte educacional no Estado.

5 - Desenvolvimento de atividades esportivas de participação e educacionais, em parceria com academias, clubes, investidores no esporte de alto rendimento, escolas municipais, estaduais e particulares, estimulando, por meio de convênios, o aproveitamento dos seus espaços e equipamentos.

6 - Criação, em parceria com as instituições de ensino superior de Minas Gerais, de programa educacional esportivo visando à abertura de seus espaços e equipamentos ociosos para a prática desportiva assistida, envolvendo alunos com atuação no ensino, pesquisa e extensão, desenvolvimento do esporte e em outras áreas afins.

7 - Criação de um calendário permanente de competições esportivas e para desportivas voltado para alunos das redes pública e privada de ensino.

8 - Criação do Fundo Estadual do Esporte e incentivo à criação dos respectivos fundos municipais.

9 - Alteração da lei estadual de incentivo ao esporte de formação e de participação para admitir também recursos oriundos do ICMS corrente.

10 - Implantação ou manutenção de quadra poliesportiva coberta e iluminada, contando ainda com estrutura de apoio como, por exemplo, vestiário, com acessibilidade para pessoas com deficiência, em aulas formais de Educação Física nas escolas e em espaços públicos, garantindo a todos o direito à prática esportiva coletiva.

Grupo 2 - Educação física escolar: agentes, estrutura e legislação

11 - Cumprimento dos dispositivos legais referentes ao profissional de educação física. (Cite-se: Constituição do Brasil. Lei Federal nº 9.696 - Regulamentação da Profissão de Educação Física e criação dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física. Resolução nº 218 do Conselho Nacional de Saúde - Reconhecimento dos profissionais de educação física da área da saúde. Programa Nacional da Saúde da Família - PSF. Diversas leis vigentes em Minas Gerais e Municípios. Sistema Confef/Cref-MG - Portarias e Resoluções.)

12 - Garantia de que a Educação Física, como componente curricular obrigatório de todas as séries ou anos do ciclo da educação básica, nos vários níveis (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades das escolas públicas e privadas integrantes dos sistemas estadual e municipais de educação, seja efetivada com o mínimo de três aulas semanais ministradas em todos os turnos por profissionais licenciados em Educação Física, com equipamentos e materiais didáticos e esportivos, oficiais e de qualidade, que atendam às necessidades das

escolas.

13 - Substituição gradativa, até a data limite de 31/12/2010, de professores e profissionais inabilitados ou em desvio funcional.

14 - Atualização e formação continuada – sistematizada, com fundamentação teórica, planejamento adequado, metodologias participativas e conteúdos sistematizados – de acordo com a realidade local e regional, para os profissionais graduados e habilitados que atuam na área da educação física, nos diversos níveis e modalidades da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) nas redes federal, estadual, municipais, pública e privada, sob a responsabilidade de instituições de ensino superior.

15 - Efetivação de suplementação de carga horária para os profissionais de educação física habilitados na modalidade licenciatura, atuantes em programas sociodesportivos propostos e mantidos pelos governos federal, estadual e municipais, nas escolas públicas e privadas, e ofertados prioritariamente aos professores de Educação Física da própria instituição.

16 - Implantação e manutenção de projetos esportivos e socioeducativos em horários extraturno para alunos interessados, prioritariamente com profissionais de educação física habilitados, da própria instituição, em todas as escolas públicas, designados e contratados pelas suas respectivas secretarias.

17 - Elaboração de nova lei estadual da educação física, em substituição à Lei nº 17.942, de 2008, a partir de fórum estadual com representação de entidades e profissionais representativos da educação física do Estado de Minas Gerais.

18 - Garantia de substitutos para os professores de Educação Física das escolas estaduais e municipais durante o período em que estiverem atuando nos Jogos Escolares, em todas as suas etapas, garantindo os recursos financeiros que viabilizem sua participação.

19 - Utilização de 1/3 da carga horária do cargo do professor de Educação Física no treinamento de equipes escolares e em trabalhos na área de esporte, lazer e saúde, junto à comunidade escolar na qual a escola esteja inserida.

20 - Elaboração, publicação e distribuição, nas escolas públicas, para alunos e professores, de material didático para orientação acerca do conhecimento sobre a área de educação física escolar, comportamentos saudáveis e educação para a saúde, bem como distribuição de equipamento desportivo para as aulas.

Grupo 3 – Esporte como mecanismo de cidadania: aspectos educacionais, promoção da saúde e prevenção à criminalidade e exclusão social

21 - Definição e implementação, em até dois anos, de ação conjunta da União, Estado, Municípios, Terceiro Setor e instituições diversas da área educacional, esportiva, de saúde e de assistência social, incluindo as Secretarias de Educação, de Esporte e Juventude, de Saúde e de Desenvolvimento Social como facilitadoras imediatas de avaliação e atendimento permanente, em torno da meta "Educação física e esportes curriculares", abrindo espaço físico para promoção da educação física e do esporte educacional, de participação e de rendimento, na escola e na comunidade, por meio do sistema educacional estadual.

22 - Garantia de implantação e manutenção, em dois anos, pelo Estado ou por delegação deste, de instalação física, material e equipamentos em toda a rede escolar pública e nos equipamentos esportivos públicos e privados, com acessibilidade, em seu desenho universal, para pessoas com ou sem deficiência.

23 - Execução de meta estratégica de fomento e implantação, em até dois anos, de quadra poliesportiva coberta e iluminada, contando ainda com estrutura de apoio como, por exemplo, vestiário, com acessibilidade para pessoas com deficiência, em condições compatíveis com as práticas esportivas coletivas e individuais, em todas as escolas estaduais, com cobrança efetiva à rede particular e pública municipal, nos mesmos parâmetros de qualidade.

24 - Garantia de inclusão e manutenção, no planejamento do Estado, da Meta Estratégica Educacional "100% Escola Tempo Integral, Escola Aberta e Segundo Tempo em 2010" e de participação ativa e direta da criança e do adolescente, como sujeito no processo de formação inicial, continuada e integral, garantindo a educação física, o esporte escolar, o esporte de participação, o esporte adaptado, o esporte de rendimento nas diversas áreas de intervenção, nos diversos programas e espaços institucionais, comunitários, sociais e privados, com conteúdo educacional curricular legal obrigatório, nos níveis municipal, estadual e nacional, com atendimento por profissionais graduados e habilitados na área da educação física, assegurada a acessibilidade, em seu desenho universal, às pessoas com deficiência.

25 - Implementação, com providências imediatas para sua execução, de avaliação, prescrição, acompanhamento, orientação e correção preventiva, científica e tecnologicamente competente, da maturação cronológica e biológica, física, funcional e cognitiva da criança na fase escolar, com o devido registro pré-consentido da escola e do responsável e com divulgação dos resultados, em parceria com as instituições formadoras, universidades e centros de pesquisa.

26 - Utilização da educação física, do esporte e dos programas sociais esportivos como mecanismo de inserção ou reinserção social das crianças, dos adolescentes e das pessoas com ou sem deficiência, com atendimento por profissionais graduados e habilitados na área da educação física, e como forma de contribuição para a formação da criança e do adolescente, garantindo a identificação, prevenção com base no ECA, pela escola, pela família e pela sociedade, de desvios éticos e morais e da prática de ilícitos.

27 - Criação de políticas públicas voltadas para o esporte paraolímpico e paradesportivo e para o lazer, de forma a permitir também às pessoas com deficiência, incluindo a auditiva e a deficiência intelectual participarem de jogos, e incentivo à criação de espaços e equipamentos esportivos que permitam acessibilidade adequada aos para-atletas e paraolímpicos, garantindo-lhes a locomoção em veículos adaptados e acessíveis aos mencionados espaços e equipamentos, bem como a restauração dos já existentes com vistas a garantir a acessibilidade.

28 - Suprimida.

29 - Implementação do processo de treinamento esportivo para os adolescentes, em escolas e projetos sociais, com disponibilização de espaços adequados para a prática de cada modalidade esportiva, ministrada por profissionais habilitados em educação física, e de no mínimo três módulos extraclasses por semana, com investimento permanente em espaço físico e material didático, como mecanismo de cidadania e de inclusão social.

30 - Construção, ampliação e manutenção de Centros Regionais de Treinamento de Para-Atletas, com equipamentos adequados a cada tipo de deficiência em suas modalidades, qualificando profissionais para nele atuarem e custeando as despesas necessárias para participação em competições.

Grupo 4 - Esporte de rendimento: legislação, regulamentação profissional e políticas públicas

31 - Criação do Sistema Mineiro do Esporte, composto por agentes da área, voltado para o planejamento estratégico do setor e para a definição de diretrizes para a Política Estadual de Esportes, com a participação de representantes municipais de todas as regiões do Estado, com metas quantitativas e qualitativas, possibilitando transparência e controle social e viabilizando o acesso a financiamentos públicos e privados para o esporte de rendimento, estabelecendo cotas para todas as modalidades esportivas e paradesportivas.

32 - Implementação imediata da Lei nº 17.803, de 2008, que institui a bolsa-atleta como forma de estímulo e desenvolvimento de sistema permanente de bolsas para atletas de alto rendimento semiprofissional, amador e estudantil, mediante parceria com os Poderes municipal, estadual e federal, a iniciativa privada, instituições de ensino superior, clubes e academias.

33 - Criação e incentivo de bolsa ou auxílio para técnico e preparador físico que atuem no treinamento de atletas.

34 - Restauração das bases, que são as escolas e as instituições de ensino superior, provendo-as de equipamentos adequados, reformando sua estrutura física, qualificando os profissionais de educação física e estimulando os pais a participar das escolas juntamente com os adolescentes, para possibilitar o desenvolvimento, no Estado, do esporte de rendimento na infância e na adolescência.

35 - Implementação, em até dois anos, pelo Estado, de centro/complexo olímpico com infraestrutura completa e adaptada (acessibilidade), para atendimento de demandas regionais, potencializando e facilitando o desenvolvimento do esporte de rendimento, após mapeamento e inventário de parques esportivos.

36 - Incentivo à criação de espaços e equipamentos esportivos que permitam de acessibilidade adequada aos para-atletas e viabilizem o lazer de pessoas com deficiência, bem como à restauração dos já existentes com vistas a garantir a acessibilidade.

37 - Garantia, pelo Estado, de condições para que os Municípios utilizem verbas do ICMS Solidário do esporte.

38 - Destinação de recursos do orçamento do Estado e dos Municípios para custeio de hospedagem, alimentação, transporte de atletas, para-atletas, profissionais de educação física e equipe técnica, e demais despesas necessárias.

39 - Garantia e ampliação das parcerias entre escolas, clubes, academias desportivas e outros espaços de prática esportiva e o Estado, nas quais este garantiria recursos financeiros para detecção de talentos e prática de esporte de formação e de rendimento, aproveitando o corpo técnico, espaços e equipamentos nos momentos em que habitualmente são pouco utilizados.

40 - Criação de concursos públicos para técnicos, preparadores físicos e especialistas da área de esporte e lazer para a ocupação de cargos técnicos em órgãos da administração pública estadual e municipal.

Grupo 5 - Ética no esporte: papel da família, da mídia, dos professores de educação física e dos profissionais do esporte, e o combate ao "doping" e às formas de assédio e de discriminação

41 - Oferta, pela Secretaria de Estado de Educação e pela Secretaria de Estado de Esporte e Juventude de Minas Gerais, de cursos de formação e capacitação específicos para professores de Educação Física que atuem com alunos e atletas com qualquer tipo de deficiência, com a carga horária mínima de 120 horas.

42 - Atualização bienal do Atlas do Esporte em Minas Gerais, buscando mapear a prática esportiva no Estado e seus espaços e equipamentos - estatística do esporte mineiro - para alimentar um banco de dados esportivo e subsidiar a criação da Política Estadual de Esportes.

43 - Criação de calendário permanente de eventos de capacitação e formação continuada nas áreas de gerência esportiva, elaboração de projetos de financiamento e também de conhecimento específico de cada esporte e outras atividades ligadas à educação física, recreação e lazer.

44 - Disseminação da importância da criação de Secretaria de Esportes em todos os Municípios mineiros que ainda não a tiverem.

45 - Ampliação dos espaços de discussão permanente sobre esporte, desporto e lazer e sobre temas como "doping", exploração infantil, iniciação precoce e desenvolvimento motor, a fim de formular políticas públicas voltadas para o esporte articuladas com os três níveis de governo e garantir o desenvolvimento saudável da criança, do adolescente e da pessoa com deficiência durante a prática esportiva e em competições.

46 - Incentivo às Câmaras Municipais mineiras para que criem uma Comissão Permanente de Educação Física, Esporte e Lazer.

47 - Criação, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de Comissão Permanente de Educação Física, Esporte e Lazer.

48 - Estabelecimento de parcerias efetivas com instituições de ensino superior, públicas e privadas, que tenham curso de Educação Física, para atendimento na implantação de projetos, programas, capacitação destinada aos profissionais da educação física, criação de ligas e assessoria às prefeituras, clubes, câmaras e conselhos municipais, com repasse de recursos públicos do Estado, complementando as ações deste.

49 - Incentivo à criação de Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, e desenvolvimento de trabalho de conscientização dos Municípios sobre a importância da criação do Conselho, visando também aos esportes adaptados.

50 - Realização pelo Estado, em parceria com as prefeituras, bianualmente, de "Seminário Legislativo de Educação Física, Esportes e Lazer para Infância e Adolescência: Caminho para a Cidadania", encaminhando, implementando e executando as deliberações definidas nesses fóruns.

Grupo 6 - Trabalho infantil no esporte: iniciação precoce, exploração infantil e legislação

51 - Cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, plenamente qualificados, prescritos, de responsabilidade e dever do Estado. (Cite-se: Constituição do Brasil. Educação Brasileira - Diretrizes Curriculares Nacionais. Resolução CNE 1 e 2, de 2002. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Lei Pelé - Lei do Esporte. Decreto-Lei nº 3.298, de 20/12/99 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Decreto-Lei nº 6.949, de 2009 - Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Lei nº 15.457, de 2005 - Regula o Esporte. Lei nº 17.942, de 2008 - Regula a Educação. Lei nº 9.696, de 1998. Leis vigentes em Minas Gerais e em diversos Municípios.)

52 - Implementação, ampliação e manutenção da oferta de serviços públicos, pelo Estado e pelo Município, sob a coordenação do Estado, para a prática de esporte educacional e para desporto, lazer para crianças e adolescentes, durante a semana e nos fins de semana, incluindo a formulação de programas e projetos que prevejam aquisição de material esportivo e pedagógico e equipamentos adaptados às deficiências, alimentação, transporte convencional e adaptado ou acessível, contratação de profissional de educação física habilitado e adequação, construção e manutenção de espaço físico acessível, no desenho universal; elaboração de cronograma de intercâmbios esportivos entre escolas, comunidades e entidades; implementação da iniciação esportiva e paradesportiva, em toda a rede escolar pública e em programas socioeducativos voltados para crianças e adolescentes, com ou sem deficiência, equipando as escolas com recursos materiais, convencionais e adaptados, e humanos para a realização da prática esportiva em suas diversas modalidades.

53 - Elaboração e implementação do Plano Estadual de Esporte para Crianças e Adolescentes, com enfoque prioritário na promoção do desporto educacional (art. 217, II, Constituição Federal de 1988).

54 - Estímulo ao protagonismo juvenil no tocante à elaboração de propostas que facilitem o acesso à prática esportiva por meio da utilização da escola e dos espaços públicos.

55 - Elaboração de políticas públicas voltadas para a prática desportiva e hábitos de vida saudável, observando o que dispõe o art. 217, II, da Constituição Federal de 1988: "a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento"; monitoramento e fiscalização, pela Assembleia Legislativa, da aplicação dos investimentos do Estado na promoção do desporto, verificando se esses recursos públicos estão sendo destinados prioritariamente ao desporto educacional (inclusivo) ou ao desporto de rendimento (seletivo); desagregação, nas peças orçamentárias, dos recursos destinados ao esporte educacional, ao esporte de participação e ao esporte de rendimento voltados para a criança e o adolescente, com ou sem deficiência.

56 - Suprimida.

57 - Publicação, de forma didática e em local visível nos estabelecimentos de prática esportiva, da legislação pertinente ao trabalho infantil e divulgação do ECA (Lei nº 8.069, de 1990), entre os profissionais de educação física.

58 - Inclusão, na Lei nº 15.457, de 2005, das penalidades decorrentes do não cumprimento dos seus diversos dispositivos, especialmente aqueles relativos aos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Ata da 26ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 25/11/2009

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta (substituindo o Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do PT) e os Deputados Getúlio Neiva e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Juninho Araújo, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Getúlio Neiva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Paulo Brant, Secretário de Estado de Cultura (2), publicado no "Diário do Legislativo", em 21/11/2009. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nº 3.905/2009 (Deputada Gláucia Brandão) e 3.917/2009 (Deputado Getúlio Neiva) em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.829/2009, que recebeu parecer por sua aprovação. Após discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.724, 3.735, 3.804/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Gláucia Brandão em que solicita seja encaminhado à Sra. Érica Drummond, Secretária de Estado de Turismo, pedido de providências para que sejam incluídas imagens do Município de Monte Sião e do Sul de Minas no vídeo do governo do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Vanderlei Miranda - Bráulio Braz.

Ata da 12ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 26/11/2009

Às 10h15min, comparecem no Auditório Municipal de Malacacheta a Deputada Cecília Ferramenta e o Deputado Carlin Moura (substituindo o Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do Bloco PMDB-PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Getúlio Neiva. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, questões relativas ao abastecimento de água e ao saneamento básico no Município de Malacacheta, bem como às obras de redes da Copanor na região, em especial a que liga Malacacheta à Água Boa; a seguir, comunica o recebimento de correspondência do Sr. Sebastião Donizete de Souza, Superintendente Regional do DNIT, agradecendo o convite para participar da reunião e informando que o DNIT se restringe à infraestrutura de transportes no âmbito federal e que as rodovias que cortam os Municípios de Malacacheta e Água Boa estão sob a jurisdição do Estado de Minas Gerais, não havendo motivos para representação desse órgão na audiência. Informa, ainda, que os referidos Municípios pertencem à Rodovia MG-217. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Padre Aureliano Ferreira de Souza e o Sr. José Irineu Cordeiro Rocha, respectivamente, Prefeito e Vice-Prefeito Municipal de Malacacheta; os Srs. Denejando de Souza Pereira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Malacacheta; Joanísio Freitas, ex-Prefeito de Malacacheta; Tenente Reginaldo Luiz Cavalcanti, representante da PM de Malacacheta; Jéssus Sidrach Vieira, Gerente de Controle Interno da Prefeitura de Água Boa, representando o Prefeito, Carlos Magno Ferreira; José Nelson Sobrinho, Engenheiro Regional do DER-MG em Teófilo Otôni, representando o Diretor-Geral, José Elcio Santos Monteze; Fábio Reis Nazareth, Promotor de Justiça; Marco Aurélio Senna Prates, Coordenador Operacional da Copanor; e Lúcio Pereira da Costa, encarregado do Sistema de Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto da Copasa-MG, em Malacacheta, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para

que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2009.

Paulo Guedes, Presidente - Carlos Pimenta.

Ata da 33ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/12/2009

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Delvito Alves, Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS) e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Delvito Alves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o "Diagnóstico de impactos de grandes projetos em direitos humanos - estudo de casos sobre a cana-de-açúcar" (agronegócio - agroenergia no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba), que teve como coordenador o Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret, e comunica o recebimento de ofício do Sr. Paulo Emílio Gonçalves, Gerente Regional de Assistência Social Centro-Sul da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, publicado no "Diário do Legislativo", em 26/11/2009. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret, Coordenador da Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade, representando D'Carlos Silva; os Srs. José Divino de Melo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba; e Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.057/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados: Durval Ângelo (4) em que solicita seja encaminhado ao Coordenador da Bancada Mineira na Câmara dos Deputados cópia das notas taquigráficas da reunião de audiência pública realizada no dia 30/11/2009, bem como pedido providências para que apoiem a defesa e a proteção dos animais; sejam realizadas reuniões de audiência pública para obter esclarecimentos sobre os motivos que provocaram o afastamento de dois policiais civis lotados na Delegacia de Confins, os quais tiveram atuação exemplar no combate à criminalidade nesse Município e para discutir denúncias de trabalho escravo no Estado; seja encaminhada aos Deputados Federais e aos Senadores da Bancada Mineira manifestação de repúdio ao Projeto de Lei nº 4.548/98, em tramitação no Congresso Nacional; e Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Ten. Cel. P.M. Jorge Dias Júnior e ao Ten. Cel. P.M. Antônio Leandro Bettoni da Silva, Comandante do 33º Batalhão da Polícia Militar, em Betim, pedido de informações sobre as providências tomadas em relação às denúncias de irregularidade na escala de serviço dos policiais militares lotados nesse Batalhão, obrigados a trabalhar nos dias de folga para repor o tempo de afastamento sob licença médica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 31ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/12/2009

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Domingos Sávio, Padre João, Neider Moreira, Weliton Prado e Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os Decretos nºs 45.203 e 45.205, de 2009, que alteram a estrutura da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ângelo Márcio Minardi de Oliveira, Coordenador da Parte de Estrutura da Diretoria Central de Desenvolvimento Organizacional, representando a Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Gilberto Silva Ramos, Diretor de Fiscalização da Subsecretaria da Receita, representando o Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Estado de Fazenda; Antônio Eduardo Leite, Assessor Especial; Stella Maris Farias e Rose Laura Lopes Fagundes, Assessoras, da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda; Antônio Mendes Patriota, Diretor Jurídico e Defesa Profissional, representando o Sr. Rogério Macanhão, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital; Matias Bakir Faria, Presidente do Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais-Sindfisco; Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, Diretora Administrativa, representando o Sr. Sinval Pereira da Silva, Presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais; Paulo César Marques da Silva, Presidente do Sindicato dos Técnicos em Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais-Sinfaz; Lindolfo de Castro, Presidente eleito do Sindifisco; e Werton Brasil, Auditor Fiscal, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Adelmo Carneiro Leão - Inácio Franco - Jayro Lessa - Juarez Távora - Lafayette de Andrada.

Ata da 34ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/12/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Domingos Sávio, Wander Borges e Neider Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. Suspende-se a reunião. Às 12h15min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Juarez Távora e Lafayette de Andrada. O Presidente, Deputado Jayro Lessa, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica que termina no dia 3/12/2009 o prazo para recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Resolução nº 3.996/2009, o Projeto de Lei Complementar nº 55/2009 e os Projetos de Lei nºs 2.960, 3.221, 3.734, 3.826, 3.865, 3.882 e 3.899/2009 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por haverem sido apreciados em reunião anterior e os Projetos de Lei nºs 3.854, 3.858, 3.976, 3.977, 4.005 e 4.006/2009, por não cumprirem

pressupostos regimentais. Os Projetos de Lei nºs 3.876 e 3.481/2009 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.405/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada) e 3.741/2009 (relator: Deputado Juarez Távora) na forma do vencido no 1º turno; e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.353/2009 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Minas e Energia (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, do dia 3/12/2009, às 14h30min, com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Lafayette de Andrada.

Ata da 21ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/12/2009

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Padre João, Ronaldo Magalhães, Sebastião Costa e Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Arlen Santiago. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Délio Malheiros, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Encontra-se em poder da Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues solicitando seja o Projeto de Lei nº 3.976/2009 retirado de pauta. Submetido à votação, é rejeitado o requerimento. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 57/2009 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães) e dos Projetos de Lei nºs 3.858/2009 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães); 3.975/2009 na forma do Substitutivo nº 1 e 4.006/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa); 3.977/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); e 4.005/2009 (relator: Deputado Delvito Alves). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.976/2009, no 1º turno, são apresentados requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, solicitando seja o referido projeto baixado em diligência, e proposta de emenda do Deputado Weliton Prado. O Presidente submete à votação o requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, que é rejeitado. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida à votação, é rejeitada a proposta de emenda. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves - Neider Moreira - Padre João - Ronaldo Magalhães.

Ata da 32ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 3/12/2009

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão (substituindo o Deputado Juarez Távora, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Zé Maia, Inácio Franco, Lafayette de Andrada e Padre João (substituindo o Deputado Adelmo Carneiro Leão, por indicação da Liderança do PMDB-PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica que termina em 3/12/2009 o prazo para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009 e, em 7/12/2009, ao Projeto de Lei nº 3.973/2009. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.680/2009 com as Emendas nºs 1 a 3, e 3.864/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); e pela rejeição da Emenda nº 6 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 56/2009 (relator: Deputado Inácio Franco) e das Emendas nºs 1 a 3 apresentadas ao Projeto de Lei 3.481/2009 (relator: Deputado Zé Maia), no 1º turno. Suspende-se a reunião. Às 16 horas, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Inácio Franco, Domingos Sávio (substituindo o Deputado Zé Maia por indicação do BSD), Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Jayro Lessa por indicação do DEM) e Neider Moreira (substituindo o Deputado Juarez Távora por indicação do BPS), membros da supracitada Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.854/2009 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Neider Moreira); e pela aprovação no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.976 e 4.006/2009 (relator: Deputado Domingos Sávio); 3.977/2009 (relator: Deputado Gustavo Valadares) e 4.005/2009 (relator: Deputado Neider Moreira). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Dalmo Ribeiro Silva - Jayro Lessa.

Ata da 43ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 4/12/2009

Às 14 horas, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, os direitos humanos das pessoas com sofrimento mental e o papel da sociedade e do Ministério Público na questão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Aléxia Machado Baeta, Coordenadora de Saúde da Pessoa Privada de Liberdade, da Secretaria de Saúde, e Rosimeire Aparecida Silva, Coordenadora de Saúde Mental da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte; e os Srs. Mark Napoli, psiquiatra do Centro de Referência em Saúde Mental da Pampulha, da Prefeitura de Belo Horizonte, e Virgílio de Mattos, professor e jurista, representando a Sra. Fernanda Otoni de Barros, Coordenadora-Geral da Casa PAI-PJ, do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença dos Deputados Arlen Santiago, Adalclever Lopes e Tiago Ulisses. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo (12) em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para a implantação de residências terapêuticas e centros de perícia criminal nas comarcas do Estado, para a realização de exames de sanidade mental; seja encaminhado aos membros da bancada mineira no Congresso Nacional pedido de providências para agilização da análise e aprovação da proposição que altera o instituto jurídico da curatela; seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido para que envie os dados relativos aos pacientes com transtorno mental que cumprem medida de segurança de internação, por comarca e localidade, e pedido de providências para a estadualização do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário; seja encaminhado ao

Procurador-Geral de Justiça pedido de informações sobre a atuação do Ministério Público na fiscalização das entidades que prestam atendimento a pessoas com transtorno mental; e pedido de providências para que se proceda à revisão de processos de interdição de tais pessoas; seja encaminhado à Corregedoria-Geral da Polícia Civil e às Promotorias de Justiça da Comarca de Itumirim que atuam na defesa dos direitos humanos e das pessoas com deficiência pedido de providências para instauração de procedimento investigatório sobre a atuação do Sr. Oleisef Freire de Carvalho, Delegado de Polícia da Comarca de Lavras, na apuração de crime de estupro de que foi vítima uma menor com deficiência, em Carrancas; seja encaminhado à Subsecretaria de Administração Prisional e à Corregedoria do Sistema de Administração Prisional pedido de providências para apuração de denúncias de violações de direitos e irregularidades na administração do Presídio Inspetor José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves, as quais foram formuladas pelo Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; seja encaminhado ao Colegiado de Corregedorias de Defesa Social e à Ouvidoria da PMMG pedido de providências para apuração de denúncias contra policiais lotados no destacamento da PMMG de Catas Altas da Noruega, os quais teriam praticado ameaça, tortura, abuso de autoridade, lesão corporal e invasão de propriedade; seja encaminhado ao representante do Ministério Público na Comarca de Conselheiro Lafaiete pedido de informações sobre o andamento do processo criminal nº 018308148238-6, em que figura como réu Christian Fernandes da Silva; seja encaminhado ao Comandante da PMMG em Conselheiro Lafaiete pedido de informações sobre as ocorrências de abaloamento de viaturas policiais envolvendo o Cb. PM Christian Fernandes da Silva; seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça pedido de providências para apuração de denúncias apresentadas nesta reunião por cidadãos de Catas Altas da Noruega, enviando-se também cópia das respectivas notas taquigráficas e de documentos por eles apresentados; e seja realizada reunião de audiência pública, com os convidados que menciona, em Catas Altas da Noruega, para apurar denúncias de tortura e abuso de autoridade que teriam sido praticados por policiais nesse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 35ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 9/12/2009

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Rosani A. Araújo, Coordenadora de Logística e Execução do Ministério da Ciência e Tecnologia (3), do Sr. Crispim Moreira, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (3/12/2009); e dos Srs. Julio Cesar de Araujo Nogueira, Secretário Executivo (substituto) do Ministério da Integração Nacional (5), e Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (3) (4/12/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.937/2007 (Deputado Inácio Franco); 3.938/2009 (Deputado Jayro Lessa); 3.971/2009 (Deputado Antônio Júlio); 3.975/2009 (Deputado Zé Maia) e Projeto de Resolução nº 3.929/2009 (Deputado Juez Távora), no 1º turno. Registra-se a presença do Deputado Lafayette de Andrada. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei Complementar nºs 55 e 56/2009 e os Projetos de Lei nºs 3.221, 3.429, 3.481, 3.858, 3.875, 3.880, 3.976, 3.977, 4.005 e 4.006/2009 são retirados da pauta por determinação do Presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.938/2009 (relator: Deputado Jayro Lessa); e 3.971/2009 (relator: Deputado Antônio Júlio). Registra-se a presença dos Deputados Inácio Franco e Juez Távora. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.975/2009 (relator: Deputado Zé Maia) e 2.215/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 19h30min, para apreciação dos Pareceres do Projeto de Lei Complementar nº 56/2009 e dos Projetos de Lei nºs 3.221, 3.481, 3.875, 3.880, 3.976, 3.977, 4.005 e 4.006/2009, no 2º turno, e 3.429/2009, no 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Neider Moreira - Leonardo Moreira - Fábio Avelar - Lafayette de Andrada.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 14/12/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 2.473/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; 2.597/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; e 2.910/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 492/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que cria o Programa de Aproveitamento da Água Emergente de Lençol Freático em Edificações e dá outras providências; 2.215/2008, do Governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais; 2.535/2008, do Deputado Ruy Muniz, que dispõe sobre os serviços telefônicos de atendimento ao cliente e dá outras providências; 3.221/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica; 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95; 3.321/2009, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre as condições e a efetivação do trabalho dos sentenciados do sistema prisional do Estado; 3.429/2009, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapajipe o imóvel que especifica; 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas no Estado; 3.854/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 11.396, de 6/1/94; 14.869, de 16/12/2003; 15.686, de 20/7/2005; 15.980, de 13/1/2006, e 15.981, de 16/1/2006; 3.864/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 18.017, de 8/1/2009; 3.875/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cristais o imóvel que especifica; 3.880/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coimbra o imóvel que especifica; 3.899/2009, do Governador do Estado, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.443, de 17/4/2008, e dá outra providência; 3.938/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária o imóvel que especifica; 3.959/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.408, de 21/12/99; 3.971/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica; 3.973/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$92.800.000,00

ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça; 3.975/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade do Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica; 3.976/2009, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a revisão dos valores do subsídio mensal dos integrantes do Poder Judiciário; 3.977/2009, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a revisão dos valores do subsídio mensal dos membros do Ministério Público; 4.005/2009, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências; e 4.006/2009, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão do subsídio do Conselheiro e do Auditor do Tribunal de Contas e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 11 de dezembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Célio Moreira, Rêmoló Aloise e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/12/2009, às 14 horas, no Plenário, com a finalidade de realizar o debate público sobre o tema "Pequenas centrais hidrelétricas - PCHs: como conciliar interesses".

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/12/2009, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 5.130/2009, do Deputado Dimas Fabiano, e de discutir, em audiência pública com convidados, denúncias de trabalho escravo em Minas Gerais apresentadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado - Fetaemg -, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/12/2009, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 57/2009, do Tribunal de Contas, e o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 55/2009, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Conjuntas das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os Deputados Adalclever Lopes, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Antônio Genaro, Braulio Braz, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Chico Uejo, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Délio Malheiros, Djalma Diniz, Durval Ângelo, Eros Biondini, Fábio Avelar, Gustavo Valadares, Ivair Nogueira, Jayro Lessa, João Leite, Juninho Araújo, Paulo Guedes, Ronaldo Magalhães, Ruy Muniz, Sávio Souza Cruz, Tenente Lúcio, Vanderlei Jangrossi, Walter Tosta, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para as reuniões a serem realizadas em 14/12/2009, às 20 horas, e 15/12/2009, às 20h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2009.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/12/2009, às 20h15min, na Sala das Comissões, com a

finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.429/2009, do Deputado Zé Maia, 3.481, 3.734, 3.880, 3.938, 3.971 e 3.975/2009, do Governador do Estado, 3.976/2009, do Tribunal de Justiça, 3.977/2009, do Procurador-Geral de Justiça, 4.005 e 4.006/2009, do Tribunal de Contas, e para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.797/2009, do Tribunal de Justiça, e 3.855/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2009.

Zé Maia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.531/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Fahim Sawan o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Recuperação do Alcoólatra - Cerea -, com sede no Município de Conquista.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 16/7/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.531/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro de Recuperação do Alcoólatra - Cerea -, com sede no Município de Conquista.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua Diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o inciso único do § 1º do art. 2º (ver alteração realizada na reunião de 10/10/2009) veda a remuneração de Diretores, Conselheiros, sócios ou doadores; e o art. 32 (ver alteração de 4/8/2009) dispõe que, em caso de dissolução da entidade, seus bens remanescentes serão destinados a instituição congênere, com personalidade jurídica, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

No entanto, apresentamos a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º do projeto de lei, para adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º do seu estatuto.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.531/2009 com a seguinte Emenda nº 1.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação do Alcoólatra de Conquista - Cerea -, com sede no Município de Conquista.".

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Inácio Franco, relator - Ronaldo Magalhães - Padre João.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.583/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação de Joaquim de Freitas Neves à Rodovia LMG-635, que liga os Municípios de Mato Verde e Catuti.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.583/2009 tem por finalidade dar a denominação de Joaquim de Freitas Neves à Rodovia LMG-635, que liga os Municípios de Mato Verde e Catuti.

Com relação ao mérito, vale destacar que Joaquim de Freitas Neves, apesar de pouco escolarizado, era um homem culto. Residente em Catuti, foi conselheiro de todos, bem informado, hospitaleiro e bastante admirado na comunidade por sua sabedoria. Conhecedor das leis e das constituições, era pessoa de grande influência e liderança, tendo sempre reivindicado melhorias para o Município, como água encanada, energia elétrica e infraestrutura.

O Sr. Joaquim Neves, como era carinhosamente conhecido, sempre lutou pelo bem-estar social do povo de Catuti, prestando, inclusive, serviços voluntários.

Por essas razões, entendemos que a homenagem que lhe está sendo feita por intermédio do projeto de lei em análise é justa e oportuna, demonstrando o reconhecimento da comunidade pelos serviços prestados.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.583/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2009.

Irani Barbosa, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.587/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar a denominação de Domingos Teixeira de Souza Chaves ao trecho da rodovia que liga os Municípios de Gameleiras e Catuti.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.587/2009 tem por escopo dar a denominação de Domingos Teixeira de Souza Chaves ao trecho da rodovia que liga os Municípios de Gameleiras e Catuti.

Natural do Município de Gameleiras, Domingos Teixeira de Souza Chaves prestou relevantes serviços em favor da população do norte mineiro. Homem simples, trabalhador, sempre pautou-se com rigor pela observância dos princípios da ética e da moral.

Portanto, a homenagem que lhe está sendo feita por intermédio do projeto de lei em análise é justa e oportuna, demonstrando o reconhecimento da população.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade identificar corretamente o trecho que se pretende denominar.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.587/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2009.

Irani Barbosa, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.672/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Recreativa Fubá Suado, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 29/8/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão, a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.672/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Recreativa Fubá Suado, com sede no Município de Contagem.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica e funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o art. 4º do estatuto constitutivo da instituição determina no § 2º que as atividades da diretoria e dos associados não serão remuneradas; e no § 3º que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a instituição congênera.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 3.672/2009.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Padre João, relator - Inácio Franco - Ronaldo Magalhães.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.696/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação do Bairro Jardim Panorama, com sede no Município de Alpinópolis.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 4/9/2009 e encaminhada às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão para exame preliminar dos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.696/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação do Bairro Jardim Panorama, com sede no Município de Alpinópolis.

Os requisitos para que as associações e fundações em funcionamento no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão elencados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade funciona há mais de um ano, tem personalidade jurídica e sua Diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o parágrafo único do art. 10 veda a remuneração dos cargos administrativos; e o art. 18 determina que, no caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá em benefício de sociedades filantrópicas.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.696/2009.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Padre João, relator - Inácio Franco - Ronaldo Magalhães.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.913/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Grupo 3ª Idade Bem Viver, com sede no Município de Cruzília.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 29/10/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.913/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Grupo 3ª Idade Bem Viver, com sede no Município de Cruzília.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição (ver alteração de 13/10/2009) determina no art. 31 que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênera, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou a entidade pública; e no inciso I do art. 35 dispõe que seus Diretores, sócios, Conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes não são remunerados.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.913/2009.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2009.

Chico Uejo, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Duarte Bechir - Domingos Sávio - Sebastião Costa.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.022/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Fábio Avelar, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Núcleo Comunitário dos Amigos de Rio Espera - NuCare -, com sede no Município de Rio Espera.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 20/11/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão, a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.022//2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Núcleo Comunitário dos Amigos de Rio Espera - NuCare -, com sede no Município de Rio Espera.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica e funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina no art. 28 que a entidade não remunera seus Diretores, nem distribui lucros, vantagens nem bonificação a seus dirigentes; e no art. 32 que, em caso de sua dissolução, os bens remanescentes serão destinados a instituição congênera, com personalidade jurídica, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 4.022/2009.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Padre João - Ronaldo Magalhães - Inácio Franco.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.031/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Capoeira Aché Minas Brasil, com sede no Município de Candeias.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 21/11/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.031/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Capoeira Aché Minas Brasil, com sede no Município de Candeias.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado seja declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua Diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina no parágrafo único do art. 27 que as atividades dos Diretores e Conselheiros, bem como dos associados, serão inteiramente gratuitas, e no art. 31 que, em caso de dissolução da entidade, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica e inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública semelhante.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.031/2009.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Padre João - Inácio Franco - Ronaldo Magalhães.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.138/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Jayro Lessa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo alterar a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, que altera a destinação prevista para os imóveis a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona, e dá nova redação à Ordem 126 de seu Anexo.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 27/3/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem agora a esta Comissão, à qual compete examiná-la preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos dos arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Em 7/4/2009, o projeto foi baixado em diligência à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, a fim de que se manifestasse sobre a alteração pretendida.

Atendida a solicitação, passamos à análise da proposição.

Fundamentação

A Lei nº 12.995, de 30/7/1998, autorizou o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão de imóveis constituídos por praças de esportes edificadas pelo Estado aos Municípios onde se situam, com a condição de serem utilizados como centros de prática de esporte, de lazer e de educação, conforme determina o parágrafo único do art. 1º. Em seu anexo, relaciona os beneficiários, indicando número de ordem, Município, endereço e utilização atual do bem. No item 126, o Município de Sete Lagoas recebeu a praça de esportes localizada na Praça Carmelo Mota.

A Lei nº 16.044, de 31/3/2006, alterou a redação do item correspondente à Ordem 126, possibilitando a utilização de 22.462,21m² para praça de esportes e 1.101,71m² para as instalações da Câmara Municipal.

Tendo em vista que a Câmara Municipal está sendo construída em outro terreno, os membros do Poder Legislativo desse Município pretendem destinar a área para a construção de um Centro de Atenção Psicossocial à Saúde Mental – Caps-II –, criando espaço para ampliar o acolhimento de pessoas com transtorno mental e para implementar as oficinas terapêuticas e de esportes.

Importante observar que a Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, por intermédio da Nota Técnica nº 382/2009, manifestou-se favoravelmente à nova destinação de parte da área do imóvel, uma vez que a proposta representa importante ganho para a população. Sugere, entretanto, a inserção de cláusula de reversibilidade do imóvel ao patrimônio do Estado, caso não seja dada esta destinação no prazo de cinco anos.

Observe-se que a proteção do interesse coletivo é princípio de observância obrigatória pela administração do Estado, pois no trato da coisa pública prepondera o que é conveniente para a coletividade; por isso, nas proposições em que esta Casa autoriza a alienação de bens estaduais, como determina o art. 18 da Constituição do Estado e o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a existência de tal salvaguarda encontra-se nas cláusulas de destinação e de reversão.

Como a modificação a ser implementada pela proposição está de acordo com a legislação vigente e atende ao interesse público, não há óbice à sua tramitação nesta Casa.

Entretanto, apresentamos o Substitutivo nº 1, com a finalidade de adequar o texto da proposição à técnica legislativa, além de acrescentar dispositivo que determina a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da data de publicação da nova lei, não lhe for dada a destinação prevista, como determina o § 1º do art. 17 da referida Lei nº 8.666.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.138/2009 na forma do seguinte Substitutivo nº 1.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a destinação de parte do imóvel de que trata a Ordem 126 do Anexo da Lei nº 12.995, de 30 de julho de 1998, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A área de 1.101,71m² (um mil cento e um vírgula setenta e um metros quadrados) do imóvel de que trata a Ordem 126 do Anexo da Lei nº 12.995, de 30 de julho de 1998, com a redação dada pela Lei nº 16.044, de 31 de março de 2006, passa a destinar-se à construção de um Centro de Atenção Psicossocial à Saúde Mental – Caps-II.

Parágrafo único – A área a que se refere este artigo reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da data de publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no "caput".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves, relator - Ronaldo Magalhães - Neider Moreira - Padre João.

parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.252/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o Projeto de Lei nº 3.252/2009 "dispõe sobre a criação do selo azul de controle e redução do consumo de água potável para os Municípios no âmbito do Estado de Minas Gerais".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 25/4/2009, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Minas e Energia.

Preliminarmente, vem o projeto a esta Comissão, para ser analisado quanto aos seus aspectos jurídicos, constitucionais e legais, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende estimular o controle do consumo de água em residências do Estado. Para tanto propõe a criação de um banco de dados estadual para armazenar informações e mapear o consumo de água potável por Município bem como uma integração dos sistemas de controle do consumo de água por residência nos Municípios onde o abastecimento é feito pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - ou pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto - Saaes.

Prevê, ainda, o projeto que o Município que reduzir o consumo de água potável receberão como benefício o selo azul de qualidade e eficiência pelo controle e pela redução do consumo de água, sendo reconhecidos como "Município amigo da natureza e da preservação da vida".

Por fim, o projeto determina que as medidas nele previstas ficarão por conta da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e os Conselhos Municipais do Meio Ambiente.

Primeiramente, cumpre salientar que é louvável a iniciativa parlamentar no sentido de estabelecer normas que busquem estimular o uso racional dos recursos hídricos e de esclarecer a população sobre a importância da sustentabilidade ambiental. Não se pode negar que a concessão ao Município de um "selo" que o caracterize como ente ligado à preservação da natureza possui uma conotação positiva, que destaca o seu comprometimento com questões ambientais, medida que estimula a sua atuação em prol do meio ambiente e ressalta a gestão administrativa do referido ente estatal.

Na busca de maior esclarecimento sobre as possibilidades de implementação das medidas previstas no projeto, foi aprovado por esta Comissão requerimento para que o projeto fosse baixado em diligência às Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - e de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru. A primeira Pasta manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto e recomendou que a Sedru também se manifestasse sobre a matéria. Em sua manifestação, a Sedru ressaltou o mérito da proposta contida no projeto de lei; todavia, fez a ressalva de que a "simples concessão de um selo que atesta a preocupação do Município com as questões do consumo da água, sem levar em conta as particularidades de cada região do Estado, não contribuirá para avançar na solução de problemas de infraestrutura de controle e abastecimento de água". Tal manifestação destaca a necessidade do estabelecimento de critérios objetivos, levando em consideração diferenças relativas às regiões do Estado.

No tocante às questões jurídicas sobre as quais cabe a esta Comissão se manifestar, salientamos que a matéria dispõe sobre a proteção ao meio ambiente e ao uso racional de recursos hídricos.

Quanto à preservação do meio ambiente, a Constituição Federal prevê, no inciso VI do art. 23, a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já no tocante à competência legislativa para dispor sobre o tema, o inciso VI do art. 24 do mesmo diploma

preceitua que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre conservação da natureza e dos recursos naturais e proteção do meio ambiente. Especialmente no tocante aos recursos hídricos, dispõe a Constituição Federal que a água é um bem de domínio público de uso comum que, nos termos dos arts. 20, inciso III, e 26, inciso I, pode ser considerado um bem da União ou dos Estados federados. A competência para legislar sobre águas é privativa da União, cabendo-lhe também a instituição de um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, nos termos dos arts. 22, IV, e 21, XIX, da Constituição Federal; todavia, é preciso considerar que, cada ente da federação poderá, em razão da sua competência material para o gerenciamento de recursos hídricos, estabelecer normas para atingir os fins preconizados pela Constituição da República. É o que nos ensina Barth, citado no texto de Ana Paula Marcante Soares "A Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e o Regime de Dominalidade": "(...) os Estados, ao legislarem sobre o gerenciamento das águas de seu domínio, não contrariam a disposição constitucional de exclusividade da União para legislar sobre águas, pois não estão criando direitos sobre águas, mas somente exercem o poder e, mais do que isso, o dever de zelar pela quantidade de seus recursos hídricos" (www.thropos.org.br/html/artigos/outorga/pdf).

Neste sentido, é preciso destacar que, no âmbito federal, a Lei nº 9.433, de 1997, entre outras disposições, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. No âmbito estadual, a Lei nº 13.199, de 1999, instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e dispõe, de forma bem abrangente, sobre a utilização, nas suas diversas formas, dos recursos hídricos do Estado. Em seu art. 4º, estabelece que o Estado assegurará, por intermédio do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH-MG -, os recursos financeiros e institucionais necessários ao atendimento do disposto na Constituição do Estado com relação à política e ao gerenciamento de recursos hídricos, especialmente para a conscientização da população sobre a necessidade da utilização múltipla e sustentável dos recursos hídricos e da sua proteção (inciso VIII). Ademais, em seus arts. 12 e 13, a lei institui um Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos, que tem como objetivos reunir, dar consistência e divulgar dados e informações sobre as situações qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos do Estado, bem como informações socioeconômicas relevantes para o seu gerenciamento e apoiar ações e atividades de gerenciamento de recursos hídricos no Estado.

A matéria em análise insere-se, assim, no campo de competência legislativa do Estado e não está incluída entre aquelas previstas no art. 66 da Constituição mineira, que impõe regras de iniciativa reservada. Entendemos, portanto, que não há óbice constitucional à sua tramitação nesta Casa. Vale ainda dizer que a proposta de lei em comento se coaduna com os objetivos traçados pela Política Estadual de Recursos Hídricos; todavia, impõem-se alterações na proposição, com vistas a afastar algumas impropriedades técnicas, redacionais e jurídicas.

Primeiramente, entendemos que os requisitos para se auferir a redução do consumo de água por Município devem ser estabelecidos por norma regulamentar a ser expedida por órgão técnico competente do Poder Executivo. Conforme se manifestou a Sedru, é necessária a observância de particularidades de cada região do Estado. Propomos, assim, que recebam o selo azul os Municípios que atendam aos requisitos previstos em decreto.

Neste ínterim, é preciso esclarecer que a concessão de um selo requer o acompanhamento constante do cumprimento dos requisitos estabelecidos para sua concessão que devem ser apurados dentro de um período determinado. Caso contrário, um Município que preencher os requisitos e receber o selo pode, em períodos seguintes, deixar de cumprir os requisitos legais para a sua percepção e continuar ostentando o selo azul. É preciso, assim, que o projeto determine que o selo seja concedido em período determinado. Optamos por deixar a definição da periodicidade para ser definida em regulamento.

Vale ainda ressaltar que a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social desta Casa, na análise do Projeto de Lei nº 3.588/2009, que visa a instituir o Selo Jovem, destinado a entidades que se destacarem na promoção de projetos voltados para a inserção do jovem na comunidade destacou a existência de alguns selos que se prestam ao papel de estimular condutas voltadas para áreas social e ambiental, entre eles, o selo Empresa Amiga da Criança, instituído pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às empresas que assumem compromissos em prol da criança e do adolescente. De iniciativa governamental, o selo Combustível Social é um componente de identificação concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares. Por sua vez, o Selo de Responsabilidade Empresarial do Governo de Minas identifica e reconhece empresas que investem no desenvolvimento econômico das regiões dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e de São Mateus e do Norte de Minas. Salientamos, por fim, a existência do selo Unicef Município Aprovado, concedido a Municípios que tenham alcançado melhoras significativas na qualidade de vida de crianças e adolescentes.

Ressaltou também a referida Comissão que é preciso deixar claro que os selos não têm um cunho meramente honorífico, como as medalhas, uma vez que requerem uma fiscalização constante da entidade concedente para apurar a manutenção da observância dos requisitos necessários à sua concessão.

Observamos, também, a necessidade de retirar da proposição dispositivos que estabelecem competências específicas para órgãos do Poder Executivo, uma vez que não cabe ao Poder Legislativo estabelecer quais as Secretarias de Estado executarão as medidas previstas no projeto. Tal norma consiste em violação ao princípio constitucional da independência dos Poderes, cabendo ao próprio Executivo a margem de discricionariedade necessária para essa definição.

Outro reparo a ser feito incide sobre o art. 5º do projeto, que deve ser suprimido, por conter disposição ociosa, ao estabelecer que as despesas decorrentes da nova lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente.

Outrossim, impõe-se a supressão do art. 6º, segundo o qual o Poder Executivo regulamentará o disposto na nova lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação. Neste ponto, é preciso dizer que não é dado ao Legislativo assinalar prazo para que o Executivo venha a regulamentar as leis, sob pena de violação do princípio da separação dos Poderes. Na verdade, a expedição de decreto regulamentar já é ato que se insere no domínio de atuação institucional do Poder Executivo, razão pela qual qualquer dispositivo alusivo à função regulamentadora daquele Poder apresenta-se como desnecessário e impróprio; daí, a necessidade de supressão do mencionado artigo.

As alterações propostas estão formalizadas no Substitutivo nº 1, redigido ao final deste parecer.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 3.252/2009 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a criação do Selo Azul de controle e redução do consumo de água potável pelos Municípios, no âmbito do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Estado manterá um sistema integrado de informações sobre o consumo de água potável por residência dos Municípios onde o abastecimento de água seja feito pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - ou pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto - Saaes - com o objetivo de mapear e estabelecer um controle do consumo de água por residência.

Art. 2º - Os Municípios que reduzirem o consumo de água potável, observados os critérios estabelecidos em regulamento, receberão como benefício o Selo Azul de qualidade e eficiência pelo controle e pela redução do consumo de água potável e o reconhecimento como Município amigo da natureza e da preservação da vida.

§ 1º - O Estado realizará, por meio dos órgãos competentes, ampla divulgação do Selo Azul por meio dos meios de comunicação estaduais;

§ 2º - Regulamento do Poder Executivo estabelecerá os requisitos para concessão, a periodicidade, as normas de uso e os casos de revogação do Selo Azul, observadas as particularidades de cada região do Estado."

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Padre João, relator - Delvito Alves - Ronaldo Magalhães - Neider Moreira.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.855/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe "altera a Lei nº 15.975, de 12 de janeiro de 2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC".

A proposição origina-se do Projeto de Lei nº 3.481/2009, de mesma autoria, o qual foi desmembrado por esta Comissão, com o fito de preservar a unidade do objeto, conforme preceitua a técnica legislativa.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 10/10/2009, foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe promove alterações na Lei nº 15.975, de 2006, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Cultura - FEC -, para adequá-la à Lei Complementar nº 91, de 2006, que trata da instituição, da gestão e da extinção de fundos estaduais.

A matéria em questão insere-se no domínio de competência legislativa estadual, conforme o disposto no inciso I do art. 24 da Constituição da República, que estabelece competência concorrente para legislar sobre direito financeiro.

No que concerne à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, nada impede a tramitação da proposta nesta Casa.

Feitas essas ponderações, passamos a examinar o projeto nos lindes de nossa competência.

O projeto de lei em tela pretende alterar os arts. 2º, 4º, 5º, 7º, 8º e 11 da Lei nº 15.975, de 2006, conforme veremos a seguir.

A primeira alteração pretendida se refere ao art. 2º da lei de criação do Fundo Estadual de Cultura - FEC - e dispõe sobre o prazo para a concessão de financiamento ou liberação de recursos. De acordo com a modificação, o prazo máximo para contratação de financiamento passa a ser de 12 anos, podendo ser prorrogado por ato do Poder Executivo, por uma única vez, pelo período máximo de 4 anos, baseado na avaliação de seu desempenho. Correta é a alteração, uma vez que está em conformidade com o art. 4º, inciso III, e o art. 18, § 2º, da Lei Complementar nº 91, de 2006.

Apesar de o "caput" do art. 3º não constar nas alterações pretendidas pelo projeto de lei, sugerimos a exclusão da expressão "de natureza artística ou cultural", no intuito de ampliar o rol dos beneficiários, permitindo que qualquer pessoa, física ou jurídica, que desenvolva projetos relacionados com a matéria e atenda aos demais requisitos estabelecidos em lei apresente projetos de caráter artístico e cultural que possam obter recursos do fundo.

A redação proposta para o inciso I do art. 4º da mencionada lei visa a modificar o percentual de uma das fontes de recursos do FEC, o que está de acordo com o art. 4º, inciso IV, da citada lei complementar.

Ainda em relação ao mesmo artigo, propõe-se a revogação de seus dois parágrafos e o acréscimo de um parágrafo único, segundo o qual o superávit financeiro do FEC, apurado ao término de cada exercício fiscal, será mantido em seu patrimônio e poderá ser utilizado nos exercícios seguintes, sendo facultada a sua transferência, consoante o art. 15, "caput", da lei complementar mencionada. Propomos, no entanto, alteração dos dispositivos citados e o acréscimo do § 3º, de forma que os recursos do fundo de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 15.975, de 2006, sejam destinados não apenas a financiamentos reembolsáveis, mas também a financiamentos não reembolsáveis, de conformidade com a função do fundo de incentivo à cultura.

O art. 5º estabelece as funções a serem desempenhadas pelo FEC, segundo o disposto nos arts. 3º e 4º, inciso I, da lei geral dos fundos.

Ainda no que tange ao art. 5º, cumpre ressaltar que, em obediência ao art. 4º, inciso III, da Lei Complementar nº 91, haveria de figurar, no

projeto em comento, o prazo de duração do fundo. Como o projeto é silente neste ponto, pode-se concluir que o prazo de vigência do fundo é indeterminado, o que é autorizado pelo art. 5º, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 91. Assim, dada a ausência de referência expressa ao prazo de duração do fundo no projeto de lei em comento, procedemos à alteração do "caput" do art. 5º, conferindo clareza e precisão ao texto legal.

Embora o § 3º do art. 6º também não conste nas alterações pretendidas pelo projeto de lei, sugerimos alteração visando apenas a explicitar a forma segundo a qual se dará a menção ao apoio dado pelo fundo ao projeto, distinguindo patrocínio de apoio e estabelecendo a exigência da logomarca do fundo no material de divulgação do projeto.

Já o art. 7º estabelece que o órgão gestor e agente executor do fundo é a Secretaria de Estado de Cultura, de acordo com o art. 6º, §§ 1º e 2º, da lei geral dos fundos. O mesmo dispositivo também estabelece as atribuições dos administradores do fundo, em conformidade com os arts. 8º e 9º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 91.

Consoante as alterações propostas, o art. 7º é acrescido de um parágrafo, passando a contar dois parágrafos. O § 1º passa a abarcar o conteúdo do parágrafo único da lei de criação do FEC, sem alterações. Por sua vez, o § 2º limita as competências do agente executor - definidas no § 2º do art. 9º da citada lei complementar - à função programática do fundo, o que se encontra de acordo com o art. 9º, § 2º, da mesma lei complementar.

O art. 8º, "caput", prevê que o agente financeiro, exclusivamente para a função de financiamento, é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG -, que atuará como mandatário do Estado de Minas Gerais para a contratação dos financiamentos e a cobrança dos créditos concedidos em todas as instâncias, o que está conforme o art. 6º, § 3º, e o art. 10, inciso II, alínea "b", da lei geral dos fundos. Quanto aos parágrafos, o § 1º dispõe sobre as competências do agente financeiro, objetivando compatibilizar o seu conteúdo à alteração proposta para o art. 8º, ou seja, as competências do agente financeiro ficam restritas à função de financiamento do fundo.

O § 3º, por seu turno, prevê que o BDMG, na condição de agente financeiro do FEC, fará jus a tarifa de abertura de crédito e comissão, incluída na taxa de juros de que trata a alínea "c" do inciso II do art. 6º da lei de criação do fundo, segundo o art. 12 da Lei Complementar nº 91.

Por fim, é proposta a modificação da redação do § 3º do art. 11, de modo a prever que as competências do grupo coordenador são as estabelecidas no inciso IV do art. 9º da lei geral dos fundos.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 3.855/2009 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 15.975, de 12 de janeiro de 2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 11 da Lei nº 15.975, de 12 de janeiro de 2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC -, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º - O prazo para a concessão de financiamentos ou a liberação de recursos do FEC será de doze anos contados da data da publicação desta lei, podendo ser prorrogado por ato do Poder Executivo uma única vez, pelo período máximo de quatro anos, com base na avaliação de desempenho do fundo.

Art. 3º - Poderão ser beneficiárias de operações com recursos do FEC pessoas jurídicas de direito privado e entidades de direito público as quais promovam projetos que atendam aos seguintes requisitos:

(...)

Art. 4º - (...)

I - 4% (quatro por cento) do total dos recursos resultantes de retornos de financiamentos concedidos pelo Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais - Fundese -, incluído principal e encargos, já deduzida a comissão do agente financeiro, que serão orçados no fundo como recursos diretamente arrecadados;

(...)

§ 1º - Os recursos definidos no inciso I deste artigo serão aplicados na proporção de 50% (cinquenta por cento) na modalidade de financiamento reembolsável e 50% (cinquenta por cento) na modalidade não reembolsável, nos termos do art. 5º desta lei.

§ 2º - O superávit financeiro do FEC, apurado ao término de cada exercício fiscal, será mantido em seu patrimônio, ficando autorizada sua utilização nos exercícios seguintes na proporção estabelecida no § 1º.

§ 3º - Fica facultada a transferência da parcela referente ao financiamento reembolsável de que trata o § 2º na forma prevista no art. 15 da Lei Complementar nº 91, de 19 de janeiro de 2006.

Art. 5º - O FEC, de duração indeterminada, exercerá as seguintes funções, nos termos dos incisos I e III do art. 3º da Lei Complementar nº 91, de 2006:

I - programática, consistente na liberação de recursos não reembolsáveis para entidade de direito público ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, neste caso conforme normas previstas em regulamento, para pagamento de despesas de consultoria ou reembolso de custos de empreendimentos, programas, projetos ou ações de natureza artística ou cultural, aplicando-se, no que couber, a legislação em vigor

sobre as licitações públicas;

II - de financiamento, cujos recursos serão destinados à realização de investimentos fixos e mistos, inclusive aquisição de equipamentos, relativos a projetos de comprovada viabilidade técnica, social, cultural, econômica e financeira e à elaboração de projetos que visem à criação, à produção, à preservação e à divulgação de bens e manifestações culturais no Estado.

Art. 6º - (...)

§ 3º - No material de divulgação do projeto, constará menção ao apoio ou ao patrocínio do FEC, de acordo com a função aprovada, assim como a utilização do conjunto de logomarcas.

(...)

Art. 7º - O órgão gestor e o agente executor do FEC é a Secretaria de Estado de Cultura - SEC -, à qual compete, além das atribuições especificadas no art. 8º, inciso I, e no art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 91, de 2006:

(...)

VI - deliberar sobre operações com recursos não reembolsáveis e efetivar a contratação, quando for o caso;

(...)

§ 1º - Fica a SEC autorizada a constituir, na forma de regulamento, câmaras setoriais paritárias, integradas por representantes de entidades a ela vinculadas, de outras entidades públicas ou de entidades da sociedade civil ligadas à cultura, para participar dos processos de análise e de seleção dos projetos inscritos nos termos dos editais.

§ 2º - As competências do agente executor, definidas no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 91, de 2006, no âmbito do FEC, limitam-se à função programática definida no inciso I do art. 5º.

Art. 8º - O agente financeiro do FEC, exclusivamente para a função de financiamento definida no inciso II do art. 5º, é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG -, que atuará como mandatário do Estado de Minas Gerais para a contratação dos financiamentos e a cobrança dos créditos concedidos em todas as instâncias.

§ 1º - Compete ao agente financeiro, além das atribuições definidas no art. 8º e no inciso III do art. 9º da Lei Complementar nº 91, de 2006, e em regulamento:

(...)

III - contratar as operações aprovadas e liberar os recursos correspondentes;

(...)

V - determinar e proceder, quando for o caso, a cancelamento de contrato e a exigibilidade de dívida ou devolução de recursos já liberados, observados os procedimentos definidos em regulamento;

(...)

§ 3º - O BDMG, na condição de agente financeiro do FEC, fará jus a tarifa de abertura de crédito, equivalente a 1% (um por cento) do valor do financiamento, descontada da parcela única ou da primeira parcela a ser liberada, e a comissão de 3% a.a. (três por cento ao ano), incluída na taxa de juros de que trata a alínea "c" do inciso II do art. 6º.

(...)

Art. 11 - (...)

§ 3º - As atribuições e competências do grupo coordenador são aquelas estabelecidas no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 91, de 2006, além de outras definidas em regulamento."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2009.

Chico Uejo, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Duarte Bechir - Domingos Sávio - Sebastião Costa.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.889/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o Projeto de Lei nº 3.889/2009 "dispõe sobre a implantação do selo Amigo do Idoso, destinado às entidades que atendem idosos nas modalidades asilar e não asilar e dá outras providências".

Publicada no "Diário do Legislativo" de 22/10/2009, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Preliminarmente, vem a matéria a esta Comissão para receber parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em epígrafe visa a instituir o selo Amigo do Idoso, destinado às instituições que cuidam de idosos.

Cumpra esclarecer, inicialmente, que, segundo o art. 2º da proposição, "o selo Amigo do Idoso destina-se a avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas entidades que atendem idosos (...)". Pretende o parlamentar que os serviços oferecidos aos idosos no Estado sejam certificados por meio da concessão de um selo, que denominou Amigo do Idoso. Sabe-se que a palavra "selo" é utilizada, normalmente, para certificar que um produto ou serviço atende a um determinado padrão de qualidade e, assim, é adequada aos propósitos da proposição em tela.

É importante dizer que nosso ordenamento jurídico contempla uma série de disposições voltadas para o atendimento dos chamados hipossuficientes, entre eles os idosos. O art. 230 da Carta Maior prescreve que o Estado, em ação conjunta com a família e a sociedade, tem o dever de ampará-los. Nesse dispositivo, a palavra "Estado" abrange os quatro entes da Federação: a União, o Distrito Federal, os Estados membros e os Municípios. Assim, trata-se de competência comum dos entes políticos nacionais. Consoante o ensinamento do Prof. Raul Machado Horta, "a competência comum opera a listagem de obrigações e deveres indeclináveis do Poder Público".

Por sua vez, a Constituição mineira, no art. 225, prescreve como dever do Estado a promoção de condições que assegurem a dignidade e o bem-estar dos idosos. No dispositivo subsequente, estabelece prazo até 15/3/93 para a instituição do Conselho Estadual do Idoso, o que, cumpre ressaltar, só ocorreu em 1999, com a edição da Lei nº 13.176, que criou o citado Conselho. Antes, porém, em 1997, fora editada a Lei nº 12.666, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências. No âmbito federal, inserida também no rol das medidas estatais relevantes para a formulação de políticas públicas nessa seara, temos o Conselho Nacional do Idoso, criado por meio da Lei Federal nº 8.842, de 4/1/94.

Feito o histórico legislativo sobre a matéria, ressaltamos que as políticas voltadas para a área – seja a federal, seja a estadual – são pautadas por uma atuação centrada no Estado como principal ente responsável pela proteção do idoso. Por outro lado, a proposição em análise reconhece o papel de outras entidades na promoção do bem-estar do idoso, distinguindo-as e incentivando-as, por meio da concessão do selo.

Assim, não há dúvida de que a proposição reforça a idéia de que todos, órgãos e entidades estaduais bem como a sociedade civil, devem atuar em prol da proteção dos idosos, de acordo com os expressos mandamentos constitucionais. Não podemos, entretanto, ignorar que o sucesso da proposição em exame, isto é, a eficácia da lei eventualmente dela originária, exigirá o concurso da vontade do Executivo, que detém competência privativa para as providências indispensáveis ao sucesso da medida. Nada impede, no entanto, que as linhas mestras que deverão orientar o trabalho da administração nessa seara sejam estabelecidas pelo Legislativo.

Nesse aspecto, é preciso dizer que o projeto em análise, em seu art. 4º, impõe ao Poder Executivo que mantenha, no âmbito das unidades regionais da Secretaria de Estado de Saúde, equipes permanentes para avaliação das entidades, as quais serão compostas por, no mínimo, um médico geriatra, um psicólogo e um assistente.

Note-se que o art. 90, inciso II, da Carta Estadual estabelece que cabe ao Governador do Estado, auxiliado por seus Secretários, exercer a direção superior do Poder Executivo. Entre essas atribuições, compete ao Chefe do Executivo avaliar a conveniência e a oportunidade da criação de órgão ou entidade assim como sua organização e estrutura. Para tanto, deve ter em conta as prioridades políticas, os fatores técnicos, o planejamento administrativo estabelecido para a área e os interesses da comunidade.

Assim, é de ressaltar que a organização de órgão na administração pública direta ou indireta envolve matéria compreendida no campo de responsabilidades inerentes à função administrativa, e seu exercício pressupõe a competência do Chefe do Poder Executivo para, em caráter privativo, deflagrar o respectivo processo legislativo. São de iniciativa do Governador do Estado as leis que cuidam da criação, estruturação e organização de órgãos ou entidades da administração direta do Estado, nos termos do art. 66, inciso III, alíneas "e" e "f", da Carta mineira. Portanto, a proposição em tela usurpa competência legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo para iniciar o processo legislativo referente à matéria em questão.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não destoa do entendimento anteriormente esposado:

"Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei do Estado de São Paulo. Criação de Conselho Estadual de Controle e Fiscalização do Sangue – Cofisan –, órgão auxiliar da Secretaria de Estado da Saúde. Lei de iniciativa parlamentar. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade reconhecida. I – Projeto de lei que visa a criação e estruturação de órgão da administração pública: iniciativa do Chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, 'e', CR/88). Princípio da simetria. II – Precedentes do STF. III – Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei estadual paulista 9.080/95. ADI 1275 / SP - São Paulo; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Relator(a): Min. Ricardo Lewandowsky; Julgamento: 16/05/2007; Órgão Julgador: Tribunal Pleno".

Destarte, por pretender organizar e estruturar um órgão administrativo do Poder Executivo, a proposição em análise não poderia prosperar nesta Casa.

Saliente-se que o Decreto nº 43.613, de 25/9/2003, que dispõe sobre a composição de conselhos de políticas públicas do Estado, em seu art. 11, estabelece a composição do Conselho Estadual do Idoso. Tem-se de dizer que a composição prevista no citado instrumento regulamentar é bastante diversificada e contempla várias Secretarias de Estado, entidades não governamentais e profissionais de diversas áreas e da sociedade civil, tais como profissionais que atuam na área de gerontologia (que estuda os fenômenos fisiológicos, psicológicos e sociais relacionados ao envelhecimento do ser humano) e geriatria bem como instituições que prestam atendimento ao idoso, entre outros. Reputamos que o citado Conselho seria, dada sua constituição diversificada, o órgão estadual mais apto a conceder o selo em questão. Entretanto, não podemos indicá-lo no texto legal sem incorrer no vício de iniciativa a que nos referimos anteriormente.

Ainda reputamos oportuno mencionar que a instituição do selo Amigo do Idoso deve ser feita no âmbito da política estadual de amparo ao idoso, por meio de alteração da Lei nº 12.666, de 1997, cabendo ao Executivo definir o órgão estatal competente para sua concessão. Assim, fica assegurada a observância das diretrizes e prioridades dessa política, figurando o selo Amigo do Idoso como um instrumento de que o Estado poderá valer-se para o alcance dos objetivos nela previstos.

Pondera-se, também, que não se coaduna com a boa técnica legislativa a exemplificação das entidades que estarão aptas a receber o selo, tal como figura no art. 2º da proposição em epígrafe, pois, segundo dispõe a alínea "a" do inciso I do art. 9º da Lei Complementar nº 78, de

9/7/2004, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do Estado, na redação dos textos legais, devem ser evitadas "construções explicativas, justificativas ou exemplificativas".

Por todo o exposto, entendemos pertinente a apresentação, ao final deste parecer, do Substitutivo nº 1 ao projeto em epígrafe.

Conclusão

Em vista dos argumentos apresentados, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei 3.889/2009 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que institui a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

"Art. 5º-A – O Estado, por meio do órgão competente, certificará, anualmente, com o selo Amigo do Idoso as instituições que se destacarem pela qualidade dos serviços prestados no atendimento a idosos nas modalidades asilar e não asilar.

Parágrafo único – Os critérios relativos à certificação e à aferição de que trata o 'caput' serão estabelecidos em regulamento."

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2009.

Chico Uejo, Presidente - Sebastião Costa, relator - Domingos Sávio - Duarte Bechir.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 3.928/2009

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria desta Comissão, o projeto de resolução em tela tem por objetivo aprovar de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica.

Nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 1993, que disciplina a tramitação da matéria, coube à Comissão de Constituição e Justiça apreciar preliminarmente o projeto, concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Dando prosseguimento à tramitação, cumpre a este órgão colegiado emitir parecer sobre o assunto, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 188, combinado com o art. 102, IX, "e", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 3.928/2009 trata de conceder aprovação prévia para a alienação de 11 glebas de terras devolutas rurais, situadas nos Municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, todas com área entre 100 e 250ha.

Em atendimento ao que dispõe o § 6º do art. 247 da Constituição do Estado, as alienações de tais imóveis, cujos processos foram instruídos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – Iter-MG –, serão realizadas mediante compra preferencial, em que o legítimo posseiro tem prioridade para adquirir o bem, de acordo com o preço previamente fixado por esse órgão, conforme determina o art. 12 da Lei nº 11.020, de 1993.

De acordo com os documentos enviados a esta Casa, os requerentes mantêm a posse pacífica dos imóveis há mais de cinco anos, tornaram a terra economicamente produtiva, uma vez que utilizam mais de 30% da área aproveitável para a agricultura ou de 40% para as atividades de agricultura e pecuária, além de terem vínculos pessoais com o local, pois residem no Município onde se localiza a gleba ou na vizinhança.

A legitimação de terra devoluta que se pretende aprovar com o projeto de resolução em análise reflete a preocupação dos dirigentes estaduais de fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar, promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo, no intuito de efetivar o desenvolvimento rural.

Diante desses esclarecimentos, constituem justa medida as concessões de domínios previstas na proposição em tela a quem de fato participou ativamente e de forma produtiva na ocupação do território mineiro.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, no 1º turno.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Chico Uejo.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 4.032/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Jayro Lessa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo reconhecer o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 21/11/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Vem agora a esta Comissão, a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.032/2009 tem por finalidade reconhecer o relevante interesse coletivo, a importância social de suas obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. Ressalta ainda que a declaração de utilidade pública de cada Apac, como entidade autônoma e dotada de personalidade jurídica própria, se fará por lei específica, na forma da Lei nº 12.972, de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública.

No que se refere à competência normativa, as matérias de interesse nacional, que só podem ser reguladas pela União, estão mencionadas no art. 22 da Constituição da República. Aquelas que cabem ao Município, por sua vez, estão previstas no art. 30, que lhe assegura a prerrogativa de editar normas sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual. Para o Estado, a regra básica está consagrada no § 1º do art. 25, que lhe faculta tratar das matérias que não se enquadram no campo privativo da União nem do Município.

À luz dos dispositivos mencionados, o reconhecimento da relevância social de entidade privada não constitui assunto de competência privativa da União nem do Município, podendo ser objeto de disciplina jurídica por parte do Estado.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 4.032/2009.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Padre João - Inácio Franco - Ronaldo Magalhães.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Resolução Nº 2.473/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De iniciativa desta Comissão, a proposição em epígrafe tem por finalidade aprovar, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica.

O projeto foi aprovado no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, e agora retorna a esta Comissão, a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, IX, do Regimento Interno.

Em cumprimento ao disposto no § 1º do referido art. 189, a redação do vencido faz parte deste parecer.

Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 2.473/2008 na forma aprovada em Plenário tem por finalidade, em obediência ao inciso XXXIV do art. 62 e ao § 6º do art. 247 da Constituição do Estado, aprovar a alienação de 11 glebas de terras devolutas situadas nos Municípios de Araçuaí, Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, todas com área entre 100ha e 250ha. As transferências de domínio serão realizadas na modalidade de compra preferencial.

Cabe ressaltar que a concessão ou alienação de terras devolutas, assim consideradas aquelas que não se encontram no domínio particular, por título legítimo, nem constituem próprios da União, dos Estados ou dos Municípios, têm como finalidade promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo.

Tal medida faz parte da política adotada pelo constituinte mineiro para a área rural, prevista no art. 247 da Constituição Estadual, tendo em vista assegurar o domínio dessas glebas a quem, de fato, possui vínculos com a terra, tendo tornado produtiva parte do território mineiro.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.473/2008, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Chico Uejo, relator - Antônio Carlos Arantes.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.473/2008

(Redação do Vencido)

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Ficam aprovadas, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas especificadas no Anexo desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº , de de de 2009.)

Nº	Requerente	Denominação	Município	Área(ha)
1	Algemiro Ferreira Prates	Fazenda Água Boa I	Rio Pardo de Minas	151,1341
2	Espólio de Rosa Guilhermina de Jesus	Fazenda Muzelo	Rio Pardo de Minas	142,7350
3	Espólios de Gil Pereira de Souza e outra	Gravatá/Fazenda Curral Novo	Araçuaí	112,7489
4	Geraldo José dos Santos	Fazenda Aidópolis	Rio Pardo de Minas	151,7407
5	Joana Oliveira Cunha	Fazenda Vargem Grande	Rio Pardo de Minas	112,1255
6	João Francisco Barbosa	Fazenda Estribeira	Rio Pardo de Minas	113,6556
7	José Pereira de Freitas	Fazenda São Gonçalo	Rio Pardo de Minas	148,3456
8	José Roberto David de Souza	Fazenda Togó/Contendas	Vargem Grande do Rio Pardo	138,0052
9	Maria Aparecida Gonçalves e outra	Fazenda Currais	Rio Pardo de Minas	133,2709
10	Rita Alves do Nascimento de Sousa	Fazenda Ilha da Cancela	Rio Pardo de Minas	107,6384
11	Rute Morais Cordeiro de Sousa	Fazenda Ribeirão - Maracaia	Montezuma	210,6969

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Resolução Nº 2.597/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De iniciativa desta Comissão, a proposição em epígrafe tem por finalidade aprovar, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica.

O projeto foi aprovado no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, e agora retorna a esta Comissão, a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, IX, do Regimento Interno.

Em cumprimento ao disposto no § 1º do referido art. 189, a redação do vencido faz parte deste parecer.

Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 2.597/2008 na forma aprovada em Plenário tem por finalidade, em obediência ao inciso XXXIV do art. 62 e ao § 6º do art. 247 da Constituição do Estado, aprovar a alienação de duas glebas de terras devolutas situadas nos Municípios de Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, ambas com área entre 100ha e 250ha. As transferências de domínio serão realizadas na modalidade de compra preferencial.

Cabe ressaltar que a concessão ou a alienação de terras devolutas, assim consideradas aquelas que não se encontram no domínio particular, por título legítimo, nem constituem próprios da União, dos Estados ou dos Municípios, têm como finalidade promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo.

Tal medida faz parte da política adotada pelo constituinte mineiro para a área rural, prevista no art. 247 da Constituição Estadual, tendo em vista assegurar o domínio dessas glebas a quem, de fato, possui vínculos com a terra, tendo tornado produtiva parte do território mineiro.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.597/2008, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Chico Uejo.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.597/2008

(Redação do Vencido)

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas especificadas no Anexo desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº , de de de 2009)

Nº	Requerente	Denominação	Município	Área(ha)
1	Francisco de Oliveira	Fazenda Atoleiro	Vargem Grande do Rio Pardo	141,5773
2	Joaquim de Sá	Fazenda Jambreiro	Rio Pardo de Minas	130,8496

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Resolução Nº 2.910/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De iniciativa desta Comissão, a proposição em epígrafe tem por finalidade aprovar, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica.

O projeto foi aprovado no 1º turno e agora retorna a esta Comissão, a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, IX, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 2.910/2008 tem por finalidade, em obediência ao inciso XXXIV do art. 62 e ao § 6º do art. 247 da Constituição do Estado, aprovar a alienação de oito glebas de terras devolutas situadas nos Municípios de Montezuma e Rio Pardo de Minas, todas com área entre 100ha e 250ha. As transferências de domínio serão realizadas na modalidade de compra preferencial.

Cabe ressaltar que a concessão ou a alienação de terras devolutas, assim consideradas aquelas que não se encontram no domínio particular, por título legítimo, nem constituem próprios da União, dos Estados ou dos Municípios, têm como finalidade promover o bem-estar do homem que vive do trabalho da terra e fixá-lo no campo.

Tal medida faz parte da política adotada pelo constituinte mineiro para a área rural, prevista no art. 247 da Constituição Estadual, tendo em vista assegurar o domínio dessas glebas a quem, de fato, possui vínculos com a terra, tendo tornado produtiva parte do território mineiro.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.910/2008, no 2º turno.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Chico Uejo, relator - Antônio Carlos Arantes.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso ao Sr. Antonio Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado, pelo recebimento da Medalha do Mérito Legislativo (Requerimento nº 5.000/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com o Sr. Aécio Neves da Cunha, Governador do Estado, por ter sido agraciado com a Medalha do Mérito da República Marechal da Fonseca, em Maceió (Requerimento nº 5.036/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República, por ter sido agraciado com a Medalha Juscelino Kubitschek (Requerimento nº 5.037/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Associação Wilson de Souza Lopes pelos 16 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.055/2009, do Deputado Wander Borges);

de aplauso aos Vereadores Edinho Ribeiro, João Oscar, Reinaldo Preto do Sacolão e João Vítor Xavier pelo lançamento, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, da Frente Parlamentar em Defesa da Promoção da Igualdade Racial (Requerimento nº 5.057/2009, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a Associação dos Terapeutas Ocupacionais de Minas Gerais pelo 40º aniversário de regulamentação da profissão (Requerimento nº 5.083/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Associação Médica Homeopática de Minas Gerais pelo Dia da Homeopatia (Requerimento nº 5.086/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com a Associação Médica Homeopática Brasileira pelo Dia da Homeopatia (Requerimento nº 5.087/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com a Associação Médica Homeopática Brasileira pelos 30 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.088/2009, do Deputado Ruy Muniz).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

109ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 26/11/2009

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, quero saudar todos e dizer que estou muito feliz porque estamos concluindo um estudo que já vem sendo feito há mais de dois anos, no que diz respeito à cobrança pelas empresas de telefonia da tarifa básica que é cobrada todo mês. Isso é um verdadeiro absurdo, já que fere frontalmente o Código de Defesa do Consumidor. Hoje está sendo cobrada uma tarifa de cerca de R\$44,00 pela assinatura básica. Por isso acabamos de protocolar um projeto de lei nesta Casa, nos moldes do que foi apresentado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que, aliás, foi aprovado. Quando esse projeto tramitou na Assembleia de Minas, na Comissão de Constituição e Justiça, naquele momento a Comissão julgou-o inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal jogou essa responsabilidade para os Estados, ou seja, enviou o problema para eles resolverem. O Supremo, que é a Corte máxima do nosso país, da Justiça, jogou essa responsabilidade para que cada Estado defina a cobrança da assinatura. Essa decisão abrangeu não apenas o telefone fixo e residencial, mas também a assinatura básica para telefones de conta residencial e comercial. Isso se dá porque o cidadão paga por aquilo que não utiliza, e o Código de Defesa do Consumidor é bem claro ao dizer que só se pode pagar por um serviço efetivamente prestado, ou seja, pelo número de minutos que o cidadão utilizar. Aliás, foi o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso que teve essa brilhante ideia de cobrar pela assinatura, com a justificativa de que essa cobrança seria para fazer a expansão das redes de telefonia. A expansão foi feita e hoje existem mais de 50 milhões de linhas, só de telefones residenciais, e desses apenas 40 milhões são utilizadas. Assim sendo, existe um saldo de 10 milhões de linhas ociosas, ou seja, não há mais a necessidade de se fazer expansão de rede. Com isso, acabou a justificativa para essa cobrança. O mesmo ocorre com os telefones celulares, porque as pessoas que têm conta também são obrigadas a pagar.

Isso posto, apresentamos esse projeto justamente para acabar com essa cobrança mensal da telefonia, e ainda vamos fazer um grande movimento. Não vamos ficar apenas no projeto que apresentamos. Faz dois anos que já estamos fazendo estudos técnicos e levantamentos e agora vamos ingressar com dezenas de ações na Justiça, nos Juizados de Pequenas Causas, em todo o interior do Estado de Minas Gerais e aqui em Belo Horizonte, na Região Metropolitana. Também vamos continuar com as caravanas, como fizemos na questão da Cemig, em que conseguimos, no ano passado, a primeira redução da história de 17% na conta de luz. Aliás, a tarifa da Cemig é uma das mais caras não só do Brasil, mas também do mundo inteiro. E, agora, estamos brigando para que a Cemig devolva o dinheiro que o cidadão pagou a mais na conta de luz.

Também fizemos a caravana da Copasa, uma caravana muito bonita, que contagiou o Estado inteiro. Pela primeira vez na história, neste ano não houve aumento na conta de água, porque não permitimos que isso acontecesse. Fizemos várias representações no Ministério Público e impedimos o aumento do valor da água da Copasa na Justiça. O governo foi pressionado a criar uma agência, tanto é que existe um projeto em tramitação que cria o Crédito Suplementar para essa agência. Da mesma maneira que conseguimos a redução na conta de luz, impedimos o aumento do valor da água da Copasa. A água é muito cara e é bem público essencial à vida. Também conseguimos acabar com a taxa de incêndio que o governo queria cobrar de todas as residências e impedir a cobrança da taxa para chamar a polícia. Se alguém chamasse um policial e ele fosse a pé, deveria pagar um valor; se fosse de carro, pagaria um valor maior ainda. Temos muita esperança de acabar também com a tarifa da telefonia que é cobrada todo mês. As empresas de telefonia no nosso país ganham muito, o que é uma grande injustiça. Temos dados, levantamentos e documentos - provamos isso - que mostram que as empresas que exploram o serviço no Brasil oferecem uma qualidade baixíssima e cobram um valor absurdo, um valor muito alto. Se compararmos os serviços prestados pela mesma empresa nos países desenvolvidos, perceberemos que a qualidade e o atendimento ao consumidor são muito melhores e o preço da tarifa, do minuto é muito mais baixo. Entretanto, aqui no Brasil não há qualidade, o tratamento dado ao consumidor é péssimo e o valor cobrado, tanto do telefone residencial como do celular, é muito alto. Há uma grande exploração pelas companhias de telefonia.

Com o mesmo empenho com que acabamos com a taxa de incêndio e com a taxa para chamar a polícia, com o mesmo empenho com que

conseguimos, pela primeira vez em 56 anos, uma redução da tarifa de energia da Cemig, com o mesmo empenho com que conseguimos impedir o aumento do valor da conta de água no nosso Estado, faremos uma grande campanha para mobilizar toda a população de Minas Gerais e acabar com essa tarifa absurda e injusta, que é a tarifa cobrada todo mês pela assinatura. Isso é ilegal! O consumidor não pode pagar por aquilo que não consome.

Como eu disse, a Assembleia de São Paulo já derrubou, nessa quarta-feira, o veto que proíbe a cobrança da assinatura mensal decorrente de serviços de telefonia fixa e móvel. O texto do projeto também prevê a aplicação de multa às concessionárias que desrespeitarem a lei. Essa multa chegará a 10 vezes o valor indevidamente cobrado de cada usuário. Apresentamos um projeto semelhante a esse aqui na Assembleia.

Quero chamar a atenção novamente - falarei quantas vezes forem necessárias -, para a questão dos altos valores das tarifas de telefone em nosso país. O valor que as companhias de telefone cobram dos consumidores em nosso país é um roubo legalizado. Não podemos permitir isso. Chegou a hora de a Assembleia colocar o dedo na ferida e defender os consumidores. Não há justificativa de inconstitucionalidade, porque o Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do nosso país, jogou essa decisão para os Estados; hoje a responsabilidade de definir é dos Estados. Por isso apresentamos o projeto e deflagraremos uma grande campanha em todo o Estado. Da mesma maneira como foi feita a campanha da Cemig e da Copasa, também estamos brigando em relação aos altos valores do transporte intermunicipal, visto que é mais caro viajar dentro de Minas do que para fora do Estado. E aqui não se respeita o Estatuto do Idoso. Também faremos outra campanha agora no final do ano: estamos apresentando documentações em relação à questão do IPVA. A redução no ano que vem precisa ser acima de 10%. Estamos cobrando isso do governo.

Já obtivemos muitas vitórias e estamos realmente com muita esperança de acabar com a cobrança da assinatura da telefonia fixa e móvel. Não podemos nos omitir quanto a essa questão. Como disse, intensificaremos a campanha para reduzir o preço da assinatura básica do telefone, e, se possível, acabaremos de vez com essa assinatura. Desde o processo de privatização da telefonia no Brasil, os consumidores mineiros vêm sendo punidos com aumentos excessivos e injustos da assinatura básica. Antes da privatização, em 1998, a assinatura mensal era de R\$10,00. Hoje o consumidor paga, em média, mais de R\$40,00 por mês apenas na assinatura básica, o que inclui uma franquia de 200 minutos de ligação local, ficando de fora as chamadas para celulares e os interurbanos.

São mais de R\$40,00 para se ter um telefone fixo em casa. Isso não garante a inclusão social de milhões de famílias que não podem pagar esse valor. Segundo dados oficiais da ONU, a telefonia fixa compromete 5,9% da renda do brasileiro. Já o celular consome 7,5% da renda mensal. Os preços da telefonia e da internet no Brasil estão entre os mais caros do mundo. Aqui, tudo é mais caro. O Brasil está copiando Minas Gerais, que tem uma das cargas tributárias mais elevadas. O ICMS da energia é 42%, o mais caro do País; o ICMS do álcool é 25%, enquanto em São Paulo é 12%; o IPVA é mais caro do que em Goiás, São Paulo e outros Estados; aqui cobra-se taxa de licenciamento; a conta de água é mais cara do que em outros Estados onde há departamentos municipais. Aqui tudo é mais caro. As empresas de telefonia copiaram Minas Gerais direitinho, cobrando um valor exorbitante.

O País aparece entre os 40 do "ranking" no que tange ao comprometimento da renda com serviços fixo e móvel de telefonia. Participam da lista 154 países. Os dados são da União Internacional de Telecomunicações. O preço do celular em outros países é três vezes menor do que no Brasil; já o telefone fixo aqui custa o dobro da média cobrada dos outros países. Isso não se justifica. A renda do brasileiro é três vezes maior do que nos países desenvolvidos? Não é, mas pagamos três vezes mais pelo celular. Isso não é justo, ainda mais se tratando da mesma companhia telefônica. Por que a mesma companhia cobra um valor na Alemanha, nos Estados Unidos, no Japão, e cobra três vezes mais no Brasil? Por que quer explorar o sangue do trabalhador brasileiro? Não podemos permitir isso e temos todas as possibilidades de acabar com essa assinatura malfadada dos serviços de telefonia fixa e móvel cobrada todo mês. Portanto a questão da assinatura básica incomoda e fere o bolso dos consumidores, já que pagam por um serviço que não é utilizado. Isso é injusto. O cidadão não pode pagar por aquilo que não utiliza. Geralmente, as famílias não conseguem gastar os minutos incluídos na assinatura mensal, ou seja, mesmo que não façam ligação alguma, os consumidores pagam, em média, mais de R\$40,00. O assinante deveria pagar somente pelo que usa. Se usar, é justo pagar; se não utilizar, não deve pagar. Essa é a legislação clara do nosso país.

Com os altos preços, muitas pessoas estão deixando de utilizar o serviço, optando pela telefonia celular, principalmente a pré-paga, que também é uma das mais caras do mundo, e estão pedindo para desligar os telefones fixos por causa da assinatura básica. Por isso há 10 milhões de linhas sobrando. No Brasil, existem 41 milhões de linhas de telefone fixo em funcionamento e 13 milhões ociosas. Além da assinatura básica, outra vilã que justifica o alto valor da telefonia é a carga tributária, que pode ultrapassar 40%, a exemplo do ICMS cobrado em nosso Estado. O ICMS cobrado em Minas Gerais é mais caro do que o cobrado em outros Estados, e a telefonia acaba ficando mais cara também. Desde 2005, estamos lutando para reduzir os impostos cobrados na conta de telefone. Apresentamos vários projetos e emendas com essa finalidade. Sabemos que a tarifa é fixada pela Anatel e vamos fazer gestões junto ao órgão para diminuir o valor da cobrança referente à assinatura básica. Essa decisão do Supremo joga a responsabilidade para os Estados. Chegou o momento de fazermos justiça e acabar com essa cobrança da assinatura do telefone, visto que o cidadão está sendo obrigado a pagar pelo serviço não utilizado.

Para finalizar, queria, mais uma vez, cobrar do Governador que olhe com carinho para os servidores públicos que estão se mobilizando. Os Oficiais de Justiça, do Sindijus, estão em greve por melhores condições de trabalho e por reajuste salarial, assim como os servidores da educação, os policiais militares, os bombeiros. O governo precisa ter sensibilidade. Há recurso para o Centro Administrativo, bilhões e bilhões, e onde estão os recursos para valorizar o ser humano? Precisamos ter coração. Infelizmente, não há essa previsão no Orçamento. Da mesma maneira que conseguimos a redução de 17% da conta de luz da Cemig, impedir o aumento do valor da conta de água da Copasa, acabar com a taxa de incêndio cobrada em todas as residências, impedir a cobrança da taxa para chamar a polícia e que a Cemig e a Copasa colocassem nome dos inadimplentes no SPC e na Serasa, temos muita esperança de acabar com a assinatura básica dos telefones, tanto o residencial como o celular. Isso dependerá da nossa mobilização e da nossa luta. Conclamamos todo o conjunto da população para entrar nessa campanha e participar das caravanas que percorrerão o Estado inteiro contra o roubo legalizado feito pelas companhias de telefone no nosso país.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de entrar diretamente nos assuntos que me trazem a esta tribuna, comunico principalmente àqueles que se interessam pela vida partidária, especialmente do PT, que o processo de eleição direta do nosso Partido, que mobilizou aproximadamente 500 mil filiados no último domingo, resultou na escolha, em primeiro turno, do nosso Presidente Nacional, o companheiro José Eduardo Dutra. Desejamos-lhe excelente trabalho à frente do nosso Partido, principalmente num momento em que o Partido se prepara para outra eleição nacional. Em Minas, como era de esperar, nossa eleição irá ao segundo turno, em 6 de dezembro, entre os dois candidatos mais votados: o companheiro e amigo Gléber Naime, membro da Executiva Nacional do PT e Secretário Nacional de Comunicação, e o companheiro Deputado Federal Reginaldo Lopes. Fazemos essas comunicações e apelo para que a militância do PT novamente compareça às urnas em Minas Gerais. Mais de 45 mil filiados do PT se manifestaram democraticamente em 22 de novembro. Aproveito para cumprimentar os demais candidatos que tiveram participação muito decisiva e honrada nesse processo: o Deputado Padre João, nosso Líder; o Deputado Federal Gilmar Machado, nosso companheiro; e o Prof. Oleg Abramov, nosso companheiro de Juiz de Fora. Todos com participação política muito importante, que contribuí para o fortalecimento do PT.

Na mesma linha, Sr. Presidente, queria lembrar um fato político de novembro, dos mais importantes, que acredito que passou um pouco despercebido, sem a necessária rememoração histórica, pela importância que teve na vida democrática do nosso país: os 20 anos da primeira eleição direta para a Presidência da República após a ditadura militar. Em 1989, tivemos a consagração de todo um processo de resistência e de combate à ditadura militar que tanto mobilizou jovens, adultos, operários, sindicalistas, trabalhadores e intelectuais durante duas décadas em nosso país. Muitos pagaram com a sua própria vida para que o País obtivesse num processo de abertura democrática a promulgação de

uma nova Constituição em 1988, culminando com a primeira eleição direta para a Presidência da República em 1989. É com muita alegria e emoção que nós, do PT, nos lembramos dessa eleição. Aliás, eleição em que o PT, pela primeira vez desde a sua fundação, em 1980, teve a oportunidade de apresentar o seu candidato à Presidência da República: Luiz Inácio Lula da Silva. Deputado Padre João, esse foi o meu primeiro voto para Presidente da República no Brasil. Graças a Deus tive oportunidade de repeti-lo em 1994, 1998, 2002 - Lula vitorioso - e 2006, com a sua reeleição. A eleição de 1989 significou uma verdadeira polarização democrática em nosso país. No segundo turno, o Brasil se dividiu. Infelizmente, naquele momento, a candidatura Lula não foi vitoriosa, mas deixou uma semente plantada, ou seja, a semente da democracia, da justiça social, da educação para todos e do respeito ao homem do campo, que germinou com muita força com a nossa eleição à Presidência em 2002, uma reeleição em 2006 e hoje com o governo Lula sendo aclamado e reconhecido nacional e internacionalmente. Por isso lembramos aqui esse processo, no qual tivemos participações também muito importantes. Poderíamos nos lembrar do saudoso Mário Covas, ex-Governador de São Paulo, Leonel Brizola, Ulisses Guimarães e tantos outros que contribuíram para um segundo turno muito empolgante, mas que, por vários motivos que a história já reconhece, não foram suficientes para levar o PT e o Presidente Lula àquela época ao posto maior de comando em nosso país.

Sr. Presidente, se é verdade que avançamos na democracia representativa, precisamos dar alguns passos além. Várias bandeiras daquele período ainda continuam muito vivas e algumas também sendo reavivadas, redirecionadas e atualizadas em função do momento econômico brasileiro. Há alguns dias a Comissão de Participação Popular, em conjunto com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, realizou nesta Casa uma audiência pública das mais importantes para debater e solidarizar-se com aqueles que estão apoiando a aprovação de uma proposta de emenda constitucional no Congresso Nacional, que reduz a jornada de trabalho para 40 horas. Essa PEC tem de ser aprovada, pois tramita há 15 anos no Congresso Nacional. Os países mais desenvolvidos do mundo têm hoje uma jornada de 40 horas. No Brasil é de 44 horas. Precisamos dessa aprovação para garantir primeiramente qualidade de vida melhor a cada brasileiro e brasileira. O ser humano precisa do trabalho, pois ele garante a subsistência, contribui para a formação ética, moral, cidadã, e diferencia o homem, inclusive, de outras espécies. O trabalho é a nossa capacidade de transformar o mundo com a razão, com o coração e com nossas aptidões. No entanto ele não pode absorver completamente a vida do homem, pois o homem precisa da família, do lazer, do estudo, do descanso, e de desfrutar das coisas que hoje podem ser ofertadas pela sociedade a ele. Não é justo que um trabalhador fique 2, 3 ou até 4 horas dentro de um transporte coletivo, gastando todo esse tempo em seu deslocamento. Muitas vezes, dentro das 8 horas de trabalho, o trabalhador não tem tempo de se deslocar para o almoço. Ou seja, o trabalhador brasileiro fica de 6 horas da manhã até as 10 ou 11 horas da noite por conta do trabalho. Dependendo do setor, muitas vezes este ainda lhe impõe trabalho aos sábados e domingos, sem limitação e sem previsão antecipada da própria utilização do mecanismo das horas extras. Hoje todas as centrais sindicais estão irmanadas em aprovar essa PEC, que garantirá melhor qualidade de vida ao trabalhador, além de um maior convívio familiar. Trata-se de uma redução de jornada que permitirá ao trabalhador tempo livre para sua qualificação, para voltar aos estudos, e para que aquele que já está estudando possa progredir para o ensino médio ou até para a universidade. Esse trabalhador, com uma jornada reduzida, abrirá espaço para novos trabalhadores, pois o impacto da redução da jornada de trabalho é também no sentido de garantir a abertura de novas vagas e frentes de trabalho para o trabalhador desempregado, principalmente para aquele que procura seu primeiro emprego. Muitos dirão: "Mas os pequenos e os médios empresários não suportarão isso". Defendo a ideia de que, com a aprovação da redução da jornada de trabalho, haja também uma compensação para o pequeno e o médio empregador, aquele que poderá ter algum nível de impacto com a redução da jornada de trabalho.

Várias pesquisas e estudos comprovam que a qualidade do desempenho do trabalhador aumenta com uma jornada reduzida. O fato de reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais não quer dizer dar vida mole para eles não. Hoje ela é de 44 horas em vários setores, e em alguns existem as horas extras, que impedem muitas vezes o trabalhador de estar gozando o seu sagrado direito do convívio familiar.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Agradeço o aparte ao Deputado André Quintão, nosso companheiro de partido, que sempre se manifesta com propriedade ao fazer uma análise da nossa realidade. De fato, é fundamental que o trabalhador tenha sua carga horária reduzida semanalmente, inclusive aumentando o número de empregos. Aproveito a oportunidade para fazer uma reflexão. Hoje, em todos os debates que trataram a questão da segurança pública em relação ao combate à violência, abordamos a família. Como V. Exa. disse muito bem, essa redução da carga horária propiciará à família também tempo para seu relacionamento, para o diálogo com os filhos, para a convivência familiar. Isso será muito positivo para a melhoria da sociedade brasileira, rumo à construção de uma cultura da paz. Será uma grande contribuição. Pensamos na questão do número de empregos, mas também pensamos nisso, que, à primeira vista, pode não parecer tão importante, mas é fundamental, que é a qualidade de vida da sociedade brasileira, a convivência e o fortalecimento da família. Aliás, a Conferência Nacional de Segurança Pública pontuou um princípio, que é o fortalecimento da família como condição para combatermos a violência que está aí. Cumprimento, então, V. Exa. pelo pronunciamento tão apropriado, pelo seu mandato, verdadeiramente compromissado com o povo de Minas Gerais e que ajuda a construir esta sociedade que tanto sonhamos.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Fica aqui a nossa mensagem: apoio irrestrito à aprovação da PEC defendida pelas centrais sindicais, a qual reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, colegas Deputados, companheira Deputada Maria Tereza Lara, saúdo todos que nos acompanham das galerias, telespectadores da TV Assembleia, nosso líder Deputado Vanderlei Miranda. Sr. Presidente, trago o debate sobre a importância do servidor público e o respeito que devemos ter com ele. Deputada Maria Tereza, temos de visualizar e perceber a realidade de cada servidor, seja do Legislativo, seja do Executivo, seja do Judiciário. Não é nossa pretensão instalar crise institucional alguma. Qualquer medida em relação a salários ou carreiras dos servidores do Executivo ou Judiciário tem de ser normatizada aqui. Evidencio algumas contradições, que não são apenas meras contradições. São situações que ferem a relação institucional do Executivo e do Judiciário com o Legislativo. O primeiro ponto que destaco é em relação à Lei nº 18.185, de 2009, que assegura todos os procedimentos, dá certa segurança em relação às contratações temporárias. Avançamos um pouco em relação a isso, mas podemos avançar um pouco mais no que diz respeito aos servidores da área de defesa social, por ser mais delicada. Estipulamos tempo menor para alguns e maior para outros, com possível recontração. Para alguns, o tempo é maior pela natureza do serviço, porque exige qualificação. Então pensamos que essa lei fosse avanço. Entendemos que, uma vez sancionada, é porque houve decisão unânime desta Casa e do governo. Para nossa surpresa desagradável, vimos essa lei ser ignorada pela Secretaria de Defesa Social. Estamos insistindo para que a Secretaria resolva isso. Tem de haver respeito não apenas aos servidores como também a esta casa, em relação ao cumprimento dessa lei, ao que trabalhamos aqui e foi construído com muito debate, muitas reuniões. Pensamos que havíamos chegado ao consenso, ao entendimento. Infelizmente, isso está sendo ignorado. É ilusão. Cedemos um pouco. Pensamos que havíamos avançado na reunião que realizamos na quarta-feira, com o Secretário Maurício Campos. Essa reunião durou mais de 4 horas, foi realizada com a condição que colocamos, da presença do representante dos contratados e dos servidores, e mesmo assim ainda não avançou concretamente. Ontem, em reunião com o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, em busca de entendimento, ele sinalizou que era impossível resolver a situação de todos antes de um mês. Quero fazer justiça não ao Secretário, que parece estar em viagem, mas à Secretaria. Sendo assim, Maria Tereza Lara, agora temos de ser inflexíveis. Nenhum Deputado, em sua consciência, pode entrar em recesso sem resolver isto, portanto insistimos no prazo para a Secretaria de Defesa Social resolver definitivamente esta situação. Esse prazo não pode extrapolar o dia 15 de dezembro, que será o momento em que estaremos em votação final. A previsão de término dos trabalhos é dia 18 de dezembro. Como será o Natal desses companheiros e dessas companheiras que foram demitidos, muitos injustamente? Pode ser que um ou outro tenha extrapolado, mas não todos. Não podemos permitir essa situação. Então demonstro aqui que a relação do Executivo com esta Casa, neste ponto, tem sido desrespeitosa.

Outras contradições. Votamos lei nesta Casa construída com muito debate, a Lei nº 18.025, um apelo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Falo de outro Poder. Essa lei autoriza reajuste para os servidores no valor de R\$691,37, para entrar em vigor a partir de 1º/1/2009, e R\$738,51 a partir de 1º/7/2009 - lei votada e sancionada no ano passado. Essa lei atende aos servidores do Tribunal de Justiça. E agora o que aparece? Projeto de lei de interesse do Tribunal de Justiça, dos magistrados, pedindo reajuste apenas para os magistrados de 5%, retroativo a 1º/9/2009, e mais 3,88%, para vigorar a partir de 1º de fevereiro. Para os magistrados, retroativo; para os servidores, nem o que foi votado, e

que já deveria ter sido pago desde o dia 1º/1/2009 não foi feito até hoje. Votamos. Foi sancionado, mas o Presidente do Tribunal de Justiça não pagou, não implementou esse reajuste salarial. É imoral esse pedido aqui do reajuste para os magistrados, ainda por cima retroativo a setembro deste ano. Ora, temos de ter respeito com os servidores. E isso é um desrespeito.

Só para o telespectador entender, esse reajuste para os magistrados permite um salto salarial significativo para cada um. Podem dizer que 5% é pouco, mas há os 3,88% em fevereiro, perfazendo quase 9%. Só o aumento dará mais de R\$1.000,00 para cada um, que, a bem dizer, é o valor da remuneração do início de carreira do Oficial de Justiça. Então é imoral e injusto. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem de dar exemplo de justiça. É dentro de casa que começa a verdadeira justiça.

Assim, temos de aprofundar esse debate, pois é imoral e injusto o reajuste apenas para os magistrados, uma vez que não se implementou o reajuste que votamos e aprovamos aqui, no ano passado. Além disso, há uma proposta de suplementação de orçamento, tanto para o Tribunal de Justiça quanto para o Tribunal de Contas e para o Ministério Público. Como está, então, esse planejamento? Estão cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal? Temos de ter mais informações. Estamos dizendo isso sem entrar, por exemplo, em outras situações que são de interesse dos Deputados. Votamos aqui num acordo, num entendimento, a criação de várias varas no ano passado. Então nos enganaram? A Associação dos Magistrados fez uma interlocução entre o TJMG e a Assembleia. Será que fomos enganados? Era só para garantir o que queriam sem levar em consideração o que queremos? Na verdade, o que queremos diz respeito a uma reivindicação da base, quer seja a criação da segunda vara em Ouro Branco, quer seja em Viçosa. Fomos pressionados e criaram várias varas, mas até hoje elas não foram instaladas. Então foi só uma enganação? Fizeram-nos de bobos no final do ano passado? Vem agora um pedido de suplementação ao Orçamento, além desse reajuste que considero imoral e injusto. Acho que o salário do Juiz hoje é razoável. Entendo que o trabalho dele é muito delicado e sério. Uma decisão de um Juiz pode garantir à pessoa retornar à vida. Há situações delicadíssimas. Por outro lado, pode uma decisão desestruturar a pessoa pelo resto da vida. Assim, repito, é um trabalho muito sério. Mas considero razoável o salário. O subsídio mensal do Procurador do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas, por exemplo, é de R\$23.216,81. Ainda há verbas indenizatórias e penduricalhos - sabemos que vários penduricalhos. Há atos internos dos quais só Deus sabe - sei lá se Deus sabe, pois às vezes só o diabo sabe, e creio que Deus não compactua com injustiça e falta de respeito com o ser humano, sobretudo com os servidores. Essas são as considerações, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, inicialmente abordarei assunto de que não tenho tido oportunidade de tratar aqui há algum tempo. Trata-se de algo que me motivou desde o primeiro dia do primeiro mandato, que é a cultura, a cultura mineira, a cultura como instrumento não só para melhor qualidade de vida para todos, mas para definir ou estabelecer com clareza a identidade dos povos. Abordo esse tema porque teremos a oportunidade, na próxima semana, de realizar mais uma Conferência de Cultura na Assembleia, preparando-nos para a Conferência Nacional de Cultura. Tive a felicidade de ser o proponente da primeira conferência nesta Casa, a qual produziu resultados positivos. Como fruto da conferência de cultura que realizamos em 2004, tivemos a alegria de propor a criação da Comissão Permanente de Cultura. Antes não havia Comissão Permanente de Cultura nesta Casa. A exemplo de passado não tão distante, a cultura sempre funcionava como apêndice da educação: eram a Comissão de Educação e Cultura, a Secretaria de Educação e Cultura, o Ministério de Educação e Cultura. Pela importância da educação - não que a cultura seja menos importante -, mas eu diria até pelo nível de prioridade, em um país que ainda tem muito o que trabalhar e fortalecer na educação, a cultura acabava ficando esquecida, relegada a segundo plano. Não é bom para o desenvolvimento de um povo, para sua identidade, que sua cultura seja relegada a segundo plano. Aí conseguimos, em proposta de nossa iniciativa, criar a Comissão Permanente de Cultura desta Casa.

Na sequência, tive a felicidade de propor a criação do Fundo Estadual de Cultura. Parecia um sonho porque era algo pelo qual se lutava há muito tempo e, mais ainda, porque era uma proposta nascida na Casa Legislativa. Criou-se um fundo, um financiamento direto da área pública para os projetos culturais, principalmente com a preocupação de fortalecer a cultura de raiz, a cultura do interior, o reinado, as bandas de músicas, as iniciativas do artista que está começando e quer um espaço para mostrar seu talento, seja na edição de um livro, seja na produção de um CD, seja na possibilidade de montagem de uma peça teatral. Isso, principalmente no interior, era simplesmente impensável porque os mecanismos até então existentes da chamada Lei de Incentivo à Cultura, tanto estadual, quanto federal, sempre foram de acesso muito difícil para o pequeno empreendedor de cultura ou para o artista iniciante. A Lei de Incentivo à Cultura pressupõe que, além de se aprovar o projeto, é preciso depois buscar o patrocinador, aquele que irá financiá-lo. E, pela forma com que se procede a esse tipo de captação de recursos, os grandes empreendimentos, os grandes produtores de cinema, os artistas renomados é que conseguem algum tipo de patrocínio das grandes empresas, que acabam sendo as financiadoras nessa lei. Nesse modelo o dinheiro é público, mas, na verdade, trata-se de uma dedução fiscal: a empresa patrocina e desconta no imposto que tem a pagar. É uma iniciativa positiva. Lutamos para aprimorar o projeto estadual de Lei de Incentivo à Cultura, a fim de que as pequenas e microempresas também possam participar dando acesso aos empreendimentos locais, regionais. Todavia havia um hiato, um vazio. Havia dificuldade para fazer entrar dinheiro que viabilizasse as iniciativas do artista iniciante, do grupo de reinado, da banda de música, da casa de cultura do interior, da recuperação de um monumento importante na vida e na história de determinada cidade. Tivemos então a felicidade de propor a lei, criando o Fundo Estadual de Cultura. Depois de muita luta e com o apoio do Governador Aécio Neves, que mandou para cá uma mensagem acolhendo a nossa iniciativa - sem a mensagem do Governador, meu projeto não teria como prosperar - tivemos a felicidade de ver criado, há quase quatro anos, o Fundo Estadual de Cultura, que vem, com edições sucessivas, priorizando o interior e as iniciativas dos grupos que trazem a cultura de raiz e a recuperação de patrimônio histórico. São centenas de projetos patrocinados pelo Fundo Estadual de Cultura. A grande diferença - e ela é fundamental -, entre a Lei de Incentivo à Cultura e o Fundo Estadual de Cultura é que neste o artista, o empreendedor, a entidade, a Secretaria Municipal de Cultura, a fundação apresentam o projeto e não têm que sair por aí procurando patrocinador. O projeto é aprovado, e o dinheiro - que é do Fundo Estadual de Cultura, previsto no orçamento do Estado - é depositado pelo Estado na conta da entidade que promoverá a ação cultural. Agora mesmo tivemos a felicidade de ver aprovado - apenas para exemplificar - um patrocínio à Associação dos Reinadeiros de Bom Despacho e região, que alcança a iniciativa do reinado no Centro-Oeste mineiro, em cidades como Bom Despacho, Divinópolis, Luz, Nova Serrana, Perdígão, Abaeté, Oliveira e Itapecerica. Toda aquela região tem uma tradição muito vigorosa do reinado. Como um grupo de reinado conseguiria um patrocínio pela Lei de Incentivo à Cultura? Como chegaria à direção da Petrobras, da Cemig ou de outra empresa capaz de acolher o projeto e pediria patrocínio? É muito difícil. Diria até que é praticamente impossível, tanto que isso não ocorria e continua não ocorrendo. Mas agora chega dinheiro por meio do Fundo Estadual de Cultura.

Fico lembrando essas conquistas para voltar à questão do evento previsto para a semana que vem: a Conferência Estadual de Cultura. Essas iniciativas foram justamente fruto das conferências acontecidas no passado. Tomei a iniciativa de apresentar o projeto de lei e propor a criação da comissão, mas nunca tenho a pretensão de dizer que isso foi fruto da minha iniciativa isolada. Foi a Casa que se uniu e, graças à sensibilidade de seu Presidente à época, Deputado Mauri Torres, implementamos a Comissão de Cultura. Da mesma forma, com o apoio do Governador Aécio Neves, em seu primeiro mandato, implementamos o Fundo. Nessa conferência, outros grandes desafios teremos pela frente. Temos de aprofundar o debate no sentido de haver uma ação mais democratizada na presença do Estado, do poder público e da União, nas manifestações culturais. É preciso rediscutir o ICMS Cultural, avaliar até que ponto esse ICMS cultural, quando chega nas Prefeituras, está revertendo em mais investimentos na cultura. Não pode ser uma via de mão única.

O Município credencia o seu patrimônio histórico e passa a ter direito a um pouco mais de repasse de ICMS na distribuição do bolo. Mas será que ele está pegando esse dinheiro e aplicando-o na recuperação daquele patrimônio histórico ou está incentivando uma iniciativa cultural no Município? No governo do Estado, temos de avançar a discussão do Conselho Estadual de Cultura, ter um debate mais democratizado das ações de cultura de um modo geral. Com certeza, boas ideias surgirão, mas é preciso participar. Portanto aproveite essa fala para convidar os agentes culturais, os promotores de eventos, artistas, membros de Conselhos Municipais de Cultura, ou de patrimônios histórico e paisagístico, para que venham à Assembleia Legislativa, na semana que vem, quando, na quarta, na quinta e na sexta-feira, teremos a realização desse evento. E escolheremos delegados para irmos a Brasília, quando teremos um grande desafio, porque lá não temos um fundo nacional que esteja destinando recursos de maneira direta. Existe a Lei Rouanet, a lei federal de incentivo à cultura, mas temos um grande debate a ser feito porque esta é uma lei extremamente importante, porém ela está cada dia menos democrática.

Vemos grandes iniciativas que recebem apoio do poder público, mas também há iniciativas que envolvem milhões e milhões de reais e que são financiadas pela Lei Rouanet - portanto, com dinheiro público -, as quais renderão muito dinheiro para quem está tomando a iniciativa. Há filmes que renderão uma boa renda, às vezes fortuna nas bilheterias, edições de "shows" e de discos de artistas famosos e renomados. Aqui, não estou condenando que se ajude o artista já renomado ou o cineasta consagrado. Estou questionando: como pode o dinheiro da Petrobras, do imposto que ela teria de pagar, ou das empresas do setor privado, de telefonia móvel - que têm realmente obrigação de pagar imposto, pois recebem rios de dinheiro da população -, de energia elétrica, do setor siderúrgico, das grandes companhias como a Vale do Rio Doce, que financiam megaprojetos que envolvem milhões de dinheiro... Aliás, financiam como se fosse uma generosidade dessas empresas, mas esse dinheiro é do povo, é público. No entanto, ao invés de esse dinheiro ser recolhido ao caixa do Tesouro para o financiamento da cultura, eles aprovam o projeto, e a empresa passa o dinheiro diretamente para a pessoa que está promovendo a iniciativa cultural, descontando no imposto que ela teria de pagar. Até aí tudo bem, essa engenharia para incentivar a cultura, mas não é bom quando você percebe que isso pode estar sendo objeto de corrupção, de desvio de dinheiro público, de privilégio de elites. E quem faz a cultura na ponta e quer ter uma oportunidade como artista para lançar o seu primeiro livro, para editar o seu primeiro CD, para ter a oportunidade de promover educação musical nas escolas, promover uma interação maior da comunidade por meio do teatro, não consegue nem ter acesso a essas grandes empresas, que viram uma espécie de substituto do poder público. Será que dá para o poder público começar a arrumar substituto dessa forma, deixando nas mãos de grandes empresas decidir quem elas patrocinarão ou não? Aliás, acabou acontecendo uma febre de fundações dessas empresas. É Fundação Bradesco, Fundação Usiminas, Fundação da Fiat e de não sei mais o quê. Essas fundações aprovam os projetos e têm sua fonte garantida, enquanto as outras, de origem popular, que estão no interior, nem entram na fila. Precisamos debater esse problema com clareza, porque isso é dinheiro público, e não dinheiro próprio dessas grandes empresas. Elas não estão fazendo caridade nem generosidade alguma, mas simplesmente deixando de pagar o imposto para financiar projeto cultural, ao bel-prazer de seus Diretores, chegando inclusive a financiar a fundação que é dirigida pelo filho do Diretor-Presidente. O dinheiro fica em casa, e a corrupção existente por trás disso, nobre Deputado João Leite? V. Ex., que é defensor da legalidade, da moralidade e da probidade, me anima no Parlamento. Também me anima saber que podemos abordar temas polêmicos como esse e trazer luz para essa situação. Se rompermos com esse tipo de coisa, justificaremos a realização dessa conferência de cultura, numa discussão mais profunda de como está a aplicação do dinheiro da Lei Rouanet.

Antes de terminar, saúdo a presença nesta Casa do Presidente do meu glorioso Bugre, meu glorioso Guarani de Divinópolis, Edilson, que aqui está acompanhado de membros da sua diretoria. Ele tem a árdua tarefa de fazer com que nosso Bugre retorne ao Módulo I da 1ª Divisão, uma vez que agora disputaremos o Módulo II, como já o fizeram o Fluminense e o Atlético no Campeonato Nacional, por isso não vejo problema algum no fato de o Guarani agora participar dessa disputa. Aliás, Edilson, sempre costumamos dizer, em Divinópolis, que temos quase certeza de que seremos campeões. Foram tantas as vezes em que tivemos de enfrentar esse desafio de ir para o Módulo II que estamos acostumados a transformar limão em limonada. Agora ele nos diz que seremos campeões mineiros. Não tenho dúvidas de que você, com seu talento e amor ao nosso Guarani, nos levará à vitória no Campeonato Mineiro, para que o Bugre novamente volte a disputar com o Cruzeiro, com o Atlético, com o América, com o Villa e com os demais times que fazem a alegria dos mineiros nas quartas-feiras e nos fins de semana.

Na mesma linha de preocupação com a cultura, termino minhas palavras, Presidente, fazendo coro com o Deputado João Leite, que sempre lutou para que tenhamos não só a lei de incentivo ao esporte, mas também o fundo de incentivo ao esporte, com maior presença da ação pública, porque o esporte é essencial como qualidade de vida e como instrumento de congraçamento, de solidariedade e de respeito humano. É justamente isso que nos motiva a manter viva a chama do Guarani, em Divinópolis, e dos clubes de cada cidade do interior de Minas. Das menores às maiores, todas têm suas paixões locais, e é muito saudável serem mantidas. Também cumprimento o Rômulo, o Rominho, que é o Secretário Municipal de Esportes de Divinópolis. Sr. Presidente, agradeço-lhe a concessão da palavra.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias e telespectadores da TV Assembleia, início minha fala nesta tarde mencionando o pronunciamento do Deputado Domingos Sávio sobre cultura. Anteontem estive em audiência na Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura tratando de ação específica, que é o diagnóstico cultural da Bacia do Rio Uruçuia, projeto-piloto no âmbito da Bacia do Rio São Francisco, que tem como objetivo mapear toda aquela região e todas as ações culturais, eventos e manifestações das comunidades tradicionais do Vale do Uruçuia, para fazer edital customizado, específico e dirigido àquela bacia hidrográfica. Lá seriam oferecidas todas as ações do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura. O Ponto de Cultura é programa que vai na linha do que o Deputado acabou de defender aqui: democratiza o acesso à cultura, patrocina e fomenta as pequenas iniciativas dos diversos grupos culturais, que lutam, com muita dificuldade, para sobreviver no interior do Brasil. Nessa reunião nos foi relatada ação que consideramos extremamente meritória e que é fruto de parceria, Deputado João Leite, entre o Banco do Nordeste do Brasil e o Ministério da Cultura. Essa ação favorece os pequenos empreendedores culturais do Brasil de forma desburocratizada e extremamente simplificada. Há projetos que talvez nem possam levar este nome, pela sua simplicidade, porque basta breve descrição da atividade a ser desenvolvida, exposição fotográfica, peça teatral, "show", manifestação cultural, debate, para serem avaliados, considerados. De quase 3 mil projetos apresentados, foram selecionados em torno de 1.500 pequenos projetos, perfazendo o valor de R\$3.000.000,00. No Brasil inteiro, esses pequenos empreendedores culturais têm agora, pela primeira vez, a oportunidade de acesso, como aqui bem defendeu o Deputado Domingos Sávio, ao apoio cultural.

Também concordamos com o que foi aqui exposto, que infelizmente as leis de incentivo à cultura, seja a Lei Rouanet, seja a Lei do ICMS Cultural em Minas Gerais e também nos demais Estados, são ainda muito restritivas, exigem muito. Quase sempre quem tem acesso a esses recursos, portanto tem seus projetos culturais financiados, são grandes organizações, grandes artistas, aqueles que estão habituados a dominar técnicas e informações de elaboração de projetos, de argumentação. Esses, infelizmente, acessam quase totalmente os recursos, dificultando muito que iniciativas menores, mais modestas, de cunho popular, que acontecem aos milhares no interior de Minas Gerais e do Brasil, acessem esses recursos.

Sr. Presidente, ainda nessa linha da cultura, volto a falar do projeto Ponto de Cultura, que é realmente iniciativa maravilhosa que está acontecendo no Brasil, iniciativa do grande compositor Gilberto Gil, que, há até pouco tempo, dirigia o Ministério da Cultura no governo Lula. A ideia do Ministro era disseminar, no País afora, pequenos projetos culturais, apoiando grupos, entidades, iniciativas, sempre de inserção social e comunitária, para fazer com que essas iniciativas dinamizassem o processo cultural brasileiro. Temos a oportunidade, como aconteceu em Belo Horizonte, no ano passado, com a realização da Teia Cultural, que é encontro nacional do Ponto de Cultura, de constatar como essa proposta, como essa política de interiorização, de democratização da cultura está, de fato, promovendo revolução na cultura brasileira. Esperamos que a Conferência Estadual de Cultura, que se realizará nesta Casa, na semana que vem, acolha essas iniciativas e experiências e muitas outras boas experiências populares de Minas Gerais. Quando olhamos para o Vale do Jequitinhonha, quase sempre lembrado como o vale da miséria, da pobreza e da dificuldade, é preciso perceber seu dinamismo cultural, assim como o do Norte, o do Noroeste mineiro e o de cada uma das regiões de Minas Gerais, que têm cultura rica e intensa, que revelam a diversidade cultural deste Estado-síntese do Brasil. Nossa Conferência Estadual de Cultura deve estar à altura dessa diversidade cultural e encaminhar propostas que ampliem as linhas de fomento à cultura existentes, favoreçam a dinamização e a promoção da cultura em Minas Gerais. Esperamos, de maneira particular, os pequenos empreendedores culturais e as organizações que estão atuando na área cultural, a maioria sem nenhum tipo de favorecimento e apoio público para desenvolver suas atividades. Mas as fazem porque gostam, sentem prazer e sabem que é por meio da cultura que se promove a qualidade de vida e o ser humano integralmente.

Gostaríamos ainda de fazer dois convites para a programação desta Casa na semana que vem. No dia 1º, terça-feira, às 10 horas, no auditório, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizará audiência pública, a requerimento nosso, solicitando convite para as seguintes instituições: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Minas Gerais, Superintendência Regional do Incra, Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Emater-MG, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Minas Gerais e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Estamos no trabalho intenso de convidar todos os sindicatos de trabalhadores rurais de Minas Gerais para essa audiência pública.

O objetivo dessa audiência é discutir as questões relacionadas ao processo de licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária do Estado. Sabemos que a legislação vem exigindo o licenciamento ambiental para todo e qualquer empreendimento, e é natural que os

assentamentos de reforma agrária cumpram a legislação. Infelizmente, temos assistido, em muitos assentamentos do Estado, a uma depredação que não combina com esta política. Esperamos que este trabalho, que até aqui vem sendo gerido por termos de ajustamento de conduta com o Ministério Público e com o Incrá, saia desta esfera para trabalho efetivo de regularizar, sob o ponto de vista ambiental, os assentamentos de reforma agrária no Estado. Muitos assentamentos não estão tendo acesso aos recursos do Pronaf, fundamentais para apoiar a geração e a produção, em virtude de não estarem regulares junto à legislação e aos órgãos ambientais do nosso Estado. Sr. Presidente, quero ainda convidar para a audiência pública na semana que vem, quarta-feira, dia 2, a fim de discutir a situação da Fundação Caio Martins. Estamos acompanhando de perto o trabalho louvável que o Dr. Cloves Benevides, Presidente da Fundação, está fazendo. Já há um ano, o Dr. Cloves e seus colaboradores da diretoria da Fundação foram empossados, e este é o momento de fazermos um balanço e avaliarmos os avanços e o quanto precisamos ainda fazer para recuperar a dimensão que a Fundação já teve no cenário educacional de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, retomamos o raciocínio do pronunciamento que fizemos há pouco.

Concluindo, teremos uma audiência pública sobre a Fundação Caio Martins na próxima quarta-feira e lembramos que estamos muito otimistas, acreditando de fato que estamos diante de uma excelente oportunidade.

Sr. Presidente, V. Exa. que acompanha a história da Fundação Caio Martins há muitos anos... O Tião Rocha, grande educador popular de Minas Gerais e do Brasil, premiadíssimo em vários fóruns nacionais, do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD -, uma organização não governamental muito importante, foi convidado pelo Dr. Cloves Benevides para ajudar na tarefa que consideramos a principal no que diz respeito ao resgate da Fundação: a revisão metodológica.

Conhecendo o trabalho do Tião Rocha como conhecemos, sabendo da sua dedicação para a educação comprometida com a emancipação humana, a inclusão social, a capacitação e o desenvolvimento das habilidades, das competências das crianças e dos jovens, temos a certeza de que, se a Fundação Caio Martins - Fucam - adotar as recomendações e as propostas apresentadas por ele, estaremos diante de oportunidade extremamente promissora para o futuro dos beneficiários dessa Fundação, que, na sua maioria, são crianças e jovens, filhos de famílias de baixa renda, muitos deles com risco e vulnerabilidade social.

Esperamos, então, que o Tião Rocha participe, assim como o Ministério Público, a Secretaria de Esportes e Juventude, a associação dos amigos da Fucam, a associação dos ex-alunos da Fucam e ainda representantes da associação dos ex-alunos da Fucam, no conselho curador. Será excelente oportunidade. Esperamos que o Deputado João Leite, que neste momento preside esta reunião, compareça. Sabemos que V. Exa. conhece muito bem essa...

O Sr. Presidente - Qual será o dia?

O Deputado Almir Paraca* - Quarta-feira.

O Sr. Presidente - Deputado Almir Paraca, gostaria muito, mas, na terça-feira, a Comissão de Segurança Pública estará em Governador Valadares, onde teremos reunião nos moldes daquela de Unaí - V. Exa. esteve lá conosco -; na quarta-feira, em Teófilo Ottoni. O tema me interessa muito, especialmente quanto ao que V. Exa. disse sobre buscar saber qual é o projeto e o novo método para a Fundação. Desculpe-me de interrompê-lo, mas foi apenas para justificar-me.

O Deputado Almir Paraca* - Perfeito. Mesmo assim agradecemos, Deputado João Leite, porque certamente V. Exa. continuará acompanhando essa discussão. Como eu disse, estamos esperançosos, confiantes e muito otimistas de que entraremos numa fase nova na Fucam. Muito tem sido feito. No relatório que o Dr. Cloves Benevides certamente apresentará na audiência pública, esperamos ter surpresas agradáveis do estágio, do tratamento novo dado à Fucam em Minas Gerais.

Sr. Presidente, citarei o grande Guimarães Rosa para entrar em outro tema que gostaria de abordar. No "Grande Sertão: Veredas", Guimarães Rosa diz o seguinte: "Viver é muito perigoso. Uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com pais de pessoas, de carne e sangue, de mil e tantas misérias... Tanta gente - dá susto de saber - e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons... Viver nem não é muito perigoso". Guimarães Rosa, no "Grande Sertão: Veredas" - obra máxima desse grande escritor mineiro. Por que trazemos essa citação? Exatamente para dizer, Sr. Presidente, que, neste nosso Brasil tão grande, neste nosso Estado, que é tão diversa síntese do País, no interior do Estado e do Brasil, temos inúmeras comunidades e pequenos povoados que lutam com muita dificuldade, aspiram e desejam, como a citação diz, ter vida boa, acesso às tecnologias e a essa facilidade que quem mora nos grandes centros e cidades muitas vezes tem. Na maioria desses lugarejos e das comunidades rurais, ainda estamos distantes das telefônicas móvel e fixa, do acesso básico e essencial à energia elétrica. Daí, nossa insistência permanente para que o programa Luz para Todos de fato alcance todo o território de Minas Gerais. A maioria dessas comunidades ainda não tem acesso ao sinal da internet, nem mesmo ao sinal de TV.

E a escola, que seria o veículo principal para garantir o acesso mínimo à informação e à qualificação, ainda enfrenta muitas dificuldades e muitos obstáculos a que as crianças e os jovens dessas comunidades tenham acesso a este grande patrimônio - talvez o maior, que nos caracteriza como espécie: a cultura e a educação.

Sr. Presidente, neste momento gostaríamos de fazer menção ao Projeto de Lei nº 3.815/2009, de nossa autoria, que dispõe sobre a política de fomento à tecnologia social do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Esse conceito de tecnologia social é relativa e vem firmando-se no Brasil e no mundo. Trata-se de um conceito que propõe, sistematiza, divulga, fomenta e apoia a disseminação dessas soluções, muitas vezes construídas no diálogo entre o saber culto - o saber científico, o saber acadêmico, produzido pelas universidades e centros de pesquisa - e o saber tradicional, o saber popular, aquele saber transmitido pela oralidade, ao longo de gerações e gerações.

Quando se fala em ciência, em tecnologia e em inovação, é fundamental pensarmos em soluções adequadas, adaptadas, acessíveis, para transformar e melhorar a qualidade de vida de milhares de pessoas que ainda hoje, mundo afora e, de maneira especial, no Brasil, não têm acesso à grande maioria das tecnologias hoje disponíveis no mercado. Isso porque não têm recursos para acessá-las, e muitas vezes porque a infraestrutura para disponibilizar o acesso a essas tecnologias simplesmente não existe. Por exemplo, o programa Luz para Todos, porque, sem a rede elétrica, não é possível que a energia seja disponibilizada para cada morador do meio rural, e não é possível pensar em utilizar todos os equipamentos. Porque nós, que vivemos nos grandes centros e utilizamos todos esses benefícios, muitas vezes nem paramos para pensar que há milhares de pessoas, no Estado de Minas Gerais, que ainda não têm acesso a esses benefícios.

Na verdade, com esse conceito de tecnologia social, o nosso projeto estará remetendo para a oportunidade de que as pequenas comunidades do Brasil possam fazer uso de técnicas, de procedimentos, de metodologias, de equipamentos e de processos que foram pensados, concebidos, aplicados, e que deram bons resultados para resolver os mais diversos problemas de educação, de saúde, de acesso à cultura, de habitação e de energia. Todos eles de maneira muito simplificada, porque nessa classificação de tecnologia social deverá constar tecnologias testadas e que deram bons resultados, além de poderem ser facilmente adaptadas para resolver problemas similares. Portanto é preciso que sejam tecnologias de baixo custo, que permitem também o acesso fácil a muitas comunidades Brasil afora, e ainda que sejam facilmente apropriadas às comunidades, às organizações, às famílias e às pessoas. Que essa tecnologia não demande um acompanhamento permanente da chamada

assistência técnica, mas que se emancipem dela, ganhando, assim, autonomia, uma palavra-chave quando se pensa em tecnologia social.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que esse conceito, apesar de novo, vem sendo forjado há muito tempo e remete, por exemplo, à luta do Gandhi, grande líder indiano, que lutou pela independência da Índia. Gandhi adotou a roca de fiar como estratégia de recuperar a autonomia do povo indiano e dizia que, antes da produção em massa, fruto da tecnologia, da indústria e da ciência moderna, os indianos precisavam de produção das massas. O retorno à adoção de técnicas, de utensílios e de equipamentos considerados ultrapassados, como a roca de fiar, foi estratégia utilizada por Gandhi para que o povo indiano recuperasse a confiança em si mesmo, a autoestima e, acima de tudo, a noção de autonomia possível e necessária para emancipação, recuperação da capacidade de intervenção e transformação positiva, emancipatória da história daquele povo. De lá para cá, de Gandhi até hoje, esse conceito vem sendo transformado, adaptado. Aliás, o termo "tecnologias sociais", antes de ser cunhado, ficou muito conhecido como tecnologias adaptadas, ajustadas para situações específicas.

Na terça-feira, à noite, participei, Sr. Presidente, do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, 5ª edição, e foram apresentadas 24 finalistas, com 8 premiadas, uma de cada região do Brasil. Na região Norte, foi premiada a tecnologia social Telinha de Cinema - Modernização da Educação, da instituição Casa da Árvore, de Palmas; na região Nordeste, Cultivo Sustentável de Algas Marinhas, da Fundação Brasil Cidadão para Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente, em Fortaleza; na região Centro-Oeste, Adolescente Protagonistas, do Instituto de Estudos Socioeconômicos de Brasília; na região Sudeste, Vovô Sabe Tudo, da Prefeitura Municipal de Santos (SP); na Região Sul, Produção e Preservação de Sementes Crioulas, da União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, de Canguçu (RS). No prêmio temático Direito da Criança e do Adolescente e Protagonista Juvenil: Rádio pela Educação da Diocese de Santarém (PA); Gestão de Recursos Hídricos: Barragem Subterrânea com Lona Plástica e Participação de Mulheres na Gestão de Tecnologias Sociais da Cooperativa de Serviços Técnicos do Agronegócio, de Natal; Rede de Mulheres para a Comercialização Solidária, da Casa da Mulher do Nordeste, de Afogados da Ingazeira (PE).

Parabenizo todos os finalistas da 5ª edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologias Sociais de 2009 e, de maneira especial, as oito premiadas, que serão oferecidas no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil. Para quem desejar acessar, o "site" é www.fundacaobancodobrasil.org.br. Muito obrigado, Sr. Presidente.

110ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 1º/12/2009

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas e Deputados, venho a esta tribuna para lembrar que hoje é o Dia Mundial de Luta contra a Aids, que traz como tema este ano "Viver com aids é possível, com preconceito não". A data marca uma série de mobilizações em todo o mundo para alertar a população acerca da importância da prevenção, da garantia de acesso ao diagnóstico e ao tratamento e do combate ao preconceito.

É importante destacar o empenho e a preocupação desta Casa Legislativa nesse contexto, que, a rigor, é de sua função e competência. Desde março temos instalada a Comissão Extraordinária de Políticas Públicas de Enfrentamento à Aids, às DSTs, ao Alcoolismo, às Drogas e Entorpecentes, que vem colhendo informações da realidade da aids, tanto em termos de transmissão do vírus quanto das políticas públicas hoje aplicadas em todo o Estado.

Dessas reuniões sairá um relatório com indicações de novas intervenções e mudanças de paradigma. Serão apontadas as dificuldades, principalmente no item testagem, no interior do Estado, onde a assistência ainda não corresponde à demanda. A importância desse trabalho é sobretudo alertar para situações, como a já apurada por órgãos de saúde, de que hoje 40% dos jovens não usam preservativos em suas relações.

Ficou evidente, também na avaliação de técnicos da área, que são necessários investimentos contínuos na propaganda, para que os cuidados com a doença não caiam no esquecimento. Cópias desse documento serão enviadas ao governo do Estado, à Secretaria de Saúde e ao Ministério da Saúde. Sr. Presidente, agradeço o empenho de técnicos, profissionais de saúde e Presidentes de ONGs que aqui vieram dar sua importante contribuição para que Minas conheça a realidade da aids no Estado. Destaco o grande trabalho realizado em Belo Horizonte e na região metropolitana pela Pastoral da Aids, que hoje é referência na prevenção com o projeto Prevenção Itinerante, que, em seis meses, atingiu mais de 3 mil pessoas com palestras, "blitzes" educativas e campanhas de prevenção a HIV e aids. A Arquidiocese de Belo Horizonte também tem sido parceira na luta contra a aids, com a abertura da Casa de Apoio Nossa Senhora da Conceição, com capacidade para 30 leitos, 15 masculinos e 15 femininos. É referência de atendimento, cuidado e respeito com as pessoas que ali se encontram. Destacamos ainda as ações das organizações da sociedade civil que atuam no Estado por meio do Fórum Minas de ONG-Aids, que vem se articulando com os governos estadual e municipais para trabalharem juntos na contenção da epidemia.

Os números divulgados pela Organização Mundial da Saúde - OMS -, na última semana, revelam situações importantes, como a diminuição de 17% do número de novas infecções pelo vírus HIV nos últimos oito anos, na maior parte do planeta. Mesmo assim se estima que mais de 33 milhões de pessoas vivam hoje com o vírus da aids. Do ponto de vista de novidades em termos de vacina, as notícias em 2009 ainda não foram completamente animadoras. Algumas pesquisas mostraram que a associação entre dois dos tipos de vacinas que vêm sendo testadas no momento pode oferecer proteção ainda bastante discreta. Não existe ainda nem está prevista para curto prazo vacina disponível que garanta grande eficácia. Outra novidade é o estudo que começa a ser desenhado em múltiplos centros para checar se o uso de medicamentos preventivos diminuiria a chance de contaminação pelo vírus HIV. Nesse caso, pessoas que estão mais sujeitas a situações de risco tomariam remédio antiviral durante alguns meses, para saber se os eventuais benefícios de se evitar infecção compensam os efeitos colaterais e os problemas de resistência do vírus aos remédios.

Segundo relatório da Unids divulgado recentemente, a aids está em queda nos grandes centros urbanos; a epidemia cresce no interior do País, do Estado. De 1997 a 2007, a taxa de incidência subiu em Municípios com menos de 50 mil habitantes. Ainda conforme o relatório, as pessoas com o vírus estão vivendo mais, e há cada vez menos infectados no mundo. Quer dizer, há hoje, aproximadamente, de 400 mil a 450 mil pessoas que estão com o vírus e ainda não sabem, isto é, ainda não adoeceram. A epidemia tende a se estabilizar, exceto na Europa Oriental e na Ásia Central. O levantamento diz que 60% das pessoas que têm HIV não sabem que são portadoras do vírus.

Quer dizer, há hoje, aproximadamente, de 400 mil a 450 mil pessoas que estão com o vírus e ainda não sabem, isto é, ainda não adoeceram. Além disso, um terço das pessoas que vivem com o vírus também têm tuberculose.

Os grandes centros urbanos do País, onde estão concentrados 52% dos casos de aids, registraram queda de 15% na taxa de incidência da doença entre 1997 e 2007. Nesse mesmo período, a incidência nos Municípios com menos de 50 mil habitantes dobrou, revelando que a epidemia caminhou para o interior do País.

Em Municípios com mais de 500 mil pessoas, houve um decréscimo da taxa de incidência, entre 1997 e 2007, de 32,3 para 27,4 notificações por 100 mil habitantes. Ao longo desses 10 anos, 24 dos 39 Municípios com mais de 500 mil habitantes registraram queda significativa na taxa de incidência ou elas se mantiveram estáveis. Como essas 39 cidades são responsáveis por 283.191 casos de aids - 52% do total de casos acumulados -, mudanças ocorridas ali têm impacto maior na conformação da epidemia.

No mesmo período, a taxa nas cidades com menos de 50 mil habitantes passou de 4,4 ocorrências em 1997 para 8,2 ocorrências em 2007. O conjunto das 4.982 cidades com menos de 50 mil habitantes - 90% dos Municípios brasileiros -, concentra 34% da população e 15,4% dos casos de aids identificados no País, em 2007.

O mapa permite conhecer as diversas epidemias existentes no País e fornecer aos gestores locais os instrumentos para que eles possam adequar as respostas às suas realidades. Dos 100 Municípios com mais de 50 mil habitantes que apresentam a maior taxa de incidência de aids, os 20 primeiros da lista estão no Sul. A primeira colocada é Porto Alegre, com taxa de incidência de 111,5 por cada 100 mil habitantes, seguida por Camboriú, com 91,3. A tendência de crescimento de aids nas cidades menores e queda nas maiores confirma-se nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Mas Norte e Nordeste apresentam um perfil diferente. Ocorre aumento da taxa de incidência, quando se compara 1997 com 2007, tanto em Municípios grandes quanto em pequenos. Os dados justificam a necessidade de contínuo investimento em ações descentralizadas, respeitando as especificidades de cada local, sem perder o foco de que a epidemia no Brasil é concentrada.

De 1980 a junho de 2009, foram registrados 544.846 casos de aids no Brasil. Durante esse período, 217.091 mortes ocorreram em decorrência da doença. Por ano, são notificados entre 33 mil e 35 mil novos casos de aids. Em relação ao HIV, a estimativa é de que existam 630 mil pessoas infectadas no País.

Dos casos de aids acumulados de 1980 a 2009, a Região Sudeste é a que tem menor percentual: 59,3% do total de notificações, com 323.069 casos da doença. Chama a atenção a análise da razão do sexo em jovens de 13 a 19 anos. Nessa faixa etária, o número de casos de aids é maior entre as meninas. A inversão vem desde 1998: 8 casos em meninos para cada 10 casos em meninas. Entre homens a taxa de incidência de 2007 foi de 22 notificações por 100 mil habitantes; entre as mulheres, 13,9. Em ambos os sexos, as maiores taxas de incidência encontram-se na faixa etária de 25 a 49 anos. Comparando-se 1997 a 2007, a taxa apresenta tendência de crescimento em homens, a partir dos 40 anos, e em mulheres, a partir dos 30. Felizmente o pior momento da aids no País já passou. Como já disse, é necessário vigilância permanente e acompanhamento da mudança do perfil do transmissor do vírus. Em outubro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, em parceria com o Ministério da Saúde, montou uma campanha de combate ao vírus inedita no mundo, com o slogan "Declare seu amor por você". A campanha está atuando em Manaus, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, João Pessoa e, em breve, estará também em Minas Gerais. Em todas elas, a Pastoral da Aids da CNBB mobilizará seus 13 mil agentes para conscientizar a população sobre a importância da realização do teste de aids. A ela se unem a Pastoral da Criança, com 260 mil agentes; e a Pastoral da Saúde, com 80 mil pessoas.

Sr. Presidente, esta Casa quer continuar dando sua contribuição a essa questão que ainda atormenta muitas famílias. Peço aos pais que continuem orientando seus filhos, fiscalizando-os e deixando claro para eles que há medicação para combater o vírus, mas não há cura. Quero alertar os jovens para que não usem antiviral por conta própria na crença de que estarão imunizados do HIV. Essa ideia é falsa. Quero aqui, Sr. Presidente, alertar mais uma vez: aumentaram em mais de 100% os casos de jovens de 15 a 29 anos - a pesquisa constatou - que não usam preservativo. Aumentaram em mais de 100% também entre as idades de 50 a 65 anos. Então a prevenção é fazer sexo seguro, usar o preservativo. A doença está aí e não tem cura; o vírus está aí e está crescendo. Volto a dizer, o caminho é a prevenção. A menina, o rapaz, o homem, a criança, o jovem bonito ou feio, de condições financeiras, pessoas com ou sem dinheiro, todos podem ter aids. Há aquela máxima, Sr. Presidente, que as pessoas dizem, "estou careca de saber que isso contamina e não contamina", ... Sr. Presidente, só para concluir, já que o caso é grave, esse tabu, esse preconceito precisa ser quebrado. É necessário conversar com os filhos, com o marido, a esposa, é preciso ter sempre esse contato, esse relacionamento. Como disse aqui, o melhor remédio, no momento, é a prevenção; é prevenir para não ter de remediar. Muito obrigado.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, servidores da Casa, senhores e senhoras que nos acompanham das galerias ou pela TV Assembleia, o que me traz a esta tribuna é assunto de certa forma delicado, que tem sido tratado com certo zelo e, eu diria, até com certo preciosismo, mas que precisa ser encarado dentro da realidade do contexto social em que vivemos. O caso envolve uma psicóloga de nossa relação, Rozangela Justino. Mas não vou entrar no mérito da questão ética do Conselho Federal de Psicologia, mesmo porque, como tenho uma filha psicóloga, tenho a obrigação de conhecer um pouco do manual de ética desse Conselho, mas essa nossa amiga, Rozangela Justino, foi de certa forma mal interpretada pelo trabalho que realizava e que, infelizmente, parou de realizar.

O assunto diz respeito à questão homossexual. No contexto social em que vivemos, é impossível ignorar a presença dos homossexuais em nosso país e em todo o mundo. A homossexualidade está aí em nossa sociedade. Mas quero falar, Sr. Presidente, do que chamo de hipocrisia no trato dessa questão da homossexualidade, principalmente no Brasil, e explico por que qualifico esse trato como hipocrisia. Em primeiro lugar, o Projeto de Lei Complementar nº 122 propõe a punição de toda opinião contrária à prática homossexual. Mas a mesma lei que protege um lado protege o outro. Assim, opinião é algo muito diferente de agressão ou do uso de expressões inadequadas para o trato da questão homossexual. E é garantida na nossa Constituição a livre expressão. Por exemplo, às vezes, na questão religiosa, eu, que professo a fé batista, sou criticado por minha profissão de fé. E acho que a crítica pode até me ajudar a melhorar como pessoa, como dizia São Francisco, que afirmava que preferia os que o criticavam e o ajudavam a se tornar uma pessoa melhor do que os que o bajulavam com a intenção de corrompê-lo.

Quando falo em hipocrisia é porque nossa amiga, a psicóloga Rozangela Justino, foi proibida pelo Conselho Federal de Psicologia de continuar com o atendimento aos homossexuais que a procuravam. Ela, então, fez um comunicado que me chegou às mãos, com o pedido de que o tornasse conhecido, e passo a lê-lo. (- Lê:)

"Comunicado de Rozangela Justino à sociedade brasileira. Informo à sociedade brasileira que não mais atenderei às pessoas que desejam deixar a homossexualidade. Embora desenvolva esse trabalho desde 1988, tanto em meu consultório quanto em instituições de apoio, reconheço que não devo ignorar a Resolução nº 1/99 do Conselho Federal de Psicologia, ainda que a Organização Mundial da Saúde, através da sua publicação oficial, CID 10, deixe claro que é possível procurar apoio terapêutico para mudança da orientação homossexual em caso de essa ser egodistônica, ou seja, quando a homossexualidade, fora de sintonia com o próprio eu, leva a pessoa a um estado de sofrimento psíquico".

E nós sabemos por experiência, e falo como pastor. Lidamos muito com a questão homossexual. Há pessoas que nos procuram em verdadeiro conflito, e muitas delas estão sendo carcomidas por esse conflito. Quando uma pessoa homossexual procura aconselhamento de um pastor ou psicólogo, está querendo acabar com o conflito em que vive. Falei em hipocrisia no início. Por que proibir a um homossexual procurar ajuda e aconselhamento para migrar da condição de homossexual para heterossexual? Por que isso se torna crime, é proibido, e quando essa mesma pessoa quer deixar sua condição de homossexual para transexual e procura um médico para fazer a cirurgia de mudança de sexo, isso não é errado? A questão da hipocrisia é essa. A medicina pode exercer o seu trabalho perfeitamente, fazendo as cirurgias de mudança de sexo e propiciando ao homossexual passar à condição de transexual, mas há mecanismos que impedem que o homossexual seja acompanhado, tratado e aconselhado para, sendo sua vontade, tornar-se heterossexual.

Não podendo ignorar essa realidade que vivemos na nossa sociedade, sabemos que a diferença entre remédio e veneno é apenas de dose. E quero crer que nessa questão a diferença está na dose do entendimento e da sua aplicação. Por isso, ao fazer esse curto pronunciamento, quero dizer que não podemos tirar das pessoas o seu direito legítimo de fazerem suas escolhas. Uma pessoa que procura um aconselhamento e ajuda nesse sentido está querendo acabar com o conflito interno que vive. E imagino que esse conflito, normalmente, deixará de existir a partir do momento em que optar pela cirurgia de mudança de sexo, passando à condição de transexual, ou quando passar para a condição de homossexual para heterossexual. Mas, enquanto homossexual, sabemos que muitos vivem em conflito, e isso nos é confessado. Nem toda sociedade, nem todas as pessoas têm essa oportunidade, de receber no íntimo dos seus gabinetes de aconselhamento as pessoas com seus conflitos, que são muitos. Estou citando esse caso. É lamentável que nossa amiga Rozangela Justino, psicóloga, por força dessa determinação

do Conselho Federal de Psicologia, deixe de prestar essa assistência. Na outra ponta, seria para se criarem impedimentos ou mecanismos para que o homossexual não tivesse direito de procurar um médico que o ajudasse a se tornar transexual. Precisamos corrigir essas distorções, precisamos ser mais transparentes nessa questão.

Falando como pastor, digo que, como norma de comportamento na Igreja Batista da Lagoinha, temos a seguinte expressão: "Amamos os homossexuais, gostamos deles e os recebemos com muito carinho e amor em nosso meio". Há vários exemplos e testemunhos de muitos deles que se casaram, constituíram famílias e estão vivendo como heterossexuais e felizes na sua atual condição de vida.

Assim, precisamos encarar essa questão de um ponto de vista mais humano, do indivíduo que tem o direito de escolher, e não só da frieza da lei, de um decreto, de uma portaria ou do quer que seja. É um direito dele procurar essa orientação.

A psicóloga Rozangela Justino, nossa amiga, diz, a certa altura do seu texto, que ainda tem sido procurada por muitos homossexuais que querem seu acompanhamento; no entanto, infelizmente, está impedida de realizar esse trabalho de orientação, mesmo porque não se sente mais segura para isso.

Quero crer que a sociedade brasileira, mineira e belo-horizontina precisa ter um olhar diferente para com essa questão. Fala-se muito no preconceito. Na verdade, ele deve ser criticado e combatido em todas as instâncias e todos os lugares onde se manifestar; no entanto, impedir que alguém busque ajuda e ainda que pessoas contribuam para a sua ajuda é ferir o direito à individualidade e à liberdade. Não permitir que se fale sobre esse assunto fere também um outro direito: o direito de expressão.

Para finalizar, quero deixar esse pequeno registro reafirmando o que disse no início. De certa forma, estamos vivendo uma hipocrisia não só nessa, mas também em várias outras áreas, quando tratamos de determinado assunto sem considerar que ele envolve o direito do indivíduo. Muitas vezes esse direito tem sido violado, cerceado e cortado, exatamente porque algumas pessoas entendem - aliás, só no entendimento delas - que não se deve trazer à discussão determinados assuntos, o da questão homossexual é um deles. Devemos ter, sim, liberdade para fazê-lo e, principalmente quando formos procurados, oferecer-lhes o ombro e uma palavra de conselho, intervenção e orientação. É isso que defendo. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Eros Biondini - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, os servidores da Assembleia, os amigos e as amigas que nos acompanham das galerias, a imprensa aqui presente e os telespectadores da nossa querida TV Assembleia, que a cada dia nos dão o "feedback" do nosso trabalho parlamentar e que são o termômetro de todo o nosso desempenho nesta Assembleia. Por isso também os quero saudar.

Sr. Presidente, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de, em nome da Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura, repassar um convite da PMMG: "O Comandante de Policiamento da Capital, Cel. PM Nilo Sérgio da Silva, e o Comandante da Academia de Polícia Militar, Cel. PM Fábio Manhães Xavier, convidam para a solenidade de lançamento da operação natalina a realizar-se no dia 2/12/2009, às 10 horas, na Praça da Estação". Nesse encontro teremos a participação de cerca de 1.700 policiais durante todo o momento da solenidade. Será um evento muito importante.

Quero também, Sr. Presidente, assim como fez o Deputado Célio Moreira, frisar e lembrar a todos que hoje é o Dia Internacional do Combate à Aids. Há muitos anos, muito antes de entrar na política, militava nessa área como voluntário, não só em Minas Gerais, mas também em várias cidades do Brasil, onde comunidades acolhem os portadores do vírus HIV e pacientes terminais de Aids. Por exemplo, a própria Fazenda da Esperança, em Guaratinguetá, do nosso querido Frei Hans Stapel. Daqui a pouco falarei mais sobre isso, mas, como estou abordando o assunto das drogas, ressalto nossa luta não só pela prevenção, mas pelo cuidado em favor dessas pessoas que foram infectadas pelo vírus HIV.

Sabemos que hoje, por diagnóstico precoce, podemos evitar o óbito de milhares de pessoas. Daí, Sr. Presidente, nesse Dia Internacional do Combate à Aids, o nosso apelo para que todas as pessoas de grupos de risco procurem comunidades como o Grupo Vhiver, que tem ajudado muito; o Grupo de Apoio à Prevenção e aos Portadores de Aids - Grappa. Junto com o Deputado Célio Moreira, temos ajudado essas duas comunidades e tantas outras. Espero que as pessoas procurem ajuda nesses grupos, bem como suas famílias, para que não seja tarde demais, quando os sintomas começarem a aparecer.

Hoje no mundo inteiro se mobiliza um sentimento de compaixão e, ao mesmo tempo, um sentimento de inclusão, com o seguinte "slogan": "Viver com Aids é possível; não é possível viver com o preconceito". Em nome da CNBB, da luta da arquidiocese de Belo Horizonte, que também faz um trabalho e possui uma casa específica para acolher portadores do vírus HIV e pacientes já acometidos de Aids, fica aqui a nossa solidariedade, o nosso grito de não ao preconceito e o nosso desejo de que as políticas públicas do País caminhem de maneira mais sábia, para podermos minimizar esse grande mal.

Gostaria de frisar um detalhe pouco explorado aqui, no intuito de preservar da Aids a população jovem. Muitas vezes, a estratégia de política pública acaba extrapolando os limites e fazendo quase uma apologia a uma iniciação precoce da vida sexual de crianças e adolescentes. Isso está errado, Sr. Presidente, porque muitos jovens que estão na escola, ou seja, pré-adolescentes e adolescentes, estão sendo estimulados a começar a vida sexual antes da hora pelo fato de ser exageradamente propagado o uso de preservativo.

Pela pesquisa que realizamos na África, sabemos muito bem que toda a distribuição de preservativos tem sido insuficiente. Em alguns países onde há consciência da castidade, orientação a pré-adolescentes, adolescentes e jovens sobre a construção da afetividade, da sexualidade e do matrimônio, os índices têm caído de maneira acentuada. Portanto deixo também aqui essas palavras.

Sr. Presidente, a política é a ciência, a atividade que visa ao bem comum. São Paulo, na Carta aos Coríntios, Capítulo 12, fala sobre a busca do bem de todos. A política é, portanto, a busca do bem de todos. O Papa Paulo VI diz que a política é a forma privilegiada de se exercer a caridade. Sim, Sr. Presidente, a verdadeira política é a arte de propor normas e regras que atendam a toda a população, a todos os cidadãos, é a defesa da vida em todas as suas etapas. A defesa da vida é bandeira confiada a nós. Posso dizer, com toda a alegria, que hoje, no Brasil, somos vencedores na luta contra o aborto, e é justamente em virtude da mobilização popular, da consciência e do espírito da população brasileira, que é definitivamente a favor da vida e contra a morte, o assassinato. Segundo Madre Teresa de Calcutá, o aborto é pior que a fome, pior que a guerra, porque mata os seres mais indefesos. Sr. Presidente, ao caminharmos na praia, se encontrarmos ninho de tartarugas marinhas e destruirmos os ovos, seremos presos por crime inafiançável. A defesa da vida não se restringe à luta contra o aborto.

Venho hoje aqui para falar até mais sobre outro assunto. Ao nascer - todos devemos ter o direito de nascer -, precisamos também ter dignidade para seguir o curso normal de nossa vida. Por isso precisamos de políticas públicas para as mulheres, para que tenham condições dignas de dar à luz e criar seus filhos. Que se evite a angústia de mulher ou de casal que se vê impossibilitado de colocar alimento na mesa para o filho que nascerá. Mesmo que isso seja realidade, nada justifica o impedimento da vida. Não, Sr. Presidente. Sabemos da grande e famosa história de Beethoven, cujos irmãos eram todos surdos. Então, aquele filho, depois de tantos irmãos surdos que nasceram antes, foi condenado ao aborto. Por sua mãe não aceitar o aborto, nasceu esse homem, sobre o qual não precisamos falar nada, porque todos o conhecemos e o admiramos. Ao nascerem, as crianças precisam ter dignidade e proteção do governo. Quero lembrar o artigo que temos citado nos projetos Todos contra a Pedofilia, Minas contra a Pedofilia e Mundo Novo contra a Pedofilia, que é projeto que lançamos em nossa comunidade católica.

Trata-se do art. 227 da Constituição Federal, que diz: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Portanto, as crianças e os adolescentes são prioridades absolutas. Essa é a maior das prioridades. Em minha opinião, não precisaria estar na Constituição, como diz o Dr. Carlos Fortes, Promotor da Vara da Infância da Comarca de Divinópolis, um braço direito na luta contra a pedofilia. As crianças e os adolescentes são o futuro, são o presente, são a esperança. Por isso, são prioridades absolutas.

Essa bandeira foi confiada a nós, cristãos, homens de boa-vontade. Se não lutarmos para dar dignidade aos nascituros, às crianças, aos pré-adolescentes e aos jovens, estaremos condenando nossa cidade, nosso Estado, nosso país e todo o mundo a uma grande tragédia social e civil.

Sr. Presidente, o Brasil vive uma situação lastimável em relação à pedofilia e a outros crimes praticados contra a criança. Convivo muito com o D. Ascona, Bispo da Prelazia de Marajó, em Belém do Pará, que foi até jurado de morte. Ele trava uma grande batalha contra a exploração sexual de crianças, muitas vezes vendidas por menos de R\$1,00 por programa. Elas são vítimas de pedofilia, exploração, abuso, estupro.

Sr. Presidente, caros telespectadores, o Brasil quase lidera o acesso aos "sites" de pornografia infantil e de pedofilia. A defesa da vida não se restringe à luta contra o aborto e a pedofilia, nossa grande bandeira.

Os jornais de hoje estão noticiando que nossos jovens estão morrendo por causa das drogas. O Deputado Célio Moreira falava há pouco da realidade das doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo a Aids. Sabemos que a droga é um grande veículo de transmissão dessas doenças. Ela está matando a nossa juventude. Os crimes praticados como consequência do uso das drogas são da ordem de 50%, porcentagem altíssima. Através do projeto de assistência às vítimas de violência, acompanhei a inauguração do Centro de Referência às Gestantes Privadas de Liberdade, na MG-10, em Belo Horizonte e em Vespasiano. Acompanho o belo trabalho desenvolvido pelo Governador Aécio Neves em favor do Centro de Referência e percebo que quase 100% das mulheres grávidas ou com crianças estão privadas de liberdade por causa das drogas.

Estou fazendo coro com os nobres pares e pedindo que o governo continue investindo nessa política pública de prevenção e combate às drogas, sobretudo na recuperação dos dependentes químicos através das comunidades terapêuticas.

Agradeço a V. Exa. a tolerância. Quero dizer que hoje Minas Gerais detém a melhor política pública de combate às drogas, com orçamento superior ao da União, mas ainda precisamos de mais. Precisamos ajudar os que são vocacionados. Assim que puder, quero voltar a esta tribuna para tratar do mesmo assunto, porque quero trazer dados que comprovem que vale a pena investir na recuperação dessas pessoas. Se preservarmos nossos jovens do uso do "crack" e de outras drogas, vamos evitar uma cascata de despesas com a saúde, a educação e tantas outras. Precisamos equipar e ajudar as comunidades terapêuticas para que acolham o maior número de pessoas que precisam e que querem sair desse vício porque somos testemunhas de que os que querem, conseguem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, público presente, gostaria de saudar também a todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia. Venho a esta tribuna cumprimentar, antes de iniciar nossas palavras, a luta dos nossos Agentes Penitenciários, que até hoje aguardam uma solução por parte do Governador Aécio Neves, que ainda não se pronunciou a respeito da demissão de mais de 600 Agentes, sem nenhum direito de defesa. Nossa bancada continua na defesa e na luta para que seja feita justiça para com nossos Agentes Penitenciários.

Mas ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, para relatar um grande acontecimento ocorrido ontem em Montes Claros, organizado pela sociedade rural de lá e por todos os sindicatos de produtores e trabalhadores rurais do Norte de Minas. Tivemos um grande debate no auditório do Parque de Exposições Agropecuárias de Montes Claros, que reuniu quase 2 mil produtores e trabalhadores rurais do Norte de Minas para protestar, para gritar em defesa da região e dos seus produtores, que vêm sofrendo a cada dia com a perseguição implacável da burocracia, da ditadura ambiental imposta à região pelo governo de Minas, pelos órgãos ambientais liderados pelo IEF. Foi uma belíssima reunião, muito participativa. Lá estiveram os Deputados da bancada do Norte, Gil Pereira, Carlos Pimenta e Arlen Santiago. Na oportunidade todos ouviram as explicações, os pedidos da classe rural da região. Foi uma reunião muito importante. Estiveram lá várias lideranças, entre elas o ex-Deputado Vittorio Mediolli, que falou sobre os impedimentos do Jaíba. Estamos, de certa forma, muito esperançosos de que o governo pare um pouco, faça uma reflexão e dê, o mais rápido possível, uma solução para esse problema que o Norte de Minas vem cobrando do governo e das autoridades há muito tempo.

O que mais impressiona, Sr. Presidente, é que, apesar de toda essa luta, de estarmos constantemente, toda semana, usando esta tribuna, denunciando os fatos abusivos que ocorrem naquela região, as multas abusivas aplicadas pelo IEF, a indústria de multa dos órgãos do governo instalada no Norte de Minas, não só na área ambiental, a perseguição ainda continua.

Quero destacar também a perseguição implacável aos taxistas do Norte de Minas pelo DER. Faço uma cobrança aqui aos Diretores daquela instituição que estiveram, na semana passada, numa audiência conosco, quando, naquela ocasião, fizeram o compromisso de que medidas seriam tomadas, porém nada se fez até hoje, medida alguma foi tomada. Muito pelo contrário, a fiscalização ostensiva voltou às estradas do Norte de Minas. Agora parece que virou picuinha, porque, além do DER, mandaram um destacamento de Governador Valadares para Janaúba e Brasília de Minas, coincidentemente duas cidades administradas pelo Partido dos Trabalhadores. Não sei qual foi o critério de escolha, mas essa é a verdade. Lá também se instalou a perseguição aos produtores rurais. O policiamento militar está fazendo guarda nas estradas vicinais do Município, coisa que nunca vimos na história deste Estado. E o pior é que, com essa fiscalização, ainda vem o fuxico, as mentiras plantadas pelos fuxiqueiros de plantão do governo naquela região, de que foram os Prefeitos que pediram a fiscalização. Quero dizer aqui que nem o Prefeito de Brasília de Minas, Jairzinho, nem o de Janaúba, José Benedito, fizeram qualquer pedido para que a Polícia Militar realizasse uma fiscalização nas estradas municipais. O que está ocorrendo é uma perseguição à nossa região, às nossas administrações, ao povo do Norte de Minas pela Polícia Militar, que está vindo de outras regiões, não deixa nem os policiais de lá fazerem, porque são pessoas conhecidas. Estão trazendo policiais de Valadares, que não têm dó nem piedade, multam muito. Se não houver problema no carro, eles inventam, mas os motoristas têm de sair com multa, pois eles têm de cumprir a meta. Isso é um absurdo. As populações de Brasília de Minas e Janaúba não aceitam essa perseguição, da mesma forma que os nossos taxistas também não a aceitam.

Se não bastasse tudo que o IEF vem fazendo no Norte de Minas, se não bastassem as multas milionárias e a perseguição implacável, agora inventaram mais uma medida para prejudicar a economia da nossa região. O Norte de Minas já tem 11 parques estaduais, 2 nacionais e várias APAs. Há 1.100.000ha de parques só no Norte do Estado. Agora, Deputado Carlin Moura, o IEF anuncia, com grande manchete no seu "site", o primeiro parque do Triângulo Mineiro. Pasmé, Norte de Minas! O tamanho do parque do Triângulo é de 2.000ha. Nós já temos 1.100.000ha de parques. Agora o IEF quer engessar de vez a região de Janaúba e Cônego Marinho, Bonito de Minas, Itacarambi, São João das Missões e Miravânia. Quer ampliar o Parque Veredas do Peruáçu de 30.000ha para 165.000ha, tomando, simplesmente, 70% do Município de Cônego Marinho e boa parte dos Municípios de Janaúba, Manga, Itacarambi, São João das Missões e Miravânia.

Até onde esse pessoal vai? Que absurdo é esse? Quanto mais falamos e cobramos aqui, parece até que querem fazer gracinha com o povo do Norte de Minas. Por que não exigir que os produtores, os usineiros do Triângulo façam cumprir a lei estadual? Por que não plantam lá os 20% de reserva que estão devendo? Por que só o Norte de Minas tem de pagar esse preço tão alto, esse confisco, Sr. Governador? Porque isso é confisco, Governador Aécio Neves. Se isso não chegou até V. Exa., que chegue agora. Parece que os puxa-sacos de plantão não deixam as coisas chegarem até o Governador. O Norte de Minas, Governador Aécio Neves, não suporta mais esta política de perseguição aos produtores

da região, que está muito prejudicada. O agronegócio no Brasil, nos seis anos do governo Lula, cresceu 70%; no Norte de Minas, teve queda de 10%. Trata-se de região que sobrevive exclusivamente da agricultura. Estamos perdendo 200 mil postos de trabalho no Norte de Minas, e o governo não faz nada. Quando traz alguma indústria para o Estado, tem endereço certo: ou é para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, para o Vale do Aço ou para o Triângulo Mineiro. Nunca este governo levou uma indústria para gerar emprego e renda no Norte do Estado. Mas leva para lá a fiscalização do IEF, para confiscar as propriedades alheias, para perseguir os taxistas, para perseguir os produtores, o que estão fazendo agora, neste exato momento, em Janaúba e Brasília de Minas. Que governo é este, que faz propaganda, mas persegue a região mais pobre do Estado? Queremos uma resposta do Sr. Governador, que tem enviado constantemente àquela região o Vice-Governador. Ele se encontra lá quase todos os dias, quase todo mês, fazendo campanha, portanto poderia ouvir o clamor daqueles produtores, daquela gente que não aguenta mais tanta perseguição, Sr. Governador. Assim, com o recado de ontem, dado na Sociedade Rural de Montes Claros, onde se reuniram mais de dois mil produtores daquela região, tenho certeza de que V. Exa. tomará alguma providência. Se sua bancada, se seus Deputados votados no Norte, se as pessoas não fazem chegar até V. Exa. o que está acontecendo e se V. Exa. não ouve os recados desta tribuna, pedirei daqui audiência com V. Exa. Aliás, já pedi várias e nunca fui recebido. Que V. Exa. me receba, pois relatarei o que está acontecendo no Norte de Minas. Isso porque talvez, como sempre diz o Deputado Antônio Júlio, há muita gente aqui que gosta de bajular e não faz as coisas chegarem até V. Exa. Espero que V. Exa. me receba um dia em seu gabinete, para eu relatar os absurdos que vêm acontecendo naquela região do Estado, que esperava mais do governo, mais obras, tratamento diferenciado, como vemos nas propagandas de rádio e de televisão. Mas o que está acontecendo é outra coisa totalmente diferente. O que está acontecendo é isto que está estampado, esta manifestação que ocorreu ontem, em Montes Claros, de forma espontânea. Ninguém suporta mais esse tratamento, ninguém suporta mais que o Norte de Minas, que os produtores do Norte de Minas percam suas terras. O IEF está lá confiscando propriedades alheias.

Se V. Exa. realmente quiser resolver o problema do meio ambiente em Minas Gerais, nós, do Norte de Minas, damos a maior contribuição. Temos 56% de cobertura vegetal e podemos ajudar ainda mais do que 56%, mas o governo tem de arcar com as despesas, tem de indenizar os produtores, tem de fazer programa. E tenho a solução: meu projeto que está na Assembleia, pronto para ser votado, do ecocrédito, em que o governo poderia pagar por hectare preservado. O que não dá é esse confisco das propriedades.

O que está acontecendo aqui é confisco, porque nunca vi nenhum ambientalista, nenhum funcionário do IEF doar 1%, 2% ou 3% dos seus bens para preservar o meio ambiente. Agora, querem confiscar tudo que tem o produtor rural do Norte de Minas, que trabalhou a vida inteira para construir, apenas para que o governo possa ter metas, para que possa falar em Brasília, para que possa falar no mundo, na Europa? Já que querem fazer isso, que paguem a conta, que indenizem, que paguem à nossa gente. Mas confisco, Sr. Governador, o Norte de Minas não aceitará.

E hoje está acontecendo uma audiência pública em Miravânia para tentar aprovar mais um parque estadual, para tentar aumentar o Parque Estadual Veredas do Peruaçu para 160.000ha. Amanhã haverá uma audiência pública em Bonito de Minas e, na quinta-feira, em Cônego Marinho. Estou avisando e pedindo autorização a esta Assembleia. Estarei lá para defender o nosso povo, para mostrar que a região tem representante e que não vamos deixar fazer mais esse confisco que o governo vem praticando no Norte de Minas contra os produtores da região. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados e público que nos acompanha aqui ou pela TV Assembleia, inicialmente quero manifestar a minha satisfação por termos acabado de aprovar, na Comissão de Administração Pública, um parecer, de nossa autoria, sobre o projeto de lei que regulariza a situação funcional de diversos servidores - eu diria centenas de servidores - do DER e do Ipsemg.

Para que aqueles que nos acompanham, tanto aqui na Assembleia mineira ou pela TV Assembleia, possam entender melhor a dimensão do projeto, farei um relato sobre ele em poucas palavras. Primeiro, ele faz justiça aos servidores do Ipsemg e do DER, que, há alguns anos, têm vivido, especialmente no último ano, uma angústia devido a uma falha do Estado, e não dos servidores.

Antes mesmo da Constituição de 1988, o Estado vinha cometendo alguns erros administrativos com esses servidores. Isso porque tratava de regularizar a carreira, definir reajustes salariais e decisões relativas à carreira desses servidores por meio de decreto, ou até mesmo de portarias deliberadas pelo Conselho do Ipsemg. Mas isso não tem nenhum respaldo constitucional; trata-se de um erro. E o servidor não é o culpado por essa situação. Ele está ali trabalhando, há décadas - aqui estou referindo-me aos servidores do DER, do Ipsemg, e até alcançando algumas outras entidades que tenham originariamente ingressado a partir dessas duas autarquias e que são considerados servidores de função pública. E não estou falando em garantir estabilidade para quem não tem estabilidade ou em aumentar salário deste ou daquele servidor. Estou falando dos servidores que vêm desenvolvendo a sua carreira no DER e no Ipsemg há décadas, alguns já aposentados, e que continuavam sendo de alguma forma pressionados emocionalmente - alguns chegaram a adoecer -, sob o argumento de que, por terem sido falhos os atos do governo no passado, eles poderiam ter os seus proventos reduzidos. E reduzidos de maneira assustadora.

Imaginem um servidor com curso superior, depois de quase 30 anos de carreira, trabalhando de uma maneira séria, prestando serviço ao Estado, o qual concluiu o curso superior para qualificar-se e crescer ali, fazendo a sua carreira. Essa pessoa tem a possibilidade de se aposentar com R\$2.500,00 ou R\$3.000,00, mas de repente recebe a seguinte notícia: "Os atos que fizeram a sua carreira funcional ao longo de mais de 20 anos - no DER ou no Ipsemg - são nulos.

Não estou falando do Governador Aécio nem do Vice-Governador Anastasia, porque foram eles que identificaram o problema. Hoje, vivemos um governo que, de fato, preocupa-se em atuar dentro da legalidade, diferentemente dos governos anteriores, de outros Governadores, há 10, 15, 20 e 30 anos. Existe um decreto de 1977, que estava sendo usado como base para a vida funcional desses servidores - um simples decreto.

A Constituição, a lei brasileira, deixa muito claro que qualquer mudança na carreira funcional ou qualquer decisão sobre reajuste tem de se basear em lei. E justamente esses erros cometidos no passado por governantes estavam prejudicando ou tendo a possibilidade de prejudicar esses servidores do DER e do Ipsemg. Não digo que esses ex-Governadores tenham agido de má-fé, mas, sim, com uma má assessoria jurídica. O erro deles poderia repercutir na vida desses servidores, a tal ponto que alguns já têm tempo para se aposentar - e não são poucos - mas, ao falarem em se aposentar, foram alertados para a possibilidade de a aposentadoria ser publicada sem que sejam aceitos todos os decretos e portarias que levaram ao crescimento da carreira. Nesse caso, eles poderiam se aposentar com apenas R\$350,00, já tendo cumprido 30 anos de carreira, com curso superior. O pior é que muitos desses servidores são arrimo de família, sustentam filhos e netos. Alguns até adoeceram em razão dessa apreensão e de uma injustiça absurda.

Levei esse problema ao governo, mais de uma vez, e houve ameaça de redução do salário desses servidores, não em razão de uma má vontade ou má-fé do governo atual, mas pelo temor de se manter um pagamento sem o devido amparo legal. Eu procurei o Prof. Antonio Augusto Anastasia, homem sensível à justiça e que gosta de fazer o que é certo, e levei a ele uma proposta. Até cheguei a ter a intenção de fazer uma proposta de lei na Assembleia, mas, cômico que sou de que temos limitações constitucionais, não poderia, como Deputado, querer propor uma lei para regularizar a situação de carreira e a situação salarial dos servidores. Assim, eu fiz um requerimento ao Governador Aécio Neves e ao Prof. Anastasia, solicitando do Governador o envio à Assembleia de um projeto de lei convalidando os decretos e as portarias, dando a eles força de lei, com vigência desde sua publicação, para assegurar o direito adquirido dos servidores do Ipsemg e do DER.

Aproveito para cumprimentar o Dr. Karam, Presidente do Ipsemg, por ter sido um dos árdios defensores dessa tese, apesar de, em alguns momentos, termos esbarrado com um ou outro que ainda queria questionar a legitimidade dessa tese. Digo que ele foi um defensor,

compreendendo que ela é a única saída que temos. O que queremos é convalidar esses decretos e essas portarias e tirar a espada que está sobre a cabeça desses servidores, injustamente. Hoje, na Comissão de Administração Pública, aprovamos um relatório de minha autoria, e agradeço ao Deputado Délio Malheiros por ter-me designado como relator. Ele é o Presidente da Comissão de Administração Pública e também está muito sensível à necessidade de se resolver a situação dos servidores do Ipsemg e do DER. Ao aprovarmos o parecer de nossa autoria, por unanimidade, na Comissão, criamos condições para que o Plenário vote esse projeto. Após a votação, não tenho dúvidas de que o Governador Aécio Neves - que é o verdadeiro autor do projeto (assim como o Vice-Governador Anastasia, que foi o nosso interlocutor), porque ele atendeu a um pedido nosso - irá sancionar a lei, resolvendo esse problema dos servidores do Ipsemg e do DER, que são duas instituições fundamentais para o nosso Estado. Aliás, o Ipsemg é patrimônio de todos os servidores, mesmo daqueles que não trabalham lá. Na verdade, o Ipsemg é dos servidores do Estado: da educação, da saúde, de todas as áreas. Não é justo que o órgão fique com essa situação irregular, indefinidamente, trazendo prejuízos para os seus servidores.

Outro assunto, Sr. Presidente, que me traz a esta tribuna é a área da saúde, pela qual tenho lutado desde o início do meu mandato. Aprendi a fazê-lo ainda quando Vereador e quando Prefeito, até porque minha esposa é profissional da área da saúde, é enfermeira, e, por isso, acabamos convivendo em casa com o debate, com a luta por melhores condições para a saúde pública. Esse é um desafio permanente de governantes sérios, mas, infelizmente, ainda há aqueles que dizem que investir na saúde não dá voto, porque a demanda é tão grande que, quanto mais se investir, mais ela aumentará, já que, ao se melhorar o atendimento público, todos o buscarão, e ele continuará insuficiente. Essa, infelizmente, é a mentalidade de alguns que estão na vida pública, mas não para servir. Quem está na vida pública para servir - essa é a grande missão - não pode nunca esquecer-se da saúde, da educação, da segurança pública, dos pilares de uma sociedade, para que, de fato, as pessoas tenham boa qualidade de vida.

É claro que podemos listar a cultura, o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, de modo geral, o esporte e o lazer, mas há alguns pilares sem os quais não se pode pensar um país mais justo. Como pensar um país sem educação, sem saúde, sem segurança?

O Brasil melhorou muito: hoje vivemos em uma democracia robustecida, forte, temos liberdade para manifestar o nosso pensamento. Hoje vivemos em um país com desenvolvimento tecnológico de ponta, somos um País respeitado no mundo, temos uma economia estável e uma moeda forte. Isso não é mérito de uma pessoa isoladamente, mas fruto da nossa história, que vem sendo construída há alguns anos. Mas ainda há mazelas terríveis. Uma delas, sem dúvida, é a saúde pública, que ainda está muito longe do que sonhamos. Em cada cidade em que atuo, graças a Deus, tenho o compromisso permanente de me associar às lideranças locais na luta por uma saúde pública melhor. Em cada uma delas temos visto, com alegria, bons resultados. Agora mesmo estamos construindo em Divinópolis um hospital regional que atenderá não só os 220 mil habitantes dessa cidade, mas com certeza a nossa região.

Há muitas cidades pequenas que nem têm hospital e que precisam obviamente do apoio da cidade-polo. Ali atenderemos ao povo mais pobre, será um hospital público para quem mais precisa. Conseguimos R\$36.000.000,00 com o Governador Aécio Neves para essa obra, que está iniciando-se e simultaneamente ampliando-se, ao lado do Prefeito Vladimir. É um trabalho sério nos programas de equipe do Saúde da Família. Conseguimos dinheiro para construir três grandes unidades, duas delas abrigarão três equipes. As três grandes unidades abrigarão oito equipes - duas de três e uma de duas equipes - nas regiões mais distantes, para que o povo que vive na periferia de Divinópolis seja atendido com carinho.

Ao mesmo tempo, em Coronel Fabriciano, fui-me associar aos meus irmãos da maçonaria, ao povo da cidade para resgatarmos o primeiro hospital do Vale do Aço, o Hospital Siderúrgica. Teremos a alegria de, ainda neste mês, ver inaugurada a UTI, com 10 leitos. Foi uma emenda de R\$200.000,00, de nossa autoria, que deu origem inicialmente às obras, possibilitando a reforma do espaço. Depois, conseguimos mais de R\$1.000.000,00 com o Governador para os equipamentos. Uma cidade de mais de 100 mil habitantes não tinha um leito de UTI. Agora, serão 10.

Estamos trabalhando na mesma linha para Piumhi ter a sua primeira UTI, já que a santa casa dessa cidade não tem nenhum leito. Se for preciso fazer uma cirurgia mais grave, não há condições de fazê-la na cidade; se um caso se complica, é preciso sair correndo com o paciente. Isso acontece em Piumhi, cidade belíssima, polo no Sudoeste mineiro. Conseguimos também uma emenda que possibilitará estruturar uma parte da santa casa para receber a UTI. Já estamos trabalhando para, no próximo ano, termos os equipamentos.

Da mesma forma, nos próximos dias veremos a inauguração do hospital de câncer em Passos. Graças a Deus, recebi a notícia ontem de que a emenda de R\$200.000,00, de nossa autoria, estará sendo paga nesta semana para ajudar na conclusão dos equipamentos desse hospital que funcionará em Passos.

Da mesma forma, participei nesse fim de semana da ampliação do hospital do câncer do Centro-Oeste mineiro, em Divinópolis. Foi luta da comunidade; todo feito com dinheiro de doações do povo da região. Foram usados R\$8.000.000,00 nas obras, 100% vindos de doações do povo. Obviamente continuaremos lutando para dar-lhe condições de funcionamento, e é aí que entra o SUS, às vezes muito criticado. Não basta ter a obra; para o funcionamento, o custeio, o dia a dia, precisa-se do dinheiro público, e teremos de lutar para ampliar o teto ou o volume de dinheiro que é alocado para o Hospital São João de Deus, além de batalhar pelo acelerador linear, tão necessário.

Finalmente, estive ontem em São João del-Rei, ao lado do Secretário de Estado, inaugurando obra importante do consórcio do Campo das Vertentes, o Cisver, que contará agora com ampla instalação de laboratório e de policlínica. Há mais de 10 anos, como Presidente do consórcio em Divinópolis, Amvi, montei o primeiro centro de apoio diagnóstico para o consórcio e sei como ele é importante para atender aos pequenos Municípios, que não têm condições de montar, sozinhos, um grande laboratório. Assim, esse laboratório foi montado em São João del-Rei, mas o que me alegrou ainda mais, na minha visita de ontem, foi o anúncio do Secretário, referente a atendimento a pedido meu, de celebração de convênio com a Prefeitura Municipal, para pôr em funcionamento o pronto-socorro construído no ano passado, que está pronto, mas parado, precisando de equipamentos e dinheiro para o custeio. Ontem, em atendimento a esse nosso pedido, foi assinado convênio de R\$1.200.000,00 para os equipamentos e garantiu-se parceria que possibilitará, com o custeio, o funcionamento da UPA em São João del-Rei, melhorando a saúde daquela região.

Graças a Deus, temos o que comemorar, embora o desafio seja ainda maior e tenhamos de trabalhar muito para melhorar ainda mais a saúde pública, que ainda deixa muito a desejar. Mas esses relatos que fiz aqui mostram que estamos no caminho certo, com um grande líder, que é o Governador Aécio Neves; um grande parceiro, a quem agradeço aqui, o Secretário Marcus Pestana; e principalmente com Prefeitos e com as lideranças nos Municípios e nas santas casas, todos empenhados em melhorar a saúde da nossa gente. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa, venho a esta tribuna para fazer alguns relatos sobre nossa agenda neste fim de semana. Participamos, em Ipatinga, do VII Encontro Nacional do Movimento Fé e Política, movimento cristão com forte inserção e presença na Igreja Católica, mas de cunho ecumênico. Na sétima edição de seu encontro nacional, o Movimento Fé e Política acumulou, ao longo dos últimos anos, uma série de reflexões e orientações para a atuação dos cristãos na política brasileira. Esse movimento sempre bebeu nas fontes evangélicas, com inspiração e vinculação também muito fortes com a teologia latino-americana, de maneira particular com a Teologia da Libertação. Sabemos que a igreja brasileira teve papel decisivo nas últimas décadas no Brasil, levando para a política sua posição e deliberações sociais, influenciando movimentos, instituições e mesmo as mais distintas organizações partidárias, fazendo com que sua visão social influenciasse positivamente a construção de sociedade justa, fraterna e solidária. No processo de redemocratização do Brasil e, antes disso, na resistência à ditadura militar, os cristãos brasileiros, orientados e inspirados pela Teologia da Libertação, tiveram atuação decisiva para garantir a liberdade democrática e o resgate da democracia no Brasil e para auxiliar a organização da nossa sociedade na resistência à ditadura militar.

O VII Encontro Nacional Fé e Política reuniu em Ipatinga, nesse final de semana, lideranças históricas de todo o território nacional. Praticamente todos os Estados brasileiros estavam representados, levando a reflexão e a experiência de organização e de luta social, de inserção nos movimentos e nas organizações sociais de todo o Brasil, para renovar a reflexão diante deste momento político brasileiro que estamos vivendo.

Com o tema "Espiritualidade, ecologia e economia", os debates foram realizados em vários grupos temáticos: a relação do movimento sindical e dos movimentos sociais; a solidariedade e a economia solidária, que vem se afirmando gradativamente no Brasil e no mundo; as relações do comércio justo; a relação da ecologia com a economia e com essa espiritualidade aberta. Falamos de uma espiritualidade ecumênica, que ganha contornos novos e inusitados na medida em que congrega todas as manifestações religiosas, quando se propõe a ter um cunho planetário. Uma espiritualidade que fortalece a noção de consciência planetária, em que cada ser humano das diversas nacionalidades se percebe como cidadão do mundo, responsável pela nossa casa comum, pelo planeta Terra.

Consideramos essa espiritualidade fundamental para proporcionar uma nova visão da presença e da atuação das atividades e de todos os impactos positivos e negativos da civilização no planeta. A possibilidade de uma intervenção orientada por essa noção da consciência e da cidadania planetária tem um cunho profundamente espiritual. Foi essa a grande reflexão ocorrida no VI Encontro Nacional do Movimento Fé e Política. Estávamos presentes este Deputado, o Deputado Padre João, Líder da Bancada do PT, a Deputada Maria Tereza Lara, os Deputados Carlos Gomes e Durval Ângelo; além dos Deputados do PT, o Deputado Federal Chico Alencar, do Pso. Portanto, esse vínculo do PT e dos movimentos sociais de emancipação política e de libertação, que marcaram claramente as últimas décadas, estavam presentes nesse encontro. Gostaríamos de parabenizar a organização do 7º Encontro Nacional Fé e Política e todos os que fizeram um esforço muito grande para estar em Ipatinga nesse final de semana. Caravanas de todos os Estados do Brasil andaram dias e dias para lá estar, nesse esforço de reflexão sobre os destinos do Brasil e a necessidade de fortalecer a organização e os movimentos sociais de cunho emancipatório no nosso país.

Ainda nessa linha, Sr. Presidente, queremos tratar das comemorações dos 50 anos do ministério presbiteral de D. Leonardo de Miranda Pereira, Bispo da nossa querida Paracatu. Neste momento de grande alegria, queremos nos congratular com toda a comunidade paracatuense e o nosso Bispo D. Leonardo pela passagem do seu jubileu sacerdotal. São 50 anos de dedicação às causas da Igreja, do nosso povo. De maneira muito especial, saudamos o relevante trabalho pastoral realizado pelo nosso Bispo D. Leonardo junto aos jovens e às crianças, cumprindo, de forma admirável e profícua, a sua missão evangelizadora pela construção de um mundo mais humano, espiritualizado e justo. Queremos parabenizar o D. Leonardo de Miranda Pereira, Bispo de Paracatu, pelo seu jubileu sacerdotal. Para toda a Diocese de Paracatu, que inclui vários Municípios da região Noroeste de Minas, há praticamente uma coincidência de delimitação desse território. A nossa Grande Paracatu é a matriz, a mãe da grande maioria dos Municípios da região que foram desmembrados e emancipados dessa cidade. Então, queremos convidar a Diocese de Paracatu e todo o Noroeste de Minas para a programação de comemoração dos 50 anos do ministério presbiteral de D. Leonardo. Haverá nos dias 5, 6, e 7 de dezembro a celebração de tríduo, às 19h30min, na Igreja Matriz de Santo Antônio; no dia 7 de dezembro, às 21 horas, sessão solene no Cine Teatro Santo Antônio; no dia 8 de dezembro, celebração, às 19 horas, no Centro Catequético Rainha da Paz. Quem quiser maiores informações e detalhes dessa programação favor entrar em contato com a Casa Paroquial em Paracatu pelo telefone (38)3671-7011. Portanto, eis o nosso registro do jubileu sacerdotal de D. Leonardo de Miranda Pereira, Bispo de Paracatu.

Sr. Presidente, para encerrar este nosso pronunciamento, quero fazer um convite para a audiência pública por nós solicitada que ocorrerá amanhã, na Comissão de Assuntos Municipais, a fim de debater os avanços estruturais e pedagógicos da Fundação Caio Martins, que é do Estado de Minas Gerais. Na verdade, essa Fundação é uma entidade com mais de 60 anos de atuação no Estado e que historicamente atende crianças pobres e em situação de risco e vulnerabilidade social, cujas famílias são de baixa renda, muitas delas órfãs. Sabemos que a Fundação Caio Martins historicamente desempenhou e continua desempenhando papel importante. Por isso nos esforçamos e abraçamos esta bandeira. Há três anos, estamos nesta frente em defesa da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam. Ficamos muito felizes com a designação do Dr. Cloves Benevides, por parte do governo do Estado, para ocupar a Presidência da Fucam. Ele acumula as funções de Presidente da Fucam e também de Subsecretário Antidrogas, da Secretaria de Esportes e da Juventude. Tenho certeza de que o Dr. Cloves está mais do que credenciado e habilitado para cumprir bem o papel de revitalização da Fucam. Na audiência pública de amanhã, após um ano da posse da nova diretoria, quando foi implantado pela primeira vez, efetivado objetivamente o Conselho Curador da Fundação Caio Martins, com ampla representação, inclusive dos ex-alunos da Fucam, entendemos que seja prazo mais do que suficiente para prestação de contas. Portanto esperamos, na audiência pública de amanhã, confirmar o processo de revitalização da Fucam, tanto o processo estrutural das instalações físicas e a organização funcional como também e principalmente o aspecto de atualização metodológica-didático-pedagógica da Fundação Caio Martins. Disse antes, e repetirei, que temos a confiança de que o trabalho realizado sob a coordenação do grande educador popular de Minas Gerais, o Tião Rocha, recuperará plenamente a Fundação Caio Martins, fazendo com que ela volte a ter o brilho, a importância e o relevo que teve em outros momentos históricos da educação em Minas Gerais. Convidamos todos os interessados, ex-alunos, funcionários e lideranças das seis unidades que compõem a Fundação Caio Martins, de Esmeraldas, Buritizeiro, Uruçuia, São Francisco, Januária e Juvenília, para participar conosco dessa audiência pública, consolidando, então, esse processo de revitalização dessa Fundação importantíssima para todo o Vale do São Francisco e para toda a região do Norte e do Noroeste de Minas, ou seja, importante para o Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

111ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/12/2009

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, volto a esta tribuna para continuar manifestando minha satisfação em relação a ações importantes do governo do Estado em termos de realização de obras, principalmente na nossa região. Estamos vendo rodovias sendo recuperadas por meio do ProMG, construções iniciadas e terminadas, eliminando o sofrimento de moradores de cidades, como São Pedro da União, sendo ligada pelo Processo até a cidade de Juruáia, de onde conseguimos a extensão até a rodovia que liga Nova Resende a São Jesus da Penha. Era um sonho ter essas estradas construídas, ter essas cidades ligadas, e conseguimos, assim como conseguimos recuperar as rodovias de nossa região. Quando digo "conseguimos" é porque realmente temos um Governador diferenciado, um Vice-Governador diferenciado, Aécio Neves e Antonio Anastasia, respectivamente, assim como um secretariado competente, que faz com que as coisas aconteçam no Estado de forma positiva - para o Estado e para a nossa região. Sentimo-nos imensamente felizes por cobrarmos, por participarmos, por estarmos juntos e realizarmos juntos essas conquistas para a região. Porém temos problemas também. Podemos dizer que a MG-050, que era problemática, com muito buraco, muita sujeira no passado, teve grandes evoluções no governo Aécio. Mas está sendo uma experiência diferente com a PPP, a primeira de Minas Gerais, talvez no Brasil, que teve ações muito positivas. Porém, ao mesmo tempo, podemos dizer que há problemas, os quais não esperávamos que teríamos. Quando se cobra o pedágio, podemos dizer que nos acostumamos a pagar pedágio em outros Estados, mas com rodovias de melhor qualidade; e os avanços havidos têm deixado bastante a desejar, no nosso entendimento. Já solicitamos ao Governador Aécio Neves, ao Vice-Governador, ao Sr. Flávio, Secretário de Obras, que repensem todo o projeto da MG-050. A parceria foi projetada de uma forma, mas, com o aumento do trânsito, têm ocorrido muitos acidentes; a empresa responsável atrasou em várias ações; e há projetos que deveriam ter sido projetados para uma execução mais rápida. Um exemplo muito claro disso está na estrada de Passos a Alpinópolis, em um trevo onde ocorre acidente quase que semanalmente, como ocorrem vários acidentes em outros pontos da rodovia. E trata-se de acidentes de gravidade absurda, como o que aconteceu em nossa querida São Sebastião do Paraíso, em que uma família inteira faleceu em consequência da falta de investimentos, no nosso entendimento, nessa terceira faixa. Então voltamos a cobrar. E cobramos da Secretaria de Obras, do governo, que repensem o projeto da parceria público-privada buscando e antecipando os investimentos que estavam previstos para o futuro. Eles têm de ser feitos mais rapidamente, pois a cada dia o trânsito aumenta, até mesmo porque agora a economia está se renovando, está crescendo, e os caminhões de carvão, que andam muito devagar, voltam a transitar pelas rodovias. Apenas na semana passada aconteceram dois acidentes com caminhões de carvão, e isso nos preocupa muito. Ontem, na cidade de Passos, houve uma manifestação de usuários - até de alguns caminhoneiros - da MG-050. Isso mostra a indignação dos cidadãos que passam por essa rodovia. Grande parte do piso que foi recuperado já está estragado novamente em consequência do excesso de peso dos caminhões. Realmente, é uma rodovia que precisa ser bastante discutida.

Falando em projetos, aguardamos com muita ansiedade, expectativa e esperança a ida do nosso Vice-Governador Antonio Anastasia à cidade de Guapé no próximo sábado. A nossa expectativa é por autorização para construção de rodovias, principalmente do trecho que liga Pimenta a Guapé, sonho que temos há vários anos e trabalho que iniciamos há tempos. Posso dizer que, no nosso mandato como Deputado, provocamos um grande debate para discutir potencialidades e problemas do Lago de Furnas no ano de 2007. No dia, ficou definido aqui por esta Casa que teríamos quatro ações fundamentais para o desenvolvimento da região. A primeira grande prioridade, em termos de rodovias, seria ligar Pimenta a Guapé. Conseguimos que o governo autorizasse o projeto e agora, se Deus quiser, temos muita expectativa de que autorize também a obra. Foi também priorizado o tratamento de esgoto de todo o Lago de Furnas. Já conseguimos a aprovação dos projetos, já temos a proposta e a promessa dos governos estadual e federal, por meio da Copasa, para o tratamento de esgoto dessas cidades. Isso será fundamental também para o desenvolvimento do turismo. A outra grande proposta é transformar e desenvolver o turismo da região. No entanto, não se faz transformação, não se avança no turismo se não se tem água limpa, todo o esgoto tratado e as rodovias em condições de tráfego. Assim, foram ações importantes definidas naquela audiência pública. Temos a alegria de estar tendo todo o apoio do governo do Estado para que essas ações se concretizem como esperamos. Dessa forma, nossa região terá um grande crescimento, e o Lago de Furnas, cuja importância é tão falada e propagada no turismo do Estado e do Brasil, se transformará realmente no mar de Minas.

Queremos falar também sobre a legislação ambiental. Fizemos o Código Florestal Mineiro por meio de um projeto de lei do nosso Governador. Fizemos também várias adequações nesta Casa, e, embora ele já tenha sofrido grandes evoluções, precisa ter evolução a nível nacional. Isso está sendo discutido no momento. Podemos dizer que, dos projetos e adequações do Código Florestal, é o projeto que está sendo mais discutido em Brasília. Nós, que somos do pensamento de que não se deve cortar árvores, principalmente nas nascentes, nas margens dos rios e que se deve plantá-las onde não existem, que os morros com declividades extremas sejam recuperados, somos do pensamento também de que no meio ambiente deve haver recuperação do ser humano também. No nosso entendimento, é possível conciliar produção com preservação. Muitas vezes vemos um radicalismo extremado em que as pessoas falam tanto em preservação, mas falam tão mal das pessoas que trabalham na produção e geram progresso e desenvolvimento. Essas pessoas que denunciam de forma extremada e exagerada e fazem todo esse barulho muitas vezes esquecem a mão calejada, suada do produtor, dessa pessoa que sonha, sofre, luta e empobrece, mas é ele que produz o alimento para o povo brasileiro.

Precisamos de ter consciência da importância de se produzir preservando, e preservar produzindo também é possível. Precisamos de nos mobilizar, como fizemos grandes discussões há 20 dias, nesta Casa, trouxemos lideranças do Brasil para discutir o Código Florestal Brasileiro. Esse Código precisa ser completamente repensado e reformulado. Não podemos misturar Amazônia com o Sul de Minas e com o Sul do Brasil. Precisamos, sim, direcionar por região projetos de produção e preservação. Dando oportunidade de preservação com consciência e investimento, você poderá continuar produzindo arroz nas várzeas, o que hoje é proibido, continuar a produzir café nas ladeiras do Sul, o que hoje também está proibido diante da legislação federal. Então você poderá continuar a produzir alimentos e preservar o meio ambiente.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Muito obrigado. Quero cumprimentar o nosso caríssimo colega Deputado Antônio Carlos pelo seu pronunciamento. Acho que nesta semana V. Exa. viu "in loco" a situação pela qual passa o Norte de Minas. Aliás, não é só o Norte de Minas, é toda Minas Gerais. Como disse V. Exa., a gente luta pela preservação porque, afinal de contas, o meio ambiente significa a existência humana, a subsistência humana. Mas as coisas estão tomando um rumo em que é necessário dar adequadamente as destinações das áreas produtivas e a destinação das áreas que devam ser preservadas. Deputado Antônio Carlos Arantes, no Norte de Minas há uma luta enorme porque, ao qualificar-se a região como de mata atlântica, impediu-se todo e qualquer tipo de desenvolvimento e crescimento. O Decreto Federal nº 6.660, que regula essa matéria, foi emitido pelo governo no final do ano passado. Já estamos indo a Brasília para que se apresse a elaboração do novo mapa do IBGE mostrando especificamente quais são as áreas em que ainda existem remanescentes de mata atlântica e quais são as que devem ser destinadas ao plantio, à cultura. O trabalhador rural em nenhum momento quer destruir o meio ambiente. Ele quer é cuidar da sua terra, plantar, colher e não passar fome. Acho que V. Exa. viu em Capelinha os dramas que estão acontecendo. No Norte e no Sul de Minas também é a mesma coisa. Espero que em breve a gente coloque um ponto final nessa questão, com participações importantes, como a de V. Exa. Quando o Deputado Antônio Carlos Arantes toma a palavra, ele fala com sabedoria, com experiência. Pessoas iguais a V. Exa. é que são importantes para mostrar aos tecnocratas que as coisas não devem ser resolvidas dentro dos gabinetes, mas com discussão, com experimentos científicos, com a participação das universidades e do homem do campo, que tem de dar a sua opinião. Parabéns, esperamos contar muito com o apoio, com a experiência e o trabalho de V. Exa. para a gente normalizar essa questão em Minas Gerais, principalmente no Norte do Estado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Muito obrigado. Estivemos em Capelinha com o Deputado Carlos Pimenta discutindo as dificuldades do pequeno produtor e dos pequenos comerciantes que também exploram o cascalho e a areia. Tivemos a iniciativa de marcar audiência com José Carlos Carvalho, da Secretaria de Meio Ambiente, e com o Dr. Sérgio Damas, do DNPM. Fomos muito bem recebidos - houve equilíbrio e bom entendimento. Agora, os produtores da região de Capelinha poderão ter mais tranquilidade para continuar explorando os bens minerais, preservando o meio ambiente. Falando em produção, não podemos deixar de falar do café, que é o setor agropecuário que mais pesa na balança comercial e no PIB mineiro e brasileiro e também o que mais gera emprego. Infelizmente, o produtor de café encontra-se empobrecido e sofrido porque os custos de produção subiram acima da média, acima de 500% nesse período do Plano Real, enquanto o nosso produto não subiu quase nada, em torno de 20%. O empobrecimento é tão grande, tão grande que o endividamento do produtor é quase impossível de ser sanado. Entretanto, existem pessoas trabalhando e lutando para isso: Deputados Estaduais e Federais. Aliás, hoje, nos Ministérios da Fazenda e da Agricultura está acontecendo uma reunião com o Presidente da Frente Parlamentar do Café, Deputado Federal Carlos Melles, apoiado por lideranças do setor, para que o governo entenda que, o cafeicultor, crescendo, produzindo e desenvolvendo, quem cresce e se desenvolve é toda a população, porque o café gera muito emprego e muito desenvolvimento neste país. Já o empobrecimento, a morte do produtor, como está acontecendo, inviabiliza as propriedades, empobrece o produtor e enfraquece a cidade, a região e o Estado. Assim sendo, é preciso que haja mais responsabilidade dos órgãos federais, principalmente do Ministério da Fazenda, para que eles tenham a sensibilidade de tomar atitudes e para realizar ações em prol da preservação do produtor, a fim de que este continue produzindo e gerando desenvolvimento. Digo isso não só em relação ao produtor de café, mas também a todo o setor agropecuário, como o produtor de leite, que anda muito sofrido e empobrecido. Essa é a nossa esperança. Que hoje, em Brasília, em reuniões como essa, o governo entenda e tome providências para salvar o que há de mais importante no setor rural, que é o produtor. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, imprensa, funcionários da Casa, pessoas que nos assistem das galerias e pela nossa TV Assembleia. Um dos assuntos que quero abordar hoje é um importante evento de que participei nesta semana, dia 30 de novembro, na Fiemg, que foi o lançamento do consórcio minerometalúrgico, que prevê a geração em torno de 40 mil novos empregos em nosso Estado nos próximos cinco anos. Na ocasião, empresas do setor mineral e metalúrgico de Minas Gerais assinaram com o Senai-MG e o Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindiextra - um termo de cooperação técnico-institucional que estabelece as bases para o funcionamento do Consórcio Minerometalúrgico de Formação e Qualificação Profissional de Minas Gerais. A proposta é formar e garantir a inserção de novos trabalhadores na iniciativa privada e suprir a carência de profissionais qualificados para o setor, principalmente beneficiando o segmento jovem.

Para mostrar a importância desse evento, assinaram o documento as seguintes empresas: Anglo Ferrous Minas Rio Mineração; AngloGold Ashanti Brasil Mineração; Arcelor Mittal; Companhia Siderúrgica Nacional; Ferrous Resources do Brasil; Gerdau Aços Longos; Rio Paracatu Mineração; Mineração Serras do Oeste; MRS Logística; Nacional Minérios; Samarco Mineração; Usiminas; Vale; Vallourec Mannesmann do Brasil e Vallourec & Sumitomo do Brasil.

A formação do Consórcio teve início em setembro de 2007 - há mais de dois anos - e vem recebendo o apoio do Senai desde o início das atividades, e agora o Sindiextra é representante legal do Consórcio.

As principais formações são: nível básico - mecânico, eletricista, operador, soldador; nível médio - técnicos em mineração, mecânica, eletroeletrônica, instrumentação, metalurgia; nível superior - engenheiro de mineração, de mecânica, de eletrônica e geólogos.

Gostaria, na condição de Presidente da Frente Parlamentar da Mineração em Minas Gerais, de parabenizar essa iniciativa, que já começa bem-sucedida, com resultados concretos. Ela sempre recebeu o apoio inconteste do governo do Estado, por meio das Secretarias de Educação, de Inovação, de Tecnologia e Ensino Superior e também da Secretaria de Desenvolvimento Social. Esse consórcio consolida-se como um exemplo a ser seguido por outros setores econômicos, pois significa oportunidades reais de geração de emprego e renda para os cidadãos mineiros, além de contribuir para a inserção social e para a qualificação de pessoas no mercado de trabalho e de reduzir significativamente a competição, tão prejudicial ao setor. Quero parabenizar também todos os envolvidos, pois tal ação vem reafirmar que o trabalho em parceria sempre gera frutos, com resultados benéficos para a população, especialmente esse de parceria público-privada. Felicito o Sindixtra, a Fiemg, o Senai, o governo de Minas e especialmente as empresas participantes. É disso que Minas precisa, é disso que o Brasil precisa.

O segundo assunto que trago a esta tribuna é o escândalo que vem acontecendo em Brasília, mais precisamente o que envolve o governo de José Roberto Arruda. É manchete nacional e mundial a falta de respeito que se evidencia em fatos e fotos mostrados. É possível que membros dos três Poderes do Distrito Federal estejam envolvidos. Penso e analiso que o Presidente Lula não foi feliz na sua avaliação inicial, quando deveria ter dito apenas parte de sua frase "A imagem não fala por si, o que fala por si é todo um processo". Bastava essa segunda parte, a de que todo o processo é que é o mais importante, porque a imagem também mostra, também fala, também traz mensagens que nos deixam estarelecidos. É claro que só se pode julgar por completo após o final do processo. Outra questão é batizar o processo como Mensalão do DEM. Não é correto, pois dá uma conotação de generalização. Não podemos aplaudir ou aceitar essa situação que vem sendo criada. O fato, por si só, é lamentável, inaceitável, mas é localizado no governo de Brasília. Logo, manifesto meu repúdio às duas situações: o escândalo, os fatos e as fotos em si; e a denominação como sendo de todo o DEM ou dando a conotação, o sentido de que é o DEM, partido ao qual pertencço.

Não pode ser imputado a todos os membros o que vem acontecendo em Brasília. Quero e queremos que tudo seja apurado, esclarecido, e que os culpados sejam buscados e devidamente punidos. Isso é o que realmente precisa ser feito. Infelizmente, o "status" vem se sobrepondo ao longo do tempo, ocorrendo com frequência com vários partidos, com vários homens públicos, porque a impunidade ainda continua imperando.

A reforma política, meta de campanha do governo federal nos últimos dois mandatos, não aconteceu, assim como tantas outras de que precisávamos. Infelizmente, propicia-se a ocorrência de fatos inaceitáveis e lamentáveis como esse.

Não vemos perspectivas de que seja votado esse projeto de lei entregue por várias ONGs, lideradas principalmente pela CNBB, e apoiado pelo povo brasileiro, que recolheu mais de 1.300.000 assinaturas em prol do Ficha Limpa. Muito dificilmente será feita sua votação em um ano eleitoral. Como a impunidade continua imperando, outros líderes e esquemas de corrupção continuam atuando e mandando na política brasileira. Citamos como exemplo o caso do ex-Deputado e ex-Ministro José Dirceu, que continua atuando com muita força no governo.

Lamentamos também o momento infeliz de alguns atores que praticaram a oração - desrespeitosa, diríamos - dos infieis, desconsiderando o sentimento religioso do nosso povo e seu temor a Deus. É lamentável o que está acontecendo no País, principalmente a partir desses episódios de Brasília.

A nós, que buscamos cumprir nosso dever - pois não é favor ou mérito cumprir a obrigação de homem público, trabalhando corretamente -, casos assim tocam profundamente, mesmo quando envolvem membros do partido a que pertencemos. Poderia ser qualquer um; já foram outros e não queremos que seja mais nenhum. Enquanto houver situações como essa em nosso país, enquanto não houver coragem e vontade política para se resolverem as grandes questões brasileiras, de interesse da Nação e não de Partidos, grupos, políticos ou "lobbies", estaremos sujeitos a ver a todo instante, nos noticiários, essas tristes notícias, que, como sabemos, têm grande fundo de verdade. Ficamos a lamentar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, essa situação que não podemos jamais corroborar ou defender. O que queremos é exatamente cobrar do Congresso Nacional, principalmente, a realização das reformas de que o Brasil tanto necessita. Precisamos de uma reforma previdenciária completa, área em que temos problemas sérios; da reforma tributária, na questão econômico-financeira; da reforma política, essencial; e de tantas outras. Enquanto isso não acontece, vamos continuar presenciando esses fatos lamentáveis em nosso país, um país continental.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado, Deputado Doutor Viana. Em comissão, ouvia V. Exa. fazer daqui essa importante reflexão, esse chamamento do Parlamento mineiro para a discussão das reformas tributária, política e tantas outras mais. Mas, com toda a franqueza, digo a V. Exa. que precisamos discutir de uma vez por todas o pacto federativo, pois essa situação reina em nosso país sob a égide do pacto federativo. Há muito tempo vimos discutindo e abrindo espaço para que o Congresso Nacional proceda à reflexão sobre esses tão importantes temas.

Temos a Emenda nº 29, da saúde. Há poucos dias, recebemos a Frente Parlamentar da Saúde, sob o comando do Deputado Mosconi, para tratar dessa situação, que ainda é um verdadeiro caos no País. De tantas e tantas reformas, tínhamos que propor essa. Existe um requerimento protocolado nesta Casa, que V. Exa. também assinou, para a Assembleia abrir discussão definitiva a respeito do pacto federativo, ouvindo toda a sociedade e todos os segmentos, com a participação popular. Temos muito a contribuir. Poderíamos fazer requerimentos, protocolos, buscar soluções para tantas reformas que temos, mas, enquanto não tratarmos o pacto federativo com lucidez e responsabilidade, essa situação vai perdurar. Aliás, um dos maiores defensores do pacto federativo é o grande Governador Aécio Neves, que tem cobrado do Parlamento e do Senado uma discussão ampla não somente para Minas Gerais, mas para toda a Federação, a exemplo do pré-sal, a propósito do qual temos uma comissão em andamento nesta Casa, proposta pelo Deputado Dinis Pinheiro. Se já estivéssemos com o pacto federativo discutido, com responsabilidade da Federação, teríamos grandes avanços nesse sentido. Parabéns por sua lucidez e seu pronunciamento.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte de V. Exa., de grande relevância. É difícil, mas não impossível, sanear ou sarar tanta ferida e tanta corrupção. O povo não merece isso, mas tem o direito e o dever de definir, escolher e votar, e votar bem. Só assim as coisas podem melhorar um pouco, mas, para isso, é preciso ter muita fé e coragem. São as minhas reflexões. Obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado José Henrique; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia. De forma especial, cumprimento os Agentes Penitenciários que estão nas galerias, lembrando que amanhã, dia 3, às 14 horas, haverá audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para tratar da situação de vocês. Estamos na expectativa de uma definição da data para o cumprimento do acordo celebrado com a Secretaria de Defesa Social, e esperamos, de forma muito sensível, que esse impasse seja solucionado o mais breve possível. Insisto em não acreditar que o retorno só ocorra depois do Natal. Isso seria um péssimo presente para o povo de Minas Gerais. Amanhã deveremos fazer um grande esforço para que esse acordo tenha consequências práticas o mais rápido possível e os Agentes Penitenciários possam retornar. Eles estão sendo punidos pelo simples fato de terem feito um movimento grevista em defesa de melhores condições de trabalho e de salário.

Sr. Presidente, trago outra preocupação. Hoje, pela manhã, a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática desta Casa votou o Parecer para o 1º Turno do Plano Decenal de Educação. O parecer foi apresentado na semana passada, na forma de avulso. A votação ocorreu hoje pela manhã, tendo a comissão de acompanhamento, ou seja, a comissão formada por representantes das entidades sociais que realizaram o fórum técnico sobre o Plano Decenal de Educação, acompanhado a votação do parecer em 1º turno. Na oportunidade, Sr. Presidente, optei por dar voto contrário a esse parecer. Meu posicionamento foi pela rejeição do parecer apresentado pelo relator, que é o Deputado Ruy Muniz. Por que optamos em não acatar o teor do parecer apresentado pelo Deputado Ruy Muniz? Porque, no nosso entendimento, diversas propostas

e proposições e diversos pontos apresentados pelos movimentos sociais por meio desse fórum técnico não foram contemplados no parecer do relator. E considero essenciais duas delas. O grande consenso que houve durante todas as etapas do fórum técnico sobre o Plano Decenal de Educação é que a melhoria da qualidade da educação em Minas Gerais pressupõe melhoria na qualidade do financiamento da educação, melhores e maiores investimentos na educação de Minas, refletindo isso nas peças orçamentárias do Estado. Precisamos investir mais na educação no Estado e ter presença maior da educação no orçamento mineiro. Todavia, no parecer do relator, compreende-se que temos de fazer o planejamento da educação para os próximos 10 anos com base nas previsões orçamentárias de hoje, o que, no nosso modo de ver, não há como fazer, do contrário não teremos como avançar. Quer dizer, não sairemos do lugar se pensarmos em avançar na educação com base no que hoje é aplicado no orçamento. Em momento algum, o parecer contemplou esta posição de que precisamos melhorar a qualidade do financiamento da educação em Minas Gerais. Outro ponto fundamental foi também grande consenso entre as entidades, durante os debates do fórum: a qualidade ou a melhoria da educação hoje pressupõe a valorização do profissional da educação. Um dos critérios ou um dos pontos fundamentais para valorizar o profissional da educação é a melhoria salarial. Sem condições salariais dignas, o professor não tem a mesma capacidade e condição para exercer bem sua função. Aí chegamos ao chamado piso salarial dos professores, no que, pelo nosso entendimento, precisamos avançar. No entanto o parecer não contemplou isso, porque ficou no mesmo posicionamento adotado hoje pelo governo do Estado. Qual é este posicionamento? O governo do Estado adota postura de trabalhar com o teto remuneratório, e não com o piso salarial, ou seja, pega o salário básico e todos os penduricalhos, os adicionais e fixa o teto máximo, que é o teto-limite, e não pega o piso salarial. O parecer repercute a visão que o governo tem sobre o teto remuneratório e vem com um argumento que, no nosso modo de entender, é pouco convincente no que diz respeito à interpretação dada pelo STF da liminar concedida na ação cautelar, para atender alguns Governadores do PSDB e do DEM. Diga-se de passagem, o Governador do Distrito Federal entrou com uma ação de inconstitucionalidade. Espero que em breve ele seja ex-Governador. Com base nesse argumento, o parecer não avançou. Porém, entendemos que o Estado de Minas Gerais tenha autonomia para fixar o piso salarial da educação mineira aqui. É perfeitamente possível estabelecer um valor de vencimento básico que contemple a necessidade do profissional de educação e que esteja em consonância com o que o Presidente Lula tem apontado para os professores em todo o Brasil. Essa visão não foi contemplada e, conseqüentemente, o piso salarial de Minas também não foi.

Então, o que pontuamos e refletimos é que precisamos fazer avançar mais esse parecer. O projeto virá ao Plenário, e reiteraremos as emendas apresentadas pelo fórum para que possamos convencer a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática sobre a importância de melhorar a qualidade desse Plano Decenal. Não podemos pensar numa educação para os próximos 10 anos com a mesma qualidade de hoje, porque a educação de hoje é débil. Na verdade, o Estado de Minas Gerais é muito débil nesse aspecto. Minas Gerais está sendo muito boa para fazer ponte e estrada, mas, para valorizar o servidor público, a educação e o social, ainda temos grande dificuldade em avançar. É com muito prazer que concedo aparte ao ilustre Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, uma das pessoas mais entendidas de orçamento nesta Casa e que hoje conduz muito bem a elaboração da revisão do PPAG.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, serei breve. Não poderia deixar de cumprimentar V. Exa., que coordenou todo um processo de mobilização de Minas Gerais no objetivo de acolher em audiências públicas propostas de todo o Estado e visando aperfeiçoar esse Plano Decenal. Gostaria também de demonstrar minha total concordância com V. Exa. Não se melhora o nível de escolaridade, a qualidade do ensino e os níveis de rendimento do aluno sem uma efetiva valorização do trabalhador em educação. Valorizar o trabalhador em educação e investir o recurso público em educação não é despesa, mas um avanço de cidadania e um investimento no ser humano. Então, é muito importante que aquelas emendas que não foram acolhidas pelo relator e pela comissão neste Plenário sejam reapresentadas. Também reapresentarei emendas para promover o acompanhamento social de famílias cujas crianças estão na rota de evasão ou com rendimento insuficiente. Crianças que serão capturadas pelo tráfico de drogas, que não concluirão o ensino fundamental e médio e que depois irão lotar as nossas unidades prisionais e os centros de internação por falta de apoio social e de uma integração da política pública de educação com a política de assistência social. Além disso, reapresentarei as emendas para que se fortaleça o cumprimento da Lei nº 11.947, do Presidente Lula, que estabelece exigência de aquisição, no mínimo, de 30% da agricultura familiar para melhorar o nível nutricional das crianças em nossas escolas através de alimentação escolar com cardápios regionais, valorizando e fortalecendo a nossa agricultura familiar. Conte conosco, Deputado Carlin Moura. Parabéns pelo trabalho por uma educação de qualidade em Minas.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte do Deputado André Quintão, que tem sido um parceiro constante, assim como foi hoje a Prefeita de Governador Valadares, Deputada Elisa Costa, coautora do requerimento que deu origem ao fórum técnico sobre o Plano Decenal de Educação. Deputado André Quintão, o parecer da comissão, em vez de partir do princípio de que o nosso orçamento, hoje engessado, não dá para avançar nas proposições, deveria apontar saídas e rumos para melhorar a qualidade desse financiamento, fazendo isso nos mesmos moldes que o Presidente Lula vem fazendo em nível nacional: por exemplo, quando criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb - e aumentou o percentual desse Fundo, quando criou o piso salarial do professor e quando defende que 50% dos recursos advindos da exploração da camada pré-sal sejam destinados a um fundo social e à educação. Essa é a forma estratégica que se tem para apontar para o futuro uma melhoria na qualidade do financiamento. Mas em Minas ficamos engessados porque todo pedido de novo empréstimo que chega a esta Casa o governo estipula em que será aplicado. Percebemos que são aplicados em estradas, pontes, cadeias, nisso e naquilo, mas não se vê a aplicação de nenhuma parcela significativa para a educação ou para o professor. Então, é preciso mudar essa concepção. Está na hora de discutirmos também nossas riquezas minerais, como Minas participará melhor do fruto da nossa extração, nosso minério, e uma parte disso ser destinada à educação. Está na hora também de a comissão pensar e apontar o rumo de um percentual da receita corrente líquida do Estado para o ensino. Isso é essencial, e não trabalhar da forma como estamos fazendo hoje. Assim, fazemos esse apelo. Ainda há tempo de salvar essa grande contribuição que a sociedade civil deu para o Plano Nacional de Educação a fim de melhorar a educação. Para encerrar, Deputado André Quintão, nas minhas palavras finais quero trazer uma boa notícia. Já foi constituída a comissão especial que avaliará a PEC nº 55, que estadualiza a UninCor. Essa comissão é composta por cinco Deputados, eu e os Deputados Ruy Muniz, Lafayette de Andrada, Gil Pereira e Fábio Avelar. Este é o momento de fazermos um grande esforço para, quem sabe ainda este ano, contemplarmos alunos e pais de alunos da UninCor com a aprovação - caso haja um esforço concentrado - da proposta de emenda à Constituição que trata da estadualização da UninCor. Essa é uma das formas de valorizar o ensino público em Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente Deputado Doutor Viana. Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nos dia de ontem e hoje era para eu estar muito alegre. Primeiramente porque anteontem, no Serro, foi realizada a solenidade de entrega da Comenda Teófilo Otôni, que criamos por meio de um projeto de lei de minha autoria, tendo como coautor o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia. Lamentavelmente, não estou feliz por dois motivos: primeiro porque a divulgação da própria Assembleia e do Estado no "Minas Gerais" não mencionam que sou o autor da lei; segundo porque criamos um conselho para a comenda em que não houve a participação do Deputado autor da lei para a indicação das pessoas.

Portanto, estou aqui justificando aos moradores do Serro e de Teófilo Otôni o meu não comparecimento à solenidade, tão bem comandada pelo nosso Vice-Governador Antonio Anastasia, em repúdio ao conselho da medalha, que não respeita o Deputado que faz lei para apreciar os nomes que serão indicados, como nos dois anos anteriores. Neste ano não fui ouvido, lamentavelmente. Registro, pois, o meu repúdio ao conselho da Comenda Teófilo Otôni pelo desrespeito a este Deputado.

Gostaria de dizer ainda que não fui à festa de final de ano também porque não estava satisfeito, e não apenas por esse motivo, mas pela obliteração sistemática que se fez, com o beneplácito do próprio governo do Estado, de não apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 35, que resolveria, se votado, a questão dos precatórios alimentares. Até o momento não tivemos nenhuma palavra oficial de solução. A Semana de Conciliação do Tribunal de Justiça será agora, antes do Natal, e não existe um só centavo para pagar os precatórios alimentares, embora a Secretaria de Fazenda, por intermédio do Dr. Colombini, tenha-nos informado que foi feito requerimento ao Tribunal de Justiça para o pagamento dos precatórios. A não aprovação desse projeto não permite que o recurso seja repassado pelo Ipsemg, que é onde estão tais precatórios.

Talvez eu não consiga vencer essa batalha neste ano em razão do afogadilho da reta final dos trabalhos e da necessidade de aprovação do Orçamento. Quero registrar a má vontade do governo e das Lideranças desta Casa em não discutir esse projeto seriamente com o governo, uma vez que sabemos que existem depósitos judiciais no valor de R\$288.000.000,00 disponíveis no Banco do Brasil e não utilizados pelo Estado. Esses recursos poderiam ser liberados através do projeto. A própria lei federal permite que 70% dos depósitos judiciais sejam utilizados para pagamento de precatórios.

Lamentavelmente, existe uma razão pela qual não fui à entrega da comenda no Serro, assim como existe uma razão pela qual não fui à festa dos Deputados. É preciso confessar isso às milhares e milhares de pessoas que esperam seus precatórios alimentares e não estão participando dos festejos de final do ano da nossa Assembleia, em repúdio à atitude das Lideranças desta Casa, que não conseguem colocar em pauta e negociar com o governo uma emenda de tamanha importância a um projeto de lei fundamental que resolverá o problema de milhares e milhares de pessoas que dependem de seus precatórios alimentares, de seus direitos trabalhistas. Algumas esperam há mais de 30 anos pelo pagamento da dívida do Estado. Houve insensibilidade do governo e desta Casa por não discutirem a inclusão desse projeto na pauta, embora o Bloco PT-PCdoB-PMDB tenha discutido o assunto e comunicado ao Líder do Governo que estávamos dispostos a votá-lo. Lamento profundamente a insensibilidade, porque sei que o Governador Aécio Neves não está sabendo que existe dinheiro disponível, que não será utilizado, o que é mais impressionante. Há R\$288.000.000,00 disponíveis, que não serão utilizados.

Lembramos que o Estado pagou pelo Ipsemg os pequenos precatórios, mas este não pagou os precatórios da sua responsabilidade. É por isso, Sr. Presidente, que tenho um final de ano lastimável. Não estou feliz, não estou satisfeito. Milhares de pessoas estão passando necessidade, precisando da sensibilidade do governo. E, infelizmente, não houve sensibilidade sequer da parte do governo ou desta Casa para discutir e negociar com o governo.

Estamos aprovando tudo o que é de interesse do governo. Superamos todas as nossas diferenças dentro do bloco. Estamos aceitando votar o que é de interesse do povo mineiro. No entanto, Sr. Presidente, há desrespeito com o parlamentar. Não aconteceu desta feita como em 2008, quando trabalhamos e conseguimos vencer, colocamos na pauta e votamos, de forma categórica, com a ajuda de todos os companheiros, quase em consenso absoluto, a lei de reforma do Judiciário, de interiorização das ações da Justiça, para melhorar a Justiça no interior, criando novas comarcas, entrância especial. Em função disso, na próxima sexta-feira, serei homenageado na minha cidade com a Medalha Desembargador Hélio Costa. Vencemos também a grande luta do ICMS Solidário, que se arrastava há mais de sete anos. Mas, infelizmente, não conseguimos o mesmo em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 35.

Não sei se este meu discurso sensibilizará alguém, fará com que acordem. Ontem liguei para a Secretaria de Planejamento, para a Secretaria de Fazenda, conversei, mas não estou sentindo boa vontade ativa de fazer com que esse assunto tão singelo, tão simples, seja resolvido. Existe legislação federal que autoriza a utilização de recursos e depósitos judiciais para pagamento de precatórios. Não é preciso sacar um tostão do caixa do governo. Os depósitos estão colocados no Banco do Brasil, e, há até pouco tempo, eram uma caixa-preta cujo montante ninguém sabia qual era nem onde estava. Conseguimos, por meio do Presidente do Tribunal, a informação correta dos valores depositados. Existe lei que autoriza. Estamos com o projeto de lei complementar paralisado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desde 8/11/2008 e, lamentavelmente, não conseguimos sensibilizar ninguém. Há gente com o coração duro. Há pessoas práticas demais. Sou prático e objetivo. Alguns falam aqui que preciso aumentar o salário da categoria tal, da categoria L, D, C, mas ninguém fala da limitação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não foi flexibilizada por este governo mesmo com a queda da arrecadação das Prefeituras e dos Estados, que colocou Estados e Municípios em situação precária. A folha tem aumento natural; temos aumentos automáticos dos biênios, dos quinquênios, dos decênios, que vão ampliando a folha de pagamento mês a mês, mas há redução de receita, e o percentual máximo é 60%. E ninguém toca nesse assunto. Só se fala que é preciso aumentar, mas ninguém tem essa visão realista.

Há momentos, Sr. Presidente, em que essa objetividade nos prejudica. Temos muitos projetos para votar. Precisamos saber quais são os projetos mais importantes para colocar na pauta, sobre quais temos consenso para priorizar. Depois de conseguir o consenso, não conseguimos colocar o Projeto de Lei Complementar nº 35. Cansei de conversar, então venho aqui de público falar para os companheiros dos precatórios que retomaremos no ano que vem. Continuarei tentando até o final do mês, no entanto, se não conseguir, no ano que vem retomo desde o primeiro dia e começarei a ferir esse assunto com um pouco mais de vigor. Começarei a buscar o testemunho das pessoas, os exemplos para mostrar que a insensibilidade governamental não pode deixar na desgraça, na miséria, no abandono milhares e milhares de servidores públicos que tiveram, ao longo da sua vida, total dedicação ao Estado. O Estado não os respeita, deixando de usar solução tranquila dos depósitos judiciais para pagar-lhes, transferindo os recursos para o Ipsemg. Perdoe-me, Sr. Presidente, por este arroubo. Mas, ao chegar o fim do ano, queremos fazer a caixinha dos porteiros, dos garçons, o décimo terceiro chega, todo mundo quer ficar bonzinho com todo mundo, e vemos saco de maldades em cima da insensibilidade de não colocar na pauta o Projeto de Lei Complementar nº 35.

As pessoas podem não saber de sua importância, mas é um projeto humano. O governo teve a intenção, mandou o projeto de lei para cá, e de repente ele simplesmente parou no meio do caminho, e não conseguimos sensibilizar as Lideranças governamentais nesse sentido. Lamento. Pedi uma audiência com o Governador, mas, devido a essa pré-campanha para a Presidência da República, ele está sendo muito assediado e não tem muito tempo para conversar conosco, somente nas solenidades. É lamentável, Governador Aécio Neves. Talvez o senhor não saiba, mas estão cometendo um crime contra os servidores públicos, que têm direitos alimentares, trabalhistas a receber, e o dinheiro está em caixa, no Banco do Brasil. Não está no caixa do Tesouro, não está no caixa único, está lá, separado, sem ser utilizado por ninguém, até com o pedido da própria Secretaria de Fazenda para liberação por via do Tribunal de Justiça, a fim de ser utilizado no pagamento de precatórios. Fico aqui me perguntando, Sr. Presidente: até quando teremos essa insensibilidade? E, tentando fazer valer essa nossa luta, devo dizer aos amigos e amigos, milhares de servidores públicos estaduais que me ouvem neste instante - tenho certeza -, que se passaram dois dias do meu desânimo por não encontrar resposta positiva seja no Executivo, seja no próprio Legislativo, ao qual pertença.

Lamentamos que algumas coisas ocorram. Vimos aqui, fazemos um trabalho bonito, colocamo-nos à disposição em um governo que é muito bom, de um Governador que pode ser Presidente da República, criamos uma comenda e nem sequer somos comunicados com antecedência a respeito daqueles que serão homenageados. Ficamos sabendo os nomes no dia e nem sequer somos ouvidos em relação aos homenageados dessa comenda que criamos juntamente com o Deputado Alberto Pinto Coelho. Depois, veio essa pancada do Projeto de Lei Complementar nº 35. Por isso, Sr. Presidente, venho aqui comunicar a minha ausência do Plenário ontem. Tentei falar, mas estava embargado, emocionado. Primeiro, carregava a mágoa pessoal por ter criado uma comenda e não ter sido convidado sequer para apreciar os nomes a serem homenageados; segundo, fiquei triste por ter esse compromisso com todos os servidores, que aguardavam com alegria a possibilidade de votação desse projeto de lei complementar enviado pelo governo, que, por sua vez, não fez força alguma para colocar o assunto em pauta. Obrigado, Sr. Presidente. Nunca fiz um discurso tão triste, e minha tristeza é pela situação em que se encontram milhares de pessoas. Desculpem-me uma fala dessas no final do ano, mas a mágoa está profundamente marcada em meu coração. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de saudar a todos e a todas e dizer que estamos ingressando hoje com uma representação no Ministério Público questionando a tabela apresentada pelo governo do Estado relativa ao IPVA. O governo está determinando uma redução média em torno de 13,57% para o ano que vem. Questionamos esses números com dados oficiais da associação nacional ligados aos direitos dos proprietários de veículos. Há estudos técnicos por todo o Brasil e em Minas Gerais: a redução do IPVA para o próximo ano deveria ficar em torno de 30%. Infelizmente o governo não está cumprindo a legislação; tem de avaliar o valor real do carro. Houve redução dos impostos em relação ao IPI. O valor do IPVA teria de ser mais barato no próximo ano, no mínimo de 20% a 30%, e não 13,57%, como quer o governo do Estado. Então estamos protocolando esta representação no Ministério Público. O IPVA em Minas Gerais é um dos mais caros do Brasil; aqui há a alíquota mais cara, e o cidadão ainda tem de pagar a Taxa de Licenciamento, que é muito cara e existe praticamente só em Minas Gerais. Em São Paulo e em vários outros Estados, não há Taxa de Licenciamento. Então a população mineira fica penalizada. Lembro-me de que, no início do governo Aécio, houve aumento da alíquota do IPVA de forma significativa, inclusive para as pessoas mais pobres, para quem era proprietário de motos, de veículos utilitários, de Kombis, para os feirantes. Aumentou para quê? Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, quando se dá remissão para alguma categoria, tem-se de fazer a compensação. Então deu remissão para as locadoras de veículos, inclusive para a

Localiza, de 50%, ou seja, deu desconto, presente de fim de ano, esse papai-noel para a Localiza e aumentou em até 100% para os pequenos proprietários, quem tem moto, veículos utilitários. Denunciamos, votamos contra, mas infelizmente foi aprovado, e a população teve o IPVA mais caro. Agora era o momento de se fazer justiça, de garantir-se o IPVA de forma justa, no valor real que o cidadão teria de pagar no próximo ano, que deveria ter desconto de 30%. Porém infelizmente o governo não está cumprindo a tabela nacional da Fipe e está determinando redução média de apenas 13,57%. Questionamos a decisão do governo do Estado em relação à nova tabela do IPVA para o próximo ano. Esperamos ter êxito na Justiça, da mesma maneira como tivemos êxito com o fim da taxa de incêndio para as residências, como conseguimos acabar com a taxa para chamar a polícia. O ano passado foi o primeiro ano em que houve redução na conta de luz, aproximadamente 17%. Conseguimos impedir que a Cemig colocasse os nomes dos inadimplentes no SPC e na Serasa, além de cortar a luz. Conseguimos impedir a licitação por suspeita de fraude, ou seja, veículo que vale R\$30.000,00 ser comprado por mais de R\$100.000,00. Até hoje está suspensa licitação no valor de R\$147.000.000,00 para aluguel de veículos, ao invés de a Cemig comprar os veículos por preço muito mais barato. Estamos acompanhando a CPI da Conta de Luz. Aliás, o Deputado Federal Elismar Prado é membro da CPI da Conta de Luz, que foi encerrada ontem. A CPI detectou que as companhias de energia do País têm de devolver cerca de R\$40.000.000.000,00 para os consumidores. Fiscalizaremos, acompanharemos e continuaremos mobilizando.

Outra grande vitória: 2009 foi o primeiro ano da história da Copasa em que não houve aumento na conta de água. Portanto o ano de 2009 ficará marcado como o ano em que não houve aumento no valor da conta de água. A Copasa tentou aumentar de todas as formas, mas conseguimos barrar na Justiça. O governo foi obrigado a mandar projeto para esta Casa, para criar a agência regulatória. No próximo ano, o governo vai querer dar aumento, mas neste ano conseguimos impedi-lo. Trata-se de economia de aproximadamente R\$20.000.000,00 por mês para os consumidores. Outra vitória dos consumidores, pela qual o Deputado Doutor Viana vem lutando há muito tempo, é quanto à BHTRANS, que foi proibida de multar porque é empresa de economia mista. Sua missão é realmente cuidar do trânsito, para que o trânsito flua e haja respeito com os direitos dos proprietários. Houve muitas perseguições à BHTRANS, portanto foi realmente outra vitória. Apresentamos o projeto que está tramitando aqui na Casa que acaba com a cobrança do valor mensal cobrado pelas companhias de telefone tanto para o telefone fixo residencial e comercial como para os celulares de conta. Essa cobrança mensal é totalmente ilegal e indevida. Apresentamos projeto semelhante ao aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Apenas para finalizar e exemplificar, no Brasil há em torno de 50 milhões de linhas de telefones residenciais. Dessas, apenas 40 milhões estão sendo utilizadas. As outras não estão sendo utilizadas justamente porque não há atrativos para as pessoas, que preferem até mesmo os planos pré-pagos para evitar o pagamento de uma tarifa sobre algo que não consomem. Essa tarifa foi criada para fazer a expansão das redes, mas elas já estão todas concluídas. Então, por que cobrar? Faremos uma caravana no Estado inteiro, uma grande mobilização para acabar com essa contribuição, com essa tarifa que o cidadão paga todo mês em relação aos telefones fixos residenciais e comerciais e aos celulares de conta. Faremos grande pressão até mesmo junto ao Tribunal de Justiça, uma vez que o STF jogou essa responsabilidade para os Estados resolverem. Faremos grande pressão e uma grande mobilização. Realmente agradeço e digo que a luta continua. Pedimos o apoio de quem está assistindo. Se quiser entrar na campanha para acabar com essa tarifa da telefonia, entre em contato com o nosso gabinete. Vamos mobilizar aí em sua cidade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente; caros Deputados; Deputado Adalclever Lopes, meu companheiro, aqui em plena campanha pelo comando do nosso PSDB. Pronunciei-me hoje mais cedo a respeito de problemas que magoam um parlamentar que tenta fazer política séria, discutir seriamente e em profundidade os assuntos, buscando sempre não ser superficial na defesa simplória ou no gesto político apenas para angariar voto. Além daqueles fatos que citei no meu primeiro pronunciamento, que dizem respeito à insensibilidade governamental em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 35; à situação de miséria absoluta em que se encontram milhares de pessoas que fazem jus aos precatórios alimentares a serem recebidos do Ipsemg; e ao episódio lamentável do conselho da Comenda Teófilo Otôni, que não comunicou a um dos autores da lei sequer os nomes que seriam indicados e escolhidos - em vista disso, não fui à solenidade, realizada na cidade do Serro -, alguma coisa estranha acontece.

Por exemplo, estava ali agora o meu amigo Baim, jornalista, cujo filho, Vicente, é uma expressão política muito importante em Itambacuri. Na semana passada, Baim, aprovamos a doação de uma área, aquele prédio antigo onde funcionou a Febem, de 198.000m², a Itambacuri. Isso depois de ter conversado detalhadamente com o Prefeito a respeito de aquele terreno, aquele prédio enorme onde funciona a escola estadual, não poder ser colocado para utilização menor, mesmo não havendo formação profissional nem ações sociais; que se deve preservar aquela área que é do sindicato rural, para manter sempre a atividade rural com suporte no parque de exposição; que não se pode favelizar uma área da região central da cidade de quase 200.000m²; e que deve ser mantida a estrutura urbanística de Itambacuri, que é uma estrutura bonita, arrumada, as ruas são bem-planejadas, bem-traçadas, bem-cuidadas. Aquela área que foi doada - já está doada, basta a assinatura do Governador - não deve ter utilização menor, ela deve ser utilizada para bons projetos, bons empreendimentos, especialmente os que nos levem a resgatar um pouquinho a condição das crianças e dos jovens de Itambacuri - nos últimos anos, lamentavelmente, ocorreu uma invasão do tráfico de drogas, o que bagunçou a cidade. É preciso então que existam cursos profissionalizantes para envolver esses meninos, esses jovens, a fim de retirá-los do caminho das drogas.

Além daqueles assuntos sobre os quais falei no meu primeiro pronunciamento, que me irritaram e que me deixaram profundamente magoado neste fim de ano, o outro ocorreu de ontem para hoje. O governo manda retirar a Mensagem nº 306, que estava em tramitação aqui. Eu estava todo feliz, porque é um prédio na cidade de Malacacheta que vinha sendo utilizado pela Prefeitura para os seus serviços de ação social - a escola infantil Pequeno Pimpolho, várias atividades e até os cursos da universidade que existe em Malacacheta funcionam nessa área. Solicitamos a doação desse imóvel, o Governador mandou a mensagem, que já estava tramitando, e, de repente, uma nova mensagem, um novo requerimento - nº 329, parece-me - retirou da pauta a votação da doação desse terreno. O Governador Aécio Neves tem exposto de forma clara: terrenos do Estado inservíveis devem ser utilizados o máximo possível pelas Prefeituras. Já havíamos aprovado aqui a doação de centenas de imóveis a várias Prefeituras. Não deu para entender por que, de repente, se retira a doação de um imóvel tão importante para a cidade de Malacacheta.

Liguei para o Palácio, tentei descobrir na Casa Civil, mas ainda não sei quem falou para retirar. Na verdade, nesse prédio antigo em Malacacheta funcionava uma escola estadual. O Estado fez um prédio novo, e a escola foi transferida para ele. Então, se não há necessidade desse prédio para o Estado, por que não doá-lo? Encaminhamos essa doação, ela estava andando, tudo estava normal, ela entrou na pauta e, de repente, uma mensagem do próprio Palácio a retira. Estou tentando descobrir quem a retirou, a pedido de quem e o porquê. Estou tendo problemas neste final de ano, não tenho previsão de um Natal muito feliz, não.

Em verdade, vemos umas coisinhas interessantes: o Projeto de Lei Complementar nº 35 não entra em pauta; retira-se da pauta assunto importante como a doação do prédio para Malacacheta; o de Itambacuri salvou-se, porque conseguimos retomá-lo, e está aprovado. Deixo este questionamento, caro Presidente: não conseguimos algumas coisas que tentamos aqui, embora outras sim. O governo não pode se queixar de nós; não tem o direito de se queixar desta Assembleia. Nós, que somos da Oposição, não faltamos, em momento algum, na votação dos projetos importantes de interesse do governo - é claro que, como V. Exa. mesmo sempre diz, acrescentamos algo e aprimoramos os projetos, até porque podemos discordar intimamente de alguma coisa.

Preocupo-me muito com as burrices cometidas pelos governos estadual e federal; ainda pretendo fazer discurso a esse respeito. A primeira burrice é, com R\$280.000.000,00 depositados no Banco do Brasil, não pagarem os precatórios com esse dinheiro, porque não está na pauta o Projeto de Lei Complementar nº 35. Milhares de pessoas seriam beneficiadas com esse dinheiro, com 70% desses recursos, que, por lei federal, podem ser utilizados para o pagamento de precatórios. É a primeira burrice. A segunda burrice é do próprio governo federal, que renova a isenção de IPI, arrebatando novamente com os Municípios, quando podia reduzir a Cofins. Fiz as contas e vi que, se reduzíssemos a Cofins de 9% para 3,1%, resolveríamos o problema das empresas do mesmo jeito que resolvemos com o que foi reduzido de IPI. A redução é igualzinha na tributação, especialmente sobre a cadeia produtiva dos automóveis - para todas as empresas que trabalham em torno da produção de

automóvel no Brasil. Não dá para entender por que o governo reduz justamente o IPI, de que o Município e o Estado também participam, ou seja, é recurso repartido, como está na Constituição. Ora, nem o Estado nem o Município, que são membros da Federação, foram ouvidos; assim, sem ouvir os membros da Federação, o governo federal, sozinho, decide reduzir imposto que é compartilhado. É absurdo e burrice, porque deveria ter reduzido a Cofins, como fez no caso das motocicletas. Por que não voltou a raciocinar e reduziu a Cofins dos automóveis e da linha branca de eletrodomésticos, para não continuar prejudicando os Municípios, como está fazendo?

Nesse ponto, lembro nosso discurso em defesa do aumento de salário dos professores servidores públicos. Defendemos, sim, e acho que precisamos disso, mas pensaremos realisticamente, pé no chão. O próprio Tribunal de Justiça em Minas Gerais recebeu lei de autoria desta Casa permitindo o aumento de seus servidores, mas vai pagar-lhes em janeiro, porque, se pagar neste ano, estoura a Lei de Responsabilidade Fiscal no limite constitucional. Então temos de ter o peso certo e a medida correta. Queremos e precisamos aumentar o salário dos servidores públicos; o salário de professor ainda é muito baixo, assim como o de outras categorias. Levamos para nossa cidade cinco novos Delegados, e só sobrou um: quatro foram ser Escrivães na Bahia, porque o salário de Delegado em Minas Gerais é de R\$3.900,00. Também fizemos aqui, Délio Malheiros, um trabalho para aumentar o salário dos Defensores Públicos, que ganhavam R\$3.500,00 e passaram a ganhar R\$6.500,00. É preciso ter medida na crítica; temos de defender o aumento do salário, a melhoria da qualidade de vida do servidor público, mas, ao mesmo tempo, temos de citar as burrices cometidas pelos governos, que arrebentam a estrutura dos Municípios e dos Estados ao reduzir o IPI ao invés de reduzir a Cofins.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Getúlio Neiva, V. Exa. tem inteiríssima razão no que está dizendo, até porque tem profundo conhecimento destas demandas. Veja que teremos uma reunião, às 17 horas, com o Secretário de Fazenda e com empresários de Além Paraíba, entre eles o Dr. Álvaro Zamboni, atacadista, que está conosco, em primeiro lugar, para agradecer ao governo do Estado, mas também para pedir que seja implementada em Minas Gerais uma política que não permita ao Estado perder receita - e aí não tenha condição de pagar os professores - em razão da chamada guerra fiscal.

No caso de Além Paraíba - já falamos isso da tribuna várias vezes, e V. Exa. tem sido um parceiro nessa luta -, o Rio de Janeiro acaba reduzindo a carga tributária, atraindo empresas e levando emprego para lá. E, o pior, demandando o Estado de Minas Gerais na área de saúde e educação e em todas as áreas daquelas cidades limítrofes, caso de Além Paraíba.

Portanto, faço este aparte para dar um abraço em V. Exa. e dizer que, nessa questão da dificuldade que o Estado está passando para cumprir seus compromissos com os servidores públicos, devemos reconhecer que tem feito todo o esforço. Votamos o subsídio dos Juizes do Tribunal de Justiça, e o Presidente do Tribunal esteve aqui ontem. Só será pago no ano que vem, mas, pelo menos, existe o compromisso de pagar. O Estado firma o compromisso e cumpre. Parablenizo V. Exa. pelo belo trabalho nesta Casa.

O Deputado Getúlio Neiva - Peço a atenção de V. Exa. Em Teófilo Otôni, o pessoal gostou muito do seu pronunciamento a respeito da faculdade de medicina, mas queria um esclarecimento maior. Se eu falar eles não acreditam, porque santo de casa não faz milagre, então concedo a V. Exa. mais um aparte para que esclareça essa questão.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - A faculdade de medicina de Teófilo Otôni é uma luta dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. A nossa luta é para que as duas cidades tenham faculdade de medicina: Diamantina, com o curso básico, e sua sequência em Teófilo Otôni.

O Deputado Getúlio Neiva - Com o que concordamos.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Exatamente, e estamos nessa luta. Os jornais de Teófilo Otôni estamparam a notícia de que tudo estava garantido para Teófilo Otôni e que Diamantina não teria mais a faculdade, como se fosse uma guerra entre as cidades. Fomos ao Ministério da Educação, em Brasília, e a Dra. Paula Dallari nos afirmou: "Não foi isso que o Ministro disse. Eu participei dessa audiência, dei meu aval técnico, e o que o Ministro disse foi que em abril haverá uma reunião de avaliação do aumento do número de professores, porque não há como criar faculdade sem professor, sem estrutura e sem prédio. Teófilo Otôni não conta com professor, não conta com essa estrutura, e será tudo discutido em abril".

Portanto, o que foi publicado no jornal não corresponde à realidade da reunião com o Ministro Fernando Haddad. Foi o que eu disse a V. Exa. Vamos lutar juntos para que Diamantina tenha a faculdade, assim como Teófilo Otôni. Não podemos distorcer o que o Ministro disse na reunião em Brasília.

O Deputado Getúlio Neiva - Lembro apenas que os jornais de Teófilo Otôni estamparam manchete em que a Prefeita afirma que o Ministro Haddad já tinha garantido que Teófilo Otôni teria faculdade de medicina e que Diamantina não teria. Gostaríamos de sua confirmação. Não é verdade.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Exatamente. Não é verdade que o Ministro tenha dito isso.

O Deputado Getúlio Neiva - Obrigado. Esclarecido esse aspecto, pergunto-me se estamos cumprindo nossa função realmente, se estamos fazendo o que devemos. Tenho absoluta consciência de que posso ter errado em algum momento, posso ter falhado, somos homens, o elemento humano tem suas falhas. Embora sejamos o maior predador do planeta, continuamos a dizer que fulano é culpado da depredação.

Tenho uma notícia boa. A UFMG conseguiu atacar um problema ecológico mundial: pelo processo de pirólise, pôde reduzir lixo a um quarto do seu volume sem produzir gases de efeito estufa. Isso está sendo exportado. Depois farei um pronunciamento a esse respeito.

Ao finalizar, gostaria de dizer que meus pronunciamentos de hoje não foram muito agradáveis porque não tem sido agradável o final de ano para este Deputado, embora tenhamos uma gratidão enorme pelo nosso Governador, pelo volume de obras que tem dado à nossa região. Sei que, provável candidato à Presidência da República, nosso Governador não tem tempo para conversar com Deputado. De vez em quando conversamos, mas é difícil ele encontrar esse tempo. E sei que ele não conhece esse assunto, não sabe que há R\$288.000.000,00 no Banco do Brasil, que não estão no caixa do Tesouro, e que 70% poderiam ser utilizados para pagar milhares de precatórios alimentares.

Talvez o Governador não saiba por que motivo está sendo retirada da pauta uma proposta dele próprio, por nosso pedido de doação de um prédio em Malacacheta. Então há algumas coisas estranhas no governo. Começarei a estranhar isso e, até o final deste ano, apresentarei aqui a minha insatisfação. Se não estou tendo um ano bom, não deixarei que todos o tenham, porei para fora e mostrarei essas insatisfações. Nesta semana, perdi dois eventos: Medalha Teófilo Otôni, que foi entregue no Serro; e a festa do final de ano dos Deputados, irritado que estava pela situação em que se encontra o andamento das coisas nesta Assembleia. Se não melhorar, continuarei demonstrando a minha irritação. Não ficarei irritado sozinho. Irritarei outras pessoas também, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de agradecer-lhe e de dizer que nesta semana foi concluída, na Câmara dos Deputados, a CPI da Conta de Luz. Quero parabenizar todos os membros da CPI, que, com todas as dificuldades que tiveram, aliás, pelos órgãos oficiais, de solicitar e de receber todos os documentos, realizaram realmente um trabalho belíssimo. De forma muito especial, parablenizo o Deputado Federal Elismar

Prado, membro da CPI que investiga justamente os valores cobrados a mais na conta de luz dos consumidores desde 2002. Foi apresentando relatório final. Pasmem os senhores! Qual foi o resultado final da CPI? O resultado foi que as companhias de energia do País têm de devolver para os consumidores aproximadamente R\$40.000.000.000,00, fora os juros e as correções. Pelo Código de Defesa do Consumidor, o cidadão lesado teria o direito de receber em dobro. Então o cidadão, ou seja, a população de todo o Brasil teria de ser ressarcida em aproximadamente R\$80.000.000.000,00. E, com os juros e as correções, isso chega a mais de R\$100.000.000.000,00. As companhias de energia do País mandaram a mão no bolso do consumidor brasileiro. Portanto esse dinheiro tem de ser realmente devolvido.

Como está no relatório final da CPI, os ex-Diretores da Aneel serão indiciados. Continuaremos fazendo gestões para que, em Minas Gerais, a Cemig devolva o que cobrou a mais indevidamente dos consumidores. O próprio Presidente da Cemig admitiu na CPI que houve um erro - aliás, não sou eu quem está dizendo, pois saiu da boca dele que eles cobraram a mais. Se ele admite que cobrou a mais... Isso ficou comprovado por meio de estudos e levantamentos do Tribunal de Contas da União. Durante a campanha pela redução da tarifa de energia da Cemig, ou seja, a campanha contra as tarifas de energia mais caras do Brasil, apresentamos um requerimento juntamente com o Deputado Federal Elismar Prado. O Tribunal de Contas aceitou-o, abriu um processo, investigou, analisou e comprovou que foi cobrado a mais. O Presidente da Cemig admite isso. E agora como devolve o dinheiro para o povo? Se o cidadão não paga a conta que está atrasada, a Cemig não tem dó, põe a sua mão pesada e duríssima e corta a luz. Não tem conversa. O cidadão fica no escuro e sem energia. O Presidente da Cemig e da Aneel já admitiram que foi cobrado a mais. Cadê o dinheiro do povo de volta?

Defendemos o abatimento, ou seja, pelo menos o ressarcimento nas contas de luz do ano que vem. Espero que o levantamento dos cálculos exatos do Estado de Minas Gerais seja feito e que o cidadão seja ressarcido. Desse jeito, o consumidor poderá ficar ainda mais lesado do que já está. É muita injustiça; por isso não me canso de falar e de repetir, quantas vezes for preciso, que a tarifa de energia em Minas Gerais é uma das mais caras não só do Brasil, mas do mundo. Só de ICMS, são 42%. O interessante é que Tiradentes foi esquarterjado pelo quinto da Coroa, o que corresponde a 20%; e, só de ICMS, o governo cobra 42%. O cidadão realmente tem direito de ser ressarcido. Por isso continuaremos pressionando e mobilizando. Aliás, faremos gestões junto ao governo para que reduza o ICMS e que se faça valer os direitos dos consumidores.

Por falar em Cemig, não poderia deixar de lembrar o apagão. Aliás, a matéria do jornal "O Tempo" diz: "Apagões em Minas Gerais são sete por ano"; "Prejuízos: por causa da chuva, padaria no Calafate ficou sem luz e deixou de produzir 2.500 pães"; "D. Isaura mora ao lado de um grande gerador e sempre sofre com os apagões". Pelo visto, os apagões em Minas Gerais são constantes. A qualidade da Cemig é uma questão muito séria, e há muito tempo não há investimentos nela. Não é preciso chover para se constatar isso. Por exemplo, hoje pela manhã, caiu a energia nesta Assembleia, sendo que praticamente nem choveu. A situação está muito difícil. Fazemos apelos à Aneel para que resolva e fiscalize a Cemig, fazendo com que a qualidade em relação à transmissão de energia seja melhorada.

Outro ponto que gostaria de discutir também diz respeito ao projeto que apresentamos sobre a assinatura básica da telefonia. Apresentamos um projeto de lei que proíbe a cobrança de assinatura mensal decorrente de serviços de telefonia, tanto a telefonia fixa quanto a telefonia móvel celular. O texto do projeto prevê também aplicação de multa, afinal as empresas têm também de passar a respeitar. E, se não mexer no bolso, infelizmente o consumidor não será respeitado. A multa seria 10 vezes o valor indevidamente cobrado de cada usuário, ou seja, as concessionárias teriam de pagar por desrespeito à nova norma. Esse projeto é semelhante ao apresentado em São Paulo e aprovado pela Assembleia Legislativa de lá.

Gostaria, então, de chamar a atenção de vocês para o alto valor das tarifas de telefonia do nosso país. Não só não podemos nos omitir sobre essa questão como iremos intensificar uma grande campanha, da mesma maneira que fizemos contra a Taxa de Incêndio - isto é, mobilizando toda a sociedade e fazendo o governo engolir goela abaixo para conseguirmos revogar - aliás, já tinha sido aprovado no Plenário. Ou seja, conseguimos revogar a Taxa de Incêndio para as residências da mesma maneira que impedimos a cobrança da taxa para chamar a polícia; da mesma maneira que fizemos a campanha pela redução da tarifa de energia mais cara do Brasil; e da mesma maneira que fizemos a campanha contra os valores abusivos cobrados pela água da Copasa - água a preço de vinho. Realizaremos agora grandes campanhas e grandes caravanas em relação à assinatura básica de telefone. O nosso objetivo não é só reduzir, mas também acabar com essa cobrança. Esse é o nosso objetivo, e temos todas as possibilidades de conseguir concretizá-lo. Para isso, é muito importante a participação de todos, pois não conseguimos nada sozinho. Quando há mobilização, união e pressão, realmente temos vitórias. Já provamos isso por diversas vezes. Há um ditado popular que exemplifica isso muito bem: água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Às vezes política é igual a feijão, ou seja, o sistema político funciona na pressão mesmo.

Portanto precisamos pressionar. Temos realmente de nos mobilizar. Estou com a completa convicção de que conseguiremos mais uma vitória.

Desde o processo de privatização da telefonia do Brasil, os consumidores mineiros vêm sendo punidos com aumentos excessivos e com a injusta cobrança da assinatura básica. Antes da privatização, em 1998, a assinatura mensal era de R\$10,00. Hoje o consumidor paga em torno de R\$44,00 apenas na assinatura básica, que inclui uma franquia de 200 minutos de ligação, ficando fora as chamadas para celular e interurbano. O cidadão tem de pagar por aquilo que ele consome. Se ele não utiliza o serviço, não é obrigado a pagar por ele. São mais de R\$44,00 para ter um telefone fixo em casa. Isso não garante a inclusão social de milhões de famílias que hoje não podem pagar esse valor. Não é apenas isso, mas sim uma questão de direito. A pessoa não pode pagar por aquilo que não está sendo utilizado.

Temos dados da ONU que demonstram que a telefonia fixa compromete em torno de 5,9% da renda do brasileiro - esse é realmente um valor significativo -, e o celular em torno de 7,5%. Os preços da telefonia e da internet no Brasil estão entre os mais altos do mundo. As mesmas companhias telefônicas que exploram o serviço de celulares e telefones fixos no Brasil cobram valor alto e prestam serviço de péssima qualidade; nos países desenvolvidos, onde há muita cobrança e fiscalização, prestam serviço de Primeiro Mundo, de qualidade, com preço lá embaixo, justo. No Brasil, o serviço é uma porcaria, e o preço é muito alto. O desrespeito ao consumidor é muito grande. Não adianta reclamar. Vai-se ao Procon, e a lei não é respeitada; tenta-se ligar para o "call center", mas não se consegue falar com a atendente. Jogam o consumidor de um lado para outro e não resolvem o problema. O que as companhias telefônicas fazem em nosso país é verdadeiro abuso, verdadeira exploração. Isso acontece de forma geral; todas as empresas podem vestir a carapuça, pois o desrespeito é geral, total. Todas as companhias telefônicas desrespeitam o consumidor e cobram valor muito alto pela telefonia. Esta taxa cobrada todo mês é indevida. O STF reconheceu na legitimidade que cabe a cada Estado legislar. Por isso apresentamos este projeto na Assembleia. Não temos medo de empresa poderosa, vamos para cima. Por isso é tão importante a mobilização da sociedade, a organização. Se não pressionarmos, não conseguiremos a vitória. Pressionaremos e pularemos na goela e na jugular das empresas de telefonia. Não temos medo. Sabemos que são investidos milhões e milhões de reais nos grandes meios de comunicação. Gasta-se realmente muito dinheiro. Esses são segmentos muito lucrativos. Quem mais ganha dinheiro em nosso país são os bancos e as empresas de telefonia. É muito dinheiro mesmo. Então não venceremos sozinhos esta campanha. É muito importante haver grande mobilização de Vereadores, Prefeitos, entidades, igrejas e lideranças. Que todos entrem nesta caravana que percorrerá todo o Estado, para termos as condições necessárias para pressionar, no âmbito estadual, o Poder Judiciário, para fazer justiça, acabar com essa cobrança e melhorar estes serviços.

Segundo dados da União Internacional de Telecomunicações - UIT -, o Brasil está entre os 40 do "ranking" de comprometimento da renda com serviços fixos e móveis de telefonia. Participam dessa lista 154 países. A prova do preço dos serviços móveis em outros países está aqui. São dados oficiais. O preço da telefonia móvel em outros países é praticamente 300% menor que no Brasil. Então o cidadão lá fora paga três vezes menos o serviço de telefonia celular do que se paga no Brasil, com serviço de qualidade muito superior. Aqui o serviço é muito mais caro e 10 vezes pior que lá fora. A qualidade lá fora é 10 vezes melhor, e o serviço 3 vezes mais barato. Aqui o telefone fixo custa o dobro do que é cobrado em outros países, onde o cidadão paga pelo que realmente utiliza. A assinatura básica incomoda e fere muito o bolso do consumidor. Por que pagar por serviço que não é utilizado. Estamos cansados de falar que não há justificativa para pagar por serviço que o cidadão não utiliza. Por que se é obrigado a pagar R\$44,00 todo mês? Quem tem telefone celular de conta é obrigado a pagar taxa pela assinatura todo mês. Isso realmente tem de acabar. Geralmente as famílias não conseguem gastar os minutos incluídos na assinatura mensal. Ou seja, mesmo

que não façam ligação alguma, os consumidores pagam em média R\$44,00. O assinante deveria pagar somente o que usa. Com os altos preços, muitas pessoas estão deixando de utilizar o serviço. As pessoas estão optando pela telefonia celular, principalmente a pré-paga, que também é das mais caras do mundo, e estão pedindo para desligar o telefone fixo que têm em casa, por causa da assinatura básica. Então quem tem telefone fixo pede para desligá-lo e passa a usar o celular pré-pago, mesmo sendo caro. No Brasil, como disse, existem 41 milhões de linhas de telefone fixo em funcionamento, mas 13 milhões estão ociosas.

Essa taxa foi criada para fazer expansão, mas as redes já estão todas prontas. Não é preciso expandir mais nada. Há 13 milhões de linhas ociosas. Por que o consumidor continua pagando?

Além da assinatura básica, outra vilã que justifica o alto valor da conta de telefone é a carga tributária. É aquele velho problema de Minas Gerais: tudo aqui é mais caro. O IPVA é mais caro, o ICMS do álcool é 25%, enquanto em São Paulo é de 12%. A tributação da telefonia também é mais cara do que em outros Estados, podendo ultrapassar 40%. Lutamos na Assembleia desde 2005 para reduzir os impostos cobrados na conta de telefone. Em 2007, mais de 50% das ligações recebidas pelo 0800 da Câmara dos Deputados foram de apoio à aprovação do projeto de lei que proíbe a cobrança da assinatura básica e propõe que o assinante pague apenas pelos minutos efetivamente utilizados. Isso reforça a ideia de que a cobrança da assinatura básica pesa no bolso do consumidor, incomoda muito a população.

Outro projeto que está recebendo apoio pela internet e pelo telefone é a PEC nº 300, que equipara os salários de policiais e bombeiros militares do Distrito Federal. É importante ressaltar que em Minas Gerais esses custos podem ser reduzidos em benefício dos consumidores, se a Casa aprovar o nosso projeto que está tramitando.

Falei sobre a energia elétrica, a CPI da Conta de Luz e a telefonia. Para finalizar, gostaria de falar rapidamente do IPVA. A Secretaria de Fazenda divulgou no dia 30 de novembro a tabela para o ano de 2010, com uma redução média de 13,57% em relação a 2009. Porém, a redução deveria ser muito maior. Não sou eu quem afirma isso. Segundo a Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores - Fenauto -, a redução média do valor a ser pago no próximo ano deveria ser de 20% a 30%. O valor do IPVA acompanha a realidade do mercado. Os veículos importados e nacionais tiveram uma redução de 25% a 30%. Sendo assim, o IPVA também deveria ter-se reduzido de 25% a 30%. E não é isso o que está acontecendo. Por isso, entramos com uma representação no Ministério Público, para que realmente os direitos dos consumidores sejam respeitados.

Agradeço ao Deputado Getúlio Neiva. A nossa luta vai continuar com muita força. Vamos fazer uma caravana para acabar com a cobrança da assinatura básica da telefonia em todas as regiões do Estado. Contamos com o apoio de toda a população. Sem luta não há vitória. Somente com mobilização é que temos condições de conseguir o nosso objetivo.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/12/09, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Arlete Rita Nogueira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Arlete Rita Nogueira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c com as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, 2.401, de 16/7/07, e 2.468, de 23/11/09, assinou os seguintes atos:

designando o servidor Anderson Moratori Nunes Coelho para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Suporte Logístico;

designando a servidora Carla Prates de Azevedo Silva para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio às Comissões;

designando a servidora Delza Lucia da Silva Marques para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio;

designando a servidora Elaine Machado Martins e Salles para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação;

designando a servidora Elen Ribeiro Guimarães para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade;

designando a servidora Jacqueline Cobucci Fráguas para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade;

designando a servidora Joana D'arc do Nascimento para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação;

designando o servidor Lincoln Alves Miranda para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática;

designando o servidor Marcos Amaral Rainho Ribeiro para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Rádio e TV;

designando a servidora Mirlene Oliveira e Darsaut para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio às Comissões;

designando a servidora Neide Maria de Souza para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Saúde e Assistência;

designando o servidor Osvaldo Nonato Pinheiro para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Suporte Logístico;

designando a servidora Selma Maria Tavares para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Suporte Logístico;

designando o servidor Sérgio Antonio de Barros para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2009

Objeto: fornecimento e instalação de forro de gesso. Pregoeira vencedora: Portas & Cia. Ltda.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2009

Objeto: revisão de veículo. Pregoeira vencedora: Líder BH Veículos Ltda.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 28/12/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de postes metálicos.

Este edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, Ed. Tiradentes, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17 horas, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar a reprodução eletrônica deste edital desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 4/1/2010, às 14h15min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de válvulas solenoides para água.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 (cinco centavos) por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Caviglia & Companhia Ltda. Objeto: aquisição de arquivos deslizantes. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90.52(10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/SUREG-SP/2009 do Pregão Eletrônico nº 003/SUREG-SP/2009, da Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hewlett Packard Brasil Ltda. Objeto: aquisição de "notebooks". Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90.52(10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 166/2008 – Pregão Eletrônico nº 166/2008 – CL/DA/Ufes, da Universidade Federal do Espírito Santo.

ERRATA

Resolução nº 5.324, de 10 de dezembro de 2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 11/12/2009, na pág. 66, col. 2 e 3, acrescente-se, antes do anexo, o que se segue:

"ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº 5.324, de 10 de dezembro de 2009)"